



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA  
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA

MAGDA FABIANA DO AMARAL PEREIRA

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL FRENTE À IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO  
IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI/RN NA PERSPECTIVA DOS RESISTENTES

FORTALEZA-CE  
2013

MAGDA FABIANA DO AMARAL PEREIRA

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL FRENTE À IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO  
IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI/RN NA PERSPECTIVA DOS RESISTENTES

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Produção, Ambiente e Saúde.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raquel Maria Rigotto.

FORTALEZA  
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências da Saúde

- 
- P489c      Pereira, Magda Fabiana do Amaral.  
              Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN na perspectiva dos resistentes / Magda Fabiana do Amaral Pereira. – 2013.  
              175 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Mestrado em Saúde Pública, Fortaleza, 2013.  
              Área de Concentração: Produção, Ambiente e Saúde.  
              Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.
1. Agricultura. 2. Associações de Agricultores. 3. Saúde do Trabalhador. 4. Saúde Ambiental. 5. Irrigação Agrícola. I. Título.

---

CDD 630.33

MAGDA FABIANA DO AMARAL PEREIRA

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL FRENTE À IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO  
IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI/RN NA PERSPECTIVA DOS RESISTENTES

Dissertação submetida à Coordenação do  
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva  
da Universidade Federal do Ceará, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Saúde Pública.

Aprovada em: 29/10/2013

BANCA EXAMINADORA



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC



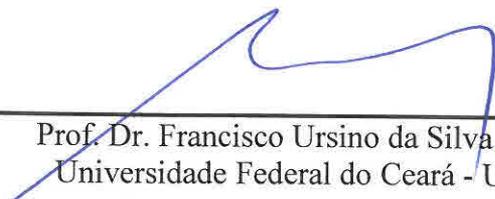
---

Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro  
Universidade de Brasília - UNB



---

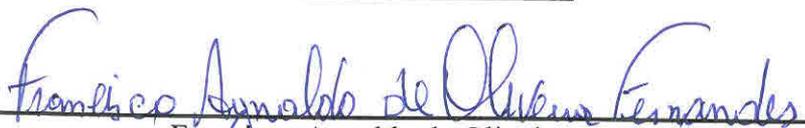
Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino  
Universidade Federal do Ceará - UFC



---

Prof. Dr. Francisco Ursino da Silva Neto  
Universidade Federal do Ceará - UFC

BANCA POPULAR



---

Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN - STTR



---

Francisco Edilson Neto  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN - STTR

## **Agradecimentos**

Inicialmente, a Deus, por ter me sustentado por todo o período do Mestrado, desde a primeira prova da seleção para ingresso até o momento da apresentação da dissertação. Deus está me acompanhando em todas as batalhas da minha vida e todas as vitórias destas devo a Ele primordialmente.

Aos meus filhos, Bernardo e Yuri, que me deram força e vitalidade para chegar ao alcance de tantas realizações. Foi a existência deles que me impulsionou a continuar, mesmo quando estava tudo muito difícil, beirando o limite do impossível.

Ao amado esposo, Ailton Jonnes, pai e companheiro que tanto me alicerçou para tornar meus sonhos conquistas. Pelo amor e paciência comigo e com a rotina de mestranda. Por caminhar comigo na construção de uma profissional, mãe e mulher melhor.

Aos meus avós, Manoel e Selma, que me criaram com todo amor que existe e que me ajudaram nas dificuldades cotidianas. São meu ponto de apoio, meus amados, meus amores, meus pais queridos. Eu os amo demais! Incluo um agradecimento singelo à minha avó Maria do Carmo, uma agricultora familiar com uma história rica nessa prática.

Aos meus pais, Marcos e Madalena, por torcerem tanto pelo meu sucesso profissional e pessoal; pela ajuda em muitos momentos, cuidando dos meus filhos, para que eu pudesse dar conta das tarefas do mestrado.

Aos meus irmãos, Larissa e Juan, por todo amor fraternal, pela companhia, pelas palavras em tempos difíceis. Agradeço por eles, simplesmente, existirem!

Às minhas tias, pelas orações, por serem tão irmãs, mães, minhas cuidadoras. Por serem minhas parceiras de conquistas: Milena, Sheila, Virllanne, Alcélia, Eclair, Karina. Ao meu tio Márcio, por ter me ajudado a educar e cuidar, principalmente, de Bernardo. Em muitos momentos, escrevi essas páginas, pois ele estava cuidando do meu pequenino de forma tão amorosa.

A Raquel, um nome tão relevante para as discussões sobre Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental no nosso país; uma pessoa sensível à causa do outro; uma orientadora, por diversas vezes, sensível ao meu contexto de vida. Sem ela, não teria havido uma pesquisa fruto de tão rica experiência.

Aos agricultores familiares da Chapada do Apodi que participaram do estudo com elementos que foram mais que dados de pesquisa, ricas falas inspiradoras e imprescindíveis para o sucesso do estudo.

Aos membros da banca dissertação, os professores Fernando, George e Ursino, pela disponibilidade de participar da avaliação e pelas contribuições para a pesquisa. O trabalho está em competentes mãos. Além disso, agradeço aos que participaram da qualificação do projeto de pesquisa – Ana Cláudia, Marcelo Ferreira, Vânia Porto – por ajudarem a nortear o problema de estudo, permitindo-me chegar até aqui. Aos membros da banca popular, Edilson e Agnaldo, que, mais que ninguém, conhecem a realidade e o conflito da Chapada, por viverem no território e comporem os resistentes ao perímetro.

Aos mestres queridos e inspiradores do Mestrado em Saúde Pública que proporcionaram aulas que nunca imaginei ter. São pessoas gabaritadas no que fazem, o que eleva nossa formação a patamares suspensos.

E o que dizer das queridas Dominik e Zenaide, pessoas fundamentais na formação dos mestrandos em Saúde Pública da UFC? São bem mais que simples secretárias, mas são pessoas que dividem conosco nossos problemas e nos ajudam a passar pelas dificuldades, tentando, sempre, facilitar nossa vida e amenizar os percalços.

Aos meus amigos: Juce Ally, Deivson, Sibebe Lima, Kalyane Kelly, Sâmara, Thea Luana, Talizy, Andrezza e Jennifer, pela companhia e amor fraterno compartilhado. A outras amigas, que são como irmãs: Priscilla Carlos, Flávia Joella, Cibelle, Fernanda Letícia.

Aos meus alunos da Universidade Potiguar, que muito me fazem aprender durante as discussões e mesmo diante dos “conflitos do bem” que vivenciamos. A cada aula, um crescimento incomensurável, uma experiência impagável.

Aos recém-nascidos da UTI Neonatal do Hospital da Mulher, por me ensinarem, a cada dia, a ter força para lutar pela vida, independente das dores, hipossaturações, procedimentos invasivos, espetadas e sondagens sofridas, distância do seio materno, longos períodos de internamento que sofrem. São exemplos de que mesmo alguém tão pequeno pode ir tão longe com a mão do Senhor abençoando e com vontade de viver.

A todos, minha gratidão.

## Resumo

A Chapada do Apodi/RN vivencia a chamada “chegada do progresso” através do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, gerador de conflito socioambiental. A pesquisa teve como objetivo: descrever, na perspectiva dos atingidos, o conflito socioambiental decorrente da implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aproximações com a Saúde e as Ciências Sociais; aconteceu em Apodi/RN, com grupo de 11 agricultores familiares chapadenses (3 mulheres e 8 homens, média de idade de 36,5 anos e com escolaridade do ensino fundamental incompleto até o superior completo) e mais 2 membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi. Aconteceram 3 entrevistas semiestruturadas e 3 encontros com roteiros norteadores, a partir da ecologia de saberes. As falas foram analisadas a partir das seguintes categorias: as influências na construção das concepções dos sujeitos sobre o conflito na Chapada potiguar; o passado sem o DNOCS; o presente com o DNOCS; o futuro que o DNOCS quer para o território chapadense; o futuro que os agricultores querem para eles. Na construção da concepção sobre o conflito na Chapada potiguar, sobressaíram o Seminário *Impactos do Agronegócio/Agrotóxico na Saúde do Trabalhador e no Ambiente* e os intercâmbios no território do Baixo-Jaguaribe/CE e Baixo-Açu/RN. Quanto ao passado do território, as origens variam: algumas eram antigos latifúndios vendidos para o Governo Federal ou outros órgãos (como a Força Sindical, no caso de Palmares) para o programa de Reforma Agrária (assentamentos); há também as comunidades originadas pela fixação de famílias em determinadas regiões (como em Quixabeirinha). Porém, nos mapas dos documentos do Estado sobre a Chapada/RN, as comunidades e os assentamentos são invisibilizados e marginalizados, a depender da necessidade de usufruto para o perímetro, o que gera difícil resistência ao projeto através de mobilizações e articulações com outras entidades. Para o futuro da Chapada potiguar, o DNOCS preconiza a implantação do perímetro em questão enquanto os agricultores familiares almejam continuar com seu modo de vida, recebendo incentivos estatais para seu fortalecimento. Concluímos que os territórios e a agricultura familiar não precisam e não aceitam esse modelo de modernização agrícola preconizado na Revolução Verde. O modelo requer um Estado que arque com a estrutura na Chapada, para que as empresas possam ocupar, instalar-se, produzir, lucrar e partir quando acharem que é inviável continuar em Apodi. Porém implanta políticas públicas que: não beneficiam a população; restringem o acesso à água; geram pressões (emocionais/psicológicas; a partir da falácia das benesses, políticas, sociais) nos chapadenses; inviabiliza a produção agrícola tradicional pela contaminação ambiental com agrotóxicos do agronegócio; geram empregos degradantes à saúde; desapropriam os povos; investem mais de 200 milhões para fortalecer o agronegócio; provocam uma luta desigual reconhecida pelos agricultores familiares. Para se somar à resistência ao perímetro, convidamos a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e colocamos à disposição dos atingidos o presente documento. Reconhecemos o valor do território e que a pesquisa contribuiu para divulgação e fortalecimento da luta, quando se propõe a ouvir as falas e valorizar as demandas dos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Agricultura. Associação de Agricultores. Saúde do Trabalhador. Saúde Ambiental. Irrigação Agrícola.

## Abstract

The Chapada do Apodi/RN experiences called "arrival of progress" through the Irrigation Santa Cruz Apodi, generator socioenvironmental conflict. The research aimed to describe, from the perspective of those affected, the conflict resulting from the implementation of environmental irrigated the Apodi Plateau/RN. This is a qualitative research approaches with Health and Social Sciences; happened Apodi/RN with a group of 11 family farmers from Chapada (3 women and 8 men, mean age 36.5 years and schooling elementary school until college) and 2 members of the Union of Rural Workers of Apodi. There were three semi-structured interviews and meetings with three guiding tours from the ecology of knowledge. The speeches were analyzed from the following categories: the influences on the construction of conceptions of the subject on the conflict in Plateau RN; without DNOCS the past and the present with DNOCS; DNOCS the future that wants to chapadense territory, the future that farmers want for them. In building design on the conflict in Plateau RN highlights the Impacts of Agribusiness Seminar/Pesticides in Occupational Health and Environment and exchanges within the Baixo-Jaguaribe/CE and Baixo-Açu/RN. As the last of the territory, the origins vary: some old estates were sold to the Federal Government or other organs (such as the Union Force in the case of Palmares) for the program of Agrarian Reform (settlements), there are also communities, originated by fixing families in certain areas (as in Quixabeirinha). However, the maps of state documents on the Chapada/RN communities and settlements are invisible and marginalized depending on the need for enjoyment for perimeter which creates resistance difficult project through mobilizations and joints with other entities. For the future of Chapada/RN, DNOCS recommends deploying Perimeter concerned while farmers aim to continue their way of life receiving state incentives for its strengthening. We conclude that the territories and family farming need not and do not accept this model of agricultural modernization advocated in the Green Revolution. The model requires a state to bear with the structure in Chapada for companies to occupy, settle, produce, and profit from when find it impossible to continue in Apodi. However, implements policies that: not benefit the population; restrict access to water; generate pressures (emotional/psychological , from the fallacy of the benefits, political, social) in chapadenses; undermines the traditional agricultural production with environmental contamination by pesticides of agribusiness; generate jobs degrading health; expropriates people; invest over 200 million to strengthen agribusiness; cause an unequal struggle recognized by farmers. To add resistance to the perimeter, invite the Brazilian Network for Environmental Justice (RBJA) and we provide those affected with this document. We recognize the value of the territory and the research contributed to the dissemination and strengthening of the fight, when it proposes to hear the speeches and appreciate the demands of family farmers.

**Keywords:** Agriculture. Farmers Association. Occupational Helth. Environmental Health. Agricultural Irrigation.

## Lista de Ilustrações

Figura 1	Matriz ou Marco Causa-Efeito para a saúde e o ambiente.....	37
Figura 2	Mapa do Brasil com destaque para o estado do Rio Grande do Norte, o município de Apodi e localização da Chapada do Apodi.....	42
Figura 3	Mapa de identificação do poligonal que envolve o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz e legenda, respectivamente.....	43
Figura 4	Seminário <i>Impactos do Agronegócio/Agrotóxico na Saúde do Trabalhador e no Ambiente</i> (cartaz e auditório do STTR).....	60
Figura 5	Caminhada do local do assassinato de Zé Maria até Tomé.....	65
Figura 6	Quintais produtivos de Quixabeirinha e seus cultivos.....	72
Figura 7	Formas de acesso à água (caixa d'água em destaque e cisternas de placa) e aspectos estruturais e do cotidiano em Quixabeirinha.....	73
Figura 8	Representação em desenho do campo de futebol de Quixabeirinha feita pelos sujeitos da pesquisa.....	74
Figura 9	A configuração de Palmares: imagens da comunidade.....	75
Figura 10	Aviário comunitário em Agrovila Palmares.....	78
Figura 11	Galinhas e caprino em área coletiva de Palmares.....	78
Figura 12	Agricultores familiares (jovem e adultos) cuidando do gado.....	78
Figura 13	Pé de sorgo e ele já colhido em quintal de Palmares.....	79
Figura 14	Horta de coentro e alface em quintal produtivo de Palmares.....	79
Figura 15	Carambola e abacaxizeiro em quintal de Palmares.....	79
Figura 16	As pessoas no fim de tarde de Palmares.....	80
Figura 17	Ilustração representativa das comunidades com elementos do passado e das atualidades.....	83
Figura 18	Poligonal do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi com discriminação de alguns assentamentos.....	86
Figura 19	Sistema de condução de água para os lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	87
Figura 20	Poligonal do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi com a localização das comunidades, atualmente, existentes no território.....	
Figura 21	Seminário de Sementes.....	90
Figura 22	Audiência com Ministro da Integração Nacional.....	99

Figura 23	Reuniões do movimento de resistência com as comunidades.....	99
Figura 24	Reuniões do FOCAMPO.....	99
Figura 25	Ato público nas ruas de Apodi (mais de 2.000 agricultores).....	100
Figura 26	Exibição de “O veneno está na mesa” nas comunidades.....	100
Figura 27	Caminho das Águas (assembleia e caminhada nas ruas ate o Banco do Nordeste Agência de Apodi).....	101
Figura 28	Área de abrangência territorial e localização do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	118
Figura 29	Barragem Santa Cruz, Apodi/RN.....	124
Figura 30	Projetos de utilização das águas da barragem Santa Cruz.....	125
Figura 31	Percepção do grupo de pesquisa sobre o território da Chapada caso haja a implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	135
Figura 32	Recorte da Figura 31 demonstrando a percepção dos sujeitos quanto à configuração do território com o perímetro irrigado.....	137
Figura 33	Recorte da Figura 31 demonstrando a percepção dos sujeitos quanto à presença dos venenos e da monocultura no perímetro irrigado.....	138
Figura 34	Apresentação em recorte de revista do que o DNOCS representa para os agricultores sujeitos da pesquisa.....	139
Figura 35	Recorte da Figura 34 com os possíveis impactos à saúde com as práticas do agronegócio.....	140
Figura 36	Recorte da Figura 34 que representa, na ótica dos sujeitos, a degradação do território implicado com os perímetros do DNOCS.....	141
Figura 37	Representação em recortes de revistas sobre os anseios dos agricultores para os resistentes às implicações do perímetro irrigado em caso de sua implantação.....	144
Figura 38	Ilustração da representação das gerações futuras da Chapada.....	145
Figura 39	Desenho do que os sujeitos desejam para o futuro das comunidades.....	146

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Produção agropecuária e extrativista referente a 2010, do município de Apodi/RN.....	45
Tabela 2 – Caracterização dos sujeitos do grupo de pesquisa.....	48
Tabela 3 – Distribuição dos hectares de terra para as categorias de irrigantes do Perímetro Irrigado do Baixo Açu.....	69
Tabela 4 – Lista de algumas das comunidades, número de famílias, pessoas e anos de existência.....	92
Tabela 5 - Cifras projetadas para as ações iniciais de implementação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	116
Tabela 6 - Distribuição de áreas e irrigantes do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	119
Tabela 7 – Alterações ocorridas de 2008 a 2013 na distribuição de irrigantes e suas áreas do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....	120
Tabela 8 – Índices de Desenvolvimento Humano de municípios cearenses e potiguares comparados a outros países, 2010.....	133

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ASSECOM-RN – Assessoria de Comunicação do Rio Grande do Norte

ANA – Agência Nacional de Águas

APROMARE - Associação dos Produtores Rurais da Vila Palmares

BO – Boletim de Ocorrência

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Ceará

CF8 – Centro Feminista 8 de Março

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FETRAFRN - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte

FOCAMPO – Fórum do Campo

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

INCRA - Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MIN – Ministério da Integração Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

M21 – Movimento 21

OMS – Organização Mundial de Saúde

PA - Projeto de Assentamento

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PLANGESF - Plano de Gestão de Recursos Hídricos para Derivação das Águas do Rio São Francisco

PRODEMA – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Meio Ambiente

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RN – Rio Grande do Norte

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRAMAS – Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFERSA – Universidade Federal do Semi-Árido

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	14
1.1 <i>Reflexões na Chapada: relembrando as motivações</i> .....	15
1.2 <i>Chapada do Apodi/RN: compreendendo o problema a partir das implicações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Ceará</i> .....	17
1.3 <i>Por que descrevemos esse contexto?</i> .....	22
<b>2 Capítulo 1 - Agricultura familiar no contexto da revolução verde: (in)justiça ambiental e implicações/riscos/conflitos nos territórios</b> .....	26
2.1 <i>Agricultura familiar: laços entre produção, trabalho, cultura e ambiente</i> .....	26
2.2 <i>Capitalismo, globalização, Revolução Verde e modernização do campo</i> .....	29
2.3 <i>Injustiça ambiental, desigualdades sociais e conflitos no campo</i> .....	33
2.4 <i>Saúde do trabalhador, saúde ambiental e modernização agrícola: previsão e contextos de risco no campo</i> .....	36
<b>3 Capítulo 2 - Veredas metodológicas</b> .....	40
3.1 <i>Abordagem metodológica: vislumbrando o campo</i> .....	41
3.2 <i>Local da pesquisa: o campo em si</i> .....	42
3.3 <i>Formação do grupo de pesquisa: “de mãos dadas” com o campo</i> .....	46
3.4 <i>“Colheita” (coleta) dos dados: os instrumentos técnico-epistemológicos e os encontros do grupo de pesquisa</i> .....	50
3.4.1 <b>PRIMEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA</b> .....	51
3.4.2 <b>SEGUNDO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA</b> .....	53
3.4.3 <b>TERCEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA</b> .....	54
3.5 <i>Análise dos dados: “os frutos colhidos”</i> .....	54
3.6 <i>Aspectos éticos</i> .....	56
<b>4 Capítulo 3 - “Bola de cristal”: os sujeitos e as construções da compreensão do conflito socioambiental</b> .....	59
4.1 <i>Breve relato sobre o Perímetro Irrigado Baixo Açu</i> .....	68
<b>5 Capítulo 4 - “O passado sem o dnocs”: a configuração das comunidades anteriormente à chegada do “progresso” na Chapada Potiguar</b> .....	71
5.1 <i>Quixabeirinha</i> .....	71
5.2 <i>Agrovila Palmares</i> .....	75
5.3 <i>O passado ainda presente na vida da Chapada/RN</i> .....	81
<b>6 Capítulo 5 - “Pior que duas secas”: o presente das comunidades da Chapada do</b>	

<b>Apodi/RN frente às tentativas de implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.....</b>	<b>85</b>
<i>6.1 A resistência ao projeto do Santa Cruz do Apodi.....</i>	<i>97</i>
<i>6.2 Os desafios do movimento de resistência na Chapada Potiguar.....</i>	<i>105</i>
<b>7 Capítulo 6 - “Projeto da morte”: a projeção do capital e do estado para o território chapadense.....</b>	<b>111</b>
<i>7.1 Os planos do Estado para a Chapada do Apodi/RN e as concepções dos agricultores familiares.....</i>	<i>111</i>
<i>7.2 A proposta do DNOCS e a análise dos invisibilizados.....</i>	<i>115</i>
<i>7.3 Por trás do DNOCS, o projeto é do capital.....</i>	<i>129</i>
<b>8 Capítulo 7 - “Aqui é o futuro que queremos”: os anseios dos agricultores da Chapada.....</b>	<b>143</b>
<b>9 Pontos de chegada ou pontos de partida? Comentários finais.....</b>	<b>153</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>159</b>
<b>Apêndice A - Lista de pesquisas do Núcleo Tramas na Chapada do Apodi.....</b>	<b>165</b>
<b>Apêndice B - Algumas pesquisas e projetos que contemplam as comunidades camponesas do Município de Apodi/RN.....</b>	<b>166</b>
<b>Apêndice C – Roteiros norteadores dos encontros da pesquisa.....</b>	<b>167</b>
<b>Apêndice D – Roteiros semiestruturados para entrevistas da pesquisa.....</b>	<b>168</b>
<b>Apêndice E – Rascunho do modelo das 2.000 cartas das mulheres de Apodi endereçadas à presidenta Dilma Rouseff.....</b>	<b>169</b>
<b>Apêndice F – Orçamento da pesquisa.....</b>	<b>171</b>
<b>Apêndice G – Cronograma da pesquisa.....</b>	<b>173</b>
<b>Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>172</b>

## 1 Introdução

*“[...] Nosso ambiente sofre  
De enorme degradação  
Faz mais de 500 anos  
Desde a colonização.  
Das gentes aos ambientes,  
Quem perde é nossa Nação.*

*[...] É preciso então pensar  
Nos perigos que isso encerra:  
Tirar do povo o direito  
À água, ao ar e à terra!  
Alertar sobre a loucura  
Que mata e que nos emperra.”*

(Rogaciano Oliveira)

Em determinados momentos, atitudes de exceder os limites epistemológicos comuns da academia (em geral, enraizados no rigor positivista) estimulam um processo de aproximação com demandas, antes, não percebidas ou conhecidas nos territórios, em especial, aqueles impactados pelos megaprojetos de desenvolvimento do modelo capitalista. É o caso do que, ora, acontece na Chapada do Apodi, mais especificamente, no município de Apodi, no estado do Rio Grande do Norte (RN)<sup>1</sup>. As comunidades apodienses vivenciam a chamada “chegada do progresso”, ou uma espécie de “desenvolvimentismo”, que, com sua lógica produtiva, interfere nas formas de vida e de trabalho, na configuração do ambiente, nos

---

<sup>1</sup> A Chapada do Apodi, mais do que uma formação geológica, consideramos uma região composta de diversidades no tocante aos aspectos ambientais, de trabalho e de vida de pessoas atreladas a esse território. Enquanto formação geológica, ela tem sua localização parte no estado do Ceará e, em sua maior extensão territorial, no estado do Rio Grande do Norte. Assim, em alguns momentos do texto, o leitor deparar-se-á com o termo Chapada potiguar, quando nos referirmos ao território chapadense localizado dentro dos limites do estado do Rio Grande do Norte. Escolhemos o termo “potiguar”, em vez de “norte-rio-grandense”, pois ele perpassa uma ligação com as raízes indígenas do povo do Rio Grande. Além disso, o próprio termo “Apodi” deriva da palavra indígena “poty”, que evoluiu para “pody” e, posteriormente, tornou-se Apodi, dando origem ao nome da cidade à qual nos referimos. De “poty”, de mesmo modo, deriva a palavra “potiguar” (nome dado às tribos indígenas que habitaram o estado no passado histórico). A palavra “poty” significa coisa firme, altura unida, um planalto ou chapada (CASCUDO, 1968).

valores culturais e nas especificidades territoriais (RIGOTTO, 2004) dos grupos que, na Chapada, vivem e sobrevivem há anos.

Adentrando na realidade desses territórios, está o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, planejado pelo Ministério da Integração Nacional, executado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. O projeto apresenta inúmeros pontos de questionamento no tocante à preservação das comunidades (estrutura física e localização), bem como ao respeito com as formas de trabalho de seus moradores, à preocupação com a saúde e o ambiente dessa população e suas práticas socioculturais, inclusive, por ser voltado, basicamente, para o beneficiamento de vinte e nove empreendimentos do agronegócio<sup>2</sup> (que utilizarão a água da Barragem de Santa Cruz e a terra da Chapada do Apodi), exigindo, de acordo com o projeto<sup>3</sup>, a desapropriação de mais de 600 famílias que vivem da agricultura familiar nas comunidades da Chapada, no oeste potiguar.

O projeto, da forma com que se configura, não esclarece, ou nega os impactos que acarretará às comunidades e, na maioria dos seus pontos, invisibiliza-as. Isso gera insatisfações por parte de agricultores familiares que resistem, articulados aos movimentos sociais, engajam-se em uma luta contra “os grandes”<sup>4</sup> (MARINHO, 2010) ou contra o que eles mesmos denominam “projeto da morte”<sup>5</sup>.

### *1.1 Reflexões na Chapada: relembando as motivações<sup>6</sup>*

De uns seis anos (2007) para cá, a Chapada do Apodi vem recebendo especial atenção de alguns estudos acadêmicos, em virtude dos impactos socioambientais, de saúde e trabalho que suas comunidades sofrem a partir da implantação de grandes e médios empreendimentos do agronegócio em tal território. Essa atenção resulta de uma preocupação com o modo com que o agronegócio pauta sua lógica de produção - no modelo globalizado de industrialização do campo, na modernização do espaço agrário (com incorporação de

---

<sup>2</sup> Fernandes (2004, on-line) traz outras nomenclaturas para o agronegócio que, em momentos, poderão ser lidas no presente texto, como: agricultura empresarial, agricultura capitalista ou agricultura patronal.

<sup>3</sup> Especificidades do processo podem ser vislumbradas no decorrer da leitura.

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelos agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa (tese de doutorado) de Alice Marinho (2010), ao se referirem aos empresários do agronegócio e aos governantes de Estado.

<sup>5</sup> Haverá um momento de análise sobre os elementos que fazem com que os agricultores caracterizem o projeto do DNOCS de “projeto da morte”.

<sup>6</sup> O tópico será escrito em primeira pessoa do singular, por expressar as motivações da autora e o encontro com o objeto de pesquisa.

tecnologias mecanizadas de plantio e irrigação), na garantia de *commodities*<sup>7</sup> para a exportação, na utilização exaustiva de agrotóxicos, nas desapropriações para fixação de empresas com consequente proletarização dos camponeses, na exploração de mão de obra e nos impactos ambientais.

Nessa região, a modernização agrícola tem sido marcada pela distribuição desigual dos ‘benefícios’ do desenvolvimento nos distintos segmentos sociais, pelo acesso desigual aos recursos naturais e produção de lavouras indutoras do uso de venenos. É aparente que tais transformações fazem surgir problemas de saúde e agravos cada vez mais complexos, decorrentes do convívio das comunidades com impactos que promovem a irreversibilidade dos componentes ambientais, conflitos sócio-ambientais significativos, e processos intensos de desterritorialização, que culminam com a precarização do trabalho e destruição da cultura camponesa local, que quando não são expulsos de suas terras, são transformados em proletários das grandes empresas (MARINHO, 2010, p. 22-23).

Em tais cenários de conflitos na Chapada do Apodi, o Núcleo TRAMAS/UFC – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde/Universidade Federal do Ceará – vem desenvolvendo pesquisas ancoradas em diálogos com outros campos de conhecimento, outros saberes, na tentativa de promover saúde em uma perspectiva que compreenda a inter-relação profunda existente entre saúde, meio ambiente, trabalho, modelo de desenvolvimento-produção-consumo e cultura (RIGOTTO, 2011). Tal cosmovisão possibilita atender, através de estudos e ações, demandas de grupos vulnerabilizados, atingidos pelo modelo de produção capitalista.

Articulado à Universidade Federal do Ceará, o TRAMAS tenta abordar uma perspectiva científica de modo a aproximar a autonomia e as construções acadêmicas dos interesses sociais, ou as coloca a serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses (SANTOS, 2010 apud FERREIRA, 2012). Um *modus operandi* pautado na cooperação em detrimento da mercantilização do conhecimento, incorporando práticas de pesquisa articuladas aos diferentes tipos de organizações, inclusive grupos vulneráveis (a exemplo, instituições sindicais, movimentos sociais, organizações populares e não governamentais) (FERREIRA, 2012). Apresentamos a lista de pesquisas do referido núcleo na Chapada do Apodi no Apêndice A.

Foi acompanhando as atividades do TRAMAS<sup>8</sup> no território da Chapada do Apodi<sup>9</sup> que as demandas começaram a emergir, e despertou-se, assim, o interesse em trabalhá-

<sup>7</sup> De acordo com Milanez (2009, on-line), “*Commodities* são produtos de origem mineral ou vegetal, geralmente em estado bruto ou com pouco beneficiamento, produzidos em massa e com características homogêneas, independente de sua origem”. Seu preço, normalmente, é definido pela demanda, e não pelo produtor. Alguns exemplos são: soja, café, açúcar, ferro e alumínio.

<sup>8</sup> Por ocasião do Mestrado em Saúde Pública (MSP) do Departamento de Saúde Comunitária (DSC) da UFC.

<sup>9</sup> Por ocasião das falas dos pesquisadores do TRAMAS nas aulas da disciplina Produção, Ambiente e Saúde do MSP; pela visita de campo da disciplina Tópicos Avançados em Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental e pelos momentos de participação da coleta de dados da pesquisa Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental:

las a partir das perspectivas dos próprios agricultores chapadenses. Além da participação nas disciplinas no mestrado, dos encontros com o território da Chapada, das orientações da professora Raquel Rigotto, acrescento os dois momentos da maternidade durante o curso *stricto sensu* que estimularam inquietações sobre raízes, valores (os que construí são meus ou do capital?), tradições e futuro (que presente é este? A humanidade ruma em direção a qual futuro? O que vai ficar para meus filhos? Os filhos de quem sofrem/sofrerão com o modelo de desenvolvimento que desterritorializa?).

Outro ponto a ser colocado é o particular desejo em pesquisar no estado onde nasci. Almejava atuar no território norte-rio-grandense, pois acredito que, no local em que estão minhas raízes, meus semelhantes, lá, devo deixar bons frutos, e as páginas seguintes podem contribuir para o fortalecimento e para o relato do contexto atual do povo potiguar, com lutas que tanto aprecio. Por ter nascido ao pé da serra de Frutuoso Gomes/RN, estimo a cultura e a vida das comunidades como as da Chapada/RN. Filha, neta e sobrinha de camponeses, por muitas vezes, ouvi falar sobre a chegada do meu avô e tios maternos da roça, que plantavam feijão nas terras um pouco íngremes da serra, que tinham engenho de mel, feito de cana-de-açúcar, plantada de modo agroecológico e livre de exploração de trabalhadores – realidade diferente de muitos canaviais em Pernambuco ou São Paulo, por exemplo. Tal apreciação é, também, um sentimento que permeia o TRAMAS, o que demonstra uma das afinidades entre quem, por ora, escreve e o referido núcleo de pesquisa da UFC.

### *1.2 Chapada do Apodi/RN: compreendendo o problema a partir das implicações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Ceará*

A relação do TRAMAS com a Chapada do Apodi, seus habitantes e suas histórias de luta vai desde os conflitos ocorridos em comunidades de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré, no Ceará (CE) até às interfaces visualizadas na região da Chapada do Apodi do estado vizinho - Rio Grande do Norte, o que mostra um amadurecimento processual do grupo diante de tantas vivências. Entre os momentos mais marcantes do TRAMAS na Chapada do Apodi, não pode deixar de ser citado o Movimento 21 (M21), que recebe esse nome pelo dia

---

articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural, de Andrezza Pontes (2012); pelas orientações coletivas dos pesquisadores do TRAMAS (mestrandos e doutorandos). Dentre os encontros da pesquisa de Andrezza Pontes (2012), pude participar de três dos seis ocorridos, e, neles, percebi a preocupação que partia de forma mais intensa dos representantes dos movimentos sociais e dos agricultores familiares que vivem nos assentamentos ou nas comunidades previstas para serem desapropriadas pelo Projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi e que poderão dar lugar às produções das vinte e nove empresas beneficiadas.

do assassinato (21 de abril de 2010) do líder ambientalista e comunitário José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé.

Zé Maria teve como bandeira de luta o combate às pulverizações aéreas nos plantios de banana das empresas do agronegócio, que, além de prejudicarem a saúde das pessoas de sua comunidade (Tomé) e das demais circundantes através do ar e do solo contaminados, ainda eivavam a água consumida por esses habitantes da Chapada. Zé Maria teve uma postura de indignação com a situação, efetuou diversas denúncias junto ao Ministério Público, aos meios de comunicação locais, aos grupos sociais, ao Poder Legislativo e foi assassinado algum tempo depois do início de sua luta. Porém a mobilização social da população e sua articulação com o M21 tentam dar continuidade à luta pela preservação das formas de vida e dos bens naturais disponíveis na Chapada do Apodi/CE.

O cenário de conflitos e repressões vivenciados na Chapada cearense é fruto da disputa entre modelos de produção agrícola, uso e apropriação do território em que os agricultores foram submetidos a viver, para que o desenvolvimento capitalista se expandisse ancorado na modernização agrícola. Por circunstância dessas ações de modernização no Nordeste, criadas pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1950, ocorreu a implantação da política de irrigação do Baixo Jaguaribe e, posteriormente, o Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi. “Esse novo cenário acarreta a reestruturação do espaço alterando, principalmente, o modo de vida dos pequenos agricultores camponeses e das comunidades rurais” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 98). A reestruturação do território da Chapada devido ao Jaguaribe-Apodi foi intensamente marcada por um processo de des-re-territorialização que pode ser, didaticamente, explicado em quatro fases, de acordo com os referidos autores.

A primeira fase ocorreu entre 1985 e 1988 e foi denominada “(des)apropriação da terra de produção e da terra de moradia dos agricultores familiares camponeses” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 115). Nesse período, dos 15.106,68 hectares (ha) do polígono do perímetro irrigado, 10.284,23 hectares correspondem à área desapropriada. Após as desapropriações, 43% da área foi ocupada por, somente, 16 (médios e grandes) proprietários, enquanto 50% distribuídas entre 253 pequenos proprietários, o que demonstra, desde o início da implantação do perímetro, a concentração de terras nas mãos de poucos. Apesar do pagamento pelas terras ou de benfeitorias pelo DNOCS (10.284,31 ha), os autores denunciam que – dos 50% distribuídos aos 253 pequenos proprietários - cerca de 5.000 hectares foram invadidos por médios proprietários e empresas (nacionais e multinacionais).

Já a segunda fase é marcada pela criação do território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e a construção de seus fixos geográficos (estradas, pontes, aeroportos, centros de pesquisa). “As estruturas instaladas alteraram completamente a configuração espacial da Chapada, desnudando e fragilizando a natureza daquele território” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 120).

Quanto à terceira fase, ocorre a reapropriação e a expropriação dos pequenos agricultores da terra de produção. Na reapropriação, tais agricultores, de acordo com a ideia do projeto, deveriam ser transformados em pequenos produtores (nos moldes capitalistas), trabalhar com a perspectiva mercadológica e se submeter à transformação dos seus padrões produtivos e culturais. Porém quão rápido se deu a reapropriação, foi também a expropriação, que ocorreu devido, entre outros fatores, às dívidas adquiridas pelos pequenos produtores junto ao banco que financiou sua produção<sup>10</sup>, à ausência de incentivos do Estado para a manutenção de sua prática produtiva, à não isenção de taxas para o uso de água e energia por parte dos agricultores (diferentemente do que é concedido para o agronegócio), à forma de concessão de empréstimos (que os obrigava a utilizar maquinário e insumos tóxicos que eram, também, usados pelos grandes empreendimentos) (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

A partir desse fenômeno de expropriação, o domínio do espaço agrário do Jaguaribe-Apodi se deu através de invasões ou arrendamentos das terras por parte dos médios e grandes produtores (quarta fase). Segundo documentação oficial do DNOCS, a maior parte da área invadida foi ocupada por empresas nacionais e multinacionais. Algumas delas, após invadirem, arrendavam as terras a outros produtores, o que demonstra que, mesmo quando não produzindo, esses empresários lucraram de algum modo, com as terras da Chapada. Vale ressaltar que, se as terras pertencem ao DNOCS, ou seja, ao Estado, qualquer que seja a documentação de posse (mesmo alegando compra dos que, antes, adquiriram as áreas por usucapião) só testifica a apropriação de forma ilegal (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

Partindo do pressuposto de que o processo de modernização agrícola proposto pelo Estado acontece com diretrizes semelhantes nos diversos territórios do país e em se

---

<sup>10</sup> Quanto a esse quesito, os agricultores alegaram que, após se organizarem em cooperativa (esta articulava a consecução do empréstimo e recebia o dinheiro diretamente das mãos dos pequenos produtores, para que as mensalidades do empréstimo fossem pagas), houve um desfalque, já que a dívida não foi paga pelos diretores da cooperativa. Além disso, as altas cifras das contas de energia que os pequenos produtores tinham que pagar, para não pararem sua produção, foram fator contributivo para a aquisição das dívidas. Endividados, os pequenos agricultores não conseguiam mais crédito junto aos bancos para o financiamento de seus plantios e tiveram que arrendar ou vender suas posses de terras para os médios e grandes produtores (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

tratando de implantação de perímetro irrigado, tanto no Ceará quanto no Rio Grande, podemos refletir que, para os lados do RN, as comunidades da Chapada correm o risco de sofrer com impactos de mesma extensão e características semelhantes ao que ocorreu no CE.

Até o presente momento, os perímetros irrigados, no Brasil, existem para atender as necessidades de uma oligarquia rural empresarial que tomam as rédeas de um espaço, antes, considerado improdutivo ou pouco importante: o sertão nordestino. Nesses espaços, tais conglomerados agroindustriais geram o que, hoje, denomina-se Revolução Verde<sup>11</sup>, pautados no histórico sistema *plantation*, em que “grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação” e que promove profundas injustiças ambientais nos espaços vulneráveis, como no caso da zona rural de Apodi/RN (FERNANDES, 2004, on-line).

Diante disso, o agronegócio<sup>12</sup> percebe, em determinadas regiões rurais, como a da Chapada do Apodi/RN, espaços férteis para a implantação de sua prática lucrativa, pois atua em áreas distantes dos grandes centros decisórios da federação e consideradas esquecidas socialmente, com pouco ou nenhum incentivo ao trabalho que seu povo realiza para sua subsistência (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). O modelo do agronegócio, inclusive, foi lançado na sociedade a partir da tentativa estatal de imprimir novo significado ao latifúndio, já que este traz uma conotação de improdutividade, podendo ser pleiteado pelos movimentos sociais para a reforma agrária. Ao contrário do latifúndio, o agronegócio contorna uma concepção de produtividade “em pleno vapor”, acompanhando – por ter caráter de negócio – o dinamismo da globalização capitalista, da geração de riquezas e da modernidade tecnológica.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, *a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta*. [...] o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. [...] Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (FERNANDES, 2004, on-line).

Assim, os empreendimentos, em articulação com o Estado, promulgam o discurso do desenvolvimento para o campo como alternativa resolutiveira ao “atraso” desse espaço.

---

<sup>11</sup> Adiante, a Revolução Verde será contemplada no Capítulo 1 da presente pesquisa.

<sup>12</sup> Fernandes (2004, on-line) traz outras nomenclaturas para o agronegócio que, em momentos, puderam e poderão ser lidas no presente texto, como: “agricultura empresarial”, “agricultura capitalista” ou “agricultura patronal”.

Desestimulado e sem auxílio para realizar seu ofício, o camponês acaba crendo que a alternativa mais viável é a que o agronegócio lhes imprime – emprego, salário fixo, carteira assinada, possibilidade de crédito no comércio, uniforme/crachá - sem perceber ou ser orientado para os riscos aos quais o agronegócio irá submetê-los.

[...] a viabilização da atribuição desigual dos riscos se encontra na relativa fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, comunidades ditas ‘carentes de conhecimento’, ‘sem preocupações ambientais’ ou ‘fáceis de manejar’, na expressão dos consultores detentores da ciência da resistência das populações à implantação de fontes de risco. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 21).

Em se tratando dos riscos do agronegócio, além do processo violento de proletarização do camponês, podemos ressaltar o uso indiscriminado e exacerbado de agrotóxicos; uso esse que consta como condição *sine qua non* para a instalação das empresas nos espaços rurais. Os agrotóxicos são tomados enquanto tecnologia por tal segmento que os denomina de “defensivos” agrícolas e/ou “tratamento” para produtos e lavouras, todavia são, na verdade, ofensivos da vida humana, da biosfera e item que subjuga o trabalhador a condições e contextos de produção arriscados à sua saúde.

O modelo de desenvolvimento dos “agro”<sup>13</sup> traz consigo, além das injustiças ambientais e sociais, condições insalubres de trabalho que, em muito, distanciam-se da agricultura familiar pautada na agroecologia e realizada em comunidades/assentamentos, como as presentes na Chapada do Apodi/RN, antes da implantação do perímetro irrigado que o DNOCS e o Ministério da Integração Nacional pretendem consolidar naquele espaço. Os grupos desses locais costumam sobreviver à base de determinadas atividades, como: caprino-ovinocultura, apicultura, criação de aves em aviário comunitário, de porcos, de gado; plantio de sorgo, capim, feijão, algodão, milho, jerimum; horta de coentro, alface; pomar com carambola, banana, coco, abacaxi; dentre uma diversidade de cultivos que caracteriza a policultura local.<sup>14</sup>

A agricultura familiar está presente no modo de vida das pessoas, pois brotam nos seus quintais, permitindo à família rural um maior controle da produção; horários flexíveis de trabalho que obedecem mais aos aspectos culturais rurais (inclusive articulados aos horários de almoço e sesta) do que a uma lógica de mercado; uma identidade/criatividade no seu trabalho; o envolvimento da família e da comunidade no cultivo; além da garantia de sua subsistência e posse com usufruto da terra e da água que lhes pertence.

---

<sup>13</sup> Termo melhor compreendido no Capítulo 3.

<sup>14</sup> A complementação da realidade dos agricultores da Chapada do Apodi/RN será caracterizada de forma mais consistente no Capítulo 4.

### *1.3 Por que descrevemos esse contexto?*

Diante da preeminência da implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz, da presença certa do uso de agrotóxicos no local, após tal implementação e das inquietações que o momento de coleta de dados acendeu, uma agricultora familiar lançou para o grupo de pesquisa de Pontes (2012) - o que tomei como provocação científica de partida - o seguinte questionamento: “E a agricultura familiar vai acabar?”. Segundo Santos (2010, p. 15), “[...] é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade”.

Vale ressaltar que, apesar de parecer simples, a questão anterior remete a uma problemática profunda, pois não só a agricultura familiar será afetada com a preeminência de um desenvolvimentismo no local, mas as estruturas familiares, históricas, políticas, econômico-laborais, culturais, de saúde, de relação afetiva com a terra que sustenta o povo, entre outros elementos a se descobrirem após a coleta de dados. A mesma agricultora criadora da pergunta ainda relatou dificuldades e desestímulos para atuar junto ao movimento de resistência que se tece no contexto da Chapada. Mas, se há resistência, é porque haveria um conflito? Como esse conflito socioambiental na Chapada do Apodi/RN se configura?

É fato que as desapropriações que ocorrem nas comunidades da Chapada do Apodi/RN geram indignação/desesperança nos moradores da região que se preocupam com o fim do seu modo de vida, a possível proletarização do camponês, as interferências na cultura popular, o esvaziamento do campo e o êxodo rural forçado. Muitos deles alegam não ter para onde ir e dever procurar a casa de parentes: ou nas comunidades vizinhas ou na cidade. Quanto aos recursos naturais, os agricultores da Chapada e os movimentos sociais demonstram preocupação com o preeminente uso exaurido da água e do solo, além da previsão de agravos à saúde do trabalhador e ambiental já ocorridos em outros contextos com semelhante histórico (Chapada do Apodi/CE, por exemplo).

Parte dos moradores rurais da Chapada percebe os primeiros impactos da instalação do perímetro irrigado como proposto e com a inserção violenta do modelo de desenvolvimento que acompanha o agronegócio. Eles acreditam que devem lutar, até as últimas instâncias, contra a implementação dessa política. As mesmas pessoas, aqui tratadas, acreditam no seu modo de trabalho e vida.

Os agricultores familiares possuem um território rico em termos produtivos e culturais. Um contexto de vida que conta com um campo, em nada, empobrecido, mas que produz ecologicamente. Campo esse que é local de aprendizado para a academia (o território é procurado por diversos grupos acadêmicos, como da UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte e UFC, para pesquisa sobre práticas ecológicas de produção agrícola, reaproveitamento da água, produção de flores, impactos do agronegócio nas comunidades, entre outras temáticas - ver Apêndice B) e que pode contribuir com a luta contra a destruição do campesinato naquela região. Campo que consiste em, ainda, um lugar com agravos de saúde contornáveis e reversíveis e que, com a possível chegada do agronegócio, pode não possuir um serviço de saúde preparado para amenizar o irreversível.

Acreditamos, portanto, na importância de trabalhar a problemática sobre o conflito que se enseja, mais especificamente, para a Saúde Coletiva, pois esse feito pode colaborar para que os moradores se apropriem do processo em curso, da definição dos destinos previstos para seus territórios e tenham mais um espaço de expressão do que desejam para si, levando em consideração as relações entre saúde-ambiente-trabalho-cultura, com vistas a proporcionar reflexões nessas pessoas, sobre elas mesmas e seu modo de vida, na perspectiva da ecologia dos saberes.

Além disso, acreditamos ser mister, para a Saúde Coletiva, levar em consideração as lutas dos movimentos sociais, que são o retrato dos anseios dos povos para sua vida e, conseqüentemente, para os aspectos que permeiam os determinantes sociais do processo saúde-doença. cremos que a articulação dos movimentos sociais consiste em momento histórico de transformações no coletivo, em prol daquilo de que o próprio coletivo necessita. Vale lembrar que a Saúde Coletiva emerge de movimentos sociais, durante a Revolução Industrial, e sua discussão influencia iniciativas eficazes e de mobilização social no contexto atual (NUNES, 2009).

Ademais, as discussões aqui propostas colocam a pesquisa articulada com uma tradição da Medicina social latino-americana e com a Saúde Coletiva em abranger o conceito de saúde enquanto expressão de cidadania e direito, assim como expresso na VII Conferência Nacional de Saúde - materializado na Constituição de 1988 e na Lei 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde - LOS) - e discutido na Organização Mundial de Saúde (OMS), a partir dos determinantes sociais do processo saúde (ou, como alguns autores nomeiam, as causas das causas) (PORTO; FINAMORE, 2012).

Para tais momentos de discussão, traremos um primeiro capítulo com o referencial teórico que respalda as compreensões sobre a agricultura familiar no contexto da Revolução Verde, bem como as concepções sobre injustiça ambiental e impactos/riscos/conflitos provocados pelo modelo capitalista. Já o Capítulo 2 descreve o caminho metodológico (abordagem, ferramentas, encontros da pesquisa) para o trabalho de campo.

A abordagem do conflito em si dar-se-á em cinco capítulos, contudo, para fins didáticos, ou seja, de melhor compreensão e fluidez textual, os capítulos conterão alguns subtópicos. O Capítulo 3, com o título *“Bola de cristal”: os sujeitos e as construções da compreensão do conflito socioambiental*, apresentará as construções e vivências que permitiram aos sujeitos da pesquisa compreenderem que havia um contexto de conflito em seu território. Dentro do referido capítulo, traremos uma breve descrição – no subtópico 3.1 – do Perímetro Irrigado Baixo Açu, que foi visitado no intercâmbio com a realidade de Ipanguaçu/RN.

O Capítulo 4 abordará o passado (ainda bem presente) das comunidades antes das ações do DNOCS e a configuração das comunidades anteriormente à chegada do “progresso” na Chapada potiguar. A caracterização das comunidades acontecerá, com os subtópicos 4.1 e 4.2, articulada às histórias das comunidades de gênese, consideravelmente, distintas, como Quixabeirinha e Agrovila Palmares. Ainda haverá o subtópico 4.3, que continuará tal caracterização utilizando os painéis construídos pelo grupo de pesquisa.

Já o Capítulo 5 traz, em seu título, uma frase que demonstra que, para o agricultor sujeito da pesquisa, o projeto do DNOCS é pior que os fenômenos das secas que eles enfrentam ano após ano; “Pior que duas secas”: o presente das comunidades da Chapada do Apodi/RN frente às tentativas de implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. No interior desse capítulo, trazemos, além do presente das comunidades, a resistência ao projeto do Santa Cruz do Apodi (item 5.1) e os desafios do movimento de resistência na Chapada potiguar (item 5.2).

Em se tratando do Capítulo 6, abordaremos a projeção do capital e do Estado para o território chapadense, incluindo os planos estatais para a Chapada do Apodi/RN e as concepções dos agricultores familiares; a proposta do DNOCS e a análise dos invisibilizados; e o que está por trás do DNOCS (o projeto do capital). O sétimo capítulo abordará os anseios dos agricultores da Chapada para seu futuro.

Com isso, pretendemos alcançar o objetivo maior de descrever, na perspectiva dos atingidos, o conflito socioambiental decorrente da implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN. Quanto aos objetivos específicos, elencamos: compreender o processo

de construção das concepções sobre o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, apontadas pelos agricultores familiares; caracterizar as comunidades antes e após as primeiras ações de implantação do projeto; identificar as implicações do perímetro para a agricultura familiar, saúde ambiental e do trabalhador da Chapada do Apodi/RN; sistematizar as perspectivas de futuro para a Chapada do Apodi/RN por parte dos agricultores familiares.

## 2 Capítulo 1 - Agricultura familiar no contexto da revolução verde: (in)justiça ambiental e implicações/riscos/conflitos nos territórios

### 2.1 Agricultura familiar: laços entre produção, trabalho, cultura e ambiente

A condição heterotrófica (nutrição a partir de matérias orgânicas provenientes de outros seres, como os vegetais ou animais) e exploradora do ser humano obriga a arrecadar da natureza a matéria orgânica necessária a sua subsistência e, atualmente, o modo de produção que permite tal arrecadação é, primordialmente, a agricultura. Porém a agricultura não é só um mecanismo de extração de recursos alimentares para a subsistência humana, mas constitui também uma modalidade imbricada de fatores históricos e culturais, solidificados no decorrer de um longo processo evolutivo que se iniciou com o *Homo sapiens sapiens*<sup>15</sup>, há cerca de 10.000 anos.

Quanto ao homem, trata-se de uma espécie muito mais recente e [...] não nasceu agricultor ou criador. Ele assim se fez após centenas de milhões de anos de hominização, isto é, de evolução biológica técnica e cultural. Foi apenas no neolítico – há menos de 10.000 anos – que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas<sup>16</sup> naturais originais em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados. Desde então a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam elas próprias sua alimentação. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 52, grifo dos autores).

Esse processo só foi possível porque, há 12.000 anos antes de nossa Era, começou a desenvolver-se pelos humanos um processo de fabricação de instrumentos com o polimento de pedras duras passíveis de afiamento. Assim, no decorrer da história, o homem transformou os ecossistemas, adaptando-os às suas necessidades e se adaptando a eles, e tal transformação, para a constituição dos diversos sistemas agrícolas, varia em termos de local e tempo. São milênios de evoluções isoladas e/ou entrecruzadas que produziram uma gama de sistemas agrários, fundamentalmente, distintos (MAZOYER; ROUDART, 2010).

[...] as formas de agricultura observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muito diferentes (rizicultura irrigada, pastoreio, cultivos associados, arboricultura). Enfim,

<sup>15</sup> Homem atual, moderno, o homem sábio, que pensa (MAZOYER; ROUDART, 2010).

<sup>16</sup> “Conjuntos de indivíduos de uma espécie, que vivem em um tempo e lugar determinados, constituem uma *população* dessa espécie. O conjunto de populações vegetais e animais vivendo nesse lugar formam um *povoamento*, ou *biocenose*. Esse povoamento e o meio inanimado – *biótipo* (geologia, morfologia, clima) – formam um *ecossistema*. A ecosfera é composta por todos os ecossistemas do planeta.” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 51, grifos dos autores).

com o tempo, toda agricultura se transforma. Em dada região do mundo podem suceder-se espécies de agriculturas completamente distintas, que constituem as etapas de uma ‘série evolutiva’ característica da história dessa região. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44).

A agricultura familiar de hoje é, portanto, um dos sistemas agrários provenientes dessa agricultura praticada inicialmente pelo *Homo sapiens sapiens*, que deriva deste e dialoga com esse processo histórico dinâmico. Ou seja, não se constitui em fenômeno alheio ou a-histórico, mas em um processo desenvolvido através de uma evolução que demandou milênios para acontecer com as transformações do homem sobre a natureza e deste em si mesmo. Evolução essa que origina culturas e populações distintas e dotadas de construções que não deveriam ser desconsideradas pelo desenvolvimento preconizado pelo capitalismo.

A origem da vida aconteceu – e a evolução de nossa espécie está acontecendo – em íntima interação com o ambiente do planeta. Seria desnecessário lembrar isto se a cultura das sociedades capitalistas ocidentais não tivesse conseguido realizar, no plano simbólico, uma cisão tão profunda entre os seres humanos e o ambiente, fazendo-nos perder de vista a complexidade e também a poesia desta relação, ao mesmo tempo em que viabiliza a dominação da Natureza e também dos homens e mulheres. (RIGOTTO, 2003, p. 389).

Os vínculos dos agricultores familiares com sua forma de vida e de trabalho vão para além das questões envolvidas pela subsistência, mas que conotam: vínculo à terra de seus antepassados, a qual abrigará/sustentará as gerações futuras; articulação com o ambiente e as especificidades da natureza de dado local; crenças nas lendas e mitos perpetuados pelas manifestações culturais; orgulho de se alimentar do seu trabalho e lugar; entre muitos outros aspectos que poderão ser captados nas falas e no observado por ocasião dos encontros da presente pesquisa.

Ao trabalhar movida por uma lógica específica, a agricultura familiar possui valores construídos na unidade produtiva, decorrentes de uma simbiose entre o ecossistema e o agricultor que trabalha diretamente na terra. Desta forma, as tradições culturais são fortemente influenciadas pelo meio, onde há uma significativa interação, representando um traço a ser mantido pelos sucessores do grupo familiar que, amparados por técnicas tradicionais, se relacionam mais harmoniosamente com o ambiente natural em que desenvolvem suas atividades, tanto as relacionadas às atividades técnicas na agricultura quanto às sociais. [...] A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo ‘pedaço’ de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação (valores simbólicos). (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 216).

O próprio termo *agricultura familiar*, no Brasil, emerge de um processo histórico estimulado pelos movimentos sociais nos anos de 1990, que abrange três aspectos importantes: as lutas sindicais rurais atreladas à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); as pressões no Estado e a consequente legitimação do

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); a reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade para além de quantitativos e produção agrícola, vislumbrando a temática ambiental, a sustentabilidade, a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (SCHNEIDER, 2003).

Trata-se de um modelo agrícola de extrema relevância: pela sua construção histórica milenar e pelas construções sociais provenientes dela; pelo respeito da produção familiar com as questões ambientais e culturais; pelo movimento de resistência que os agricultores familiares desenham no mundo e no Brasil, atualmente, em especial, no Nordeste do país; pela sua produção, que alimenta grande parcela da população mundial; pela sua contribuição para a economia global; e pela representatividade quantitativa de seu contingente populacional.

[...] é inegável que o segmento da agricultura familiar se desenvolve e persiste até hoje. Isso fica evidenciado na significativa quantidade de mão-de-obra relativa à família empregada no campo e à diversidade (em quantidade e qualidade) de produtos oferecidos, por este segmento, para atender as demandas do mercado consumidor interno e mesmo o externo. Por isso, os agricultores familiares, são considerados essenciais para a produção de alimentos tanto da população rural quanto urbana. (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 200).

Para um total de 4.900.000 estabelecimentos [...], 4.150.000 (85%) correspondem ao setor familiar e camponês e 550.000 (12%), ao setor patronal. Mas a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população ativa agrícola [...] quando só se beneficia de 30% da superfície agrícola e de 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor [...]. A agricultura familiar e camponesa está presente em todas as grandes produções destinadas ao mercado interno ou à exportação: contribui com dois terços da produção de tubérculos e de leite, um terço da produção de soja, 20% da de carne bovina e as frutas, o fumo, a laranja, o cacau, a pimenta-do-reino são também produções camponesas no Brasil. (FAO-INCRA, 2000 apud SABOURIN, 2007, p. 719).

Apesar de um acesso tão restrito às terras brasileiras e aos financiamentos públicos, as estatísticas oficiais apresentam que o setor familiar e camponês participa de 40% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola do país. Porém a infortuna visão (difundida pelos proprietários dos meios de produção – empresários – e pelo Estado) de que a agricultura familiar é um setor pouco produtivo, atrasado e limitado ao abastecimento do mercado local pode ser contradita quando Sabourin (2007) coloca o fato de que o setor produz bem mais do que a agricultura patronal por hectare cultivado e que ocupa sete vezes mais mão de obra.

Para finalizar este item, cabe a reflexão de que o Projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz, ao entregar terras e águas para vinte e nove empresas do agronegócio, demandando desapropriação e desvalorização cultural dos agricultores familiares da Chapada do Apodi/RN, está interferindo em milênios de construção de um sistema agrário constituído na região. Além disso, são pessoas, famílias que se deparam com um processo que os exime

de usufruir das terras que são suas por vínculos histórico-culturais e por direito (já que muitos são proprietários das terras por compra delas).

## 2.2 *Capitalismo, globalização, Revolução Verde e modernização do campo*

“Nenhum sistema se sustenta se não estrutura um corpo de ideias que o justifique e o viabilize social e politicamente.”

(Edmilson Costa)

A Chapada do Apodi vivencia um momento econômico caracterizado pela expansão do capital para o aproveitamento das terras produtivas e da água abundante da região. Como mencionado na introdução do presente escrito, um processo que teve início nos territórios chapadenses cearenses e que demonstra uma dilatação para os espaços norte-rio-grandenses. Tal expansão do sistema capitalista acontece no campo na perspectiva do *agrobusiness* (agronegócio), ou seja, uma agricultura capitalista, competitiva, empresarial, provedora de divisas e subordinadora dos proprietários da força de trabalho (agricultores familiares e pessoas das comunidades nas quais se instalam) aos proprietários dos meios de produção (capitalistas) (MARX, 2006). Trata-se de um processo que acompanha o fenômeno denominado Revolução Verde – iniciada nos países desenvolvidos, mas que, como todo fenômeno capitalista, buscou vias de expansão nos territórios dos países em desenvolvimento para sustentar o sistema do capital.

Ainda nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1980, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infra-estruturas de irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28-29).

Em uma avaliação mais crítica, Mészáros (2004) contempla a Revolução Verde como uma estratégia do capitalismo global para estimular o rumo do Terceiro Mundo em direção aos padrões de alto consumo de massa norte-americanos, o que demandaria a superação do subdesenvolvimento e a convergência dos países do Sul aos valores pregados pelo “Norte democrático” através de um processo de modernização. Ou seja, em um contexto

de inúmeras revoluções globais (gerencial; keynesiana; tecnológica; científica; segunda industrial e, para alguns autores, até a terceira; da informática) emergentes nos países desenvolvidos, a partir da década de 1930, agendou-se para o Sul subdesenvolvido a Revolução Verde. “A ‘única’ coisa cuidadosamente excluída da série legítima das revoluções foi, é claro, a transformação revolucionária das relações sociais dominantes de produção e distribuição.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 137).

Aqueles que pintam o quadro fantasioso da ‘sociedade pós-industrial’ não percebem (ou não dizem) que a cínica política de transferência das ‘indústrias poluentes’ para o ‘Terceiro Mundo’ não torna o sistema global de produção capitalista nem um pouco menos industrial. [...] Tais ‘transferências de tecnologias’ só removem as práticas produtivas mais odiosas, juntamente com suas consequências altamente poluentes, dos ‘países capitalistas avançados’, depositando-as, frequentemente sob o pretexto de ‘auxílio desenvolvimento’, na soleira dos países dependentes. (MÉSZÁROS, 2004, p. 138).

A Revolução Verde dissemina uma modernização do campo a partir da mecanização-motorização, bem como do estabelecimento de agroempresas (em geral, multinacionais) produtoras de *commodities*, através da modalidade de cultivo de monoculturas, com amplo financiamento público e concessões (de terras, de água, de recursos naturais) estatais, além do uso expansivo de agrotóxicos como condição *sine qua non* para a produção agrícola nessas empresas e por parte dos fornecedores (pequenos produtores) do agronegócio. Além disso, a Revolução se configura na exploração de mão de obra barata e na transferência de indústrias poluentes das sociedades da abundância<sup>17</sup> (desenvolvidas) para os países periféricos, com o pretexto de inclusão destes no cenário globalizado de modernidade.

A partir da globalização, o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a criação de centenas de milhares de filiais pelo mundo afora e transformou o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a ter a possibilidade de se utilizar das melhores disponibilidades dos países, quer em termos de mão-de-obra, quer em termos de matérias primas, facilidades fiscais e creditícias, além da precarização do trabalho, o que lhe permitiu recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial. (COSTA, 2008, p. 24).

Desse modo, a Revolução Verde, como parte do processo de expansão do capital, insere-se em um contexto de globalização, que pode ser definido por Costa (2008) da seguinte forma:

---

<sup>17</sup> Mézáros (2004) discute um quesito interessante sobre a sociedade da abundância: o modelo capitalista tenta projetar o discurso de que está atuando, para que exista no mundo uma sociedade de abundância, que possui ilhas de pobreza. Porém Mézáros (2004) reflete que, da forma como o modelo se configura, ocorre, certamente, o inverso, ou seja, ilhas de abundância em uma sociedade de pobreza. Como ele afirma, as ilhas são a sociedade de abundância.

A globalização é um fenômeno do nosso tempo, uma singularidade originária do capitalismo que foi construído a partir da segunda metade do século 20, quando as corporações iniciaram a aventura da internacionalização da produção. [...] A globalização também representa uma fase nova do capitalismo, período em que este modo de produção atingiu plenamente seu amadurecimento e se transformou num ‘sistema mundial completo’. Até o período anterior à globalização, o capitalismo era completo apenas em relação a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportação de capitais. Mas, ao expandir a mundialização para as esferas produtiva e financeira, bem como para os outros setores da vida social, o sistema unificou globalmente o ciclo do capital, fechando assim um processo iniciado com a Revolução Inglesa de 1640. (COSTA, 2008, p. 20-22).

A globalização encontra-se em curso em praticamente todas as regiões da terra e vem produzindo uma série de mutações na vida social da humanidade que estão “impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em todas as partes do planeta, quer influenciadas pelos meios de comunicação, quer pelo poder econômico-financeiro das grandes corporações internacionais” (COSTA, 2008, p. 11). Um fenômeno expansionista que modificou a conjuntura de comunidades, já comentadas, no Baixo-Jaguaribe/CE e que se apresenta para as comunidades de agricultores familiares de Apodi/RN. Um desenvolvimentismo abraçado pelo Estado (como exposto na introdução desta pesquisa) que se mostra mínimo, desregulado, protetor dos mercados competitivos, e instrumento de garantia da propriedade e dos contratos privados.

Isso ocorre, pois o modelo capitalista impulsor desse processo de globalização compreende ações que deveriam ser típicas do Estado (estabelecer regras e normas que regulam, distribuem e condensam a ordem social) como burocráticas e limitadoras do desenvolvimento e, com isso, visionou eliminar a legitimidade e a noção do Estado nacional, principalmente, as possibilidades de soberania econômica e cultural. “As regras de livre mercado, especialmente o livre movimento do capital financeiro, foram progressivamente eliminando – ou tentando eliminar – o controle político dos Estados nacionais sobre a economia mundial” (SAUER, 2010, p. 143). Tudo para atender as exigências de uma burguesia neoliberal acumuladora de capitais. Assim,

No que se refere à política propriamente dita, o neoliberalismo não tem nenhum escrúpulo. Desde que o governante cumpra os objetivos do capital financeiro especulativo dos países centrais, esses dirigentes, por mais corruptos e desmoralizados que sejam, são tolerados e seus governos defendidos em fóruns internacionais e na mídia. [...] O dirigente que não se enquadrar na nova ordem é satanizado, desmoralizado internacionalmente e, na maioria das vezes, destituído do poder – pelas armas, pelo poder econômico, ou pelo poder manipulatório dos meios de comunicação. O neoliberalismo busca também dismantlar o mais rapidamente tudo o que foi construído no período anterior à globalização. (COSTA, 2008, p. 14).

Desmantelar, inclusive, a agricultura familiar, que carrega consigo, como já mencionado, toda uma construção milenar e, portanto, tem gênese anterior à globalização. Isso acontece quando adentra no território camponês a modernização advinda dessa Revolução Verde, que tenta transformar o campo – antes, espaço de construção cultural e criativa do trabalho; antes, local de morada dos camponeses; antes, espaço de simbiose com o meio ambiente; antes, local de herança de gerações; antes, local de retirada do sustento de famílias inteiras; antes, campos de policulturas – em espaços destinados à instalação de indústrias sustentadas na des-re-territorialização (com a destruição de territórios); no trabalho assalariado; na extração de recursos, produção de *commodities* e acumulação de riquezas a partir do que Marx (2006) denomina trabalho não pago ou mais trabalho; no emprego, com alienação das atividades laborais; na transformação de dinheiro em capital; na produção para exportação; no uso de máquinas, em detrimento do homem, agrotóxicos e transgênicos; na degradação ambiental e cultural dos territórios.

Este processo civilizatório capitalista abarca todas as esferas da vida em sociedade, integrando, modernizando e mesmo diluindo o mundo agrário. Este perde as suas características (inclusive sua base econômica passa a ser de atividades não agrícolas) deixando de ser o lugar de manutenção da reprodução de valores tidos como *tradicionais*, a exemplo do comunitarismo e do familiarismo. (SAUER, 2010, p. 27, grifo do autor).

Ou seja, a transformação da agricultura em indústria, justificada pela falácia da modernização do campo sucede em virtude da chegada do capitalismo nos territórios camponeses sob a forma do agronegócio, como ferramenta de industrialização da agricultura. São transformações socioculturais velozes, decorrentes da já citada tendência de internacionalização na modernidade, que acarretam inovações tecnológicas destruidoras e reconstrutoras de territórios. Tal velocidade da modernização do campo (sem levar em conta seus aspectos sociais e históricos), para atender as tendências atuais globais, pode acarretar um processo despojado de si mesmo, alienado e possível de advento de uma ditadura do movimento (HAESBAERT, 2009).

Se ser moderno é ‘estar de acordo com sua época’ como o senso comum legitimou, também é, como indica a própria raiz do termo, ‘estar na moda’, acompanhar o momento. Mas viver o presente ignorando o passado é *modismo*, é seguir constantemente na ‘crista da onda’ que marca o presente, é não se fixar/se enraizar em objetos e ideias, é mutação/‘derreterritorialização’ permanente, velocidade que não pára, só passa – rede/fluxo que pensa a mudança como simples mobilidade, pois mutação que se dá todo tempo acaba se tornando um mudar por mudar, sem atingir mais que a superfície dos fatos. [...] A modernidade, e especialmente a modernidade contemporânea [...] vê na mutação técnica a (ilusão) da mudança real, efetiva. (HAESBAERT, 2009, p. 57, grifo do autor).

Ao passo que a globalização e a Revolução Verde abarcam conotações de modernização, impondo mudanças nos territórios camponeses (ditadura do movimento) para convergir com os padrões desenvolvidos de produção agrícola (ou para a exploração desses espaços como locais onde o capitalismo pode se expandir – já que não cabe mais em si nos países desenvolvidos) – acaba trazendo à tona a superficialidade desse campo, invisibilizando as profundidades dos territórios e suas conformações históricas. Desse modo, o modelo do capital invisibiliza o real, o campo que já existe e o aborda como um passado atrasado e transferido ao plano das saudades.

O que permanece é o bucólico, a nostalgia da natureza, a utopia da comunidade agrária, tribal, indígena, passada, pretérita, remota, imaginária. [...] A própria cultura de massa, agilizada pela indústria cultural, retrabalha continuamente a nostalgia da utopia bucólica. Tanto pasteuriza como canibaliza elementos presentes e pretéritos, reais e imaginários do mundo agrário. Reinventa o campo, *country*, *campagna*, *champ*, sertão, deserto, serra, montanha, rio, lago, verde, ecologia, meio ambiente e outras formulações, aparecidas no imaginário de muitos como sucedâneos da utopia do paraíso. (IANNI, 1997 apud SAUER, 2010, p. 27-28).

Tal valorização do superficial (em detrimento das profundidades do trabalho, do ambiente, da vida das pessoas das comunidades chapadenses de Apodi/RN) pode ser percebida no contexto da Chapada, quando, na citada reunião entre o DNOCS, os agricultores familiares, os representantes da academia e os gestores apodienses, estes últimos defenderam a projeção do Perímetro Irrigado Santa Cruz, afirmando que, na Chapada, só tinha pedra. Certamente que a Chapada é provida de rochas, o que demonstra uma riqueza local – a mineral -, porém sem deixar de lembrar outras abundâncias (ambientais, culturais, históricas) incomensuráveis na região, que serão expostas nas falas dos sujeitos da presente pesquisa.

### 2.3 *Injustiça ambiental, desigualdades sociais e conflitos no campo*

Relembrando a crítica de Mészáros (2004) apresentada no tópico anterior, a prática capitalista de transferência de indústrias poluentes para os países periféricos (oferecendo, como consolação, a titulação de “em desenvolvimento” para esses países) demonstram, em suma, a remoção de práticas que o autor denomina de “mais odiosas” (p. 138) e suas consequências “altamente poluentes” para o interior das fronteiras dos países dependentes. A lógica circunscrita nesse discurso converge com a ocorrência de contextos, atualmente, discutidos, de injustiças ambientais densas, geradoras de conflitos socioambientais locais e de um movimento maior por justiça ambiental.

[...] este é um contexto que cria condições para aprofundar e ampliar os impactos negativos do processo de desenvolvimento, do capitalismo avançado, sobre o trabalho, a saúde e o ambiente, particularmente pelo enfraquecimento de dois atores sociais fundamentais até então: o Estado e as organizações dos trabalhadores. O alento vem, sem dúvida, da emergência e da expansão internacionalizada do movimento ambientalista, que tende a integrar em suas pautas lutas pela democratização da sociedade, pela ampliação da participação na esfera pública, pela defesa de direitos de cidadania, direitos humanos, sociais e de terceira geração (gênero, étnicos etc.), qualidade de vida, defesa da diversidade cultural, da integração cultural, da seguridade e da paz. (RIGOTTO, 2003, p. 393).

O Movimento de Justiça Ambiental<sup>18</sup> (MJA) é um movimento pelos direitos civis, rede de lutas solidárias.

[...] consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e em seguida internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do ‘racismo ambiental’, visto como uma forma de racismo institucional. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 23).

Ao perceber que os estudos apontavam para uma distribuição espacialmente desigual da poluição e que tais pesquisas não eram bem sucedidas em conseguir impactar as agendas públicas para os fatos, o Movimento de Justiça Ambiental “estruturou suas estratégias de resistência recorrendo de forma inovadora à produção própria de conhecimento”, realizando pesquisas multidisciplinares sobre as condições da desigualdade ambiental, inicialmente, norte-americanas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 19).

As desigualdades ambientais estão ancoradas nos interesses de uma elite socioeconômica poderosa (que define onde serão implantadas as infraestruturas perigosas do capitalismo); nas políticas estatais que protegem esses interesses; na desinformação (organizada pelos blocos econômicos para disseminar a desigualdade como necessária ao desenvolvimento: lógica do “mal necessário”) da população despossuída; e na neutralização da crítica (empresas conhecedoras dos riscos que causam ganham a simpatia da população atingida pelo seu processo produtivo). Tais desigualdades ambientais deságuam, inevitavelmente, na desigualdade social e, em determinados contextos, são produzidas a partir de situações que levam à proteção ambiental desigual e ao acesso desigual aos recursos ambientais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

---

<sup>18</sup> “A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservado, respeitado e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16).

A constatação da desigualdade ambiental, tanto em termos de *proteção desigual* como em *acesso desigual*, nos leva a reconhecer que o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente. É nesse sentido que os mecanismos de produção da desigualdade ambiental se assemelham muito aos mecanismos de produção da desigualdade social. [...] A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e da mentalidade) e da exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriados por outrem. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 75-76, grifos dos autores).

Nesse ínterim, sendo a pobreza o efeito mais visível da desigualdade social, que ocorre também a partir da distribuição desigual das partes de um ambiente (desigualdade ambiental), prevê-se, com as desocupações dos agricultores familiares da Chapada do Apodi/RN, um contexto preliminar de pobreza para os camponeses da região; lembrando que o fato interferirá na saúde do trabalhador e na saúde do ambiente da Chapada. Além disso, a entrada do agronegócio nesse território carrega consigo a incumbência de se fixar a partir da captação das terras dos agricultores e do uso indiscriminado dos bens, com deposição de dejetos (subprodutos) e utilização de agrotóxicos nos processos produtivos. Assim, as bases que fundamentam o modelo capitalista têm proporcionado ao mundo um contingente atual de 850 milhões de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza, eximidos de usufruto dos seus direitos sociais e ambientais. Não pode deixar de ser considerado o fato de que os grupos sociais vulneráveis vivenciam o desaparecimento de etnias, modos de vida, culturas e biodiversidades. Tal fenômeno ameaça o futuro da humanidade e desencadeia um descontentamento que é fonte potencial de transformações a partir dos movimentos sociais (SILVA et al, 2011).

Em rejeição aos moldes de padronização que o capitalismo busca implantar e expandir, anuncia-se como caminho estratégico de resistência o reconhecimento, a valorização e a divulgação da diversidade enraizada nos territórios. [...] de um lado o capital, e de outro, os grupos sociais que têm denunciado as diferentes formas de violência e a destruição do planeta gerada pelo capital. [...] Nesse sentido, a construção de um projeto que vislumbre uma sociedade humanizante e humanizada e que rompa com a lógica de destruição do planeta e de submissão às necessidades da reprodução do capital e degradação das condições de vida humana em todas as suas dimensões é a condição para a construção de alternativas de trabalho e vida pautadas em novas relações socioambientais entre os seres humanos e deles para com o planeta. O futuro depende dessa tomada de decisão de construção de uma cultura contra-hegemônica. (SILVA et al, 2011, p. 432-434).

As certezas (previamente vislumbradas pelas populações da Chapada do Apodi/RN a partir das aproximações com as realidades das comunidades afetadas pela modernização agrícola do Baixo-Jaguaribe e das vivências atuais relacionadas às

desocupações em curso no campo apodiense) e incertezas (sobre como se dará o processo de implantação de tal modernização por ocasião do Perímetro Irrigado Santa Cruz) relacionadas ao futuro da Chapada do Apodi/RN fazem germinar descontentamentos e resistências vivenciadas pelos camponeses dessa região. Evidencia-se, portanto, um contexto marcado pela correlação de forças entre o poder do capital e o movimento das pessoas, dois opostos que contracenam em uma conjuntura que cativa a inquietação dos riscos que o modelo do capital e as injustiças ambientais estão por desencadear.

#### *2.4 Saúde do trabalhador, saúde ambiental e modernização agrícola: previsão e contextos de risco no campo*

De certo que um modelo “desenvolvimentista” como o que impulsiona a implementação do Perímetro Irrigado Santa Cruz em Apodi/RN não existirá sem causar severas transformações no contexto dos grupos vulneráveis. Como consequência, as saúdes do trabalhador e ambiental das comunidades da Chapada do Apodi potiguar estarão sujeitas às mutações oriundas desse processo. Tal compreensão pode ser corroborada por alguns autores que aproximam as duas áreas (Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental), antes, espaçadas nos contextos de discussão científica, mas, intimamente, relacionadas nos cenários cotidianos das populações.

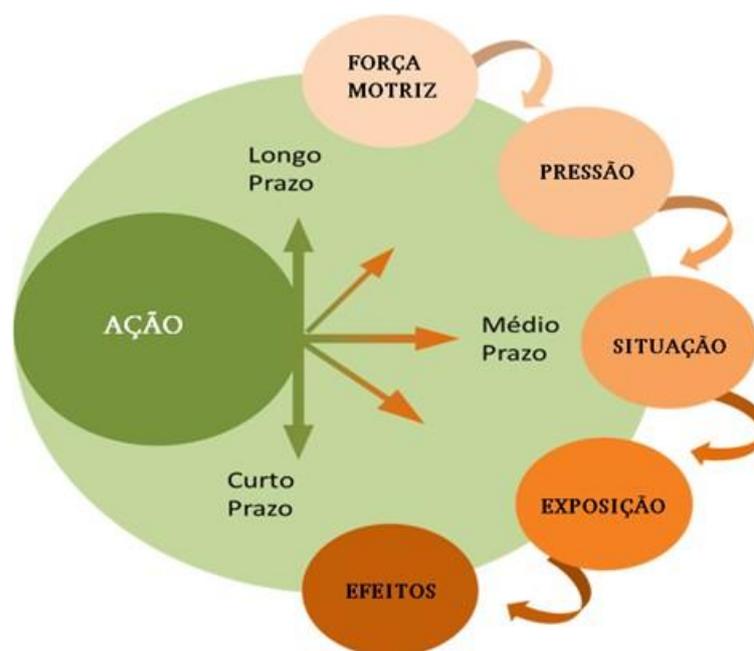
Ao dialogar com Karl Marx e Asa Cristina Laurell, Rigotto (2003) traz à baila, o trabalho é compreendido, aqui, enquanto um processo no qual o Homem intercambia-se com a Natureza, transformando-a ao passo em que é transformado por ela. Com uma articulação tão íntima entre os dois entes ressaltados, os fenômenos interferentes nesse intercâmbio geram alterações no processo saúde-doença que os envolve, já que este “é determinado pelo modo como o Homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção” (LAURELL, 1982 apud RIGOTTO, 2003, p. 391).

Assim, o modelo econômico que impera na sociedade atual determina a configuração do que se tem enquanto efeitos para as populações e interfere no processo saúde-doença do coletivo. Um modelo que, como já discutido, está ancorado na acumulação de capital e expansão mercadológica a partir de meios de produção que degradam a vida. Tal lógica penetra na natureza, desnaturaliza-a e implica exposições diferenciadas aos indivíduos, com riscos que podem acarretar danos à saúde (RIGOTTO, 2003). Uma ilustração que pode

exemplificar as reflexões acima colocadas é a Matriz (ou Marco) Causa-Efeito para a saúde e o ambiente (Figura 1), que foi traduzida e adaptada de *Organización Panamericana de Salud* (2000 apud RIGOTTO, 2003).

A Matriz revela que o modelo de desenvolvimento vigente exerce uma pressão social no que concerne ao aumento da produção-consumo, o que implica alterações na disponibilidade de recursos, perigos naturais e novos níveis de contaminação. Tais alterações e perigos sujeitam os indivíduos à exposição externa a agentes ou situações (efeitos), geralmente, nocivos ao seu processo saúde-doença. Tem-se, portanto, um modelo econômico que se expande, em muitos territórios, a partir de situações concretas de degradação do bem-estar de grupos vulneráveis e seus ambientes.

Figura 1 – Matriz ou Marco Causa-Efeito para a saúde e o ambiente



Fonte: Organização Mundial de Saúde (2000).

A exemplo, podem ser citados os perímetros irrigados que são instalados no Nordeste brasileiro, que servem para manter as agroindústrias altamente poluentes e com efeitos discrepantes para a saúde do ambiente e a do trabalhador; riscos não mais permitidos em países desenvolvidos.

Os países ‘desenvolvidos’ do hemisfério Norte – pressionados pela sociedade e pelo Estado a uma reforma ecológica – estariam *exportando riscos para os países ‘subdesenvolvidos’ ou ‘emergentes’ do Sul*. Aqueles processos mais consumidores de recursos naturais, mais geradores de poluentes e que se caracterizam por processos de trabalho mais insalubres e perigosos – a ‘indústria suja’ – tenderiam a

se localizar em alguns locais: os que apresentem legislações ambientais e trabalhistas menos rigorosas; em que o aparato institucional de vigilância não tenha condições de fazer valer as políticas consensadas; em que a população e os trabalhadores estejam fragilizados pelas precárias condições de vida e dispostos a ‘aceitar qualquer coisa’ em troca de uma fonte de renda; em que a sociedade civil não esteja suficientemente informada e organizada para defender seus interesses. (FRANCO, 1998; RIGOTTO, 2002 apud RIGOTTO, 2003, p. 393, grifo nosso).

Desse modo, essa “indústria suja”, mais especificamente, a proveniente da modernização agrícola (como o agronegócio), acarreta riscos modernos<sup>19</sup> e, conseqüentemente, doenças do desenvolvimento nos países do Hemisfério Sul. Tais riscos têm sua “origem relacionada à ‘infusão de conhecimento humano no meio ambiente material’”. [...] A natureza transformada pela ação humana, através da produção de bens de consumo, envolve cada vez mais uma divisão global do trabalho” (LENZI, 2006 apud GONDIM, 2008, não paginado).

Dessarte, a conjuntura preconizada para os territórios da Chapada potiguar está permeada de riscos à saúde daquela população (apesar de omitidos no Relatório de Impacto Ambiental, a ser discutido posteriormente). Lembra-se que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2002), entende-se risco à saúde como a “probabilidade de que uma pessoa sofrerá um dano devido a uma ameaça em particular. Pode-se reduzir o risco evitando determinadas atividades, porém não se pode eliminá-lo por completo. No mundo real não existe risco zero” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002 apud GONDIM, 2008, não paginado). Isso pode ser reforçado com a concepção de que mesmo comunidades que vivem preservando e perpetuando os traços culturais dos seus antepassados, respeitando seus processos de trabalhos e o ambiente, como as da Chapada, apresentam em seu escopo os chamados riscos tradicionais<sup>20</sup>. Porém esses últimos são, deveras, muito menos agressivos que os riscos modernos já comentados.

Vale ressaltar que os riscos modernos - inerentes ao modelo econômico atual - são percebidos e vivenciados em todas as esferas da vida pública e privada. Beck (1992 apud GONDIM, 2008, não paginado) traz para o centro dessa discussão o termo “sociedade de

<sup>19</sup> “[...] contaminação da água pelos núcleos de população, indústria e agricultura intensiva; contaminação do ar urbano pelas emissões de motores de veículos, centrais energéticas e indústria; acumulação de resíduos sólidos e perigosos; riscos químicos e por radiação devidos à introdução de tecnologias industriais e agrícolas; risco de doenças infecciosas novas ou emergentes; desflorestamento, degradação do solo e outras mudanças ecológicas importantes nos níveis locais e regionais; mudança climática, esgotamento da camada de ozônio da estratosfera e contaminação transfronteiriça.” (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE SALUD, 2000 apud RIGOTTO, 2003, p. 394).

<sup>20</sup> “[...] falta de acesso à água potável, saneamento básico deficiente nas moradias e na comunidade, contaminação dos alimentos por organismos patogênicos, contaminação do ar interior pelo uso de carbono ou combustíveis de biomassa para aquecimento e cozinha, sistemas insuficientes de eliminação de resíduos sólidos, riscos de acidentes de trabalho na agricultura e indústria domésticas; catástrofes naturais, como inundações, terremotos, secas; vetores de doenças, especialmente insetos e roedores.” (RIGOTTO, 2003, p. 394).

risco” como sendo um coletivo produto de transformações, como a globalização (processo que separa as relações no tempo e espaço, cuja principal consequência é a desterritorialização), a individualização (está relacionada com o processo de destradicionalização) e a reflexividade (revisão permanente dos aspectos da vida social e das relações com a natureza) (SPINK, 2001 apud GONDIM, 2008).

Diante disso, por compreendermos risco como a probabilidade de dano a outrem; que os riscos atuais estão associados às atividades do homem; e que sociedade de risco está relacionada à desterritorialização, destradicionalização e necessidade de reflexão acerca da relação sociedade-natureza, concebemos o território previsto para a implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz como um espaço que pode perceber os riscos/impactos provenientes da modernização agrícola no local. Esse fato necessita ser pensado junto com os agricultores familiares locais, para que sejam preconizadas e executadas ações intersetoriais de acordo com o que é abordado pelo Marco Causa-Efeito.

### 3 Capítulo 2 - Veredas metodológicas

Dizer que delinear os caminhos metodológicos de um estudo é uma das tarefas mais árduas para o pesquisador pode parecer um discurso amiúde. Porém se torna um tanto original quando o pesquisador se vê diante de tal desafio, ou seja, sai do plano das *brainstorms* (tempestades cerebrais) – geradas pela pergunta inicial advinda dos sujeitos, pela problemática, pelos objetivos e pelas teorizações – para cair no campo das definições metodológicas e alinhá-las aos elementos anteriores. Concordamos com Demo (1987) quando afirma que metodologia é uma preocupação instrumental. Creio ser não só uma escolha, mas uma preocupação. Preocupação com os ajustes, com os procedimentos, com as ferramentas, com os caminhos (DEMO, 1987). Arriscamo-nos a filosofar que a metodologia de um estudo é, nesse ínterim, a preocupação com os caminhos da própria vereda metodológica. Todavia:

É um erro superestimar a metodologia, no sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência. O mais importante é chegarmos onde nos propomos a chegar, ou seja, a fazer ciência. A pergunta pelos meios de como chegar lá é essencial também, mas é especificamente instrumental. Somente o metodólogo profissional faz dela a sua razão de ser, principalmente o filósofo da teoria do conhecimento. [...] Este reparo não deve ser interpretado como secundarização. Apenas buscamos colocar as coisas nos seus lugares. (DEMO, 1987, p. 19).

Partindo do problema elencado pelo estudo proposto e do objetivo geral, percebemos que há um objeto com aproximações em direção às falas de sujeitos que vivem em locais de vulnerabilidades socioambientais e sentirão/sentem os impactos de um processo de injustiça ambiental que se desenha, como no caso da Chapada do Apodi/RN. Nas Ciências Sociais, as aproximações de objetos de pesquisa com as comunidades acontecem de forma mais aberta do que em outros campos científicos, como as Ciências da Saúde, por exemplo. O subjetivo é elencado enquanto “fonte a se beber” de forma abundante e profunda. Weber (1999) aborda a questão de quantificar menos e interpretar mais os fenômenos, para que o conhecimento se torne mais estimado, quando se refere aos estudos em saúde, mais especificamente, da Psicologia.

O valor cognitivo será sempre maior à medida que o pesquisador procura substituir o procedimento quantitativo com formulações e sistematizações semelhantes às das ciências naturais, por uma ‘interpretação’ dos fenômenos por meio da compreensão empática e, por causa disso, na medida em que também se assimilar, o menos possível, aqueles pressupostos gerais que são usados pelas disciplinas das ciências naturais por causa dos seus fins epistemológicos específicos (WEBER, 1999, p. 83-84).

Nas Ciências da Saúde, as compreensões dos aspectos subjetivos reforçam a introdução da cultura na definição do conceito de saúde e ampliam as articulações com o social. Lembramos que, de acordo com Minayo (2008b),

é preciso entender que, ao ampliar as suas bases conceituais incluindo o social e o subjetivo como elementos constitutivos, as ciências da saúde não se tornam menos ‘científicas’, pelo contrário, elas se aproximam com maior luminosidade dos contornos reais dos fenômenos que abarcam (p. 31).

Até porque “a teoria da prática que aparece como condição rigorosa das práticas, não é menos teórica” (BOURDIEU apud MINAYO, 2008b, p. 22). Podemos inferir, desse modo, que a pesquisa parte das demandas reais/sociais e não é menos teórica e científica por isso, e apresenta laços com os saberes das Ciências Sociais, bem como da Saúde.

### *3.1 Abordagem metodológica: vislumbrando o campo*

Como anteriormente colocado, as aproximações com o campo (fase exploratória da presente pesquisa) aconteceram quando quem ora escreve, após iniciação no mestrado e contato com o TRAMAS, iniciou o acompanhamento dos encontros da pesquisa de Andrezza Pontes (mestranda na época), ocorridos em Apodi. Em tais encontros, era muito marcante, nas falas dos membros do grupo de pesquisa, os descontentamentos quanto ao projeto do DNOCS que estava preconizado para o território chapadense. Percebemos também que havia um relatório e muitos discursos dos representantes do Estado defendendo a proposta e ressaltando “benesses” relacionadas à “chegada do progresso” no município. Porém os que viviam no território reclamaram de não serem escutados em seus anseios para o futuro e suas insatisfações quanto ao presente (discursos de autoridades, primeiras ações de desapropriação).

Assim, desde as primeiras aproximações com o campo e com o objeto da pesquisa, amadurecemos que as implicações e pressões do projeto do DNOCS nos agricultores da Chapada/RN, bem como a situação conflituosa existente, deveriam ser captadas a partir das falas dos sujeitos implicados, fato que reforça a abordagem qualitativa da pesquisa, pois esta se valeu de material discursivo ou outras formas de linguagem com uma “abordagem interessada no microssocial, baseada em palavras, histórias e narrativas cujo interesse é a dimensão subjetiva [...]” (BOSI; MERCADO, 2004, p. 35). Essa dimensão consiste em um universo com significado sobre o valor da terra e da agricultura familiar, motivos para discordar do projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, crenças sobre o

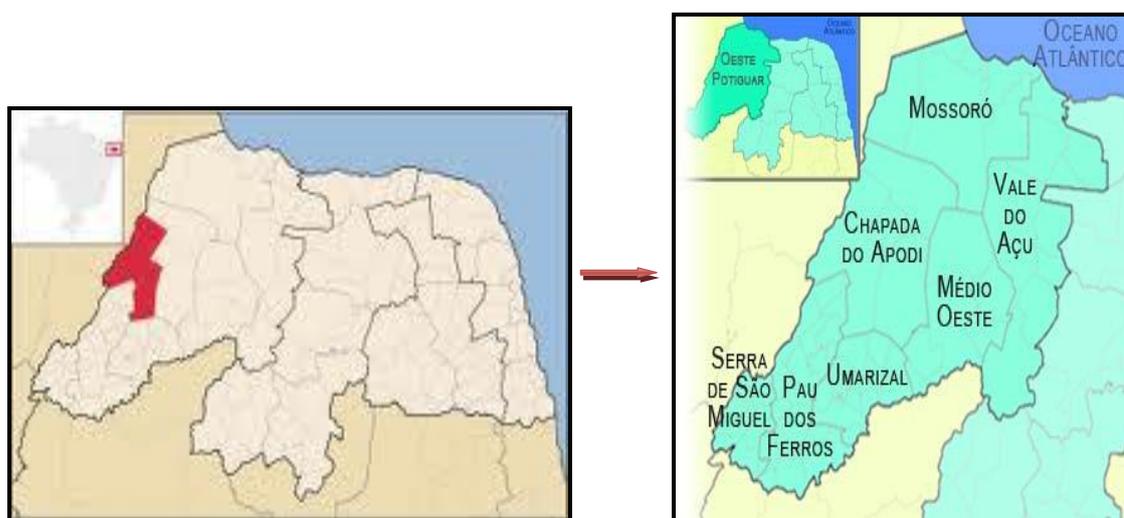
futuro das comunidades, atitudes frente às ações primeiras do DNOCS, aspirações dos agricultores para seu território, atualmente, em conflito (MINAYO, 2008a).

### 3.2 Local da pesquisa: o campo em si

O estudo aconteceu em Apodi/RN, que será caracterizado, no presente tópico, a partir dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com algumas informações gerais, a saber: espaciais-demográficas e residenciais, econômicas, de saúde e algumas especificidades rurais. Vale ressaltar que as informações referentes à zona rural foram extraídas dos indicadores expostos pelo IBGE e que não contemplam as questões socioambientais e de trabalho das populações; lembrando que tal caracterização será trazida, no decorrer da pesquisa, a partir das falas dos sujeitos desta.

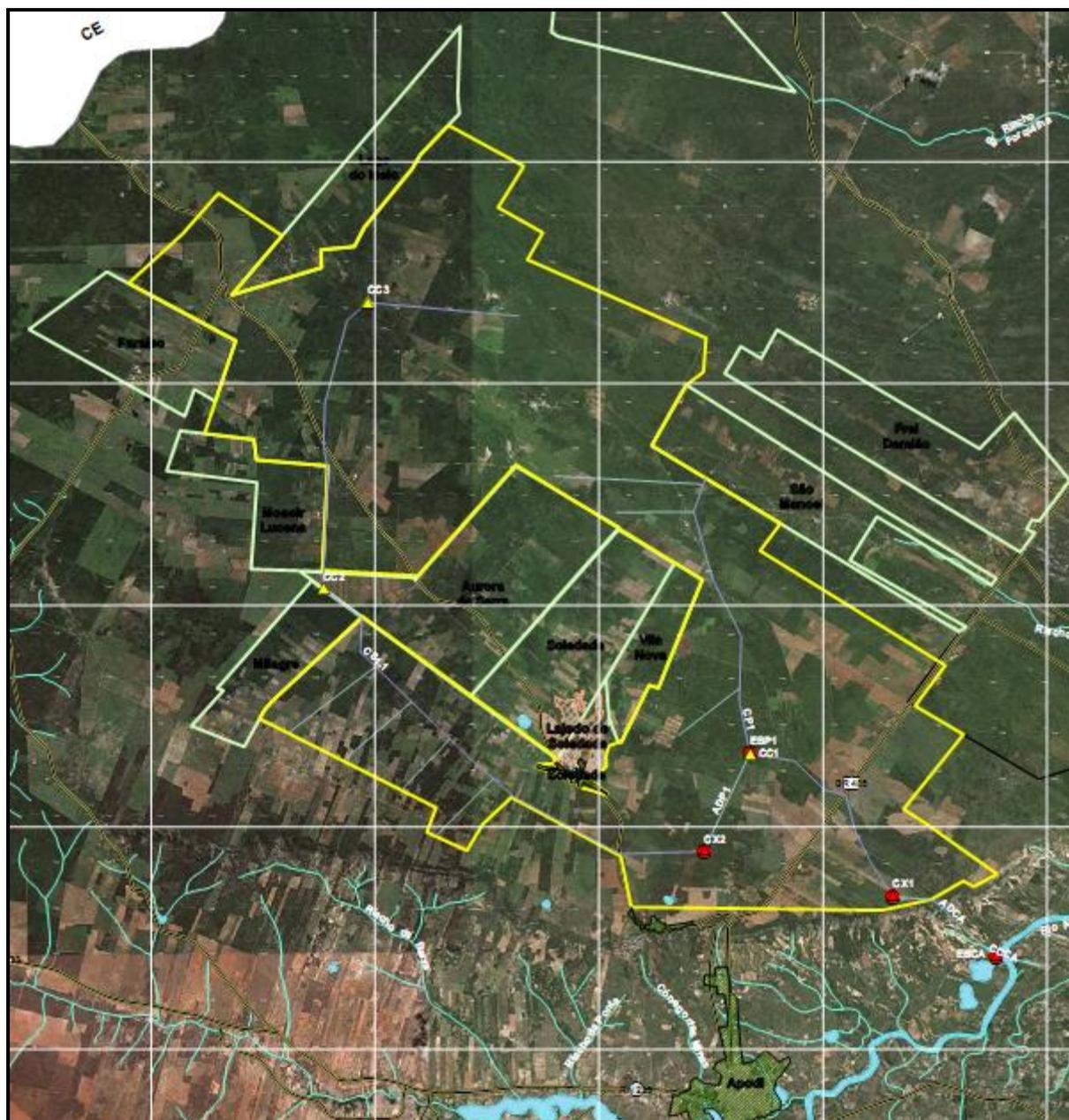
O município de Apodi, como demonstra a Figura 2, está localizado no Rio Grande do Norte, um estado do Nordeste brasileiro, mais especificamente, na Mesorregião do Oeste Potiguar. Na região da Chapada (zona rural de Apodi), está preconizada uma área para compor o poligonal do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, no espaço bem próximo ao estado do Ceará, como expresso na Figura 3.

Figura 2 - Mapa do Brasil com destaque para o estado do Rio Grande do Norte, o município de Apodi e localização da Chapada do Apodi



Fonte: [http://www.rio-grande-do-norte.com/diretorio/index.php?cat\\_id=966](http://www.rio-grande-do-norte.com/diretorio/index.php?cat_id=966). Adaptado pela autora.

Figura 3 - Mapa de identificação do poligonal que envolve o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz e legenda respectivamente



LEGENDA	
	Rodovias Federais
	Rodovias Estaduais
	Rodovias
	Hidrografia
	Massas D'água
	Poligonal Envolvente do Projeto
	Assentamentos - INCRA
	Áreas Urbanas
	Lajedo Soledade
	Divisão Municipal
	Divisão Estadual
Captação e Rede de Canais	
	Comporta
	EEB
	Adutora
	Canal

Fonte: DNOCS (2009).

Quanto às questões espaciais, Apodi apresenta uma área de 1.602,471 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) e 34.763 habitantes (17.376 homens e 17.387 mulheres) vivendo em 11.962 residências o que confere ao município, portanto, uma densidade demográfica de 21,69 habitantes por km<sup>2</sup>. Das pessoas que vivem na zona urbana, 8.428 são homens, e 9.103 são mulheres; e, na zona rural, 8.948 são homens, e 8.284 são mulheres. Foram registrados, em 2010, 539 nascidos vivos. Os domicílios (9.999 unidades), em Apodi, são do tipo casa (9.891 unidades), casa em vila ou em condomínio (41 unidades), apartamento (63 unidades) e habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (04 unidades). Do total de domicílios particulares, 6.211 recebem abastecimento de água pela rede geral municipal; 3.035 são abastecidos por poços ou nascentes da própria propriedade ou de fora dela; 51, por água de chuva (armazenada em cisternas ou de outras formas); 148, por rio, açude, lago ou igarapé e 45, por carros-pipa. Outras questões que merecem ser citadas sobre os domicílios são: 9.203 têm banheiro de uso exclusivo do domicílio; 355 não têm banheiro ou sanitário; 6.235 têm lixo coletado; 3.133 queimam o lixo na propriedade; 133 enterram o lixo na propriedade; 431 jogam o lixo em terreno baldio ou logradouro; 07 jogam o lixo em rio, lago ou mar; 60 dão outro destino não especificado pela fonte; 9.876 têm energia elétrica; 123 não têm energia elétrica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Sobre as informações econômicas, e articulando-as ainda às questões domiciliares, o rendimento salarial domiciliar se caracteriza por: 1.531 vivendo com até 1/2 salário mínimo; 2.428 com mais de 1/2 a 1 salário mínimo; 3.119 com mais de 1 a 2 salários mínimos; 2.069 com mais de 2 a 5 salários mínimos; 395 com mais de 5 a 10 salários mínimos; 96 com mais de 10 a 20 salários mínimos; 15 com mais de 20 salários mínimos; 346 sem rendimento. Fazendo uma ponte entre as questões salariais e a raça ou cor dos residentes em Apodi, tem-se:

- **Das 12.422 pessoas que se declararam de raça ou cor branca:** 5.660 pessoas sobrevivem com até 1 salário mínimo; 1.335 pessoas sobrevivem com mais de 1 a 3 salários mínimos; 232 pessoas sobrevivem com mais de 3 a 5 salários mínimos; 134 pessoas sobrevivem com mais de 5 a 10 salários mínimos; 22 pessoas sobrevivem com mais de 10 a 20 salários mínimos; 5.039 pessoas sem rendimento;
- **Das 1.081 pessoas que se declararam de raça ou cor preta:** 589 pessoas sobrevivem com até 1 salário mínimo; 93 pessoas sobrevivem com mais de 1 a 3 salários mínimos; 13 pessoas sobrevivem com mais de 3 a 5 salários mínimos; 07 pessoas sobrevivem com mais de 5 a 10 salários mínimos; 02 pessoas sobrevivem com mais de 10 a 15 salários mínimos;

salários mínimos; 377 pessoas sem rendimento. Vale salientar que, ao contrário dos dados coletados sobre as pessoas de raça ou cor branca, os de raça ou cor preta declararam obter um rendimento de, no máximo, 15 salários mínimos;

- **Das 169 pessoas que se declararam de raça ou cor amarela:** 107 pessoas sobrevivem com até 1 salário mínimo; 07 pessoas sobrevivem com mais de 1 a 3 salários mínimos; 01 pessoa sobrevive com mais de 3 a 5 salários mínimos; 54 pessoas sem rendimento. Aqui, os dados demonstram uma discrepância maior ainda, pois os de raça ou cor amarela declararam um rendimento de ½ a um máximo de 05 salários mínimos;
- **Das 16.375 pessoas que se declararam de raça ou cor parda:** 7.867 pessoas sobrevivem com até 1 salário mínimo; 1.324 pessoas sobrevivem com mais de 1 a 3 salários mínimos; 195 pessoas sobrevivem com mais de 3 a 5 salários mínimos; 75 pessoas sobrevivem com mais de 5 a 10 salários mínimos; 96 pessoas sobrevivem com mais de 5 a 30 salários mínimos; 6.891 pessoas sem rendimento;
- **Das 07 pessoas que se declararam de raça ou cor indígena:** 05 pessoas sobrevivem com até 1 salário mínimo; 02 pessoas sobrevivem com mais de 1 a 3 salários mínimos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Apodi conta com uma receita orçamentária corrente de 34.939.311,47 reais, um Produto Interno Bruto (PIB a preços correntes) de 263.994 mil reais e um PIB per capita de 7.380,73 reais. Apresenta, também, de acordo com o Cadastro Central de Empresas divulgado pelo IBGE, 525 unidades empresariais locais, com 2.492 pessoas ocupadas (2.054 delas são assalariadas) com salário médio mensal de 1,8 salários mínimos. Porém, ainda expõe um índice de pobreza de 60,75%, segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Os números apresentados neste parágrafo tenderão a aumentar com a chegada do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, na Chapada/RN. Além das empresas existentes no município, Apodi ainda conta com uma produção agropecuária e extração vegetal dos seguintes gêneros:

Tabela 1 – Produção agropecuária e extrativista referente a 2010, do município de Apodi/RN

AGRICULTURA	PECUÁRIA	EXTRATIVISMO
Algodão herbáceo (em caroço) – 240 toneladas colhidas	Mel de abelha – 356.510 quilogramas	Cera de carnaúba – 163 toneladas
Algodão herbáceo (em caroço) – 3.185 hectares plantados	Bovinos – 21.458 cabeça	Carvão vegetal – 69 toneladas
Arroz (em casca) – 4.200 toneladas produzidas	Equinos – 1.815 cabeças	Lenha – 4.583 metros cúbicos

Feijão (em grão) – 1.800 toneladas produzidas	Asininos – 2.895 cabeças	Madeira em tora – 385 metros cúbicos
Milho (em grão) – 3.081 toneladas produzidas	Muares – 659 cabeças	Semente de oiticica – 7 toneladas
Sorgo granífero (em grão) 6.000 toneladas produzidas	Suínos – 5.571 cabeças	---
---	Caprinos – 28.832 cabeças	---
---	Ovinos – 17.685 cabeças	---
---	Galos, frangas, frangos e pintos – 33.122 cabeças	---
---	Galinhas – 28.146 cabeças	---
---	Vacas ordenhadas – 2.874 cabeças	---
---	Leite de vaca – 1.763 mil litros	---
---	Ovos de galinha – 117 mil dúzias	---

Fonte: IBGE (2010).

Para atender uma população com o perfil expresso pelos números (de forma geral e pouco reflexiva, pois não é a intenção da presente metodologia analisar os dados e indicadores municipais), o município ainda conta com 12 estabelecimentos de saúde: 07 públicos (01 hospital estadual e 06 unidades municipais) e 05 privados (04 com fins lucrativos e 01 sem esses fins, ou seja, a maternidade filantrópica). Apodi também dispõe de um centro de saúde que funciona como referência na assistência com especialidades médicas. Conta, além disso, com 07 Equipes de Saúde da Família (ESF), das quais três são destinadas à atenção à zona urbana e quatro, à zona rural. Dessas 04 equipes rurais, 03 são responsáveis pela atenção às comunidades da Chapada em si: ESF da Areia; ESF da Chapada; ESF do Góis. Os números apresentados pelo IBGE sobre as morbidades hospitalares são precários, pois demonstram, por exemplo, em 2010, somente um óbito por doença respiratória em homem.

### 3.3 Formação do grupo de pesquisa: “de mãos dadas” com o campo

“O objetivo prioritário do pesquisador não é ser considerado um igual, mas ser aceito na convivência.”

(Maria Cecília de Souza Minayo)

Os impactos previstos para comunidades vulneráveis estão entrelaçados com processos de discriminação, racismo, perda de direitos, omissão de instituições públicas que deveriam estar a serviço da saúde coletiva, entre outros fatores (PORTO; FINAMORE, 2012). Assim, é imprescindível o exercício de buscar aproximações com essa realidade, a partir de diálogos com os próprios sujeitos implicados, objetivando-se uma construção coletiva de

saberes importantes para a agricultura familiar local, as saúdes ambiental e do trabalhador em questão e tentando-se pesquisar de uma forma que não perpetue a discriminação a esses sujeitos<sup>21</sup>. Nessa tentativa de se chegar a uma aproximação com os sujeitos sociais, concordo com Pessoa (2011) quando expressa que

[...] o planejamento conjunto de proposições e ações pensando criticamente as fragilidades, necessidades, mecanismos de superação e adaptação, sendo realizada de forma participativa, poderá semear mudanças no contexto local. Então, é essencial propor um caminho metodológico que aproxime e dialogue com os trabalhadores, comunidades [...] com vistas à reapropriação do território pelos sujeitos sociais. (PESSOA, 2011, p. 72).

Destarte, as ações e os encontros da pesquisa foram planejados em conjunto com os participantes dela. Inicialmente, buscamos reforçar os vínculos já construídos com o campo, a partir do contato com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi. Foi marcado um encontro no qual estavam dois membros do sindicato presentes. A proposta da pesquisa foi levada aos membros da instituição, pois são pessoas atuantes no movimento de resistência contra o projeto do DNOCS e que, por conhecerem a realidade e o território com mais propriedade, contribuiriam profundamente para a indicação de pessoas a serem convidadas para compor o grupo. Novamente comentando, a proposta da pesquisa foi colocada para eles, que pensaram em alguns nomes de agricultores familiares na perspectiva de abranger pessoas dos mais diversificados territórios da Chapada/RN. Nesse momento, houve a preocupação, por parte deles, de convidar aqueles em que eles acreditavam que, realmente, compareceriam aos encontros, pessoas que, costumeiramente, estavam nas ações dos movimentos, ou que estivessem se aproximando das discussões recentemente (como o caso do Agricultor 7 e outros que foram convidados, mas não compareceram).

Aconteceu, então, um segundo encontro para formação do grupo de pesquisa. Neste, a proposta foi apresentada a um grupo maior, que sugeriu convidar alguém de Agrovila Palmares, Tabuleiro Grande, Moacir Lucena, Algodão e Milagres. Essas pessoas foram convidadas pelo grupo já maior, porém, no terceiro momento de definição do grupo de pesquisa, os representantes de Algodão e Milagres não compareceram. Com os presentes, a proposta de pesquisa foi, novamente, apresentada, discutida e, após a concordância dos presentes em fazer parte do trabalho, eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - no Anexo A). Daí, então, foi formado um grupo de pesquisa composto por 11 sujeitos: 01 de Quixabeirinha, 01 de Soledade, 01 de Tabuleiro Grande, 01 de Baixa

---

<sup>21</sup> No caso, quando as pesquisas não levam em consideração as falas e percepções dos próprios sujeitos imbricados com os conflitos socioambientais.

Verde IV, 01 de Moacir Lucena, 01 de Sítio do Góis, 02 de Agrovila Palmares, 02 de Laje do Meio e 01 de Bamburral. Este último, apesar de ser de uma comunidade da região do Vale e não da Chapada, foi abraçado pelo grupo, por ter se disponibilizado a contribuir após convite feito, mostrando identidade com o problema de pesquisa, por ser agricultor familiar e por atuar nos movimentos sociais, principalmente, no tocante às ações de resistência ao projeto do DNOCS.

Tabela 2 – Caracterização dos sujeitos do grupo de pesquisa

SUJEITO	COMUNIDADE/ ASSENTAMENTO DE PROCEDÊNCIA	SEXO	IDADE (anos)	PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS
<b>Agricultora 1</b>	Sítio do Góis	Feminino	38	Membro titular do STTR
<b>Agricultor 2</b>	Bamburral	Masculino	27	Membro titular do STTR
<b>Agricultora 3</b>	Comunidade Laje do Meio	Feminino	40	Membro titular do STTR e Movimento de Mulheres de Apodi
<b>Agricultor 4</b>	Moacir Lucena	Masculino	43	Associado ao STTR
<b>Agricultor 5</b>	Soledade	Masculino	40	Membro titular do STTR
<b>Agricultor 6</b>	Agrovila Palmares	Masculino	49	Membro titular do STTR
<b>Agricultor 7</b>	Quixabeirinha	Masculino	24	Associado ao STTR
<b>Agricultora 8</b>	Agrovila Palmares	Feminino	48	Membro titular do STTR presidente da Associação dos Produtores Rurais da Vila Palmares (APROMARE)
<b>Agricultor 9</b>	Baixa Verde IV	Masculino	45	Associado ao STTR
<b>Agricultor 10</b>	Tabuleiro Grande	Masculino	43	Associado ao STTR
<b>Agricultor 11</b>	Laje do Meio	Masculino	36	Associado ao STTR

Fonte: Consulta aos próprios agricultores familiares do grupo.

Concordamos com Porto e Finamore (2012) quando tratam da formação do grupo de pesquisa enquanto um processo delicado de construção de laços de confiança, para que seja possível a produção de conhecimento durante o tempo proposto (ou necessário) pelo estudo dessa articulação. Outro ponto relevante, para que a confiança seja transversal ao processo de construção do saber, é o respeito solidário do pesquisador com as comunidades atingidas em suas demandas, estimulando-se a autonomia e o protagonismo diante dos conflitos em questão.

A formação do grupo de pesquisa aconteceu de modo processual e com liberdade de os primeiros participantes indicarem pessoas, que indicaram outros sujeitos. Temos a segurança de que foi dada a liberdade de o grupo ser montado por eles mesmos, com a

ressalva de respeitarmos os critérios de inclusão (se disporem a participar do grupo de pesquisa em datas e locais sugeridos por eles e, previamente, pactuados; serem agricultores familiares vivendo e trabalhando no território; e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e o número máximo de 12 pessoas, pois há o entendimento de que as reuniões de grupos de pesquisa devem acontecer com um número pequeno de participantes, por isso não seria interessante formar um grupo numeroso, pensando-se no andamento das construções durante o processo (MINAYO, 2008b).

O grupo tinha enquanto característica o fato de todos serem, de algum modo, atuantes em espaços de discussão e tomada de decisão quanto às questões do modo de vida nos seus respectivos territórios ou relacionada à zona rural de Apodi, quando as pautas são colocadas nas assembleias e fóruns no sindicato. Os sujeitos, por serem agricultores familiares, estão associados (como grande parte das pessoas da zona rural de Apodi) ao STTR, sempre participam das reuniões mensais e mobilizações. Inclusive, a participação dos agricultores apodienses nas ações organizadas pelo sindicato é um ponto a ser destacado no contexto do município em tela, já que, nas reuniões, fóruns e caminhadas nas ruas, apresentam quantitativo consistente de pessoas, como percebido quando da oportunidade da pesquisadora em participar. Dentre os visualizados, destacamos: o Caminho das Águas e os Fóruns Mensais da Agricultura Familiar de Apodi.

Eles apresentavam uma média de idade de 36,5 anos, a maioria do sexo masculino e com escolaridade que vai desde o ensino fundamental incompleto até o superior completo. Apesar de alguns contratempos de agenda da pesquisadora e dos sujeitos do grupo, a participação de cada um foi interessante e rica na medida em que os sujeitos, quando provocados com os questionamentos feitos nos encontros, vinham com falas que deram margem para as diversas reflexões, posteriormente, apresentadas. As pausas, dúvidas ou falta de posicionamentos eram poucas, e as convicções nas opiniões sobre o projeto do DNOCS chamaram atenção.

Entre os que menos se expressaram, um deles (o Agricultor 7) estava participando recentemente das discussões do movimento de resistência e, por ter demonstrado interesse na discussão sobre o projeto do DNOCS em reuniões anteriores à pesquisa e por já participar das reuniões da associação de moradores da comunidade onde vive (Quixabeirinha), foi convidado a participar do grupo pelos primeiros componentes. Isso era uma forma de trazer para as discussões alguém que se aproximava dos argumentos e solicitações dos resistentes ao Perímetro Irrigado. Outro deles (Agricultor 11) vinha acompanhar sua esposa no grupo e, sempre, participava das discussões, o que o levou a ser convidado a se tornar parte do grupo

de forma oficial e documentada, pois suas falas foram relevantes para a descrição do conflito socioambiental existente na Chapada potiguar.

O Agricultor 2, apesar de ser de Bamburral (comunidade da região da zona rural de Apodi denominada Vale), ao demonstrar participação no movimento de resistência, conhecimento sobre algumas particularidades do projeto do DNOCS e por estar bem à frente do movimento de resistência na Chapada, além de ser agricultor familiar e membro do STTR, foi convidado a estar nos encontros para trazer suas contribuições.

A presença de alguns outros, como Agricultores 4 e 9, deu-se pelo fato de os eles estarem no momento de construção da carta de Apodi para o Dossiê ABRASCO (2012), e as Agricultoras 1 e 3, na pesquisa de Pontes (2012), o que os levaria a estar na continuidade das pesquisas e dos encontros de articulação entre academia e território, fortalecendo a participação destes no movimento de resistência. O Agricultor 6 e a Agricultora 8 foram de suma importância, pois vivem na comunidade considerada um entrave para a execução do projeto: Palmares (esse contexto será descrito no decorrer do trabalho).

Enfim, a importância de cada um no grupo é indiscutível, a simplicidade e riqueza das falas demonstrarão isso, qualquer que seja o motivo ou a forma de inserção nas discussões da pesquisa. Com ou sem experiência e participação mais efetiva e constante no movimento, os sujeitos participaram e trouxeram o recado que querem que a sociedade saiba com relação ao Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.

### *3.4 “Colheita” (coleta) dos dados: os instrumentos técnico-epistemológicos e os encontros do grupo de pesquisa*

Após o referido momento de articulação com os novos parceiros, apresentação da proposta da pesquisa e assinatura dos TCLE, aconteceram os encontros (abordados logo mais) na sede do STTR de Apodi e nos dias 03 e 25 de abril, e 11 de julho de 2013. As datas, assim como o local de encontro, foram definidas pelo grupo de acordo com a facilidade de acesso de todos ao Sindicato e à centralidade deste, bem como de acordo com a agenda dos participantes e suas atividades diárias. Os dois primeiros momentos aconteceram das 9 às 13 horas (horário corrido, a pedido dos participantes), e o último ocorreu das 9 às 15 horas, com pausa de uma hora para almoço no local. Em todos os momentos, foram utilizados roteiros norteadores (Apêndice C), sob a coordenação de moderador (autora desta pesquisa) capaz de estimular a participação e o ponto de vista de todos e de cada um, já que “O valor principal

dessa técnica fundamenta-se na capacidade humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos” (KRUEGUER, 1988 apud MINAYO, 2008b, p. 269).

Os encontros foram gravados com gravador, que geraram áudio no formato MP3; as falas foram transcritas para posterior análise. Somando-se a estes, foram feitas entrevistas semiestruturadas – que, também, foram gravadas e transcritas - com Agricultor 6, de Agrovila Palmares, sobre a fundação e conformação de sua comunidade; e com um membro do Sindicato e do movimento de resistência, também agricultor familiar, sobre o movimento de resistência (roteiro semiestruturado de ambas as entrevistas no Apêndice D).

Além disso, o conteúdo observado nos encontros com os sujeitos da pesquisa e nas mobilizações (como Fóruns mensais da Agricultura Familiar, Caminho das Águas, formação de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em terra desapropriada pelo DNOCS) das quais se participou foi registrado em diário de campo. “Nesse caderno, o investigador deve anotar todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais.” (MINAYO, 2008b, p.194). No processo de interação e observação, o observador interfere no objeto observado, que, por seu turno, já altera o conteúdo da observação, levando à reciprocidade entre sujeitos, através de diálogo e respeito das pluralidades, dos discursos e do saber de quem vivencia o processo pesquisado, proposta da ecologia dos saberes (SANTOS, 2000; MORIN, 2003 apud VIRGINIO, 2006).

Vale ressaltar que as técnicas supracitadas serviram para dar respaldo ao desenvolvimento de um saber coletivo, derivado de perspectivas plurais, insubmisso às relações de poder e que deságue em benesses sociais que minimizem, ou eliminem as demandas sociais (VIRGINIO, 2006). A construção de tal conhecimento, sendo dinâmica e reflexiva (SANTOS, 2002 apud VIRGINIO, 2006), previne ou impede que o homem seja colocado na condição de objeto (NICOLESCU, 1999 apud VIRGINIO, 2006). Entrementes, com a humildade de reconhecer que não há ignorância total tampouco saber geral, ou seja, incompletude do conhecimento, a presente pesquisa se respalda, via Santos (2005), na assertiva de que todo conhecimento é ignorante de outros conhecimentos, o que requer um diálogo com a pluralidade social. Tal compreensão perspectiva romper com a monocultura científica para galgar degraus à ecologia dos saberes.

Não se trata aqui de considerar que o saber não científico é alternativo para a construção do científico, já que a ideia de alternatividade perpassa uma noção de estar à margem, de subalternidade. O saber proveniente da simplicidade do cotidiano, dos lugares do homem, do ser na vida (não somente do ser vivo) deve ter espaço nos debates

epistemológicos, inclusive na elaboração de pesquisas acadêmicas (NICOLESCU, 1999 apud VIRGINIO, 2006; SANTOS, 2005).

A ecologia dos saberes visa criar um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimento. Consiste em conceder 'igualdades de oportunidades' às diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas, visando à maximização dos seus respectivos contributos para a construção de 'outro mundo possível', isto é, de uma sociedade mais justa e mais democrática, bem como de uma sociedade mais equilibrada em relação à natureza. A questão não está em atribuir igual validade a todos os tipos de saber, mas antes em permitir uma discussão pragmática de critérios de validade alternativos, que não desqualifiquem à partida tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna. (SANTOS, 2005, p. 19).

O desafio é construir sentido e satisfação na vida, a partir do aprender a saber criar, a ter na criatividade, adubada por todas as formas de saber, a matriz de uma nova racionalidade que ajude, mais do que compreender a realidade, a inaugurar atitudes e estruturas sociais capazes de conferir sentido e satisfação à vida. [...] em função do desafio da construção de interdependência e reciprocidade dos saberes presentes na sociedade, precisamos, mais do que nunca, de uma imaginação científica que inclua, em suas teorias, métodos e procedimentos o problema, ainda insuficientemente refletivo, de enriquecimento do conhecimento científico por outras formas de conhecimento. Mais do que criar um homem novo, o homem precisa nascer de novo. (NICOLESCU, 1999 apud VIRGINIO, 2006, p. 128).

Sendo assim, os diálogos, por serem frutos dos contextos dos sujeitos, protagonizaram a construção de um saber acadêmico, mesmo que ainda não considerados critérios para algumas constituições científicas. Nesse ínterim, a pesquisa ocorreu a partir de algumas experiências que tentam respeitar e, mais, levar em consideração o saber do agricultor familiar chapadense, como demonstrado nos subtópicos a seguir.

### 3.4.1 PRIMEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA

O primeiro momento teve o intuito de compreender quais vivências dos agricultores familiares permitiram que eles construíssem as concepções sobre o projeto do DNOCS. Assim, houve o diálogo sobre o contexto dos territórios nos quais se localizam os Perímetros Irrigados Jaguaribe-Apodi e Baixo Açu, bem como sobre as realidades de municípios que têm agroempresas (como Baraúna/RN), incluindo o agronegócio já instalado na Chapada/RN. Esses territórios já foram visitados por alguns representantes dos movimentos sociais de Apodi/RN e agricultores familiares que compõem o grupo por ocasião da pesquisa de Andrezza Pontes ou pela participação em eventos e nos movimentos de luta contra o projeto do DNOCS para a Chapada/RN. O grupo trouxe ao centro suas impressões das realidades visitadas, inclusive, sobre a realidade de comunidades agroecológicas conhecidas por eles.

Para tanto, foi feita uma discussão com roteiro norteador semiestruturado e roda de conversa, na qual os sujeitos puderam se expressar acerca dos questionamentos propostos para o momento.

#### 3.4.2 SEGUNDO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA

No segundo momento, aconteceu uma abordagem do que se preconiza para a Chapada/RN, com a discussão da proposta do Perímetro Irrigado Santa Cruz, de acordo com uma apresentação do DNOCS de 2013 e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Para o momento, foi convidado um membro do Sindicato – que tem formação superior em Geografia, faz parte da diretoria do Sindicato e é atuante nos movimento de resistência ao projeto do perímetro - por estar a par da nova proposta do DNOCS para a Chapada do Apodi/RN (discutida no Capítulo 5). Desse modo, foram apresentadas a proposta do DNOCS de 2008 e a proposta mais atual, de 2013. Inclusive, fora o membro do STTR em questão, nenhum dos membros do grupo de pesquisa havia tido contato com a nova proposta, e o encontro da pesquisa foi a primeira ocasião de divulgação do projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi reformulado pelo DNOCS. Por ser uma proposta, até então, inédita ao conhecimento dos agricultores, as reformulações geraram discussões no grupo, que ia acontecendo na medida em que a proposta era explanada.

Logo após, foi trazido o projeto Padre Pedro Neefs – desconhecido por muitos do grupos - como proposta construída conjuntamente, entre docentes da UFRN e agricultores sindicalistas, para a agricultura familiar de Apodi. Posterior a isso, algumas ações do movimento de resistência contra o perímetro irrigado e atuação do Sindicato na construção e disseminação das informações que merecem destaque foram apresentadas e discutidas.

Os intuitos do momento eram: socializar a nova proposta do projeto do perímetro de acordo com as proposições estatais; divulgar a proposta Padre Pedro Neefs; provocar reflexões do modelo que se preconiza para a Chapada; captar e divulgar as ações do movimento de luta contra o perímetro e receber possíveis contribuições dos demais agricultores do grupo de pesquisa sobre tais ações.

#### 3.4.3 TERCEIRO ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA

Esse encontro aconteceu em dois momentos. No primeiro deles, construímos uma cartografia social sobre a vida nas comunidades, a partir das concepções dos próprios

agricultores familiares, através de fotografias, além de relato histórico de forma escrita e oral. O objetivo do momento foi dialogar sobre e caracterizar a vida das comunidades da Chapada/RN – incluindo seus processos produtivos, percepção de limitações, desafios e positivities da vida do agricultor familiar em seu território, expressão do trabalho e da cultura desses sujeitos, assim como as características ambientais, a concepção de saúde e de agricultura familiar dos chapadenses.

No segundo momento, o grupo foi dividido em quatro subgrupos, que discutiram entre si sobre quatro pontos importantes para a pesquisa e característicos da realidade e das percepções das pessoas desse território em conflito socioambiental: o passado sem o DNOCS; o presente com o DNOCS (ou seja, com as primeiras ações de implantação do perímetro); o futuro que eles (o Estado representado pelo DNOCS e seus representantes) querem pra nós; o futuro que nós (agricultores familiares) queremos.

Vale ressaltar que foi um momento de, além da construção de uma cartografia diversificada e utilizando ferramentas variadas sobre a vida dos territórios chapadenses, pensaram-se e mapearam-se os efeitos (já percebidos e vivenciados e os possíveis) do Perímetro Irrigado Santa Cruz para o território em questão.

Cumpramos salientar que acreditamos que a avaliação coletiva das ações esteve presente no decorrer de todas as etapas do processo, desde os contatos iniciais até o final das atividades. Porém foi ao final do terceiro encontro que uma avaliação mais direta sobre a relevância e a metodologia da pesquisa foi realizada por eles, provocada pela pesquisadora, com o compromisso de, após a finalização dos instrumentos acadêmicos (dissertação e artigo científico), haver o retorno ao território, para trazer os resultados das análises realizadas. Concordamos com Minayo (2008a) quando afirma que “é no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas” (MINAYO, 2008a, p. 56).

### 3.5 *Análise dos dados: “os frutos colhidos”*

“Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua que é perguntada.”

(Boaventura de Sousa Santos)

“Não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.”

(Orlandi)

Como percebido, o presente estudo propõe uma abordagem científica do objeto a partir de conhecimentos “alternativos” que apresentam, em seu bojo, conhecimentos mais interessantes e uma riqueza de experiências sociais que não devem ser desperdiçadas (SANTOS, 2010 apud FERREIRA, 2012). Ou seja, um conhecimento que dialogue com os diferentes saberes de povos do campo (no caso), para que suas vivências e demandas sirvam de aporte à construção de uma ciência comprometida ética, política, humana e socialmente. Assim, o estudo assumiu a postura desafiante de aproximar o saber popular do científico, com uma práxis que “bebe da fonte” da ecologia dos saberes, tentando se desnudar de práticas engessadas, reducionistas, quantificáveis, pautadas na compreensão ocidental de mundo (como se as demandas de todo o mundo fossem, igualmente, as ocidentais).

A possível integração entre conhecimento local e outras formas de conhecimento potencializam o desenvolvimento de práticas mais democráticas e de justiça distributiva por reduzirem assimetrias de poder e acesso a recursos que conformam contextos de vulnerabilidade socioambiental. Para Corburn, o conhecimento local incorpora inúmeros elementos importantes, como as noções de identidade (social) e lugar; evidências oriundas de tradições, intuição, imagem, história oral e narrativas que trazem a tona valores e vivências; é constantemente renegociado, sobretudo quando novas circunstâncias, experiências e riscos emergem num lugar; e possui o potencial de confrontar, embora não necessariamente de forma antagônica, a ciência, a expertise e as práticas institucionais convencionais. (PORTO; FINAMORE, 2012, p. 1499).

Portanto residiram nas narrativas da vida de uma pequena parcela do povo da Chapada potiguar o material necessário para a compreensão e interpretação do conflito vivenciado, e a avaliação do grupo no último momento de coleta e produção científica (elementos para a construção da dissertação e do artigo). Concordando que os dados foram colhidos transversalmente a uma práxis dinâmica e a partir de experiências de um povo simples, tentamos realizar, por conseguinte, uma análise pautada na sistematização e interpretação não mecanicista de divisão de falas e textos, mas criativa, simples e popular, que refletisse bem a pergunta de partida, o objeto de estudo, os dados coletados, os sujeitos da pesquisa e a perspectiva da ecologia de saberes. Ainda argumentando a questão da análise dos dados, resgatamos a frase acima mencionada, de Boaventura de Sousa Santos (2010), que estimula a reflexão sobre qual linguagem ou forma de análise se utilizar diante do método de pesquisa escolhido (de acordo com a demanda e os conflitos das comunidades da Chapada/RN).

Assim, as falas, depois de transcritas e transformadas em textos, foram percebidas dentro das reflexões propostas e trazidas por cada capítulo, já especificados na introdução do trabalho. Ou seja, falas que poderiam abordar as seguintes categorias: as influências na construção das concepções dos sujeitos sobre o conflito na Chapada potiguar; o passado sem o DNOCS; o presente com o DNOCS; o futuro que o DNOCS quer para o território chapadense; o futuro que os agricultores querem para eles. Frente a isso, o conflito existente foi descrito seguindo uma historicidade e a caracterização do território impactado, a reflexão sobre as pressões já percebidas e vivenciadas, a proposta do DNOCS e o que está por trás dela, bem como o futuro que os agricultores gostariam de viver - elementos discutidos nos capítulos que se seguem.

Para fins de análise do contexto vivido na Chapada do Apodi/RN, permeado pela infiltração da modernização agrícola e dos movimentos desencadeados a partir desse fenômeno, consideramos que “Entender a dominação e, principalmente, a resistência a ela, supõe considerar o universo da cultura, conhecer não só o concreto vivido pelas pessoas, mas também os processos pelos quais a ele atribuem significados” (SADER, 1988 apud SILVA et al, 2011, p. 433). Vale lembrar que a análise, tão somente, promoveu aproximações com a realidade, e não a apreensão da essência desta, e os processos de construção e tradução de discursos foram o que permitiu a conversão dos saberes científicos em saberes cotidianos (FOUREZ, 1995 apud VIRGINIO, 2006).

Como já explicado, essa tradução foi pensada na perspectiva da ecologia dos saberes, que, ao possibilitar intercâmbio e comunicação de saberes, busca a maximização da contribuição de cada saber no desafio da compreensão da realidade e a construção de uma nova concepção de emancipação social, alternativa à globalização neoliberal (SANTOS, 2005 apud VIRGINIO, 2006).

### 3.6 Aspectos éticos

Atualmente, apesar dos debates emergentes na ciência e nas áreas de conhecimento, a pesquisa em Saúde, no Brasil, é regida pela Resolução 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que aborda que pesquisa é a

classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência. (BRASIL, 1996, p. 1).

No caso do presente estudo, tratou-se de uma pesquisa envolvendo seres humanos, por ser uma “pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (BRASIL, 1996, p. 1). Assim, a eticidade da presente pesquisa envolve:

- **Autonomia:** o estudo buscou se processar com dignidade e respeito, defendendo as vulnerabilidades dos sujeitos implicados com o projeto de pesquisa. Tais sujeitos participaram desta de forma livre e esclarecida, afirmando isso ao assinar o TCLE<sup>22</sup>. Vale ressaltar que o termo também garante a não divulgação das imagens e dos nomes dos participantes; por isso, no decorrer da colocação das falas, os sujeitos da pesquisa serão identificados pelos termos “Agricultor” ou “Agricultora” e diferenciados pelos algarismos arábicos, que vão do um ao onze, e o entrevistado, bem como o convidado, para apresentarem o RIMA e o projeto do DNOCS, serão tratados por Membro do STTR 1 e 2, respectivamente;
- **Beneficência:** a pesquisa se comprometeu com a transparência dos riscos e a minimização destes, bem como com a maximização dos benefícios que o presente estudo trouxe/trará. Lembra-se que, no TCLE, foram expostos os possíveis riscos e benefícios da pesquisa, já que, segundo a Resolução 196/96 do CNS, toda pesquisa gera riscos, por mínimos (diante dos benefícios) ou minimizados (pelo pesquisador antes ou no decorrer da pesquisa) que eles sejam;
- **Não maleficência:** o estudo proposto se comprometeu com a garantia de que danos previsíveis seriam evitados;
- **Justiça e equidade:** foram colocadas, na introdução deste instrumento, a relevância social do objeto de estudo e vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa. Os mesmos quesitos estiveram impressos nos termos de aceite de participação da pesquisa, para que os sujeitos ficassem esclarecidos de suas contribuições ao participarem do estudo (BRASIL, 1996).

Após o processo de qualificação do projeto, ele foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC através da Plataforma Brasil, com aprovação e geração do seguinte

---

<sup>22</sup> O termo foi elaborado pelo pesquisador responsável, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), assinado ou identificado por impressão dactiloscópica em duas vias (uma fica com o sujeito e outra com o pesquisador). O documento teve uma linguagem explicativa, acessível ao entendimento dos sujeitos quanto à/ao/as/aos: justificativa; objetivos; procedimentos utilizados na pesquisa; metodologia (inclusive, durante a pesquisa); desconfortos; riscos possíveis; benefícios esperados; liberdade de os sujeitos se recusarem a participar da pesquisa; não penalização caso os sujeitos quisessem retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; garantia de sigilo e privacidade sobre os dados confidenciais; formas de ressarcimento de despesas; indenizações por intercorrências ou danos decorrentes da pesquisa (BRASIL, 1996).

número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAEE): 13094313.9.0000.5054. Para finalizar, esclarecemos de que a pesquisa esteve vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação por meio do programa de bolsa de demanda social recebida pela autora durante o mestrado.

#### **4 Capítulo 3 - “Bola de cristal”: os sujeitos e as construções da compreensão do conflito socioambiental**

“Cada lugar e cada indivíduo percebem os perigos e as ameaças de formas diferentes, de acordo com seus repertórios culturais e de vida.”

(Grácia Maria de Miranda Gondim)

O presente capítulo é justificado pelo fato de que nos propomos, com este escrito, a descrever o conflito socioambiental que se desvela na Chapada potiguar. Porém não seria nossa pretensão observar a realidade e determinar que, nela, houvesse uma situação conflituosa, sem que isso partisse dos próprios sujeitos vinculados ao contexto em estudo. Ou seja, caso a percepção de que existe uma situação de crise naquelas localidades partisse de quem ora escreve, estar-se-ia negando a perspectiva defendida desde a aproximação com o objeto de pesquisa: a ecologia de saberes.

Também, como já pautado na metodologia, a presente análise se propõe não somente a entender os significados trazidos pelos sujeitos da pesquisa sobre o conflito socioambiental provocado pela implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, mas, ainda, entender qual o contexto de produção desses discursos e o que, em suas vivências e experiências, estimulou a construção das ideias expressas nas falas aqui postas.

Portanto se trata de um capítulo que desvelará falas demonstrativas da compreensão que os agricultores familiares da Chapada do Apodi – aqui, representados por um grupo de pesquisa - têm do processo conflituoso, explorador e cruel (esses últimos termos trazidos pelo grupo em muitos momentos dos encontros da pesquisa) advindo com o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.

Foram diversas vivências dos sujeitos da pesquisa que contribuíram para a construção das concepções que eles colocaram nos encontros do grupo. Vivências que vão desde contato com pesquisas acadêmicas anteriores, passando por visitas a regiões de perímetros irrigados, até participação em palestras, congressos, seminários, fóruns; participação nas ações dos movimentos sociais cearenses; conhecimento sobre o modelo de produção do agronegócio existente na Chapada/RN; relatos dos familiares, amigos, conhecidos; veiculação de temáticas relacionadas aos megaprojetos ou agrotóxicos na mídia e a própria experiência/saber de agricultor da região.

Ao serem perguntados sobre quais os momentos que os fizeram despertar para os possíveis impactos de um perímetro irrigado à realidade das comunidades, a palestra da

professora Raquel Rigotto - na sede do Sindicato, trazendo os dados do “Estudo Epidemiológico da População Exposta à Contaminação Ambiental em Áreas de Uso de Agrotóxico” - foi colocada como um momento importante no processo inicial de compreensão do conflito socioambiental que se ensejava.

[...] O ‘Seminário de Impactos do Agronegócio’, que foi em parceria com o TRAMAS; a professora Raquel esteve aqui, lotou esse auditório [...]. A partir daí, foi o marco principal pro pessoal entender o que tinha por trás desse perímetro de irrigação, com a questão da saúde do trabalhador e da trabalhadora, os impactos na saúde do trabalhador, nesse perímetro irrigado. Então, começou uma resistência cada vez mais forte a partir daí. (Agricultor 2).

Figura 4 – Seminário *Impactos do Agronegócio/Agrotóxico na Saúde do Trabalhador e no Ambiente* (cartaz e auditório do STTR)



Fonte: Acervo do STTR de Apodi (2011).

Posteriormente à fala da professora Raquel, aconteceram os intercâmbios que proporcionaram um olhar do que estava sendo discutido, até então, somente a partir dos argumentos do Estado (argumentos esses contemplados nos próximos capítulos) de que o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi seria um benefício para o desenvolvimento da população do município. Após os intercâmbios - por ocasião da pesquisa de Pontes (2012) ou por articulação do próprio STTR, muitas pessoas que eram a favor do projeto do DNOCS refletiram sobre os impactos do perímetro e mudaram sua percepção sobre as benesses da implantação de um projeto dessa natureza naquela região. Isso demonstra uma relevância do “diálogo entre as diferentes culturas, alicerçada na solidariedade entre os povos, unida pelo compromisso social de todo e qualquer tipo de desigualdade, rumo à emancipação humana” (RIGOTTO et al, 2012, não paginado).

[...] eu acho que foi bem interessante esse intercâmbio que a gente foi lá, porque, antes desse intercâmbio, houve um seminário aqui, com a professora Raquel e agricultores que diziam: ‘não, não existe, isso não é assim, porque eu conheço pessoas que já trabalhou lá e isso não é assim!’ E, nesse dia do intercâmbio, essas pessoas foram. Teve um agricultor, ele foi e ele dizendo que não, não era daquele jeito; e, quando ele chegou lá, que ele viu a realidade. Ele já foi dos que saiu de lá

mais contra o projeto foi ele, porque ele viu a realidade! Ele ouvia só um lado: porque é bom, porque traz emprego, porque traz isso, porque traz aquilo. Aí ele acreditava nisso, né? Quando a gente voltou de lá, ele foi o que veio mais revoltado com o projeto, porque você ver uma pessoa dizendo é uma coisa, você ver a realidade é outra. É muito interessante e, hoje, ele é uma pessoa que, também, faz movimento contra o projeto, porque ele viu a realidade do projeto. (Agricultora 1).

As expressões nos demonstram a importância da academia quando esta se propõe de trabalhar uma nova interação com a realidade, permitindo aproximar-se de grupos sociais vulnerabilizados, para a construção de um saber ético e politicamente comprometido com atitudes de justiça e equidade para com esses grupos. Já que o Estado, diante da intenção de implantar o perímetro irrigado, acaba por abordar somente benefícios sob a ótica do capital, os pesquisadores, ao trazerem o panorama das implicações do projeto para a vida dos agricultores familiares, sob a ótica dos territórios, possibilita uma visão mais abrangente do conhecido e desconhecido (RIGOTTO et al, 2012; SANTOS, 1988). Com relação ao que estamos, aqui, discutindo, a visão que os sujeitos do grupo de pesquisa tinham sobre tais realidades passou de um contato inicial com a situação do Baixo-Jaguaribe, por ocasião do Seminário no STTR, para contatos mais aproximados, como: conversar com os desapropriados e sentir o cheiro do veneno - em Lagoa dos Cavalos (Russas/CE); ver a pobreza das crianças, a falta de moradias das famílias, a exploração do trabalho dos jovens no agronegócio da banana e as embalagens de venenos vazias despejadas próximas aos canais de água - em Ipanguaçu/RN.

Eu já visitei no Ceará, a gente foi, passou a de manhã todinha na comunidade, conversando com os agricultor, vendo a realidade, foi assim, uma coisa muito cruel que esse tipo de projeto faz com o agricultor. Tinha um senhor lá de oitenta e tantos anos que tinham indenizado a terra dele, e ele não tinha recebido esse dinheiro ainda, tinha mais de onze anos, quinze anos, uma coisa assim que ele não tinha recebido ainda nada. Quer dizer que o que a gente viu na comunidade era um caos mesmo. [...] Sabe, a gente fica assim...uma coisa horrível mesmo! É preciso a gente ver! [...] A turma da tarde, a gente fez uma caminhada, você andando e todo mundo sentindo aquele cheiro, aquele ar esquisito. Aí, o povo: ‘o que é isso? Que cheiro é esse?’. Aí foi, uma pessoa disse (de um lado e do outro, a plantação de banana), aí, os agricultor: ‘isso é o veneno; o ar da gente é poluído’. Foi o dia todinho de conversa com os agricultores, e é uma coisa que precisa ver mesmo, porque imagina, quando você vê aquilo, você fica sabendo: ‘meu Deus, a gente vai passar por isso?!’. E, assim, a gente tá tendo a sorte de fazer um movimento antes, e eles [o projeto do Jaguaribe-Apodi], infelizmente, chegaram, e é por isso que a gente tá nesse movimento, nessa luta, esperando que não aconteça com a gente, com os agricultores e agricultoras, o que, infelizmente, aconteceu e tá acontecendo com aquelas famílias no Ceará. (Agricultora 1).

Ipanguaçu eu conheci através da pesquisa com a companheira Andrezza, a gente fez uma visita lá, no dia 23 de agosto de 2011. Foi muito interessante, e o que me doeu mais é que tava 17 famílias em três salas de aulas! Fazia seis meses que não tinha aula pras crianças, porque essas famílias que tinham sido drenadas pra lá, muitas famílias que já vinham de Natal, de outras regiões. E elas foram obrigadas a ficar naquele colégio, que eles num tinha casa. Muito carentes, né? [...] As criancinhas, de shortinho, brincando com um pedaço de pau, porque não tinha um brinquedo,

entendeu? Isso é muito ruim! Quando a gente sai de lá, a gente vai, chega no outro povoadozinho, e tinha um bocado de jovem. [...] E tinha um jovem que trabalhava lá [no agronegócio] e disse: ‘eu tô de férias’. E a gente começou a fazer umas perguntas, e ele falou: ‘eu tô com medo de, quando eu voltar, ser demitido, porque a produção tá diminuindo muito’. As terras não tavam mais suficientes para a produção. Ele disse que entrava pra trabalhar de cinco da manhã e tinha um total de cortar 200 cachos de banana, se não me falha a memória. Aí, outro já falou que não cortava, botava os sacos plásticos em 200 cachos, na mesma quantidade. É um saco plástico, pra que os insetos não chegassem [na banana], só o veneno mesmo. O jovem, com um pouco de medo, vinte e poucos anos [...]. (Agricultora 3).

[...] quando a gente chegou lá [em Ipanguaçu], tinha pessoas em condições totalmente desumanas, morando em um colégio lá! A água é tirada de dentro do rio, pra abastecer a comunidade, e a gente viu que aqueles drenos correndo pra as casas, a gente via os vidros de veneno. Quem sabe que aquela água não esteja contaminada? (Agricultor 2).

Tal contato foi tido como uma experiência que fortaleceu o movimento de resistência na região em tela. Levou os que tiveram essa aproximação a assumirem-se como sujeitos do processo quando os tornou munidos de vivências que validam seus argumentos contrários aos de outros agricultores familiares que concordam (incipientemente) com o projeto, dos representantes do DNOCS e das autoridades locais. Eles perceberam, durante as visitas: as indenizações não recebidas pelos desapropriados; a presença dos agrotóxicos; a instabilidade dos empregos; a pobreza; falta de moradia; a água de consumo humano, potencialmente, contaminada. Assim, perceberam que havia um acontecimento que impactaria, de modo antes não percebido, suas vidas, e ocorreu a nomeação social do problema.

Concordamos com Dejours (2007) quando coloca que, quando o sofrimento alheio não é percebido, não acontece a mobilização enquanto ação política, tampouco se trata de assuntos como justiça e injustiça. “As pessoas que dissociam sua percepção do sofrimento alheio do sentimento de indignação causado pelo reconhecimento de uma injustiça adotam frequentemente uma postura de resignação” (DEJOURS, 2007, p. 20). Uma postura, como define o autor, que pode ser de tolerar o intolerável, ou, mesmo, de aderir à causa economicista. Mas a citada adesão seria um processo de defesa contra a consciência dolorosa da própria cumplicidade, ou seja, da responsabilidade de muitos de nós para o agravamento das injustiças sociais (DEJOURS, 2007).

As vivências dos agricultores resistentes (em especial, os sujeitos da presente pesquisa) consistiram, também, em um meio de percepção de como as administrações dos perímetros irrigados abordam os indivíduos quando estes estão associados a entidades de

classe, como o STTR, ou quando são, simplesmente, agricultores familiares que podem vir a ser críticos dos modelos dos perímetros caso os conheçam.

O sindicato tentou levar pra visitar as dependências da empresa, lá em Ipanguaçu. Quando chegou lá, não abriram as portas porque se tratava de agricultores, movimentos do campo e não abriram os portões pros agricultores entrarem. Um ano depois, a gente teve a oportunidade de entrar como estudante da UERN, que era uma aula de campo e a gente foi visitar aquele projeto. Eles abriram os portões para academia. Pros agricultores, eles fecham; pra academia, eles abrem. Por quê que escondem as coisas? Se é um projeto da área da agricultura, por que escondem as coisas dos agricultores? Tem alguma coisa errada com esse projeto! E é um projeto do DNOCS também, lá. (Agricultor 2).

Assim, ao passo que a academia se despe da couraça de total imunidade de toda ideologia, de mercantilização do conhecimento e de pseudoneutralidade, torna-se um espaço de abordagens ancoradas nos diálogos com diferentes saberes, culturas, vivências e leva grupos a dialogarem com a academia e com outros, em semelhantes conflitos socioambientais (RIGOTTO et al, 2012). Estamos tratando, aqui, de uma ecologia de saberes que precisa ser incorporada pela academia, para que esta vá às realidades concretas e contribua com as comunidades prestes a receber tais megaprojetos (como o perímetro em discussão) na construção de suas concepções sobre eles, discutindo *pari passu* com o Estado capitalista e fortalecendo as lutas contra as explorações sofridas. Explorações, inclusive, percebidas pelo grupo de pesquisa quando foram à Ipanguaçu/RN e ao Baixo-Jaguaribe/CE, quando falaram do não acesso dos trabalhadores à produção, fato que não ocorre com a agricultura familiar.

[...] eles produziam ali [em Ipanguaçu] o milho, feijão, algodão, o sorgo, capim, criavam caprinos e bovinos também. [...] O que eles produziam era, primeiramente, pra o consumo da família, e o que restante sobrava eles comercializavam. E, a partir do momento que eles foram para uma nova forma de vida, que foram trabalhar dentro do agronegócio do perímetro irrigado, eles mesmo reclamavam: ‘mas, rapaz, a gente produz tanta coisa bonita, mas nem comer a gente pode’. Na hora da colheita, já tinha um cabra da empresa esperando o trabalhador terminar pra levar. Quando a gente terminava de colher - na época era o tomate, outros era o melão, outra época, era o pimentão - quando a gente enchia a placa, ele levava pro galpão da empresa. O que ficava era desperdício, aí, davam pros porcos. Aí, dizia: ‘a gente produz, trabalha tanto e nem comer pode’. (Agricultor 4).

[...] Eu vi no Ceará. A gente viu lá um canal, tinha uma casa que tinha um canal de placa feita pelo governo; no local que era a cisterna, o canal passou. Arrancaram a cisterna, a ponta da calçada da casa. O cara ficou sem a cisterna, e eles não aceitam usar aquela água. Imaginou um negócio desse?! Quer dizer, é uma situação pra matar, né? Veio pra matar! Porque, se fosse uma situação boa, quer dizer, tirou minha cisterna, mas deixou água ali, e eu posso usar do mesmo jeito. Uma das coisas que eu vi que a gente só acredita porque a gente tá vendo, tá entendendo? Você ver um negócio daquele ali, meu amigo, você ver a água ali no pé da porta da sua casa e você não ter o direito de usar aquilo ali, dói demais um negócio daquele! Eu, particularmente, eu não tenho natureza pra viver uma situação daquela não. (Agricultor 9).

Na verdade, pelo que eu tenho visto dos perímetros irrigados, a qualidade da água é meio que assustadora. Quando a gente vê a realidade de Tomé, né, que a captação de

água vem da piscina de abastecimento do perímetro irrigado pra uma caixa d'água e distribui nas famílias lá. Essa água vai passando nos canais, vai passando em toda a extensão territorial e vai ter pulverização aérea. Então, esses canais de irrigação sempre vão estar abertos, com a possibilidade da queda desse veneno dentro dos canais. Então, a água vai chegar com condições de consumo humano? Eu acho que não, eu acho que não. (Agricultor 2).

Os agricultores familiares do grupo perceberam que o modelo preconizado para a Chapada potiguar, sendo nos mesmos moldes dos perímetros do Baixo-Jaguaribe e do Baixo Açu, é discrepante e os deixa marginalizados quanto ao acesso do produzido na região, assim como os impossibilita de produzirem, por não permitirem acesso à água – e água de qualidade (apesar de a proposta desenvolvimentista vir expondo que o perímetro é uma ferramenta de democratização da água em um Nordeste castigado pela seca) - e à terra.

[...] Quando a gente fez as visitas lá, quando nós chegamos na casa do cidadão que desapropriaram o terreno dele, ele dizendo que eles chegaram lá – o DNOCS – e disse: ‘olhe, a gente desapropriou o terreno de vocês, mas oito hectares; vocês ficam com três pra trabalhar e a produção de vocês, vocês vão fazer tudo com a gente’. Eles nunca produziram nada, porque nunca tiveram direito à água que passava ali. Eles cobraram de uma maneira tão cara que não tinha como eles pagarem pra produzir. E ele falou que, ali, nunca tiveram direito a comer uma fruta de qualidade. As frutas de primeira qualidade era tudo exportada. E, assim, o tempo foi passando. (Agricultor 10).

Nesse processo, é marcante a presença da desigualdade ambiental, com acesso desigual aos bens ambientais, tanto na esfera de produção como na esfera de consumo. Refletindo a partir da fala supracitada, temos o acesso desigual na esfera de produção quando o agricultor desapropriado não teve acesso à água para produzir. Assim, houve uma destruição de um processo não capitalista de apropriação da natureza (a antiga pequena produção do homem desapropriado pelo DNOCS) e um impacto dos grandes empreendimentos na configuração da pequena produção, no momento em que se utiliza de suas influências com o poder público para usufruir livremente da água para sua irrigação, enquanto há a cobrança do acesso à água pelo agricultor, o que compromete a atividade deste último (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Ainda nessa reflexão, o acesso desigual na esfera de consumo foi demonstrado pela fala quando esta traz à baila o não acesso do camponês ao fruto produzido nas terras de seu território. O fato de os frutos de qualidade serem para exportação reforça a realidade de que existe uma pequena parcela com altos padrões de consumo – muitas vezes, até supérfluo – que exige uma apropriação intensiva dos recursos naturais, enquanto a maioria da população mundial permanece abaixo dos indicadores básicos de consumo para sobrevivência humana (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Além das exclusões e desigualdades, o medo das pessoas que permaneceram nos territórios do Perímetro do Baixo Açú (Ipanguaçu) chamou a atenção do grupo de pesquisa.

Eu já fui lá, umas três vezes, em Ipanguaçu e [...] a gente ouviu relatos de um senhor lá que era bem de vida e, hoje, tem só a casinha dele. Ele lá debaixo do alpendre, eu acho que tinha cerca de setenta anos. Era uma pessoa que tinha mais condições naquela região, vendeu suas terras, desapropriaram suas terras e tava morando sozinho mais um irmão lá, na casa lá. Ele falou muita coisa e escondeu também muita coisa, que a gente viu que ele tinha medo da repressão, de falar mais daquilo. A gente perguntou: ‘como era feita a pulverização aqui?’ Ele disse: ‘era feita, antigamente, com avião’. E a gente perguntou: ‘e jogavam veneno em cima das casas?’ Ele disse: ‘o pessoal diz que eles jogavam, mas eu nunca vi não’. Então, a gente via que tinha um medo dele confirmar aquilo que ele já tinha visto. (Agricultor 2).

Outra vivência, colocada pelo grupo de pesquisa, que nos leva a crer que contribuiu com a construção do ora posto pelos sujeitos foi a participação nos movimentos sociais cearenses e nas atividades do M21. O sofrimento de outros vulnerabilizados, ao ser percebido pelos agricultores potiguares, suscitou um movimento de protesto (em seu território) e solidariedade (ao participarem dos protestos no território vizinho) (DEJOURS, 2007).

[...] foi no dia 21 de abril, aproveitou um ano que Zé Maria tinha morrido para fazer um intercâmbio por conta das atividades do Movimento 21. [...] inclusive a gente andou de onde assassinaram ele até a comunidade dele. Foi uma caminhada a pé, até umas cinco horas da tarde, mas isso a gente já tinha passado o dia todinho nas comunidades, conhecemos o perímetro, os canais, sabe, e foi o sindicato daqui junto com outras entidades, a CPT, cada agricultor aqui da Chapada, a gente foi passar o dia, e foi uma experiência muito boa. (Agricultora 3).

Figura 5 – Caminhada do local do assassinato de Zé Maria até Tomé



Fonte: Acervo do STTR de Apodi (2011).

Portanto os intercâmbios foram imprescindíveis para a construção de outra concepção por parte dos agricultores familiares quanto ao projeto do DNOCS; uma percepção das implicações em detrimento das benesses muito colocadas sob os holofotes estatais.

Perceber o sofrimento de outros indivíduos impactados pelos perímetros irrigados suscitou novas reflexões e estímulos ao fortalecimento dos movimentos de resistência. “Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça” (DERJOURS, 2007, p. 19).

Trazendo para uma realidade mais próxima, após as idas ao estado vizinho, alguns membros do grupo de pesquisa perceberam que havia um processo produtivo próximo a eles, bem dentro do território chapadense, que, também, gerava impactos à população e que trazia uma noção resumida do que estava preconizado pelo Santa Cruz do Apodi. O projeto do japonês, designação dada pelas pessoas da região, é uma agroempresa de fruticultura irrigada, pautada no monocultivo do melão. Ao serem perguntados sobre o projeto do japonês, muitos tiveram vivências para relatar, e destacamos que os impactados foram pessoas bem próximas aos sujeitos. Vejamos os relatos:

Aqui, na Chapada do Apodi, nós temos um grande problema também. Antes desse perímetro irrigado, tem outro que já vem avançando, vem na frente do perímetro, que é esse projeto dos japoneses na nossa região. Gente, ninguém sabe o quanto isso vai afetar nós, porque ele está usando os nossos recursos errado! Aquilo, futuramente, a gente, talvez, vai ter um grande problema de água pra consumo. E a nossa região, boa parte não tá vendo isso também! Esse é um grande perigo, também, fora o projeto do perímetro irrigado, que tá vindo aí. Eu tenho um primo que trabalha lá, do assentamento. Quando é dia de pulverização, que tem aquela demanda forte de agrotóxico, por duas vezes, ele veio parar no hospital, com vômito e febre. Então, quando ele tá trabalhando, que passam pulverizando, ele adoecer com vômito, diarreia, febre, por duas vezes. (Agricultor 5).

“Eu conheço uma pessoa que trabalha em projeto de melão. Agora, a empresa leva eles pra fazer exame em Mossoró [RN], mas ele nunca recebe o resultado do exame.” (Agricultor 7).

A gente passou uma experiência lá em casa: eu tenho um filho que inventou de trabalhar num projeto de melão. Eu disse: ‘num vá não que vai morrer envenenado ali! Mas vá, você quer ir, vá’. Ele aguentou dois dias. Com dois dias, ele chegou que não dormia de noite, o nariz escorrendo, com falta de ar. Não tinha bota, não tinha luva, não tinha máscara, não tinha protetor pros olhos. O pior que tem é que eles [empresários do agronegócio] não apresentam o resultado dos exames. E, quando constatarem uma coisa mais grave, eles chegam e despedem o cabra! Nem diz o que o cabra tem, despedem na hora! Se o cabra morrer, vai morrer sem saber o que tem. (Agricultor 4).

“Lá em casa, meu genro, também, trabalhou lá e demorou pouco tempo. Ele começou a inchar e com dor de cabeça direto.” (Agricultora 8).

Eu lembro quando Raquel teve aqui, teve um companheiro - não vou citar o nome, questão de ética - que disse que não era verdade, que não tinha câncer. E, hoje, essa pessoa tá com CA, e foi descoberto que foi mó do veneno. Aí, ele disse: ‘agora que eu pude ver que aquela palestra era verdade’. Porque ele trabalhava também numa

empresa e era com abacaxi, melão, essas coisas, e, hoje, ele tá com um problema, entendeu? Claro que não tá no estágio terminal, graças a Deus, mas tem que ter um bom tratamento pra você ser curado, entendeu? A gente já perdeu companheiros aqui da Chapada. Aurora [nome fictício], professora, morreu com 50 anos, CA de mama, porque ela morava vizinho ao japonês. Uma pequena empresa, pequenininha ali, mas que já contaminou muita gente, já contaminou muito o solo, muito, assim, o alimento da gente, entendeu? Tudo isso, as consequências do agrotóxico nessas empresas é essa. (Agricultora 3).

O grupo percebeu que a empresa do agronegócio pauta seu modelo de produção no uso dos agrotóxicos e os associa a doenças e morte – esse entendimento aparecerá nas análises posteriores, quando os agricultores denominam o Perímetro Santa Cruz do Apodi de “projeto da morte”. Esse tipo de indústria faz uso dos biocidas<sup>23</sup>, com a justificativa de que é para melhoria do desempenho de produtividade agrícola, substituindo os moldes locais ou tradicionais de produção por um conjunto mais homogêneo de técnicas e ferramentas (EHLERS, 1996 apud MORAGAS; SCHNEIDER, 2003). Os agrotóxicos, com seu vasto efeito deletério, trazem impactos negativos e, muitas vezes, irreversíveis, não só para a saúde humana, mas ao meio ambiente, como perda da biodiversidade dos biomas brasileiros, perda rápida da fertilidade, contaminação dos corpos d’água (MORAGAS; SCHNEIDER, 2003). Vale ressaltar que, quando a Agricultora 3 denomina a empresa do japonês de pequenininha, está se referindo comparada ao montante das empresas que estão previstas para ocupar a Chapada potiguar.

Apesar de pouco citadas, as mídias tiveram um papel contributivo na formação do saber dos membros do grupo (como nas falas dos Agricultores 9 e 6), principalmente, no tocante à inviabilidade da implantação de megaprojetos, como transposição do Rio São Francisco (fala do Agricultor 9) e perímetros irrigados (fala do Agricultor 2), bem como sobre o uso dos agrotóxicos em locais de instalação do agronegócio (fala do Agricultor 6).

Aqui, também, não tem como um projeto desse sair, e ele ir adiante não, porque não tem condições! Todo mundo, aqui, assiste televisão e vê a situação como é que tá o Rio São Francisco hoje. Todo dia, passa a situação do rio. E se esses canal chegaram aqui, para abastecer o Nordeste, como é que vai ficar? Porque o Rio São Francisco, ele, hoje, ele não tem irrigação na região dele. Imagine se eles fizerem um canal para abastecer o Nordeste, como é que vai ficar? (Agricultor 9).

Pelo que eu ouço que é divulgado em programas, em revistas, em televisão, dá pra você tirar a conclusão que isso não é nada. Toda hora que você vai pro médico, o médico fica dizendo que veneno causa câncer. Tão querendo tirar a gente da terra ou matar? Acho que é matar, de uma maneira calma, mas é matar! Aí, diz que o projeto vai gerar desenvolvimento, mas muita gente vai é adoecer! (Agricultor 6).

---

<sup>23</sup> Moragas e Schneider (2003) utilizam a terminologia “biocidas” por acreditarem que é o termo, tecnicamente, mais indicado para designar as substâncias que “matam a vida”, ou seja, agem no controle de organismos nocivos, não alvos ou qualquer outro atingido no amplo espectro desses produtos químicos.

A maioria dos perímetros irrigados implantado pelo DNOCS no estado do Ceará, ele apresenta as construções de infraestrutura bastante precarizadas, *né?* A gente viu até em jornais, já na Globo, a própria Globo – *eu não gosto de anunciar essas coisas* – mas denunciando perímetros quebrados, que não funciona lá no estado do Ceará. (Agricultor 2, grifo nosso).

Porém o que é veiculado, muitas vezes, é filtrado ou desacreditado pelo grupo, como demonstrado na fala do Agricultor 2, já que há uma tendência dos meios de comunicação a defender a agricultura empresarial. O leitor pode encontrar, via *internet*, uma campanha intitulada “Sou agro”, cujas mensagens são narradas por famosos atores de telenovelas e partilhadas por diversos segmentos sociais (universidades, empresas, entidades etc.) ligados à Agronomia e às Engenharias afins. A campanha traz, com qualidade de imagens e maestria de discurso, o orgulho em ser um país com uma intensa produção agrícola que “alimenta o mundo”, graças à “excelência” de sua tecnologia e à sua “racionalidade” em aproveitamento dos espaços (Disponível em: [www.saofranciscovivo.com.br/node/863](http://www.saofranciscovivo.com.br/node/863)). A campanha revela a preocupação do agroempresariado brasileiro com sua imagem, provavelmente, porque sua prática está atrelada ao uso de biocidas, e estudos revelam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e que cada habitante consome, em média, 5,2 litros de veneno por ano (PALMA, 2011).

Enfim, consideramos para o momento que muitas foram as vivências que devem ser meditadas quando estamos trabalhando com as falas do grupo. Essa compreensão nos faz acreditar que, quando os agricultores falam, tão seguramente e de modo indignado, que “Só mudaram o estado e as comunidades [...]” (Agricultora 1), é porque eles têm construída a ideia de que o modelo que se preconiza para a Chapada do Apodi/RN é o mesmo do implantado no Baixo-Jaguaribe e no Baixo Açu. Como bem expressou o Agricultor 2, em fala anterior, os projetos de perímetros irrigados no Brasil não sofreram alterações e, quando acontecem, servem somente para camuflar intenções do capital para os territórios (essas reflexões virão respaldadas nos capítulos posteriores).

#### *4.1 Breve relato sobre o Perímetro Irrigado Baixo Açu*

Consideramos importante, para melhor compreensão do leitor, contemplar algumas informações sobre o Perímetro Irrigado Baixo Açu, em Ipanguaçu, visitado<sup>24</sup> pelos sujeitos do grupo e que aparece de forma frequente nas falas deles. Vale ressaltar que é um

---

<sup>24</sup> Por ocasião da já referida pesquisa *Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural*, de autoria de Andrezza Graziella Veríssimo Pontes (2012).

breve resumo, mais técnico do que reflexivo, já que as falas sobre o Baixo Açu foram melhores aproveitadas nos itens que discutem o Santa Cruz do Apodi.

O referido perímetro, situado a 150 km de Natal, está localizado no centro-norte do estado do Rio Grande do Norte, na margem direita do trecho final do Rio Açu. Ele abrange áreas, não só de Ipanguaçu, mas, também, de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra. É acessado via BR-304, que liga Fortaleza a Natal, e pela RN 118, até o perímetro. O suprimento hídrico do Perímetro Irrigado Baixo-Açu é feito do açude Público Federal Armando Ribeiro Gonçalves (capacidade de 2.400.000.000 m<sup>3</sup>) (DNOCS, 2009).

Dessarte, o agronegócio adentrou nesse território, para o cultivo de melão, melancia, feijão, vigna, tomate, banana, maracujá, manga e uva, por ocasião da implantação do Perímetro Irrigado Baixo Açu, de 1989 a 1994. Para sua implementação, foram desapropriados 6.000 hectares de terra, visando atender as seguintes categorias:

Tabela 3 – Distribuição dos hectares de terra para as categorias de irrigantes do Perímetro Irrigado do Baixo Açu

CATEGORIA DE IRRIGANTE	ÁREA MÉDIA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (ha)
<b>Pequeno Produtor</b>	8,52	156	1.330,08
<b>Técnico Agrícola</b>	10,20	8	81,60
<b>Engº Agrônomo</b>	16,32	8	130,56
<b>Empresa</b>	145,02	25	3.625,70
<b>Total</b>	---	<b>197</b>	<b>5.167,95</b>

Fonte: DNOCS (2009). Adaptado pela autora.

Vale atentar para o fato de uma maior concentração de terras nas mãos das empresas (cerca de 145 ha para cada uma), em detrimento da quantidade de hectares fornecida aos pequenos produtores (cerca de 8 hectares para cada um). Das 25 empresas destinadas a utilizar o Perímetro Baixo Açu no início da configuração, somente uma multinacional atua na região no monocultivo, predominantemente, da banana, como relatou um dos agricultores do grupo de pesquisa que já visitou o perímetro por três vezes, até porque as tentativas de produção dos pequenos produtores tiveram insucesso, pela vasta degradação que os empreendimentos maiores ocasionam na circunvizinhança. Além da devastação ambiental e destruição de processos produtivos não capitalistas (MÉSZÁROS, 2004), como, por exemplo, os agroecológicos, o agronegócio ainda deixa sem perspectiva de sobrevivência o camponês que acaba migrando para trabalhar nesses empreendimentos, sujeitados à exploração no trabalho e problemas de saúde.

Eu já fui lá umas três vezes, em Ipanguaçu, e é muito complicado, também, o projeto que está em execução lá, né? Inclusive, tem as grandes empresas; a cultura principal lá é a questão da produção de banana. Hoje, a única que está instalada lá [em Ipanguaçu] é a empresa X [citou o nome da multinacional], porque a terra não tá dando mais produção! A questão que alaga lá, é um vale, eles não são mais interessados. E, também, casos de doenças, como câncer. Há um relato que, antigamente, pouco se ouvia falar em gente que morria de câncer. Hoje em dia, se não é acidente, é câncer naquela região. E, toda vez que a gente vai, mais absurdos que a gente descobre pelos relatos das pessoas naquela região. [...] eles desapropriaram famílias, pras famílias viverem de produção, trabalharem em produção, viverem escravas do agronegócio, e viu que essas empresas não tinham compromisso com local! A gente vê que não têm o compromisso, famílias ficaram desestruturadas, venderam suas terras e não tiveram retorno de nada, foram pras cidades sem perspectiva nenhuma. (Agricultor 2).

[...] em Ipanguaçu, era [produção de] castanha, caju, milho, feijão, agora, era mais feijão. E tinha um pezinho de mandioca, tinha uma casa de farinha, uma casa de mel. Mas, depois disso aí, eles ficaram de uma maneira que misericórdia! Até a casa deles foi destruída! Pararam de produzir mel. Porque onde tem veneno, as abelhas não têm como produzir. [...] Pra eles, pro pessoal ali [Ipanguaçu], foi uma tristeza. Muita tristeza ali, uma calamidade (Agricultor 10).

Assim, percebemos que a problemática enfrentada pelos camponeses da região (e citadas nas falas do grupo da pesquisa) se assemelha àquelas vistas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Ceará.

## **5 Capítulo 4 - “O passado sem o DNOCS”: a configuração das comunidades anteriormente à chegada do “progresso” na Chapada Potiguar**

O presente capítulo traz uma caracterização, a partir das vozes dos sujeitos chapadenses, das comunidades antes da chegada do projeto do DNOCS na região. Na Chapada do Apodi/RN, há, basicamente, dois tipos de povoados: as comunidades e os assentamentos, que foram originados de várias formas (desde a aquisição de grupos ou sindicatos de terras, para alocar pessoas, até a fixação de viajantes debaixo das copas de árvores locais, o que gerou comunidades). Partindo das falas dos sujeitos de pesquisa, buscamos conhecer um pouco da história de suas comunidades e suas origens, bem como suas configurações antes da Revolução Verde chegar àqueles territórios. A seguir, vejamos as configurações de Quixabeirinha e Agrovila Palmares a partir de falas, fotografias tiradas e desenhos feitos por quem vive lá e faz parte do grupo de pesquisa.

### *5.1 Quixabeirinha*

Segundo o Agricultor 7, no ano 1950, uma família composta de onze pessoas apossou-se de uma área de terra na Chapada do Apodi, desbravou matas e construiu casa. O patriarca da família, João Eduardo Freire (conhecido na comunidade como “papai João”), e sua esposa, Maria Pureza do Nascimento (a “mãe Maria”), são considerados os fundadores da comunidade. O casal, juntamente e seus nove filhos, vivia basicamente com o que a natureza lhes oferecia: da agricultura familiar, da caça, e a principal renda financeira vinha da extração de madeira. Assim nasceu Quixabeirinha.

Esse nome foi dado em virtude da existência dessa árvore na região em descrição. A principal dificuldade da comunidade era a falta de água, pois não havia poço, o que levava seus moradores a se deslocarem treze quilômetros, até a vizinha comunidade, do Sítio Algodão, para conseguir água para o consumo humano e animal. O poço da comunidade só foi perfurado no ano 1982.

Atualmente, residem em Quixabeirinha 22 famílias que conformam um número de 68 habitantes na comunidade. Lá, as principais atividades econômicas desenvolvidas por elas são a criação de caprinos e a agricultura familiar, em especial, nos quintais, onde são cultivados feijão, milho, cebola, coentro, tomate, pimentão, alface, de acordo com o Agricultor 7. Apesar de possuírem um poço na comunidade, a irrigação dos quintais é feita pela água da chuva, e a água do poço e cisternas é somente para o consumo das pessoas.

Quanto à agricultura familiar, constitui uma prática que acompanha a origem da comunidade e que predomina até então, mesmo com as primeiras investidas do DNOCS em implementar o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi naquele território. As investidas – com a presença do desse órgão nas comunidades – serão discutidas, mais explicitamente, no capítulo seguinte. Para ilustrar a agricultura de Quixabeirinha, trouxemos fotos retiradas pelos Agricultores 5 e 7, bem como as falas a seguir.

[...] Aqui, são os quintais das casas lá. Tem cisterna lá. Meu avô trabalha lá no roçado, com dois filhos dele, roçado, tem 83 anos em pura atividade. Eles plantam milho e feijão. Procurei retirar as fotos dos quintais pra mostrar a plantação de hortaliça também [...], as bichinhas aí sem agrotóxico, tudo orgânico [...]. Nas comunidades, todo mundo é primo; não tem ninguém de fora. É primo que casa com primo. É tudo da mesma família. (Agricultor 7).

Figura 6 – Quintais produtivos de Quixabeirinha e seus cultivos



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 7 – Formas de acesso à água (caixa d'água em destaque e cisternas de placa) e aspectos estruturais e do cotidiano em Quixabeirinha



Fonte: Acervo da pesquisa.

A vida no campo, inclusive, é tida pelo sujeito da pesquisa como mais saudável, pois as pessoas, mesmo com mais idade, estão ativas nas atividades agrícolas, além de que há o fortalecimento dos vínculos familiares pela agricultura, que aglutina pais, filhos e netos nos quintais produtivos e permite a perpetuação das práticas de cultivo para a descendência. Os vínculos, segundo o sujeito da pesquisa, ainda acontecem nas articulações conjugais/afetivas e sociais. As comunidades, mais que locais que aglutinam pessoas, são território de fortalecimento da família.

Outro ponto a se considerar são as práticas de lazer da comunidade, como o futebol no campinho de Quixabeirinha, palco de muitos campeonatos locais que costumam atrair pessoas de outras comunidades, para assistir a eles. Inclusive, o esporte – que fez parte do passado e perdura no presente – é considerado não só um lazer, mas elemento da cultura de

Quixabeirinha. Após as falas, apresentamos parte de um painel construído pelos sujeitos da pesquisa no terceiro encontro do grupo, representando uma das formas de lazer bem comuns nas comunidades e assentamentos da Chapada, ou seja, as “peladas” de fim de tarde.

Bom, esse aí é o campo lá de nossa comunidade Quixabeirinha. Esse aí é o nosso centro comunitário lá da comunidade. Reunimos todos os meses as associações; tem reuniões, grupo de jovens, lá, também, tem. Essa aí é a ‘peladinha’ no final de tarde. O pessoal gosta, né? É esporte, tem até um campinho. Essa foto eu retirei ela de cima da caixa d’água [...]; esse espaço aí é da comunidade [...]. A comunidade tem uma grande dificuldade. Lá, tem muitos jovens, e uma das dificuldades que foram encontradas foi a questão da quadra de esportes. Eles gostam muito de futebol! (Agricultor 7).

Inclusive, esse esporte, lá, é uma comunidade pequena, ele junta aquele povo da Chapada, junta a maioria do pessoal lá, no final de tarde e no final de semana. É bem tradição essa cultura lá. Pessoal de Frei Damião, São Manuel, Milagres, Soledade, Aurora da Serra, esse pessoal, sempre, está participando desses treinozinhos lá, todos os finais de semana. (Agricultor 5).

Figura 8 – Representação em desenho do campo de futebol de Quixabeirinha, feita pelos sujeitos da pesquisa



Fonte: Acervo da pesquisa.

Outra forma de congregar as pessoas da comunidade são as reuniões mensais da associação de moradores no centro comunitário, estrutura que, ainda, serve para articulação de grupos de jovens. Em outra comunidade, Sítio do Góis, há, também, um evento cultural e econômico que foi colocado por morador(a) de lá e sujeito da pesquisa.

Hoje, lá no Sítio do Góis, a gente tem um torneio leiteiro que é cultura, já tamo entrando no oitavo ano que a gente faz isso. É como o pessoal lá de Palmares, que passaram anos *pra* construir, e, hoje, dentro de um estalarzim de dedos, o Governo pode destruir, porque é o Governo. (Agricultora 1).

Quanto às questões ambientais, o que o sujeito da pesquisa trouxe de destaque foi uma árvore – uma oiticica centenária – plantada pelo seu bisavô, e a história da planta sempre é contada pelo avô. Assim, o respeito às gerações passadas e ao ambiente se torna presente na fala e na vida do chapadense quando uma comunidade preserva durante cem anos, entre outras coisas, uma árvore. Ao mostrar sua casa, o sujeito considerou Quixabeirinha como “o melhor lugar do mundo” (Agricultor 7).

## 5.2 Agrovila Palmares

No caso de Agrovila Palmares, é uma comunidade com conformação iniciada em 1998 – e inaugurada em 3 de maio de 2000 – a partir de doação da terra por parte da Força Sindical e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, através do, então, presidente Paulo Pereira (o “Paulinho”), que a comprou dos herdeiros do latifundiário Aristides Pinto, para implantar um projeto modelo em três etapas.

“Quando eles compraram os terrenos e fomos visitar, eles mostrando como era tudo [...] cheio de mata. Foi daí que tudo começou. A gente mesmo que desmatou a área *pra* construção das casas. Aí, era tudo mata.” (Agricultor 6).

Figura 9 – A configuração de Palmares: imagens da comunidade



Fonte: Acervo da pesquisa, retiradas pelos sujeitos do grupo.

Na primeira etapa, seriam selecionadas 30 famílias; quando elas tivessem condições de se manterem sem o apoio da Força Sindical, seriam chamadas mais 30 na segunda etapa e mais 30 na terceira. Ao final, Agrovila deveria ter 90 famílias (de todas as regiões da zona rural de Apodi: Pedra, Areia, Vale e Chapada). Estas foram inscritas e receberam três meses de capacitações para alfabetização, cursos na área de associativismo e fruticultura irrigada. Com as mudanças de diretoria, o projeto ficou apenas na primeira etapa.

[...] Na época, quando houve mudança da diretoria da Força Sindical, que não foi mais o Paulinho, a diretoria achava que isso não era papel deles; era papel de Governo. Então, começou a divergência e ficou nas 30 famílias. E, aí, eles deram uma certa condição até dois anos, uma ajuda de custo. E, daí, passado os dois anos, essa nova diretoria não queria mais apoiar esse projeto. (Agricultor 6).

Após esse período, as 30 famílias de Palmares iniciaram uma luta pela posse legal da terra doada. Cogitaram-se a venda, o repasse, e até foi feita uma visita dos técnicos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para transformar Palmares em assentamento, porém eles alegaram que o número de famílias e de hectares totais (340ha) era insuficiente para essa transformação. Ao final, foi decidido pela doação com escritura em nome da APROMARE (Associação dos Produtores Rurais da Vila Palmares). Além da terra, ficou como doação toda a estrutura construída/fornecida pela Força Sindical: 30 casas de alvenaria; uma bicicleta e uma televisão para cada família; um poço de profundidade de 274m, vazão de 100m<sup>3</sup>/h; reservatório com a capacidade de 52m<sup>3</sup>; adutora de 600m; caixa d'água elevada, com a capacidade de 17m<sup>3</sup>; cercas do terreno; 60 matrizes, caprinos e dois reprodutores. O documento inicial concedia o uso da terra por dois anos. Após o final dessa concessão de uso, houve negociações, e os agricultores optaram pelo documento de doação permanente.

Então, passou a luta da gente exigir a terra. Aí, o que eles acharam melhor? Doar o terreno pra gente. Eles tentaram vender, repassar pra gente através de INCRA, de Crédito Fundiário, Banco da Terra, só que não foi possível. Uma vez, teve uma visita do INCRA, repassar o assentamento pra o INCRA; o INCRA disse que a terra era pouca, não dava pra reconhecer como assentamento 30 famílias em 340 hectares. Então, a coisa ficou solta. *Aí, a gente começou a optar por ser livre, tomar de conta.* Então, a opção que houve foi a doação. (Agricultor 6).

A luta por liberdade foi, inclusive, inspiração para a escolha do nome da comunidade, que aconteceu como apresentaremos nas falas dos sujeitos da pesquisa e primeiros moradores de Palmares.

Assim, foi uma reunião que fizemos e assistimos aquele filme 'Quilombos dos Palmares'. Aí, depois do filme, decidimos o nome. Ficou Palmares. Agora, com poucos dias, João Paulo esteve lá com a gente, com um advogado de Mossoró. E ele disse que Palmares significa resistência. Ele perguntou se a gente havia parado *pra* pensar se o que estava acontecendo hoje tinha alguma relação com o nome. Eu disse que não. Só que ele disse que foi pura coincidência, né? Pela comunidade ter esse nome e esta resistindo ao projeto. (Agricultora 8).

“Escolhemos esse nome até como uma forma de representar ele, de como foi a história de Zumbi dos Palmares.” (Agricultor 6).

Atualmente, Palmares é tida na região como comunidade resistente ao perímetro irrigado e é, por vezes, comparada à Lagoa dos Cavalos (Russas/CE). Considerada o “gargalo para o projeto”, abriga importantes membros do movimento de resistência contra o perímetro.

Eles tiveram lá, fazendo a reunião e disseram que o único gargalo que tava tendo pro projeto ser implantado era a Agrovila [Palmares]. Outra questão que me chama muita atenção é a questão da comunidade Palmares; nós temos 30 famílias, e eles queriam iniciar lá, e nós resistimos. Então, pularam pra outro canto, foram pras terras que não tinha mais pessoas, o povo foi embora. Aí, eles chegam, dizem que compraram as terras e só quem estava dando trabalho era a gente. (Agricultor 6).

Na primeira vez, nossa comunidade não existia no mapa [do RIMA]. Aí, quando eles chegaram lá, que viram que tinha gente, aí, eles voltaram. Quando foi da outra vez que eles vieram, eles já vieram mostrando nossa comunidade no mapa. Aí, por quê que não tiraram, deixaram nós de fora? É uma perseguição grande, bichinha, lá, Palmares, do DNOCS. Já entraram por trás [sem comunicar ou se identificar aos moradores, às escondidas], a gente já fez B.O. [Boletim de Ocorrência], registrou um dia na delegacia. (Agricultora 8).

Desde a fundação, os agricultores de Palmares são criadores de pequenos animais, como caprinos, suínos, ovinos, bovinos e aves, e, também, cultivadores de hortaliças e diversos tipos de frutas. Destacamos a criação de aves, pois os sujeitos consideram como uma das estruturas mais relevantes para eles o aviário cuidado por nove famílias da vila. Outra prática de criação coletiva, no caso de uso da terra para criar os animais, é na caprino-ovinocultura. Cada família agricultora tem os animais que lhe pertencem, porém eles são deixados livremente, em terras coletivas na comunidade, para comerem as pastagens e viverem, sempre, sob o comando do criador quando precisa juntá-los. Ambas as modalidades estão permeadas de criatividade, técnicas eficientes tradicionais (as fotos do aviário cheio de animais são comprobatórias), agregação familiar entre os membros, com disseminação do saber às gerações seguintes, respeito à coletividade e, ao mesmo tempo, à individualidade, como o leitor pode conferir nas seguintes falas:

“Lá, a criação fica no campo coletivo, mas, aí, cada qual tem a sua maneira de criar como queira. Aí, a criação é mais sabida do que nós; quando chega, cada qual dá um toque, chama, e elas obedecem [pelo tom de voz].” (Agricultor 6).

O aviário é da comunidade, é o grupo da agricultura familiar, aí, sabe? Aí, são em torno de 9 famílias que trabalham nesse aviário, lá na Agrovila Palmares, né? E tem o criadouro pra corte e produção de ovo; tem os pintozinhos novos. Mostrando que a nossa região tem potencialidade, né, pra nossa cultura. Essa foto foi pela tarde. Olhe o sossego aqui, a tranquilidade, né? Ói, aí, o rapaz [o filho] do/a Agricultor/a 8 alimentando os seus animais. Isso aqui, gente, é no tempo que tava bem ruim, bem seco mesmo, viu, na região. Certo, as crianças, aqui, livres na vila, que nós não vê isso aqui, na cidade, brincando. Continuando, aqui é a vila, o vilarejo lá da Agrovila, muito bonito, sinal que tem muita vida, né? Uma tranquilidade que pode chegar a perder com esse desembaraço dessa situação desse perímetro irrigado. (Agricultor 5).

Figura 10 - Aviário comunitário em Agrovila Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 11 – Galinhas e caprino em área coletiva de Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa, retradas pelos sujeitos do grupo de pesquisa.

Figura 12 – Agricultores familiares (jovem e adultos) cuidando do gado



Fonte: Acervo da pesquisa, retradas pelos sujeitos do grupo de pesquisa.

Figura 13 - Pé de sorgo e ele já colhido em quintal de Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 14 - Horta de coentro e alface em quintal produtivo de Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 15 - Carambola e abacaxizeiro em quintal de Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 16 – As pessoas no fim de tarde de Palmares



Fonte: Acervo da pesquisa, retiradas pelos sujeitos da pesquisa.

O acesso à água do povo de Palmares foi considerado pelo grupo como abundante, já que ela é de qualidade e quantidade expressivas e suficiente para a vida dos agricultores, com uma vazão de 100 mil L/h de disponibilidade do poço. O acesso à água, na Chapada, pode ser ilustrado, também, por uma situação colocada no grupo – durante as apresentações do terceiro encontro da pesquisa, pela manhã – que acontece com o Assentamento Nova Descoberta.

Inclusive, tem um dado do Assentamento Nova Descoberta – que eu não tive oportunidade de chegar em tempo, na hora da colheita agora, pra tirar umas fotos pra esse momento, agora, com nós – hoje, os agricultores de lá, o pessoal que participa [que vive da agricultura familiar], as 23 famílias, todos estão seguros e abastecidos com a ração dos seus animais, né, em virtude da irrigação lá que eles conseguiram. (Agricultor 5).

Dessarte, Agrovila Palmares é um lugar considerado calmo, belo, um verdadeiro território vivo (seja a vida que acontece diariamente, seja a vida presente na não aceitação do projeto do DNOCS), com potencialidades quanto às questões de trabalho, ambiente preservado, acesso à água, além de apresentar, mesmo com as informações disseminadas pelo DNOCS de desapropriação dos moradores de lá, as mesmas características desde sua fundação, no tocante à estrutura e embasamento na agricultura familiar.

### 5.3 *O passado ainda presente na vida da Chapada/RN*

Que as comunidades já sofrem impactos com a chegada do DNOCS, isso está claro nas falas apresentadas no grupo de pesquisa (umas já foram colocadas, e outras serão expostas no decorrer deste escrito). Porém alguns muitos elementos da vida nas comunidades e assentamentos permanecem como antes da chegada do DNOCS, de acordo com o percebido durante as discussões e nos painéis construídos no terceiro encontro da pesquisa (à tarde).

Quanto à vida das comunidades em geral, antigamente, os locais que, hoje, dão lugar aos povoados eram de famílias de latifundiários ou de herdeiros destes, cujas terras, com o tempo, foram vendidas para o Governo Federal ou outros órgãos (como a Força Sindical, no caso de Palmares) para o programa de Reforma Agrária, o que deu origem aos assentamentos. Há, também, as comunidades originadas pela fixação de famílias em determinadas regiões (como em Quixabeirinha).

Infelizmente, o governo que está aí, o governo que a gente botou, ele tá trabalhando para que a gente, no futuro, seja como era no passado. Que, antes, quando falava na questão de Sítio do Góis, Caiçara, Tabuleiro Grande, você lembrava de uma, duas, três pessoas, que era os proprietários ricos, que tinha num sei quantas pessoas trabalhando pra ele, né, lá dentro, fazendo tudo que ele queria, porque você não tinha autonomia pra fazer nada. Hoje, quando você fala em Sítio do Góis, por exemplo, você lembra de 60 famílias que tá lá dentro; 60 famílias tão tirando seu sustento dali de dentro. Então, a gente, hoje, trabalha, você vai pro seu lote na hora que você quer, na hora que você quiser vir embora, você vem, né? E, antes, não era assim. Mas, infelizmente, o governo que nós temos aí, ele tá trabalhando pra ser o que era antes: *'você vá trabalhar irrigação, você vá ter patrão'*! Um governo que a gente lutou muito, que saiu pedindo voto, tentando convencer as pessoas pra votar, porque a gente pensou que vinha continuar o que tava sendo feito. Mas, infelizmente, ela só pensa no agronegócio, só pensa nas indústrias, só pensa nos grandes. (Agricultora 1, grifo nosso).

A questão da Chapada [...], antes, aqui atrás, era a parte de Apodi que era menos habitada; hoje, é a que está mais habitada [...], e, hoje, vai ser implantado um projeto pra expulsar. Porque eu acho que quem tem consciência do que é o projeto não vai querer ficar lá, a não ser que tenha mudanças, né? (Agricultor 6).

Os retrocessos do modo de vida na Chapada são colocados pelos sujeitos da pesquisa, que responsabilizam o Estado pelas oscilações de projetos governamentais, ora fortalecendo a vida que eles querem ter para si (melhor abordada no Capítulo 5), quando cedem as terras de assentamento (o que permite a policultura, o associativismo, a criação de animais em espaços coletivos), investem nas experiências de manejo da caatinga; ora vindo para desconstruir o que os territórios, com ou sem auxílio/participação estatal, erigiram. Destacamos que uma reflexão dialogada com autores e sujeitos da pesquisa, sobre o fato de o

capital estar por trás do projeto do Estado para a Chapada acontecerá no Capítulo 4 do presente escrito.

O Governo Federal, que investe nessas experiências do semiárido e o manejo da caatinga, com os agricultores fazendo gradeamento de terras para produção, isso tudo contribui para uma vida melhor, no meio dos arranjos que tem na localidade. Como a questão da produção de mel, de caprino e por aí vai. E a gente vê que o próprio Governo, que dá com a mão, retira com a outra quando aprova a vinda de um projeto desses. Isso talvez se dê pelo fatiamento do Governo, que se diz democrático e que está para o povo, um governo que lutamos pra estar lá, no qual nossos pais chamavam de comunistas, eu lembro muito bem disso. E, sem saber o sentido da palavra comunista, mas, na verdade, é um Estado que nega os nossos direitos. (Agricultor 2).

O Governo Federal apoiaram o manejo do catingueiro, eles investiram nisso, deram apoio no início do projeto. Outro projeto que tinha: hortas e pomares, no qual trabalhava grupos de 17 municípios aqui da região; e o algodão agroecológico. Quer dizer, tudo trabalhando dentro da agroecologia. Desses três projetos, só tem um funcionando, porque o Governo está mantendo só um. Eles acabaram por falta de recursos. Desistiram. Era algo muito bom e simples. Mas, pra eles, acabou o dinheiro. Só que, pra investir em um projeto desses, ele [Governo] tem. Só que os projetos de agroecologia que iria beneficiar o meio ambiente eles não tinha dinheiro. Acabou as capacitações também, por falta de recursos, segundo ele. Não dá pra entender isso. (Agricultora 8).

O governo é assim mesmo, dá um pouco e tem medo, eu acho. Aí, antes de você se fortalecer, eles retiram. Acho que tem medo que nos voltemos contra eles. Mas fazem bolsa família, bolsa escola, bolsa estiagem, tem mais bolsas do que não sei o quê. Elem empurram pra você subir, só que, quando começa a crescer, aí... (Agricultor 11).

Com esse agronegócio que vão instalar lá, vamos ter que sair das nossas terras de qualquer forma, mesmo que não coloquem irrigamento lá, porque são terras do governo já, terras que foram desapropriadas do governo, mas vamos ficar ilhada. Lá no meio, só hoje, foram quatro pessoas pra Mossoró, receber o dinheiro das terras que venderam pro DNOCS; a semana passada, foram quatro; só está faltando dois. Isso deixa a gente muito triste. (Agricultora 3).

Os/as agricultores/as ressaltam que, após a inserção progressiva das comunidades na Chapada, o que era uma área pouco habitada por seres humanos, com práticas pautadas no modelo patronal, concentrador, com a força de trabalho subordinada às determinações dos detentores dos meios de produção, enfim, um formato de agricultura que se assemelha ao agronegócio nesse sentido, tornou-se historicamente um território criativo, vivo, livre, que ocupa e sustenta um contingente maior de pessoas, culturalmente, reconhecido em algumas de suas práticas (como torneios esportivos ou leiteiros; resistência; manejo da caatinga; apicultura; caprinocultura; hortaliças orgânicas; agricultura de sequeiro; polpas de frutas; quintais produtivos; contribuição para tornar Apodi o terceiro maior PIB agropecuário do RN, segundo os sujeitos). O fato de não haver “patrão”, de conseguirem o sustento próprio com uma agricultura que aglutina a família, os sujeitos consideram a vida na Chapada digna, mas

que necessita de apoio das esferas governamentais, para que se possam estimular suas tradicionais potencialidades.

No meu ponto de vista, a vida na zona rural é uma vida mais satisfatória, é uma vida mais digna, mais tranquila, é uma vida menos conturbada. Por quê? Porque, pra início, nós temos a potencialidade de auto nos sustentarmos pela agricultura familiar e outros derivados, como a pecuária, a nossa região também é forte. O que nós temos de potencialidade e não temos apoio pelos administrantes que é a nossa água. Nós temos águas suficientes profundas de poços, nós temos bacias bastante saudáveis pra gente trabalhar o lado da agricultura familiar. Só que nós não temos essa oportunidade. E a cidade é um pouco mais agitada, e não existe essa tranquilidade que nós temos na zona rural. (Agricultor 5).

Ainda caracterizando as comunidades antes do projeto desenvolvimentista para a região, os sujeitos da pesquisa produziram o painel abaixo. Vale ressaltar que a presença das ações do DNOCS são tão marcantes para os agricultores que, mesmo quando solicitados a retratar o passado das comunidades, ou seja, a vida da Chapada antes do DNOCS, o painel trouxe a presença do Departamento a partir do desenho dos carros deste.

Figura 17 – Ilustração representativa das comunidades com elementos do passado e das atualidades



Fonte: Acervo da pesquisa.

Ainda com a presença dos carros do DNOCS, os sujeitos colocaram, de forma mais expressiva, no desenho, um território com as estradas de massapé, tradicional da terra fértil da Chapada. As casas colocadas lado a lado, sem muros ou cercas, com cisternas de placa, demonstrando o acesso à água via essa “tecnologia social muito importante de

convivência com o semiárido *pra* captar a água da chuva hoje e sobreviver para o consumo humano” (Agricultor 2). Além disso, há as caixas d’água que abastecem a comunidade e o poço com uma boa vazão.

Apresentam, na ilustração, a sede da associação, o campo de futebol para usufruto tradicional no lazer “depois de um dia de trabalho, muito cansado, mas, mesmo assim, a gente ainda arruma uma oportunidade e um tempo de ter lazer” (Agricultor 2). Repetem, nas falas e no painel, o aviário, e acrescentam os quintais produtivos; o cercado com porco, bode, galinha, pinto, pato, peru; o apiário e várias colmeias instaladas, para representar a produção de mel. Tem as plantações nos quintais, nas áreas coletivas, com as hortas comunitárias e uma área de manejo da caatinga ali representada. Em derredor da comunidade ilustrada, muito verde de mata nativa preservada.

Os sujeitos colocaram uma situação relacionada ao convívio social no passado, ilustrada pelas pessoas bem próximas umas das outras, inclusive, com algumas delas se abraçando “de mãos dadas, porque foi aquele tempo em que as organizações, os movimentos eram mais forte, todo mundo junto. Esses bonequinhos representam isso” (Agricultor 2). Como já falado, essa configuração relatada/ilustrada já sofre abalos com as ações de implantação do perímetro, e esse ponto contemplaremos a seguir.

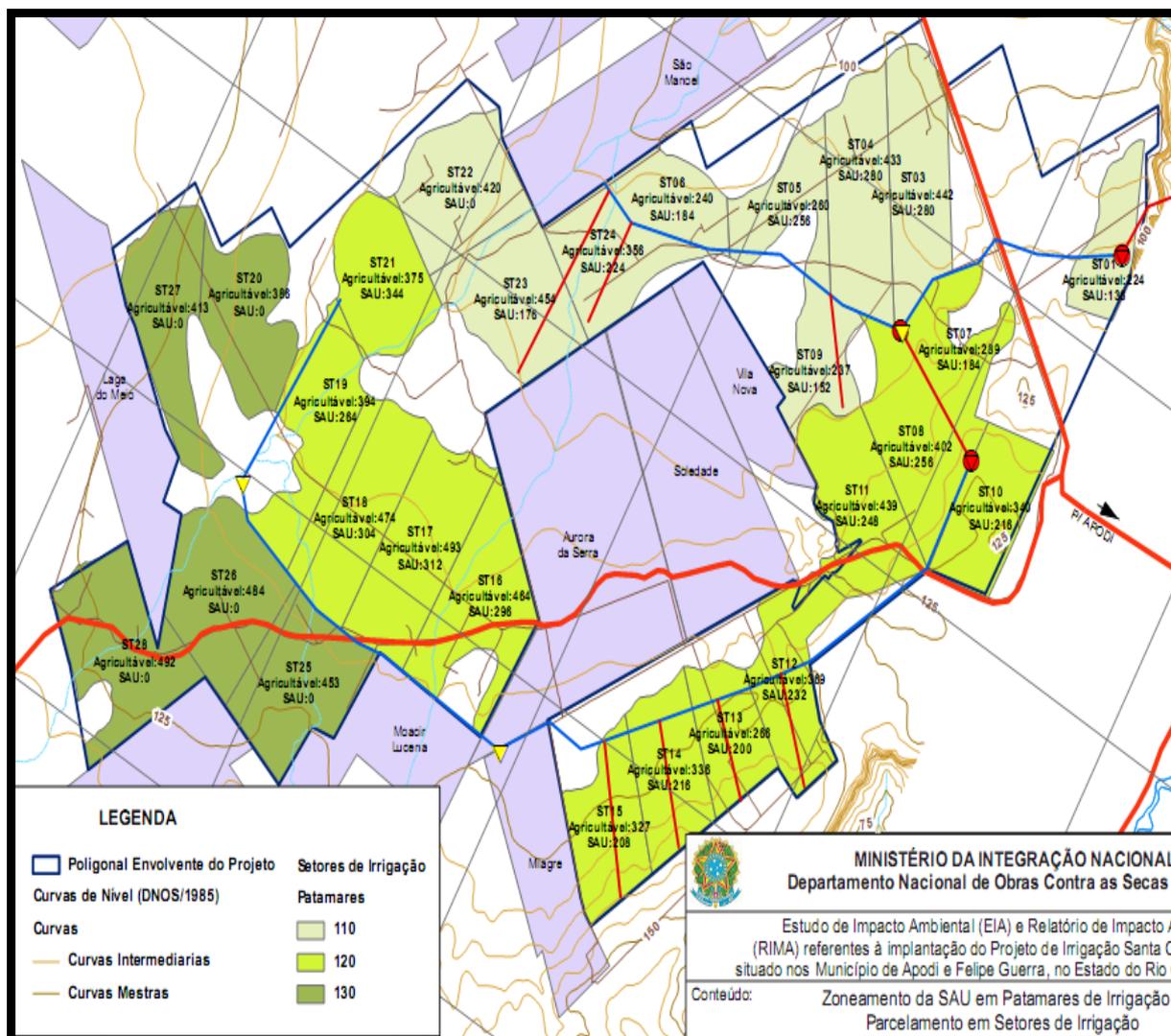
## **6 Capítulo 5 - “Pior que duas secas”: o presente das comunidades da Chapada do Apodi/RN frente às tentativas de implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi**

Iniciamos esta reflexão com uma frase provocadora, oriunda de um dos sujeitos do grupo de pesquisa, que, ao discutir o modelo de desenvolvimento preconizado para a Chapada do Apodi/RN, criticando-o embasado nos modelos dos Perímetros Jaguaribe-Apodi e Baixo-Açu, com todas as discrepâncias já comentadas, colocou: “Aí, na região da gente, querem implantar um negócio desse, é complicado. A gente *tá* enfrentando duas secas, mas implantar um negócio desse aí é pior do que duas secas, é pior do que duas secas!” (Agricultor 10). De certo que a melhor compreensão “desse negócio” acontecerá nas discussões propostas no Capítulo 6 do trabalho, e é objetivo do Capítulo 5 abordar “a região da gente”, com seu presente, suas comunidades, a atual situação conflituosa e de resistência frente às ações de implantação do perímetro irrigado, enfim, o presente com o DNOCS.

Como vimos no tópico anterior, as comunidades e assentamentos existem; estão vivos e atuantes, sustentando, via agricultura familiar de base agroecológica, os moradores locais. Porém, nos mapas dos documentos do Estado sobre a Chapada/RN, as comunidades são invisibilizadas e, no texto das apresentações sobre o projeto, são marginalizadas, a depender da necessidade de usufruto para o perímetro. A partir dessa reflexão, apresentaremos os impactos do projeto do DNOCS e o presente das comunidades com a chegada do projeto.

Quanto à marginalização, o poligonal do perímetro não abarca os assentamentos que, teoricamente (de acordo com o discurso estatal), não ficam dentro do perímetro e, conseqüentemente, não serão implicados com a implementação – até porque seria uma contradição o Governo, com a proposta da Reforma Agrária, assentar as famílias e, depois, desapropriá-las com outro projeto que pretende implementar. Assim, a área do perímetro irrigado está situada rodeando diversas comunidades rurais da Chapada (como Aurora da Serra, Soledade, incluindo o Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade, e Vila Nova), além de margear outras (Milagre, Moacir Lucena, Laje do Meio, São Manoel, Frei Damião), como demonstra a figura a seguir:

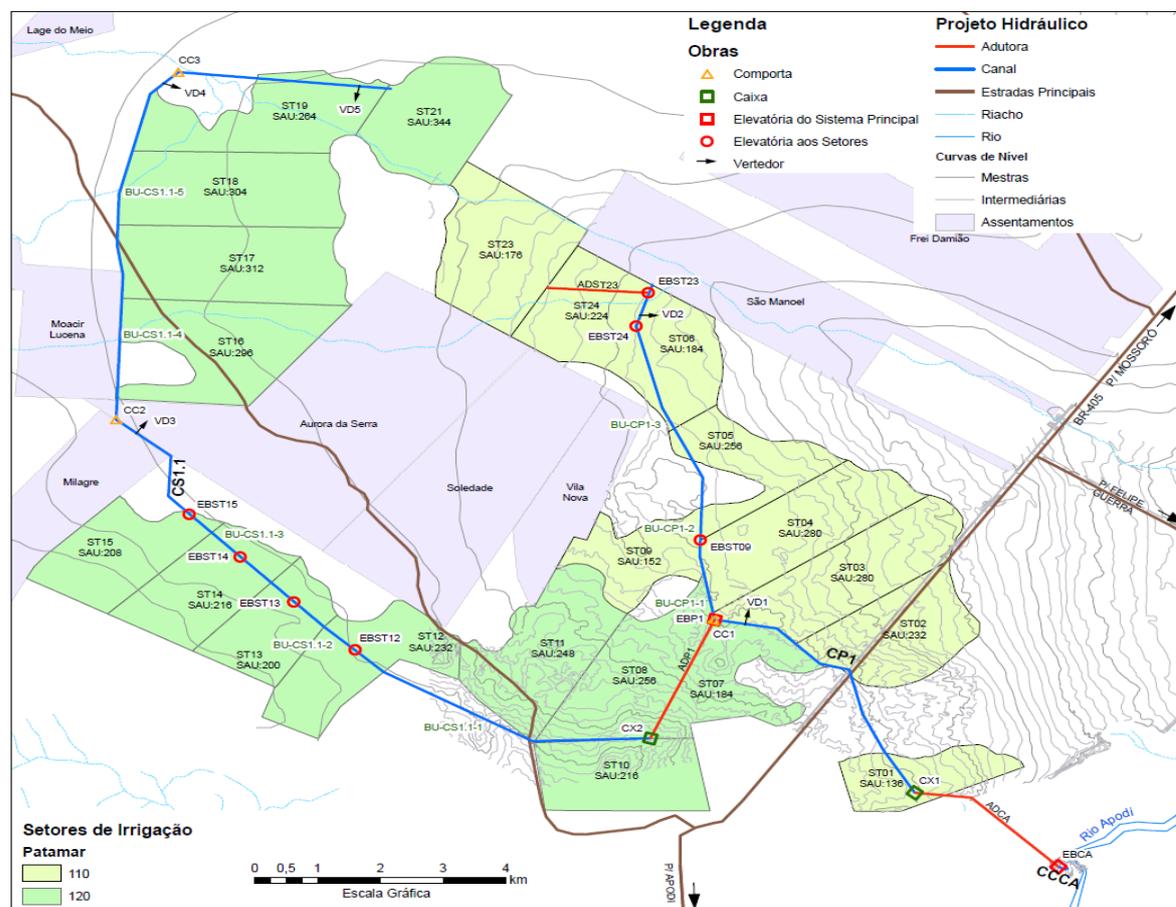
Figura 18 – Poligonal do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi com discriminação de alguns assentamentos



Fonte: DNOCS (2009).

Os assentamentos serão localidades que receberão os chamados “pontos d’água” geradores de discussão e conflito, mas que são utilizados pelos representantes do DNOCS para convencer os moradores locais a aceitarem a “chegada do progresso”. Para melhor compreensão sobre os pontos d’água, entendamos a distribuição da água para os lotes do perímetro, de acordo com a projeção do DNOCS: uma adutora capta a água do Rio Apodi, leva-a até uma caixa d’água no lote ST 01, que é ligada a um primeiro canal, localizado entre os setores ST 03, 07 e 09. Nesse estágio, há uma bifurcação de um canal (que levará a água para os setores em direção ao Assentamento São Manoel, ou seja, até o ST 23) e adutora (que levará a água para os setores após Moacir Lucena, até o ST 21), circundando todos os lotes (Figura 19).

Figura 19 – Sistema de condução de água para os lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi



Fonte: DNOCS (2008).

Apesar de os representantes do Estado declararem em seus discursos que haverá pontos d'água beneficiando as áreas de assentamento, os mapas de apresentação do projeto não garantem isso: mostram que os canais e adutoras passarão pelos setores irrigados e somente na divisa de Aurora da Serra e Milagre é que esse canal estará presente, para que possa chegar ao ST 16 em diante, o que, também, não garante que haja a disponibilidade da água para esses assentamentos. Assim, o próprio mapa contradiz o discurso de “universalizar a água” e “acabar com a seca” através do perímetro irrigado em questão, e isso foi percebido pelos participantes da pesquisa.

Então, esse é o projeto que o DNOCS tá propondo, isolando todos os assentamentos. Os assentamentos têm várias famílias assentadas, vivendo bem, e, estrategicamente, pra conseguir a mão de obra – porque, aqui, tem gente - [o perímetro] deixa o pessoal sem áreas pra irrigar, pra ficar a serviço de um salário mínimo ou menos, pra trabalhar no perímetro irrigado. (Membro 1 do STTR).

E, na verdade, isso aí é, não é o ponto de irrigação não. Na verdade, isso é um ponto d'água! Isso não é o projeto irrigado; isso é um ponto d'água, pros assentados ainda

irrigar. Num é dentro do projeto que vai dar essa terra irrigada já não; é um ponto d'água! O ponto d'água é um canal que vai ficar água lá, e o pessoal dos assentamentos é que vai comprar os kit de irrigação, pra elevar lá, pra irrigar sua área, sua hectare de terra lá. É diferente do projeto que, na despesa, já vem o kit de irrigação, e, pros assentados, é só um ponto d'água! Num é a hectare irrigada não! (Agricultor 11).

São sete assentamentos e são sete pontos d'água que eles vão colocar nessa capacidade de 13 hectares pra canto, fulano, e 34 em outros assentamentos, mas que vai ficar um ponto d'água parado lá no local, e os assentados vão ver as condições financeiras, estruturais pra levar essa água pras suas áreas. Eles não explicaram, eles não sabem explicar. Eles botaram esses pontos d'água, a estória dos pontos d'água para ver se o pessoal, as famílias se acalmavam. (Agricultor 2).

A questão desses pontos d'água que tá colocado aí é uma coisa que fica muito esquisita, porque ninguém pode imaginar a que preço você vai poder irrigar um hectare. A que distância do seu lote vai tar esse ponto d'água? Você não tem como estimar. Porque isso tá apresentado aí uns pontos d'água, agora, em que canto vai ficar esses pontos d'água? E a questão das informações que eles correm atrás e ninguém tem as informações, é pra botar a sociedade contra a sociedade! Porque você tá no assentamento, tem pessoas contra, tem pessoas a favor. Quer dizer, diz: 'não, fulano, diz que é bom'! Mas não vê o lado dele. Será que isso vai ser bom pra mim? Quem sabe o que é bom pra você deve ser você, né? Mas teve secretário aí que os caras falaram contra e compravam uma briga. Que é que sabe o que vai ser bom pra mim: é eu ou é ele? (Agricultor 6).

As falas clarificam, além da marginalização dos assentamentos, as incertezas quanto ao acesso à água (apesar de os mapas serem explícitos quanto à canalização para os setores irrigados, somente) e as divergências no território pelo fato de o discurso “água para todos” estar presente na fala de algumas autoridades e ter convencido/coagido alguns moradores do território. No tocante à irrigação, a apresentação do DNOCS de 2008 fala que os assentamentos terão áreas irrigadas nos seguintes quantitativos de hectares:

- Vila Nova: 13 hectares;
- Soledade: 34 hectares;
- Aurora da Serra: 58 hectares;
- Moacir Lucena: 26 hectares;
- Laje do Meio: 23 hectares;
- Milagres: 58 hectares;
- Frei Damião: 43 hectares.

Porém os sujeitos da pesquisa colocam que o DNOCS só considerou a perspectiva de irrigar os assentamentos após pressões do movimento de resistência local e que, ainda com a reformulação, as áreas não são suficientes para o número de famílias que há em alguns desses assentamentos, já que esse quantitativo, em cada assentamento, é para todos que lá habitam – atentamos para o fato de que há famílias numerosas nos assentamentos.

Assim, eles disseram que iam passar esse limite de irrigação pras áreas de assentamento, que seriam os pontos d'água: Vila Nova, 13 hectares pra 10 famílias; então, ficava 1,3 hectares por família, mas, assim, sem segurança de nada, eles colocaram isso aqui pra evitar uma pressão maior quando eles vieram aqui. Tem Aurora da Serra, dariam um hectare [de terra] irrigada pra cada uma. É porque isso aqui eles tavam pressionados, a gente pediu que eles viessem apresentar o projeto, e eles colocaram isso aqui, mas, nos documentos, nos relatórios, não fala em assentamento, não fala nada, não há segurança. Eles colocaram Laje do Meio lá em cima, tem a possibilidade de irrigar 23 hectares em Laje do Meio para todas as famílias assentadas. Não é por família; é 23 hectares para todas as famílias. Tem quantas famílias lá em Laje do Meio? 23. Então, daria um hectare por família. Já Moacir Lucena, 26 hectares, então, daria um hectare por família. Então, eles, de uma forma, eles quiseram saber quantas famílias tinha nos assentamentos; e, aí, tem famílias que é bem numerosa, também, nesses assentamentos; um hectare de terra não dá pra sustentar as famílias. Na verdade, eles foram pesquisar quantas famílias tinha por assentamento para amenizar a situação. (Membro 1 do STTR).

Só Milagres que aumentou? E por quê que Milagres tem 26 famílias e tem 50 hectares? Aurora, hoje, tem setenta e tantas famílias morando lá. Então, isso são famílias que estão sendo beneficiadas lá, e não vai se tocar disso. Porque muitos deveria ser da maneira que a gente já produz lá, agroecológica, sem agrotóxico. Mesmo com as dificuldades, mas a gente tá conseguindo sobreviver lá! Aí, Milagres, olhe ali, eu acho que foi um erro deles grande, tão atordoados, que botou 58 hectares, porque, mesmo juntando os agregados com as famílias de Milagres, não dá 58 famílias lá. Muito, se der, é trinta e poucas famílias, que é o total de Paraíso, né, que Paraíso não tá nessa parte ainda [...] (Agricultora 3).

Por não conhecerem profundamente, não considerarem as especificidades locais e não construir o projeto em conjunto com os agricultores locais, diante das pressões populares, os representantes do DNOCS e seus documentos trazem contradições e propostas que são insuficientes para a manutenção do trabalho, ambiente e cultura das famílias da Chapada. Inclusive, a fala da Agricultora 3 demonstra a falta de inclusão de outros assentamentos, como Paraíso.

Leroy (2010) traz elementos que contribuem para entendermos a relevância dos assentamentos e da agricultura familiar concebidos de modo sustentável, a fim de que percebamos os impactos que projetos, como o abordado aqui, podem trazer a esses territórios. O autor explica que os assentamentos têm um papel insubstituível de vigília e produção da biodiversidade e das águas, são jardineiros da paisagem e da natureza, bem como consistem em agentes ativos de segurança alimentar ao garantirem perenidade, variedade e qualidade dos gêneros produzidos. São lugares de preservação genética das sementes, o que evita as possibilidades de catástrofes produtivas e alimentares (LEROY, 2010). Não só uma das condições para a segurança nutricional e produtiva, a variedade dessas sementes crioulas foi colocada pelo grupo de pesquisa como uma das riquezas locais e patrimônio dos territórios.

O Agricultor 10, que tá aqui, é um verdadeiro colecionador de sementes. Ele tem mais de 200 variedades de sementes da caatinga, e isso é riqueza! Isso é um patrimônio nosso, sabe, que ninguém pode tirar! Não é o DNOCS que vai chegar e vai tomar isso da gente, né, de uma hora pra outra! (Agricultor 2).

Outro ponto a ser destacado é que, como colocado pelo Membro do STTR, os assentamentos são vistos como local que abriga mão de obra para o agronegócio que pretende se instalar na Chapada, com, inclusive, um conhecimento sobre as práticas rurais. É proposta o projeto empregar essas pessoas no perímetro. Podem não ser desejo inicial das pessoas dos assentamentos tais empregos; os agricultores dos assentamentos podem optar por continuar suas produções, mas há empecilhos com a presença de um perímetro irrigado em sua margem ou em seu derredor.

Um deles é o acesso à água não garantido, já comentado, demonstrado pelo próprio mapa do DNOCS e que será, volta e meia, abordado em momentos posteriores deste trabalho. Além disso, a produção típica dos assentamentos da Chapada/RN (como apicultura, por exemplo) não sobreviveria com o uso intensivo dos venenos feito pelas empresas dos lotes irrigados que os margeiam, ou os circundam. Outro é a falta de incentivos por parte do Estado para subsidiar os projetos de produção dos assentamentos ou, se dá acesso a eles, exigem que se façam no modelo da Revolução Verde, com seus pacotes tecnológicos que divergem da forma tradicional de produção do agricultor chapadense. E um derradeiro ponto trata da precarização do trabalho oferecido pelo agronegócio, que é degradante, sazonal e somente a um membro da família (no geral), ao contrário da forma de subsistência oferecida pela agricultura familiar. Empregos esses que apresentam os seguintes problemas: ameaça constante de demissão “por qualquer coisinha”; fornecimento de alimentação somente para os chefes; os trabalhadores fazem sua refeição em local inadequado, “sentindo o cheiro do veneno”; trabalham, no mínimo, nove horas por dia (com a obrigatoriedade de todos fazerem hora extra); entre outros desgastes (MARINHO, 2010).

*A gente trabalha na agricultura familiar. Ela não é agricultura permanente; é sempre em períodos de invernos, que a gente cultiva a terra, planta e colhe [...], vende aquilo e fica esperando chover novamente. Então, quer dizer que *aqueles empregados só ficam aquele tempo ali, aí, depois que passa o período do inverno e que termina a colheita, a safra, eles já ficam desempregados.* [fala do grupo de pesquisa] (PESSOA, 2011, p. 238, grifos nossos).*

Dessarte, fica como proposta para os assentamentos a promessa do Estado de que esses territórios não serão implicados com o perímetro e não serão desapropriados; que receberão pontos d'água para produzirem, que se beneficiarão com empregos nos setores irrigados. Atualmente, os assentamentos, apesar de estarem com suas estruturas físicas, culturais e familiares não impactadas, profundamente, com o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, convivem com as incertezas do que vai acontecer consigo e com o

receio de ocorrer o que aconteceu em outras localidades próximas de agronegócio. Ainda, têm que vivenciar episódios de divergências entre seus habitantes.

Além disso, mesmo que os assentamentos não sofram com as desapropriações, como as comunidades, o processo produtivo do agronegócio inviabiliza as práticas agrícolas, hoje, existentes, pelo uso dos venenos, o que pode obrigar os assentados a saírem das terras por não conseguirem trabalhar e sobreviver do modo tradicional.

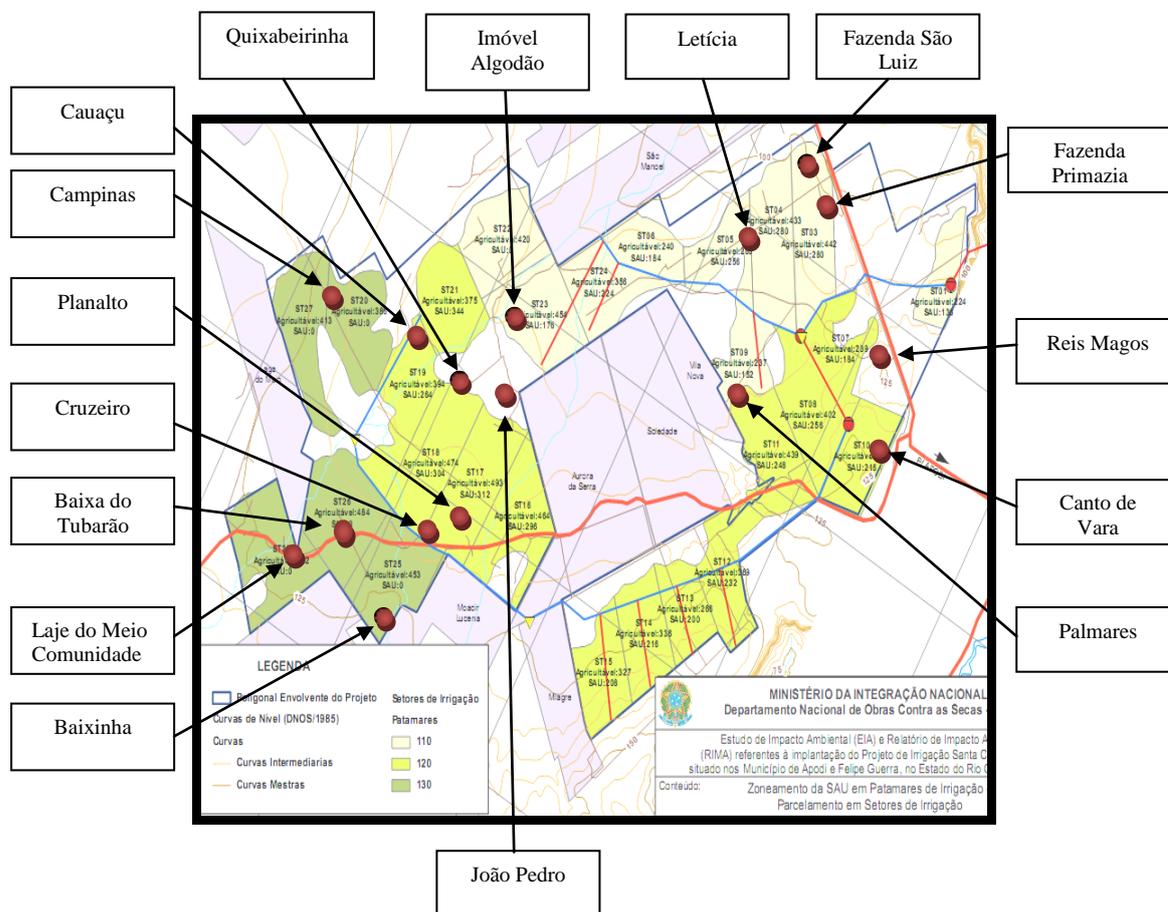
Atualmente, a consolidação de muitos assentamentos começa a mostrar como esse *ficar* (que deveria ser um direito tanto quanto o direito de *ir-e-vir*), esse enraizamento, quando são criadas condições para que possa se planejar o futuro, propicia novos processos de desenvolvimento local e microrregional. (LEROY, 2010, p. 66, grifos do autor).

A questão da invisibilização é outro assunto preocupante, pois existem comunidades, no interior do polígono irrigado, que não são discriminadas no Relatório de Impacto Ambiental nem nas apresentações do DNOCS e seus mapas, o que relega os agricultores e seus contextos de trabalho e vida à invisibilidade, para preservar o projeto desenvolvimentista. A invisibilização foi percebida pelos sujeitos da pesquisa, como demonstra uma das falas captadas.

O DNOCS, ele tá vendo um documento de 340 hectares, vê uma propriedade! E, na verdade, não é uma propriedade de 340 hectares! [...] Eles não tão vendo quem tá dentro dessa área de 340 hectares, porque tem toda uma comunidade morando lá, sobrevivendo de 340 hectares. Eles vê só o documento, a área total! [...] Uma coisa que chamou atenção um pouco é que a gente, com uma pequena área dessa [Agrovila Palmares], 340 hectares pra 30 famílias, querem passar por cima! E a gente sabe que tem – não que eu seja a favor do projeto – mas tem latifúndio aqui vizinho, com 4.000 hectares, que não vão nem tocar. (Agricultor 6).

As famílias e suas comunidades – como, por exemplo, Palmares – existem na área interna do poligonal do perímetro projetado. Vejamos no mapa, a seguir, a mesma demarcação do perímetro, mas com a localização das comunidades lá existentes.

Figura 20 – Poligonal do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi com a localização das comunidades, atualmente, existentes no território



Fonte: Reformulação do mapa de PONTES (2012) e do mapa do DNOCS (2009).

Inclusive, as comunidades abrigam dezenas de famílias – de acordo com levantamento no quadro, a seguir – e foram configuradas pelos seus moradores no decorrer de muitos anos, a partir de inestimáveis vivências.

Tabela 4 – Lista de algumas das comunidades, número de famílias, pessoas e anos de existência

COMUNIDADES DA CHAPADA	ANOS DE EXISTÊNCIA	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PESSOAS
<b>Frei Damião</b>	20 anos	39	195
<b>Agrovila Palmares</b>	11 anos	30	105
<b>Associação João Paulino</b>	21 anos	21	66
<b>Portal da Chapada</b>	10 anos	50	250
<b>Imóvel Algodão</b>	06 anos	12	43
<b>Paulo Canapum</b>	10 anos	30	103
<b>Caiçara</b>	07 anos	60	132
<b>P.A. Laje do Meio</b>	13 anos	25	110
<b>Sítio do Góis</b>	13 anos	75	345
<b>Tabuleiro Grande</b>	09 anos	60	150
<b>Milagres</b>	13 anos	26	105
<b>Tubarão</b>	Mais de 80 anos	10	34
<b>Lagoa Rasa</b>	50 anos	73	195
<b>Baixa Verde IV</b>	05 anos	20	54
<b>São Francisco</b>	Mais de 50 anos	50	200
<b>Aurora da Serra</b>	15 anos	71	300
<b>Moaci Lucena</b>	12 anos	26	109
<b>Paraíso</b>	14 anos	32	200
<b>TOTAL: 18 comunidades</b>	<b>De 05 a mais de 80 anos</b>	<b>710 famílias afetadas direta ou indiretamente</b>	<b>2.696 pessoas</b>

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN (2011).

São essas as comunidades e assentamentos que mais sofrem, ou sofrerão diretamente, com os impactos do perímetro, implicações que, no presente, configuram-se, como captado no decorrer dos encontros da pesquisa, a partir de: pressões emocionais/psicológicas; pressões a partir da falácia das benesses; pressões políticas; pressões sociais (inter-relações conflituosas pós-DNOCS e enfraquecimento de lideranças locais).

No cotidiano das comunidades, estão muito presentes as atitudes dos representantes do DNOCS relacionadas às pressões emocionais e psicológicas que comprimem os chapadenses rumo à venda/entrega das terras. As pressões são percebidas quando os representantes do DNOCS, segundo as falas em tom de denúncia dos sujeitos da pesquisa, colocam que, caso o agricultor não decida vender sua terra para o perímetro, de qualquer forma, essa terra será tomada. Tudo isso leva o chapadense a um estado de medo, tanto das pessoas que entram nas terras quanto de não receber as indenizações propostas pelo Departamento e perder a terra no final; além de temor quanto a processos, envolvimento com a Justiça e, até mesmo, prisão por causa de resistência.

A minha sogra tem uma herança de 92 hectares e [o polígono do perímetro] pegou quase 6 hectares do dela. Aí, ele foi lá no Portal [da Chapada], chegou lá, a minha sogra, ela tem quase 60 anos, e eles ameaçaram ela. Ela é uma pessoa que é

analfabeta, ela não sabe nem assinar o nome. E ele disse: ‘se você não for fazer [a documentação para a venda], a Justiça vem aqui lhe buscar!’ E ela ficou muito nervosa, mandou ligar pra gente, a gente foi lá, e ela disse assim: ‘vamos cuidar logo nisso senão eu vou ser presa’. Eu disse: ‘não vai!’ Quando eles vierem aqui, você diz: ‘eu vou falar com meu advogado, que eu tenho advogado!’. Aí, eles ficam ameaçando as pessoas, né? Aí, semana passada, que a gente foi abrir a conta, porque tava sendo ameaçada mesmo ela. Aí, ela disse: ‘eu vou logo ficar livre pra eu dormir sossegada’. [...] Vai entrar só o quê? Sete mil e pouco. Isso não vai melhorar! [...] Quando eles pegam uma pessoa que tem um pouquinho de conhecimento do projeto, eles não vai muito longe não, mas, quando não sabe, aí, ameaça, fica dizendo que a promotoria, o juiz fica tudo em cima. O pessoal tem medo, entendeu? [...] ela vai receber esse pouquíssimo dinheiro, porque sete mil e pouco, já gastou mais de mil e pouco no cartório [...] pra fazer procuração que ela não assina [...] e com negócio de escritura. [...] Vai ter prejuízo, desgaste físico, desgaste mental, porque as pessoas ficam ameaçadas, amedrontadas. (Agricultora 3).

Outra estratégia de pressão psicológica acontece quando os representantes do DNOCS chegam com a documentação de aceitação da indenização pronta para ser assinada, com a ressalva de que a não aceitação pode implicar, de qualquer forma, posse da terra por parte do Estado.

Na reunião que eu tava, eles chegaram já com os papéis tudo pronto pra assinar. Aí, Agricultor 8 ligou pra mim, eu tava trabalhando, aí, fui. Não, porque já era a proposta, passando metade, e o resto era da gente. Inclusive, a pergunta: ‘se a gente não aceitar?’ [DNOCS]: ‘não, de um jeito ou de outro, a gente fica com a terra, toma. Aí, de repente, eles rasgaram o papel. Mas eles são doído por um ponto fraco; procuram uma brecha. (Agricultora 3).

A ideia perpassada de que “se não sair da terra, nós tomaremos” leva o Estado a avançar terreno rumo à retirada das famílias de suas comunidades, e os sujeitos, desestimulados, chegam a acreditar na desconstrução de seus territórios.

Assim, tudo que construímos vai ser desconstruído, com a chegada deles, temos a perspectiva que tudo vai ser desconstituído. Essa união que tinha, essas casas, esses campos, tudo isso. Com a chegada deles, dá a entender que tudo vai ser desconstruído. Essas hortas não vai mais existir, porque não vamos ter como fazer isso mais. Eu acho que os carros [do DNOCS, colocados na ilustração do grupo de pesquisa mostrada na Figura 17] representam bem a chegada e o prejuízo que estamos tendo com a chegada deles, com o que eles querem implantar. Então, é a destruição de tudo isso aqui. (Agricultor 6).

Para isso, o Estado brasileiro conta com aliados locais, ou seja, os membros da gestão do município. As pressões políticas, ou pressões de políticos, acontecem de forma explícita (com falas de efeito, em defesa do projeto ou com promessa dos pontos d’água), disfarçada (buscando realizar encontros para passar a mensagem dos benefícios do perímetro) ou, em momentos, mais incisiva.

“Ontem mesmo, eu ouvi de um vereador dizendo que é o melhor presente que vem *pra* Apodi, é esse perímetro irrigado.” (Agricultora 1).

O pessoal da Secretaria de Agricultura [da gestão anterior] que andava apresentando esse projeto [trouxe] novas estratégias, como os pontos de água, aí, nas comunidades, principalmente, nos assentamentos, que é onde há mais informação perante a sociedade organizada na ação rural, eles queriam ludibriar o pessoal com essa situação, fortalecendo a postura deles, que eram e são a favor do perímetro irrigado. (Agricultora 5).

Eu lembro que, quando invadiram lá, o pessoal do DNOCS que entraram lá, Carlinhos [nome fictício] me disse que não tinha dormido direito, porque tinha visto aqueles homens e não sabia que homens eram aqueles, que até os funcionários do DNOCS entram descaracterizados pra abrir pique nas propriedades, pra num dizer que é o DNOCS que tá invadindo as terras deles. E outra coisa: hoje, tem um deputado que esteve na fundação de Palmares e que diz que as pessoas estão no lugar errado, e não o projeto [...] (Agricultora 2).

No momento de esclarecer às pessoas implicadas, os representantes do Estado (do DNOCS ou da gestão) não trazem respostas satisfatórias na concepção dos sujeitos da pesquisa. Porém, nos discursos que enaltecem as vantagens do perímetro, a fala traz, veementemente, a possibilidade de acesso à água via pontos d'água, bem como as milhares vagas de empregos abertas com a implantação do projeto, as indenizações e os pagamentos, de forma marcante. Essas são as pressões exercidas a partir da falácia das benesses. Todavia, inicialmente, quando tratam dos pagamentos, a quantia por hectare e as condições nas quais eles são possíveis não são colocadas, explicitamente, para as pessoas. Elas acreditam que receberão muito dinheiro pelas terras e que não há burocracias para o recebimento. Inclusive, o fato de o Estado adquirir, inicialmente, terras de latifúndios a altos preços (pela sua extensão territorial) gera nos “pequenos” uma sensação ou de que a venda da terra gerará prosperidade, ou de que o perímetro será implantado e não adianta “lutar contra os grandes”.

Estrategicamente, eles fizeram isso: desapropriaram primeiro os proprietários grandes, que não dependem da terra pra sobreviver, e tem gente aí recebendo até perto meio milhão de reais, mas que sobrevivem do comércio aqui, que tem outra propriedade, latifúndio, né? E dizem que isso é bom, mas isso é bom como? O cara que vai receber oito mil reais, uma família que vai receber oito mil reais pra dez pessoas não dá pra comprar um chão pra fazer uma casa! (Agricultor 2).

“Aqui, eles já andaram pagando um pessoal aí, que é pra ver se o restante vão assinar a papelada pra receber, mas é só um agá que eles tão fazendo, não resta dúvida.” (Agricultor 9).

Na verdade, os que receberam são pessoas que não têm dívida no banco, porque quem tem tá indo pra Justiça, e a Justiça que vai dizer. Lá em Laje do Meio Comunidade, só teve meu cunhado que recebeu. Porque ele tava tudo ok, toda a documentação feita. Quando o DNOCS chegou lá, dizendo com uma conversa bonita e tudo, e disse que ele recebia logo, ele foi fundo. E já recebeu a parte dele. Mas os outros não, porque são terras de herança, que não têm inventário. Então, quem vai ter que resolver e decidir é a Justiça, entendeu? E eu acredito que isso vai ser lavagem de dinheiro. (Agricultora 3).

Naquele dia que teve a apresentação, eles deixaram bem claro que o preço da indenização variava de 600 a 800 reais, e tinha gente que pensava que era dois, três mil reais por hectare. Quando eles disseram na pressão o valor, aí disse: ‘não, a gente não sabe dizer, só sabe quando pesquisar a área todinha, quando avaliar. Mas fica entre 600, 800 reais o hectare’. (Agricultor 6).

O discurso das benesses, com omissão das verdades, nada mais é do que uma estratégia dos responsáveis pela produção dos riscos de evitar tornar públicos os riscos que criam. Ou seja, uma “desinformação organizada”, com o intuito de deixar incerta a percepção dos riscos ou a relação entre os impactos e o empreendimento que se instala. “A ‘cegueira’ dos cidadãos é trabalhada institucionalmente a fim de evitar a localização dos riscos sobre os setores sociais mais capazes de serem ouvidos na esfera pública.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 81).

São essas pressões anteriores (psicológicas, dos políticos e do discurso das benesses) que desencadeiam as pressões sociais, isto é, a interferência nas relações sociais, tornando-as conflituosas e desestimulando as resistências locais. Isso é tido pelo grupo como o elemento no qual o DNOCS se ancora para legitimar-se e fixar-se no espaço da Chapada/RN. Tal ponto foi retratado tanto nas falas quanto nos painéis construídos pelo grupo de pesquisa.

A chegada do DNOCS lá nas comunidades, principalmente, como a gente está com dois companheiros da Agrovila que viveram esse drama, essa pressão psicológica. Com a chegada dos caras do DNOCS, junto com a sede das associações, pra conversar com o pessoal, e foi, a partir daí, que começou a divisão de opiniões; com a proposta ilusória do DNOCS, com milhares e milhares de empregos e que vai gerar renda, achando que isso aqui que tá posto [agricultura familiar] não é renda. E, aí, começou a divisão das famílias, a briga entre famílias. (Agricultor 2).

“Isso bota a sociedade contra a sociedade, porque quem já recebeu dinheiro como vai devolver se isso for impugnado? Eu acho que a mente do projeto deles botar pra funcionar é botando a gente contra a gente.” (Agricultor 6).

“Então, com isso [pressões psicológicas], coagiu o grupo que era mais forte, coagiu as pessoas que iam conseguir ganhar essa batalha e desacreditou o grupo que era mais forte. Chegou impondo!” (Agricultor 5).

E, assim, o que eu achei mais difícil, também, foi porque eles, às vezes, faziam as reuniões de noite. Enquanto a gente não sabe de tudo do projeto, mas a gente sabe o que é as dificuldades, que não vai ser melhoria pra ninguém, eles faziam com aquele pessoal que tinha menos informação, que eram pessoas que não tavam aqui, no dia a dia, porque, às vezes, não vinha. E, também, assim, pegavam eles pra botar mesmo, e todo mundo dizer que era bom. E, quando a gente chegava lá, que ia discutir na assembleia, né, aí, ficava todo mundo assim: ‘não, fulano veio aqui e disse que foi mil maravilha’. (Agricultor 3).

Com tantas falas, possibilidades, omissão de informação, dúvidas, ocorre outro tipo de elemento que influencia na vida das comunidades, atualmente: as incertezas, geralmente, advindas da falta de resposta às demandas dos agricultores, da falta de diálogo e simbiose do Estado com o chapadense (ver item 6.2 do Capítulo 6). Este se sente desrespeitado em seu direito de estar na terra, já que foi quem primeiro chegou e, agora, tem que dar lugar às empresas e ao modelo de expansão do capital. Muitas repostas se tornam desconhecidas, pois os sujeitos da pesquisa reclamam que algumas reuniões aconteceram à noite, horário inviável, na época, para a participação de algumas lideranças locais, também, forma de enfraquecer o movimento de resistência. Apesar de tudo isso que acontece nas comunidades e assentamentos, nessa atualidade, após a chegada do DNOCS, o movimento de resistência tenta dialogar, ou rebater o Estado com ações que vamos trazer a seguir.

### *6.1 A resistência ao projeto do Santa Cruz do Apodi*

De acordo com as intenções do Departamento (DNOCS, 2008), a implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi aconteceria a partir de ações em cinco etapas e nos seguintes prazos:

1. Expedição da Licença de Instalação: de 02/02/2010 a 30/11/2010;
2. Projeto Básico: antes de 2009 a 30/08/2010;
3. Licitação das Obras: de 30/08/2010 a 30/10/2010;
4. Execução das Obras: de 01/12/2010 a 01/12/2012;
5. Ações de Desapropriação: de 02/08/2010 a 30/12/2010.

Os prazos pensados pelo DNOCS estão em atraso e, em 2013, as ações de desapropriação transcorrem lentamente, em meio a resistências e movimentações. Sem ocorrerem as desapropriações em sua completude, as obras da estrutura física não podem ser iniciadas, os lotes não são demarcados, muito menos, divididos e entregues aos respectivos irrigantes, e o perímetro é postergado para um ano não definido. Tão indefinido que, em *slides* de apresentação do DNOCS, de 2013, os prazos não são mais apresentados.

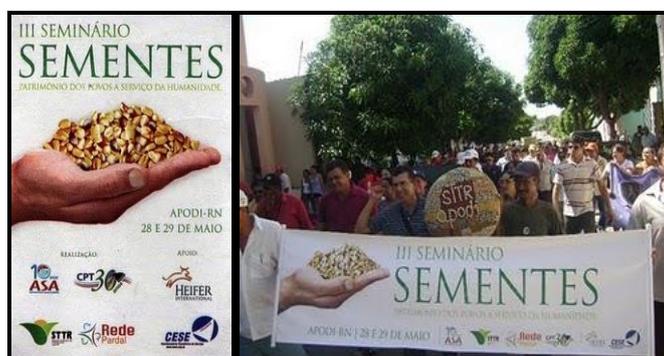
Como já elencado no Capítulo 3, os agricultores da Chapada atentaram para os possíveis impactos do perímetro irrigado nas suas vidas, após o *Seminário Impactos do Agronegócio/Agrotóxico na Saúde do Trabalhador e no Ambiente* e os intercâmbios com as realidades de Ipanguaçu e Baixo-Jaguaribe. A partir de então, as mobilizações contrárias à

proposta que se pretende implementar na Chapada potiguar começaram a acontecer em articulação com outras entidades, como CPT (Comissão Pastoral da Terra), FOCAMPO (Fórum do Campo), ASA (Articulação do Semiárido) Potiguar, Terra Viva, Centro Feminista 8 de Março (CF8) e Movimento das Mulheres, porém, sempre, encabeçadas e articuladas pelo STTR de Apodi. Dentre as ações mais marcantes que foram colocadas no grupo de pesquisa, na fala do Membro do Sindicato e pelo Presidente deste (em entrevista cedida para a pesquisa), foram listadas as seguintes:

- Seminário de Sementes;
- Seminário Impacto dos Agrotóxicos/Agronegócio na Saúde, no Trabalho e no Ambiente;
- Audiência com o Ministro da Integração Nacional;
- Ato público nas ruas de Apodi;
- Discussão sobre o projeto de irrigação nas comunidades de Apodi;
- Intercâmbio com os Agricultores do Ceará;
- Manifesto do Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO) contra a instalação do projeto;
- Exibição do filme “O veneno está na mesa” nas comunidades (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida);
- Reuniões com outros segmentos organizados apodienses;
- Ato Mundial da Marcha Mundial de Mulheres (24 horas de Ação Mundial – Aqui somos Todas Apodi);
- As 2.000 cartas das mulheres de Apodi à presidenta Dilma (modelo/rascunho da carta no Apêndice E);
- Mobilização de rua “Caminho das Águas”.

A seguir, algumas ilustrações dos momentos supracitados.

Figura 21 – Seminário de Sementes



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2010).

Figura 22 – Audiência com Ministro da Integração Nacional



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2010).

Figura 23 – Reuniões do movimento de resistência com as comunidades



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2011).

Figura 24 – Reuniões do FOCAMPO



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2011).

Figura 25 – Ato público nas ruas de Apodi (mais de 2.000 agricultores)



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2011).

Figura 26 – Exibição de “O veneno está na mesa” nas comunidades



Fonte: Acervo do STTR Apodi (2011).

Figura 27 – Caminho das Águas (assembleia e caminhada nas ruas, até o Banco do Nordeste, Agência de Apodi)



Fonte: Acervo da pesquisa.

Apesar de o DNOCS divulgar ações educativas, entre outras coisas, para “Sensibilização dos formadores de opinião e da população com o intuito de conseguir uma adesão consciente ao projeto de agricultura irrigada” (DNOCS, 2013, *slide* 13), os agricultores colocam que – em vez de reuniões noturnas ou, em sua maioria, a portas fechadas, como são as organizadas pelo DNOCS – seus encontros acontecem com a simplicidade típica do povo da Chapada e demonstrando uma proximidade com os implicados

e a construção de espaços de falas importantes e pautados nos territórios. Vale salientar que a (já comentada em momentos anteriores) ação educativa de sensibilização dos formadores de opinião preconiza atuar com o intuito de conseguir uma adesão ao projeto já criado, impossibilitando, de acordo com a proposta de 2013, a troca de saberes ou reconstrução coletiva da proposta do perímetro, já que, em momento algum, tal perspectiva é colocada. Isso, inclusive, demonstra o que já tratamos como invisibilidade dos vulnerabilizados, pois o projeto foi construído, os desejos dos verdadeiros donos da terra são negados e as ações educativas, claramente, colocadas pelo DNOCS são, exclusivamente, para convencimento ou, como trazido na apresentação, “adesão consciente”.

Interessante como a gente se reúne nas comunidades e as imagens, elas, assim, a organização como se dá no município de Apodi: debaixo de um alpendre, numa casinha de taipa simples, a gente bota um pano, um data show e a gente começa a discutir, construir valores. Então, esses são os formadores de opiniões. Essas pessoas, elas formam opiniões. Não é só Agricultor 6, não é só Agricultor 11, não é só eu; nós formamos opiniões, e é assim que forma opinião. Então, essa é a nossa proposta, também, pro DNOCS, de diálogo pro projeto. Por que contestar o projeto de irrigação da Chapada do Apodi? A gente usa muito como referência, a gente, pra questionar uma coisa, a gente tem que ver outras experiências. (Agricultor 2).

Tanto os espaços de discussão quanto as mobilizações de rua, reuniões, exibição de vídeos, encontros e cartas são ações que dizem “não” ao perímetro irrigado e expressam “os desejos, as nossas propostas de combate a esse modelo excludente do DNOCS” (Membro do STTR 1). Ações pautadas na concepção de que o projeto do DNOCS trará, segundo eles, custos sociais não contabilizados pelo Estado ou pelos empresários (nem pelas indenizações nem pelas políticas públicas voltadas a essa população), como: privatização dos perímetros públicos; aumento da desigualdade social na região; contaminação ambiental do solo e da água com prejuízos à saúde da população atingida; exposição permanente aos agrotóxicos; condições precárias de trabalho; mão de obra assalariada barata; extinção de comunidades rurais; transformação de pequenos agricultores expulsos de suas terras em agricultores sem terra, a serviço da agroindústria e moradores das periferias das cidades; concentração de terras e utilização de terras públicas; aumento de doenças causadas pela exposição aos agrotóxicos (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RUAIS DE APODI, 2013).

O que eles almejam, com o movimento de resistência, é a defesa da vida que lá existe, com todas as suas atuais experiências colocadas em prática pelos agricultores familiares na região: manejo da caatinga; apicultura; caprinocultura; hortaliças agroecológicas e outros gêneros nos quintais produtivos; agricultura de sequeiro; polpa de frutas (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RUAIS DE APODI,

2013). Assim, ancorados na ideia de que não podem aceitar “um Projeto de Irrigação baseado numa ótica de desenvolvimento totalmente contraditória à realidade local” (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RUAIS DE APODI, 2013, *slide 3*) e na reflexão “o projeto do Perímetro Irrigado trará ‘Desenvolvimento para quê e para quem?’” (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RUAIS DE APODI, 2013, *slide 3*), foi pensada uma proposta documentada pelos docentes João Abner Guimarães Júnior (Doutor e Engenheiro em Recursos Hídricos) e João Matos Filho (Doutor em Economia), para a zona rural de Apodi.

A proposta é denominada *Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Chapada e do Vale do Apodi (RN)* ou *Projeto Padre Pedro Neefs*<sup>25</sup> (nome dado pelas entidades que atuam no meio rural daquele município) e sugere a integração das quatro áreas da zona rural de Apodi (Vale, Chapada, Areia e Pedra). No que diz respeito à irrigação no Vale do Apodi, propõe-se a irrigação de dois mil hectares à jusante da Barragem de Santa Cruz, com distribuição da água por gravidade, a um custo pequeno se comparado ao custo de bombeamento para a Chapada. A priori, o sistema preconizado pelo Projeto Padre Pedro Neefs entregará, uniformemente, a água nas pequenas propriedades atuais, e ficará a cargo dos usuários a definição do tipo de uso. Inicialmente, voltado para o Vale; após um levantamento das demandas específicas, será desenvolvido um projeto de abastecimento de água para as comunidades da Chapada do Apodi (GUIMARÃES JÚNIOR; MATOS FILHO, 2011).

O projeto elenca como objetivos: definir as ações integradas para Vale e Chapada; definir a forma e as responsabilidades institucionais para a implementação das ações; definir recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação da proposta e o sistema de gestão do Plano. Nas suas primeiras ações, esperam-se: cadastro georreferenciado dos aspectos socioeconômico, ambiental, institucional e de infraestrutura da área de influência direta do Plano; avaliação das potencialidades da região e identificação dos projetos alternativos; avaliação de viabilidade dos projetos alternativos; aprovação do Plano pelos atores do Estado e da sociedade civil, diretamente, envolvidos na construção da agenda; definição do Sistema de Gestão para implementação do Plano (GUIMARÃES JÚNIOR;

---

<sup>25</sup> A denominação foi uma forma de homenagear Padre Pedro Neefs pelo trabalho na região, nos últimos 40 anos, em defesa do desenvolvimento equitativo, socialmente justo, incluído do seu povo; pelo papel histórico fundamental de articulação com os setores técnicos e político para a tomada de decisão nos estudos do Governo Federal, em Apodi, na década de 70, sobre a localização atual da barragem Santa Cruz – o que preservou o Vale e a Cidade do Apodi da inundação do lago da barragem (GUIMARÃES JÚNIOR; MATOS FILHO, 2011).

MATOS FILHO, 2011). Vale salientar que o projeto em cena não elenca prazos para a referida agenda de ações.

Conscientes de que o projeto Padre Pedro Neefs está em processo de construção, como explicou o Membro 1 do STTR, ao falar sobre isso, compreendemos as limitações no tocante à presença da agenda de ações mais definidas; de uma argumentação mais atrelada ao modelo de desenvolvimento expansionista e degradante, e não só à inviabilidade hídrica do perímetro; de uma caracterização das comunidades que contemple os aspectos de trabalho, ambiente e da vida delas; de um espaço para a colocação das falas, das denúncias e dos anseios dos agricultores familiares para suas comunidades e assentamentos, ou seja, de um debate mais abrangente com as comunidades.

Diante disso, colocamos a presente pesquisa à disposição dos agricultores e dos grupos acadêmicos para, quem sabe, contribuir com a continuidade da construção do projeto Padre Pedro Neefs, já que “riscos ambientais e problemas de saúde podem ser sistematizados a partir da compilação e leitura crítica de trabalhos acadêmicos e profissionais” (PORTO; FINAMORE, 2012, p. 1498). Até porque pretendemos construir um saber que sirva para proteger a vida dos “pequenos” e fortalecer os movimentos que resistem a qualquer manobra do sistema do capital que impacte nos territórios tradicionais. Compreendemos a tarefa árdua, processual e desafiadora da construção de pautas, reivindicações e de fomento dos anseios dos agricultores, pois são muitas as pressões geradoras: por um lado, de resistência, mas, por outro, de sofrimento dos grupos de excluídos (DEJOURS, 2007).

Transversal à importância dos textos acadêmicos, qualquer que seja o documento produzido a partir das iniciativas dos movimentos sociais é de extrema relevância para analisar o contexto de injustiça vivido nos territórios, já que, na compreensão de riscos ao ambiente e à saúde, Porto e Finamore (2012) colocam que

Também pode haver a produção direta de materiais em diversas linguagens por parte das próprias populações atingidas e organizações de justiça ambiental, que sistematizam problemas ambientais e de saúde ocorridos no passado e no presente. Tais narrativas produzem, muitas vezes em linguagens populares e inovadoras, inventários, mapeamentos e relatos importantes de casos de poluição, doenças e mortes, acidentes, desastres e catástrofes relacionados com várias atividades econômicas, produtivas e tecnológicas. (PORTO; FINAMORE, 2012, p. 1498).

A articulação dessas formas de saber (acadêmicas, profissionais e populares) em prol de problemas específicos permite a troca de experiências e o intercâmbio na construção de um aprendizado solidário e coletivo, ferramenta fundamental para a compreensão dos riscos aos quais os sujeitos estão submetidos em seus territórios em conflito. O conhecimento acadêmico, por si só (ao contrário do que muitas correntes epistemológicas defendem), tende

a não trazer resposta às demandas desses territórios, pois se inclina a descontextualizar a compreensão sobre vida e problemas ambientais, de trabalho e saúde das populações, o que leva a assimetrias de poder de decisão sobre os dilemas sobre os quais se debruça (PORTO; FINAMORE, 2012).

## 6.2 Os desafios do movimento de resistência na Chapada Potiguar

Como já posto no Capítulo 3 deste escrito, o movimento de resistência contra o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi emerge a partir, principalmente, do Seminário *Impactos do Agronegócio/Agrotóxico na Saúde do Trabalhador e no Ambiente* e dos intercâmbios com a realidade do Ceará, momentos tidos como motivadores da luta contra o projeto do DNOCS.

A ida a Russas, aquilo fortaleceu, para que nos despertássemos o que era o DNOCS, né? Porque o DNOCS não tem cabimento! E, pra tristeza nossa, a coisa mais importante, que marcou, foi a destruição da Lagoa dos Cavalos, que era conhecida [pela resistência ao Perímetro Tabuleiro de Russas]. A gente andou lá agora, e só tinha destruição; nem gente tinha mais. Doeu muito, e por isso que cabe à gente lutar, pra que esse crime não chegue aqui, e não aconteça o que aconteceu lá na Lagoa dos Cavalos. [...] A gente viu que era necessário que a gente se articulasse melhor, pra não acontecer o que aconteceu no Ceará. Porque, se não tivessem enfrentado a luta, o projeto estava acontecendo do mesmo jeito que aconteceu lá. É uma sequencia, né? Na verdade, o que despertou em nós, naquela vivência, foi que a gente viu que os trabalhadores, se não se apoderassem do debate, tudo ia acontecer muito rápido. A gente sabe que não aconteceu por causa dessa luta, que não é pequena. É uma luta desigual, mas que, pra mim, ela qualifica. Mesmos se a gente não tiver vitória, mas tivemos coragem de fazer o debate. (Membro 2 do STTR).

Seria uma sequência de implantação de um projeto desenvolvimentista para a Chapada (cearense e potiguar) se o Estado não tivesse esbarrado com a luta, que, atualmente, conta com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra); do FOCAMPO (Fórum do Campo); das duas federações (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte/FETARN e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/FETRAF); da Terra Viva; do MST e Via Campesina; do CF8; do Movimento de Mulheres de Apodi; da Coopervida, e diversas outras entidades do campo em nível estadual, nacional e até internacional estão engajadas na luta dos chapadenses. De acordo com o Membro 2 do STTR, não há um grupo formado, fechado, mas muitas pessoas que somam à luta ora posta.

[...] em todos os lugares, em todas as reunião que tem na comunidade, o projeto, *esse crime é discutido*. Nós vamos pra uma reunião de bairro, a gente discute, porque os trabalhadores provocam lá e, na verdade, é assim, é uma sequência de muitas ações que acontecem ao mesmo tempo. Na verdade, se dissermos que tem um grupo formado, tem, mas tem muita gente, são muitas pessoas. Tem estudantes, que, também, divulga; esse grupo é mais informal. Tem o grupo da internet, o

pessoal que tem *Facebook*. O grupo unificou, por isso que todas as lutas do Rio Grande do Norte, apesar das diferenças dos movimentos, mas todo mundo tá junto, todos os movimentos do campo do RN estão juntos contra o projeto de irrigação, que é o projeto da morte, do perímetro irrigado. É o pior absurdo que a gente viu, que não é à toa que todos os movimentos do campo faz parte desse grupo. A gente não tem nenhuma entidade do campo fora dessa luta. (Membro 2 do STTR, grifo nosso).

Apesar de não existir um grupo fechado de pessoas compondo o movimento, está claro que é o STTR que encabeça e articula a maioria das ações de resistência contra o projeto do DNOCS. Ainda sobre os grupos que contribuem para as ações, a articulação com o TRAMAS – inicialmente, através da pesquisa realizada por Pontes (2012) – é considerada, para eles, como um momento de enriquecimento do debate e fortalecimento da resistência, até mesmo como estímulo para a inserção de outros representantes da academia nas discussões que ocorrem em Apodi, sobre o conflito.

Eu acho que qualquer ação que seja contra esse projeto criminoso é marcante, sabe? Uma fala é marcante! E a gente sabe que o que ficou marcado foram as atividades de rua. Eu acho que marcou muito. Teve três atos que aconteceram aqui, em Apodi, que marcou muito. Outra coisa que marcou foi a entrada do grupo TRAMAS; se não fosse pelo projeto, não teríamos conhecido o grupo TRAMAS, apesar que é preciso que você venha lá do Ceará pra poder ver as entradas. Mas, quando o TRAMAS entrou, alguns professores da UERN e da UFERSA também entraram no debate. A gente vê que foi uma coisa que marcou, e, se o TRAMAS não tivesse entrado, a gente, também, deveria ter muitos problemas ainda na questão da construção [do perímetro]. E eu acho que, pra nós, o que é mais importante, que, pra mim, marcou, foi quando o pessoal teve coragem de entrar na Justiça também, contra o DNOCS, que era preciso que todos os atingidos pudessem dar entrada e, mesmo que a gente não ganhasse, ao menos, estávamos fazendo protestos. Mais de dez pessoas entraram com um mandato judicial; isso, pra mim, é uma coisa de peso. (Membro 2 do STTR).

Dessarte, entre os momentos mais marcantes, tanto o Membro 1 do STTR quanto o Membro 2 colocaram, durante os encontros e entrevistas, que as mobilizações nas ruas são as que mais chamam atenção para a causa dos agricultores – apesar de considerarem a relevância de todas as ações, até mesmo se for uma fala em um microespaço. As atitudes por parte de alguns agricultores que iniciaram processos na Justiça, contra as desapropriações, são tidas como atos de coragem e, também, de resistência (ao invés de desistência), que estimulam quem está à frente do movimento, vendo, geralmente, as pessoas desistirem de lutar contra o projeto e vender suas terras. Além disso, é mais uma forma de documentar o conflito atual e reforçar os riscos que o projeto traz aos modos de vida dos territórios, já que tais impactos podem ser sistematizados a partir não só de livros, artigos, relatórios, relatos jornalísticos, filmes ou produções das próprias populações atingidas, mas, também, de materiais produzidos no âmbito da Justiça (PORTO; FINAMORE, 2012).

As ações contra o perímetro irrigado iniciam com um trabalho de base que vem sendo realizado desde os momentos que os despertaram para a questão. Esse trabalho é realizado, constantemente, nas comunidades, aproveitando-se as reuniões (que podem ser mensais, mas, geralmente, são semanais) das associações e/ou conselhos para a realização do debate. Os momentos das reuniões se tornam férteis para um debate adjetivado de proveitoso pelo entrevistado, pois os agricultores já estão reunidos, e a abrangência da discussão acaba se tornando considerável, já que há muitas comunidades na Chapada, e todas elas se reúnem corriqueiramente.

Até o fechamento da captação das informações, para fins de análise da presente pesquisa, a ação mais recente e marcante foi a ocupação da antiga Fazenda Primazia, localizada à margem da BR 405 (ver Figura 18), já próxima à zona urbana de Apodi, por camponeses da região vinculados ao MST. A Fazenda foi desapropriada por meio da sua venda para o DNOCS, e, em suas terras, segundo o projeto, deverá ser o Setor 03 do perímetro.

Agora, a gente tá trabalhando o movimento mais interno, estamos precisando ocupar o perímetro, e por isso que o MST, juntamente conosco, estamos fazendo um trabalho de base aqui, na comunidade. A gente tem uma ação diferenciada, que é, que o Governo tá dizendo que a terra é pro povo que ocupa essa terra e essas famílias, a gente não permite que eles expulsem esses sujeitos; pelo contrário, e dá ao povo boa parte dessas fazendas que já se apropriaram. A gente faz o trabalho de base com a comunidade, e, na verdade, a comunidade sozinha não teria pernas, por isso que, hoje, fazemos o trabalho com o MST. Estratégia nossa é ocupar todas as fazendas que foram desapropriadas. Não tem outra saída, não tem outra saída! Nós temos muitas questões que não podemos divulgar. (Membro 2 do STTR).

A fertilidade do debate, além dos intercâmbios, apoios, encontros nas comunidades, processos na Justiça, emergiu, também, a partir do momento em que as cifras foram divulgadas, ou seja, os preços que o Estado está disposto a pagar de indenização pelas terras, que giram em torno de 600 a 800 reais por hectares. Antes, muitos agricultores acreditavam que iriam receber altas indenizações pelas terras e faziam planos de morar na cidade ou comprar outro “pedaço de chão” na zona rural de Apodi, para continuarem a plantar. Assim, questionavam os que resistiam por não compreenderem que os riscos à vida das pessoas eram superiores aos benefícios apregoados pelas autoridades locais. Essa concepção acontecia em virtude de o DNOCS, inicialmente, ter adquirido as maiores terras, de latifúndios improdutivos, a altos preços, o que gerou a ideia de que as indenizações eram elevadas. Isso fazia parte da estratégia de enfraquecimento do discurso dos movimentos.

Quando era antes, era mais difícil, porque as coisas não estavam acontecendo. Agora, como as coisas têm valores, os preços das terras estão lá embaixo, então, eles

recebem o debate mais rápido e fica do lado da gente, mas é importante dizer pra você que foi muito difícil no início. O povo ficava se perguntando: ‘como é que você pode ser contra um projeto desses?’ Aí, na verdade, a gente explicava pra ele: ‘[...]Temos clareza que esse projeto nada mais é, além de tá tomando terras, roubando as terras do povo, vai contaminar toda essa parte com agrotóxico e vai destruir todas as produções de mel, de caprino, na verdade, o grande capital não tem destino pra ele [o agricultor, o povo]’. Gente é problema, e tá muito claro isso! Se você for lá [no Ceará], você vai ver que os assentamentos, hoje, foi totalmente destruído, afetaram a produção de mel, e não vai ser diferente em outros lugares que vai ser implantado. Vai expulsar todo mundo e vai inviabilizar a produção de mel, de caprino, de pequenos animais, de gado, de tudo. Como você vai criar caprino tudo envenenado? E, portanto, é um problema crônico, um problema criminoso e que, também, as famílias vão ser obrigadas a abandonar suas terras com essa grande quantidade de agrotóxico. (Membro 2 do STTR).

Mesmo sendo divulgados os valores das indenizações e os riscos trazidos por um tipo de projeto desses, o movimento elenca enquanto dificuldade a adesão (consciente ou não?) de alguns agricultores ao projeto do DNOCS que ou concordam com a vinda do perímetro e cedem às pressões (camufladas de benesses ou explícitas nas imposições) já abordadas, ou resistem até certo ponto, mas enfraquecem em meio à caminhada na luta e vendem suas terras, achando que “o DNOCS vai entrar de qualquer jeito”.

Outros entraves são a falta do apoio do Governo Federal aos agricultores e o total respaldo ao perímetro irrigado. Apesar de muitos sujeitos de pesquisa atrelarem o projeto ao DNOCS e de as falas mostrarem que alguns deles não associam o Departamento ao Governo Federal – esperando que este barre o projeto (tais análises serão trazidas no capítulo seguinte) – o entrevistado consegue clarificar que o DNOCS é um departamento governamental e que o projeto é implantado por esse ente federativo com apoio de diversas autoridades, em todas as esferas de gestão.

Olhe, uma dificuldade, a primeira, a gente não pode deixar de colocar aqui: tem trabalhadores que defendem o perímetro. É uma dificuldade muito grande, e sem contar que a maior dificuldade é do governo Dilma, porque a gente, às vezes, joga pro do DNOCS, mas de quem é o DNOCS? Quem é que manda nele? E é preciso que a gente veja isso e é preciso que isso fique registrado, porque é o pior crime que Dilma tá fazendo em entregar suas terras ao grande capital e, mais isso, além da Dilma, tem um homem da Câmara [dos deputados do estado] que é um defensor, padrinho do projeto, que, pra muita gente, quem manda é ele; só que quem manda no projeto é Dilma. E é bom que a gente diga isso pra ele. Hoje, todas as nossas terras, todas as nossas matas, o nosso povo tá sendo entregue ao grande capital, por isso, quando a gente diz que é um projeto da morte, é porque é! Mas é bom que tenha um padrinho, pra que possamos responsabilizar. Vão destruir as matas, vão acabar com a água, e sem falar que nós, daqui, não vamos mais poder mais produzir adubo vermelho, até porque toda água está comprometida aqui, na Chapada se esse projeto for sair. (Membro 2 do STTR).

Diante de tudo isso aqui tratado e dos elementos postos no item anterior, compreendemos que o movimento de resistência trava uma luta difícil e desigual, na qual os oprimidos (DEJOURS, 2007) encontram-se munidos de ferramentas muito mais convincentes

(como o dinheiro) e de mais rápida disseminação (mídia, púlpitos, palcos e palanques), além de estarem atrelados a autoridades de governo. As pressões geradoras de medo e discórdia são importante ferramenta de fragilização de alguns agricultores familiares que temem as invasões às escuras dos seus terrenos ou a desocupação forçada por polícia ou por ordem judicial.

“Hoje, já tá um pouco abalado, porque não tem mais essa união. Não se chega àquele consenso de opiniões; as pessoas estão se dividindo. Tem pessoas pensando em ir embora, outras, em vender, tá totalmente descontrolado.” (Agricultor 6).

Muitas vezes, tem pessoas que tá de fora, têm medo de vir pra o grupo [de resistência], mas, quando vê a resistência daquele grupo, quando começa a dar certo, aí se interessa em participar. A gente diz assim: ‘meu Deus, será que vale a pena’? A verdade é essa, porque eu acho que já passou pela cabeça de todos vocês, que, na minha, passa. Mas nem por isso eu vou desistir e nem por isso eu vou passar esse momento que eu tô passando dificuldade pra os meus outros companheiros; eu tenho que passar que eu não tô com medo, eu tenho que passar que eu tô firme e forte, eu tenho que passar que nós vamos conseguir a vitória! [...] Porque, às vezes, a gente faz coisas se arriscando, pensando no bem do povo. Mas é muito importante essa luta. (Agricultora 3).

Essa não é uma luta fácil; é uma luta desigual, e nem todo mundo tem coragem de fazer. É tão difícil que pouca gente tem coragem de ir aos debates, assim como o povo não tem coragem de dizer que é contra. A maioria dos políticos de Apodi, do Brasil, a gente vê que, pra eles, esse é o desenvolvimento que vai melhorar a vida do povo, isso que nos deixa triste. Mas eu acredito muito que o nosso povo dá a resposta, tão dando nas ruas agora! Mas eu acho que, se a gente fizer uma mobilização maior, a gente consegue, pelo menos, deixar de eleger um bocado de político corrupto, eu acho que, pelo menos, temos essa missão. Se o projeto acontecer, nós temos como dizer quem são os culpados. O nosso povo abriu os olhos e viu que é um bocado de político que só quer roubar dinheiro. (Membro 2 do STTR).

Temos amadurecido que as pressões aqui colocadas, a partir das atitudes e/ou do discurso estatal, são somente a “ponta do *iceberg*” cuja base está em outro discurso: o das empresas que colocam que “se as coisas não acontecerem como elas desejam, irão se instalar e ‘investir’ em outro lugar”. Ou seja, uma pressão ou chantagem locacional que revoga, atenua, ou burla as normas sociais e ambientais locais ao mesmo tempo em que leva os movimentos a perderem suas bases de apoio com a promessa de indenizações, prosperidade fantasiosa e “livre escolha” das “alternativas infernais” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

A perda das bases de apoio acontece quando os movimentos são acusados de atrasarem o crescimento local, impedindo a entrada dos investimentos estatais e privados nos territórios. Nas localidades que não cedem – como Agrovila Palmares – os movimentos são responsabilizados por não serem receptivos e permissivos da dinamização da renda e do emprego, por pensarem somente em si, e não em um coletivo que irá ter – e isso é fortemente

apregoado pelos governistas da atualidade – emprego e renda. Nesses mesmos locais resistentes, as manobras de Estado para reduzir bruscamente os investimentos e fragilizar o modo de sustento das pessoas deixa o terreno sensível para a vinda das corporações no futuro (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Na Chapada, quando o sujeito da pesquisa traz uma fala de denúncia por que o Governo não se interessa, em que não investe, que discrimina, ou prejudica o homem do campo, inferimos que, para o projeto desenvolvimentista ora posto, o terreno era preparado há algum tempo. O processo de fragilização vinha acontecendo, de modo silencioso, mas de perceptível eficácia no contexto do conflito em tela, pois os discursos dos resistentes remetem a uma difícil luta. Apesar disso, os estímulos estão presentes a cada mobilização de rua exitosa, a cada parceria concretizada, a cada ocupação realizada, a cada espaço aberto para a expressão dos anseios dos que resistem. O estímulo está na compreensão da relevância da luta para o coletivo.

## 7 Capítulo 6 - “Projeto da morte”: a projeção do capital e do estado para o território chapadense

### 7.1 *Os planos do Estado para a Chapada do Apodi/RN e as concepções dos agricultores familiares*

Os planos acerca do desenvolvimento preconizado pelo Estado brasileiro apresentam influências do período pós-guerra, marcado pelo estímulo ao avanço tecnológico, principalmente, para se enquadrar no processo de globalização que emergia nessa época. As diretrizes de intervenção do Governo no Nordeste tido como seco e pouco produtivo giraram em torno da construção de perímetros irrigados como parte de uma política pública desenvolvimentista denominada “Brasil, Grande Potência”. Essa política contou com investimentos do Banco Mundial em cerca de quatro a cinco bilhões de dólares só entre 1970 a 1989 (SOUSA, 2005).

O Estado brasileiro – principal *artífice* – apoiado na tecnocracia das agências multilaterais, construiu perímetros irrigados e definiu instrumentos e incentivos de uso da terra, financiamento, preços, comercialização, tributação, assistência técnica, geração e difusão de tecnologia, com vistas à modernização agroindustrial e à formação de uma classe média rural. (SOUSA, 2005, p. 16-17, grifo nosso).

Considerados, por muitos anos, como estratégia de reestruturação do espaço agrário e solução para o problema das secas no Nordeste desde a década de 60, os perímetros irrigados rebentaram no Brasil por iniciativa do governo militar (no final dessa década). A intenção das estruturas era, primordialmente,

tornar disponível água através da construção de açudes públicos e de um sistema de canais e irrigação. A água seria levada dos açudes até os lotes de agricultores pelos canais principais. Esses últimos passariam pelas terras, onde canais secundários seriam responsáveis por abastecer o lote. (A ILUSÃO..., 2010, on-line).

Tal política pública visava introduzir no semiárido nordestino um novo modelo de produção agrícola nessa região com modernização e incentivo a culturas mais lucrativas (como a fruticultura irrigada) ao passo que minimizaria os conflitos agrários e desviaria o debate da reforma agrária para esses projetos, que propunham a seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos. Tentava-se um meio de cultivo ininterrupto, principalmente, de frutas tropicais, para atender as demandas dos mercados distantes e gerar, então, o divulgado desenvolvimento socioeconômico regional e, por consequência, do Brasil.

[...] A estrutura fundiária dos perímetros irrigados está distribuída em 4 classes de ocupantes: pequenos produtores, médios produtores, profissionais das Ciências Agrárias (técnicos de nível superior) e empresas. Os lotes distribuídos variam de 2 a 8 hectares para os pequenos produtores e chegam até 300 hectares para a categoria das empresas. [...] Após a década 1990, há uma reorientação da ação estatal, com início da privatização do território e o domínio da estrutura fundiária por parte das empresas. Comparando o número de irrigantes por categoria (pequeno produtor versus empresa) e a área ocupada, é notória a dominação do território por parte das empresas. No projeto Tabuleiros de Russas (CE), são 622 irrigantes: 499 são pequenos produtores e 78 são empresas. Os pequenos irrigantes representam 88,22% do universo total e ocupam 37,78% da área total de 10.564 ha. Já as empresas, que representam 12,54% do total, concentram 47,65% da área (PONTES et al, 2013, on-line).

Porém, com relação a essa concepção de “perímetros para resolver o problema da seca”, os sujeitos da pesquisa criticaram-na e afirmam sofrer admoestações por parte de pessoas que não são agricultores e que têm esse discurso do DNOCS incorporado.

Inclusive, tem uma parte da sociedade, que não é nem agricultor, que diz que o movimento manda o DNOCS embora, e a seca, agora, tá aí; se o DNOCS tivesse aqui, não teria seca. Aquela velha ilusão de combater a seca. A seca não se combate; se convive com ela! (Agricultor 2).

Percebemos, com isso, que o Estado dissemina a ideia de que a seca é um problema a ser combatido e que a única solução viável para isso é a implantação do perímetro irrigado, afinal é uma política pública para “universalizar o acesso à água”. Tal discurso do Estado brasileiro pode ser percebido quando ele coloca o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi dentro das ações do segundo momento do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2<sup>26</sup>, mais especificamente, no eixo “Água e Luz para Todos” - que traz em seu bojo a proposta de fornecer serviços básicos de energia e *expandir o abastecimento de água a todos os brasileiros*. Assim, aqueles que são contrários à introjeção do Santa Cruz do Apodi na região podem ser tomados como contrários, por tabela, ao crescimento e ao acesso de todos à água da Chapada.

<sup>26</sup> Lançado em 29 de março de 2010, o PAC 2 é composto por seis grandes eixos de investimentos: PAC Energia, PAC Habitação, PAC Cidade Melhor, PAC Comunidade Cidadã, PAC Água e Luz para Todos, PAC Transportes. Dentre os eixos do programa, é o “Água e Luz para Todos”. É, inclusive, o eixo no qual se enquadram os perímetros irrigados que são executados ou pela CODEVASF ou pelo DNOCS (este último responsável pela execução do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi). O eixo supracitado apresenta ações de Água em Áreas Urbanas e ações de Recursos Hídricos. “As ações de Recursos Hídricos do PAC 2 visam ampliar o abastecimento de água e revitalizar bacias. Neste ano, 59 obras estão em andamento, entre elas, a Barragem Taquarembó (RS), a Barragem Figueiredo (CE) e o *Sistema Alto Oeste (RN)*, com mais de 80% das obras realizadas.” (BRASIL, 201-?, on-line, grifo nosso). A soma dos investimentos realizados e previstos pelo PAC no Rio Grande do Norte são da cifra de 28 bilhões de reais. Na efetivação desses programas, o Governo realiza as chamadas PPPs, ou seja, Parcerias Público-Privadas, que legitimam a articulação entre o Estado e os donos dos meios de produção e que são ferramentas importantes para a construção de canais, portos, aeroportos, barragens, estradas, etc, até para a concessão de terras para o usufruto de empresas de médio/grande porte e seus parceiros (BRASIL, 201-?, on-line).

Às vezes, o pessoal que não tem informação, inclusive, líderes políticos, como gestores municipais, secretários, vereadores, até hoje, vão na rádio – não a gestão atual, ainda não foi, tem muito medo, porque, também, tem uma pressão grande - mas a gestão passada chamava o movimento de atrasado, que não sabia de nada; era a vanguarda do atraso, que a gente quer continuar na miséria, na pobreza e que não quer desenvolvimento pro município. Mas que desenvolvimento é esse? Como eu falei no início, é o Programa de Aceleração do Crescimento. Crescimento de quê, para quê e para quem, né, de quem? Quem tá crescendo nessa jogada? As empresas do agronegócio que vão vir aqui, tomar nossas terras e, quando tiver improdutivas, vão deixar aí, tá entendendo? (Agricultor 2).

Esse discurso do acesso de todos à água foi o cerne da argumentação das instituições governamentais, para que a população de Apodi aderisse ao projeto do perímetro, por isso muitas pessoas imaginam que o perímetro será uma forma de “tirar o chapadense do atraso”, porém - após os momentos tratados no Capítulo 3 do presente estudo - parte dos agricultores da Chapada e dos movimentos sociais atentaram para o monopólio da água nas mãos do empresariado que migraria para a região.

Eles fizeram um canal lá [no Perímetro Irrigado Baixo-Açu], e a gente viu a água lá, mas eles disseram que elas [empresas] não aceitam o morador vizinho lá ter acesso à água. Pois é, aí, como é que um projeto vindo pelo DNOCS, que é o Departamento Nacional Contra as Secas, né, e faz um tipo de coisa dessas aí? (Agricultor 9).

Ora, desde quando concebidos, os perímetros irrigados só se destinariam às grandes estruturas produtivas (antes, aos latifúndios e, hoje, ao agronegócio). Sendo assim, a água dos perímetros não é disponibilizada àqueles que lutam corriqueiramente para sobreviver em meio à seca: os camponeses. O que sobra a estes é somente a destruição das estruturas dos seus territórios para a fixação das estruturas que respaldam o capital. Dessarte, tanto quem escreve como os sujeitos da pesquisa têm a compreensão de que o que o Estado preconiza para a Chapada do Apodi/RN, assim como feito para os lados cearenses, é uma política pública voltada para o agronegócio.

No ‘novo modelo de irrigação’ prevalece a orientação ao agronegócio de exportação mediante a produção de frutas tropicais e produtos alimentares de alto valor agregado, industrializados e semi-industrializados, visando à conquista de mercados internacionais. Os programas de crédito especial são destinados à expansão da irrigação privada, com vistas à aquisição de equipamentos de irrigação e a utilização de recursos a fundo perdido para obras de infra-estrutura. Os investimentos governamentais diretos em infra-estrutura de irrigação passaram a se pautar nas demandas do mercado e a se restringir à execução de obras de suporte hidráulico, elétrico e de macrodrenagem em áreas irrigáveis, posteriormente licitadas para empresários rurais. (SOUSA, 2005, p. 19).

O modelo dos perímetros irrigados no Brasil foi questionado pelo grupo de pesquisa, que colocou a inviabilidade e a não geração de melhorias para a população local pregadas pelo Estado, nem, muito menos, o sucesso esperado pelos governos.

Então, desde a década de 90 que o DNOCS implanta esses perímetros irrigados que nem o de Pernambuco, que tá quebrado. E é o mesmo modelo desde a década de 70 até hoje. E a gente sabe que, com o passar do tempo, as coisas mudam! E a forma de se irrigar no Nordeste, nada mudou! Então, mostra a inviabilidade diante dessa questão também, que o DNOCS pouco tem se preocupado. Onde tem esses perímetros irrigados, a maioria das famílias sobrevive de rendimento de aposentadoria rural, e há milhares de lotes ociosos. Há lotes sem funcionar; esgotaram a terra, e esse lote tá todo ocioso, sem produção nenhuma, abandonados; é isso que tem sido a irrigação no Nordeste. (Agricultor 2).

Ao contar a história da infraestrutura dos perímetros irrigados em sua página virtual, a própria CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) – relata que

Nas décadas de 80 e 90, houve maior liderança do setor privado, através da organização dos empresários, motivados pela necessidade de competição nos mercados nacionais e internacionais, que passaram a *pressionar* o Governo pela ampliação da infraestrutura. (CODEVASF, 2010, não paginado, grifo nosso).

Apesar de a assertiva da CODEVASF perpassar uma sensação de Estado frágil e submisso, temos a construção de que as instituições políticas têm um papel fundamental de rotinizar a coesão social necessária, em sintonia com o desenvolvimento de materiais e com a correlação de forças, ativando em favor do capital as estratégias de manipulação cultural e ideológica (MÉSZÁROS, 2004). “O sistema simplesmente não se manteria sem ela, pois tenderia a se quebrar em mil pedaços sob a força centrífuga de seus elementos constituintes” (MÉSZÁROS, 2004, p. 109). O capital é um sistema destrutivo em si e é destruidor dos seus explorados, e, por isso, precisa da política, em destaque, a de Estado, para não se desmanchar.

Não é de hoje que o capital conta com o apoio Governo Federal para se expandir, com o argumento de ampliar a economia brasileira para mercados longínquos e colocar o país junto às economias “fortes” do mundo (trata-se de uma característica da economia mundial). Nunca se falou tanto em um Brasil que se desenvolve a passos largos, em busca de um crescimento, para torná-lo como os “grandes” mundiais<sup>27</sup>. Essa tentativa de expansão econômica vem sempre atrelada ao atendimento das exigências de um mercado externo que demanda intervenção do Estado brasileiro, redirecionando o papel deste na sociedade. Um Estado que atua para legitimar a soberania do mercado e da agricultura modernizada ao passo que age para acalmar as possíveis (e, muitas vezes, isoladas) posturas de indignação surgentes na população. No conflito abordado, o Estado, representado pelo DNOCS e pelos gestores locais, atua na tentativa de reprimir/fragilizar os movimentos de resistência contra o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, como clarificado nas falas a seguir.

<sup>27</sup> Referimo-nos, aqui, aos países ditos desenvolvidos, considerados grandes potências mundiais e membros dos megablocos econômicos.

“Houve um debate, aí, uma pessoa fez a pergunta: ‘e se a gente num aceitar?’ [Respondeu o representante do DNOCS]: ‘a gente vem de qualquer jeito’! Aí, a pessoa disse: ‘ah, então, sendo assim, *vamo* ficar a favor’! [...]” (Agricultor 6).

Aí, aparece o porquê do movimento resistir a esse projeto. [...] Porque não é só porque nós somos contra o desenvolvimento da Chapada; é uma questão de discussão de modelo, modelo de desenvolvimento! Um modelo que dá certo [referindo-se à agricultura familiar de base agroecológica já existente na Chapada], que a gente mostra que dá certo; falta só o Governo levar a sério, o Estado levar a sério, investir mais. É um modelo falido, que causa morte, que causa doença, que expulsa as pessoas da terra. Então, essa é nossa luta, é nosso debate! Não é chamar as pessoas de desinformadas, de analfabetas, como quem defende o projeto de irrigação diz. Não é isso! Pouco importa! Se eles quiserem subestimar a nossa inteligência, melhor ainda mais pra gente que faz esse movimento, porque, de repente, a gente surpreende eles! (Agricultor 2).

Assim, é também proposta do Estado para, em especial, a Chapada do Apodi: reprimir os movimentos e fortalecer as propostas do desenvolvimento do capital. É projeto do Estado brasileiro, como expresso nitidamente no relatório do PAC 2, o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi; está nas mãos do DNOCS<sup>28</sup> a responsabilidade de implementá-lo, de qualquer modo. Está nas mãos dos agricultores familiares do território chapadense resistir, questionar, duvidar da proposta, como vêm fazendo e como iremos contemplar mais profundamente, no momentos a seguir.

## 7.2 A proposta do DNOCS e a análise dos invisibilizados

Muitos dos dados a seguir foram extraídos das apresentações do projeto do DNOCS em Apodi, de 2008; do Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), de setembro de 2009, porém com atualizações a partir do que foi apresentado mais recentemente, por representantes do DNOCS, na sede da FETARN, em Natal, para os membros da Federação. Essa apresentação (do projeto de 2013) do DNOCS aconteceu sete dias antes do segundo encontro da pesquisa.

Tal encontro da pesquisa sucedeu como repasse, pela primeira vez, das informações e das novas perspectivas do Estado para o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi por parte do Membro 1 do STTR, convidado para expor as novas propostas do projeto. Após a apresentação do DNOCS em Natal, as informações foram socializadas via *email* para as entidades que apoiam e fazem parte do movimento de resistência, como: ASA Potiguar;

<sup>28</sup> Criado em 1909, através do Decreto 7.619, de 21 de outubro do mesmo ano, foi, inicialmente, nomeado de Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS. Considerado, pelo Governo Federal, como o primeiro órgão a estudar a questão do semiárido. Foi, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região (DNOCS, 2011).

FOCAMPO e CPT. Informações, inclusive, que geraram uma conclusão em comum, ou seja, “o projeto continua com as mesmas aberrações. [...] a gente tá vendo que nada foi feito pelo DNOCS; o DNOCS quer impor mesmo! De todo jeito!” (Membro 1 do STTR).

O Perímetro de Agricultura Irrigada Santa Cruz do Apodi foi pensado em 1994 pelo PLANGESF (Plano de Gestão de Recursos Hídricos para Derivação das Águas do Rio São Francisco), do Ministério da Integração Nacional, e abrangia, na época, 26.372 hectares. Mas, antes disso, em, aproximadamente, 1972/73, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) já havia realizado estudos na Região do Vale do Apodi, para visualizar sua estrutura fundiária. Nominado inicialmente Perímetro Santa Cruz/Apodi, o projeto dividia as terras em seis distritos de 4.000 hectares cada. Após 15 anos, em 2009, o projeto foi resgatado com o discurso de aproveitar o potencial hídrico da região para a cultura de frutas cítricas, cacau, banana, goiaba, uva, neem e forragens (como culturas permanentes); mamão (médio ciclo); feijão vigna, sorgo, melão e leguminosas para adubação verde (ciclo curto) (DNOCS, 2009).

De acordo com dados de 2008 do DNOCS, o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi está orçado em, aproximadamente, 275 milhões de reais, utilizados, de início, como demonstra a Tabela 5. Colocamos ainda as controvérsias com relação ao gasto total com o projeto do DNOCS. O RIMA traz, em sua página treze, 209 milhões aproximadamente, e a apresentação de 2008 do DNOCS traz 275 milhões aproximadamente. Vale salientar que, na apresentação do DNOCS de 2013, não são mostrados os gastos com o projeto.

Tabela 5 – Cifras projetadas para as ações iniciais de implementação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi

<b>AÇÕES INICIAIS</b>	<b>CIFRAS</b>
Estudos de viabilidade técnica e econômica – concluída	<b>R\$ 538.720,16</b>
Estudos ambientais (EIA/RIMA) – concluída	<b>R\$ 240.907,18</b>
Projeto básico	<b>R\$ 4.300.000,00</b>
Projeto executivo e supervisão das obras de implantação do projeto	<b>R\$ 7.500.000,00</b>
Desapropriação	<b>R\$ 20.000.000,00</b>
Obras de implantação do projeto, inclusive ações ambientais	<b>R\$ 210.000.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 242.579.627,30</b>

Fonte: DNOCS (2008).

Estamos aqui trazendo os dados numéricos por ter sido um ponto de questionamento dos sujeitos da pesquisa, já que os investimentos são altos, e esses sujeitos expressam o desejo de que incentivos desse tipo deveriam ser revertidos para a agricultura familiar de base agroecológica local.

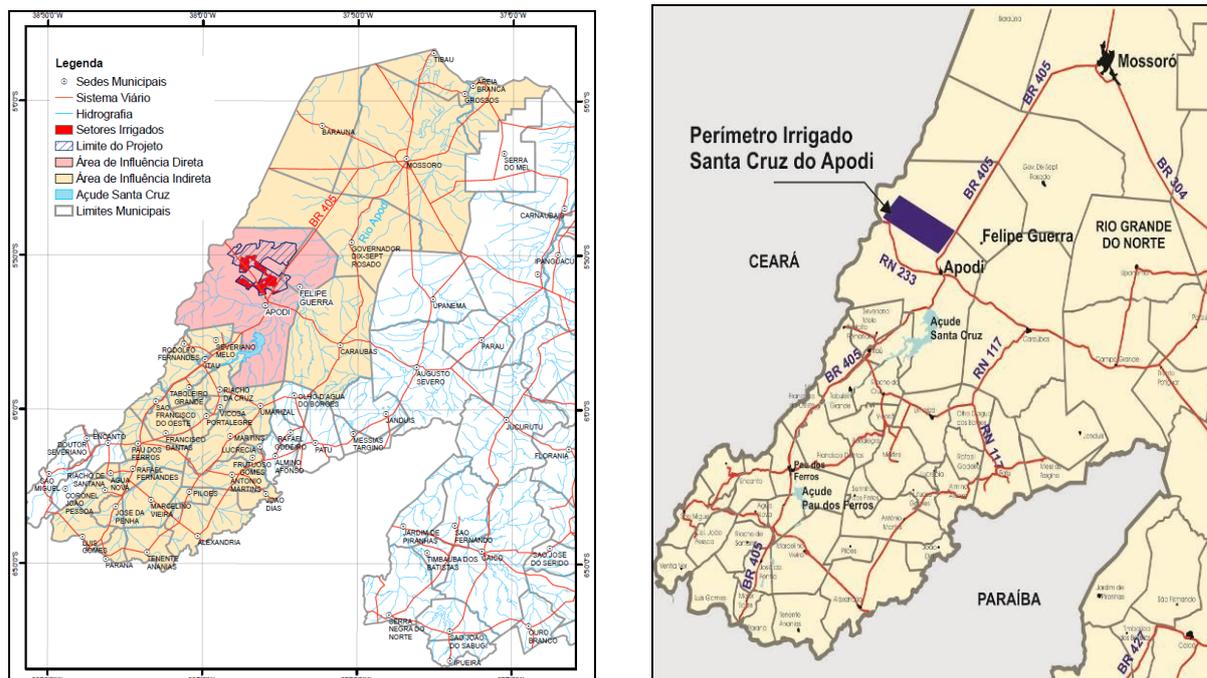
[...] eu tive lá na audiência em Brasília, né, a Gilberto Carvalho [...], eu disse: ‘olhe, Ministro Gilberto Carvalho, como é que nosso governo quer acabar com a fome e a miséria do nosso país quando dá uma canetada dessa pra assinar um projeto? [...] Porque isso é uma desgraça, *projeto da morte*’, eu disse desse jeito lá. [...] Porque, quando nós produzimos nossos alimentos, pra uma comunidade inteira, que consome todo mundo bem, com uma alimentação saudável, aí vêm cacau, uva, essas coisas, morango... Quem é que vai comer morango? [...] Então, isso é muito ruim! [...] Eu disse: ‘não quer acabar com a fome do nosso país? Por que que vai fazer isso? Esse dinheiro leve pra nós, lá, trabalhar, pra nós manter as nossas produções lá, de mel, tem casa de mel, casa de polpas de frutas!’ (Agricultora 3, grifo nosso).

[...] nossa proposta, nosso projeto-proposta de utilização desses 280 milhões é um projeto audacioso que integra o Vale e a Chapada do Apodi, porque é dessa forma que a gente vê que desenvolve o município de Apodi, juntando as regiões e os arranjos que já existem. Porque é preciso potencializar toda a agricultura familiar que existe no município de Apodi; não só o Vale, não só a Chapada. Não tirar as famílias da Chapada e colocar o agronegócio, dizendo que vai tar ajudando a agricultura familiar. Isso é uma farsa! (Agricultor 2).

Com as falas, os agricultores familiares reivindicam acesso aos investimentos destinados para o megaprojeto em questão, ressaltando que já possuem, em sua prática diária, atividades que contribuem para suprir as necessidades alimentares da população. Como já havíamos tratado no item 1.1 do primeiro capítulo deste estudo, 85% dos estabelecimentos rurais correspondem ao setor familiar e camponês e ocupam 75% da população ativa agrícola, mesmo sendo “beneficiados” com 30% da superfície agrícola e com 25% dos financiamentos públicos destinados ao referido setor (FAO-INCRA, 2000 apud SABOURIN, 2007). Em Apodi, as comunidades rurais foram responsáveis - vamos tomar como exemplo o mel, trazido na fala da Agricultora 3 – pela produção de 356.510 quilogramas do mel de abelha (IBGE, 2010), um quantitativo relevante para a sobrevivência dos agricultores familiares locais.

Quanto à área de abrangência do perímetro, é proposta do DNOCS a utilização de 5.937 hectares para área irrigada e 7.500 hectares de área passível de ser irrigada, com o discurso da geração de 5.000 empregos diretos e 10.000 empregos indiretos, bem como a construção do que o Departamento denomina de melhoramento de infraestrutura regional (estradas, redes de energia elétrica, sistemas de transporte, sistemas de comunicação) e urbana (serviços de saúde, escolas, saneamento básico, rede bancária, esporte e lazer). Os mapas abaixo, das apresentações do DNOCS de 2008 e de 2013, mostram a área de localização e abrangência do perímetro.

Figura 28 – Área de abrangência territorial e localização do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi



Fonte: DNOCS (2008) e DNOCS (2013), respectivamente.

Queremos pontuar que o mapa da apresentação do projeto do DNOCS de 2013 expõe as informações de forma menos clara e detalhada que em 2008. No mapa de 2008, o perímetro abrange também o município de Felipe Guerra, o que não é pontuado no mapa de 2013. Outro aspecto relevante é o poligonal do perímetro, apresentado por uma tarja no mapa mais atual. Isso foi analisado pelo grupo como uma tentativa de omitir informações que poderiam gerar conflitos na aceitação de um projeto dessa natureza por parte dos moradores do território da Chapada.

[...] agora, eles não colocam mais nem os nomes das comunidades, pras comunidades não se sentirem prejudicadas. Naquele mapa anterior, a gente via os assentamentos, tudo bem direitim; agora, é só esse mapa aí, com a área lilás, dizendo que a desapropriação vai ser ali. E não vi mais nome de comunidade, adjacências que estavam no entorno. Então, pra mim, cada vez mais, vai ficando mais obscura a coisa, e o DNOCS não quer esclarecer. E, se o projeto é tão bom, por que esconder essas coisas, por que não responder aos questionamentos dos agricultores de Agrovila [Palmares], lá dos assentamentos? Se ele é bom, então, não tem o que temer! Sendo bom, é fácil de explicar! Então, o DNOCS tem essa dificuldade de falar para a população que projeto é esse, quem tá no meio desse projeto e o que é que tá pro trás desse projeto [...] O pior é que eles tão tentando esconder mais ainda quem é esse projeto! Enfim, o projeto não mudou; só o DNOCS que tá escondendo mais ainda, botando pouca informação nos documentos deles. (Membro 1 do STTR).

Lembramos que, antes de 2008, a resistência ao perímetro não existia na qualidade de movimento (não negamos as discordâncias pontuais de algum agricultor local), e o que se tinha, na época, era a aceitação da proposta por parte dos agricultores da Chapada, por terem aproximações somente com o “discurso das benesses” e da “desinformação organizada” do Estado, representado pela gestão municipal e pelo DNOCS e seus porta-vozes de então.

Para ser implantado no local proposto nos mapas, serão necessárias as desapropriações de mais 600 famílias das comunidades inseridas nesse território, utilizando-se dos 20 milhões destinados ao momento. A discussão sobre a desterritorialização acontece *paripassu* com as questões sobre a reterritorialização e a distribuição das terras em lotes, para 29 empresas do agronegócio, 207 pequenos produtores, 51 técnicos agrícolas, 18 engenheiros agrônomos, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Distribuição de áreas e irrigantes do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi

TIPO	NÚMERO	ÁREA OCUPADA (ha)	%	
			Quant.	Área
<b>Pequeno Produtor</b>	207	1.660	67%	34%
<b>Técnico Agrícola</b>	51	867	17%	18%
<b>Eng. Agrônomo</b>	18	467	6%	10%
<b>Empresas</b>	29	1.869	10%	38%
<b>Totais</b>	305	4.863	100%	100%

Fonte: DNOCS (2013).

Nesse assunto, sobre a distribuição das terras apresentada pelo DNOCS, destacamos três pontos de reflexão. O primeiro deles consiste nas mudanças ocorridas nos projetos de 2008 e 2013, principalmente, no tocante à abertura do perímetro para empresas e a diminuição dos hectares dos pequenos produtores. Vejamos a tabela a seguir, que demonstra as alterações.

Tabela 7 – Alterações ocorridas de 2008 a 2013 na distribuição de irrigantes e suas áreas do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi

TIPO	NÚMEROS DE IRRIGANTES EM 2008 E 2013	ÁREA OCUPADA (ha) EM 2008 E 2013
<b>Pequeno Produtor</b>	Diminuição de 305 para 207	Diminuição de 2.440 para 1.660
<b>Técnico Agrícola</b>	Diminuição de 120 para 51	Diminuição de 1.920 para 867
<b>Eng. Agrônomo</b>	Diminuição de 25 para 18	Diminuição de 600 para 467
<b>Empresas</b>	Aumento de 5 para 29	Aumento de 240 para 1.869

Fonte: DNOCS (2008; 2013).

Os sujeitos da pesquisa, ao perceberem a nova distribuição das terras previstas no projeto do DNOCS, lançaram falas de indignação com a concentração discrepante dos hectares da Chapada. E este consiste no segundo ponto de reflexão quanto à distribuição de terras: a concentração de 38% das terras do perímetro nas mãos das 29 empresas, em detrimento dos 34% que ficarão com 207 pequenos produtores. Ou seja, da forma como propõe, percebemos uma maior concessão de terras para as empresas, que, mesmo em menor quantidade (são 10% dos irrigantes), deterão maior parte dos hectares (38% da área) do perímetro.

Eu vejo assim, que o Governo Federal, ele não tá vendo o lado da gente, do agricultor. Ele quer tirar o pessoal, o agricultor da terra. O agricultor sabe muito bem cuidar dessa terra. Eu tô com mais ou menos uns 35 anos que trabalho na roça e eu sei o que é trabalhar na roça, entendeu? Aí, o Governo quer tirar você de lá, e aqueles que não vai sair, porque não vai ser desapropriado, vai viver à custa do veneno. Quer dizer, vão deixar o nordestino morrer de fome, porque vão morrer de fome! Se o nordestino tiver que sair da terra, vai morrer de fome, porque não tem uma profissão. Ou, então, vão entrar numa firma pra trabalhar, porque não tem nem o primeiro ou segundo grau, experiência. Aí, o quê que acontece? Aí, eles vão tirar o pessoal da terra, que é quem trabalha e dá de comer ao pessoal da cidade, vão botar gente lá de fora - de fora até do país - pra trazer o quê? Veneno pro pessoal comer, entendeu? (Agricultor 9).

A terceira reflexão está no fato de que os pequenos produtores que ocuparão os 207 lotes não são, necessariamente, os agricultores familiares da Chapada do Apodi, já que, pela Política Nacional de Irrigação, disposta na Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013, os agricultores irrigantes<sup>29</sup> - sejam eles de pequeno, médio ou grande porte - serão selecionados conforme edital de licitação, aberto a todo Brasil, para a contratação da concessão ou

<sup>29</sup> “I - agricultor irrigante: pessoa física ou jurídica que exerce agricultura irrigada, podendo ser classificado em familiar, pequeno, médio e grande, conforme definido em regulamento;” (BRASIL, 2013, p. 1).

permissão do serviço público, como no caso do perímetro irrigado aqui discutido. Isso está disposto no decorrer do artigo 35 da referida lei e nos parágrafos que a compõem.

Toda essa questão das desapropriação e quem são essas pessoas é muito duvidoso, porque eles [representantes da gestão anterior] disseram que, diretamente, quem tava sendo desapropriado ia ter direito ao lote; quem disse isso foi a Secretaria do Município. Nunca o DNOCS chegou a confirmar essa informação. Até hoje, não confirmou quem são essas pessoas. E não confirma por quê? O pessoal da Secretaria de Agricultura foi aos meios de comunicação, espalhou a notícia de que 80% desse projeto é do pequeno produtor. Não tem, não existe, não existe isso! O DNOCS não confirma essa informação! (Agricultor 2).

“Tem proprietário aí que tá sendo desapropriado que, só ele, tem dez filhos. E aí? Quer dizer que, se um é beneficiado, os outros nove vai ser beneficiados com o quê?” (Agricultor 11).

Apesar de presente no discurso de representantes da gestão municipal passada, a garantia de concessão de lotes destinados aos pequenos produtores, às famílias de agricultores da Chapada não pode ser dada pelo DNOCS em virtude de - além da referida lei e a garantia de concessão via aprovação, de acordo com critérios dispostos em edital - uma simples matemática: são mais 600 famílias a serem desapropriadas e 207 lotes destinados aos pequenos produtores.

Aurora, hoje, tem setenta e tantas famílias morando lá, e são 58 assentadas, e os filhos e agregados: pessoas que casam, que faz suas casas. Não vai dar! Laje do Meio, são 23 assentados, e já tem 28 famílias no assentamento; tem 05 famílias agregadas, que é irmão, é mãe. Então, isso são famílias que estão sendo beneficiadas lá e não vai se tocar disso. Porque muitos deveria ser da maneira que a gente já produz lá, agroecológica, sem agrotóxico. Mesmo com as dificuldades, mas a gente tá conseguindo sobreviver lá. (Agricultora 3).

Sobre o edital, os sujeitos da pesquisa questionam os critérios de seleção, já que podem não levar em consideração saberes tradicionais que preservam o ambiente e vínculos com a terra e o território.

[...] pra conseguir essas áreas, é preciso passar pelo processo de licitação, de concorrência. É aberto o edital, e, aí, o pessoal envia currículo, através de uma análise curricular, vai se dizer quem tem aptidão, vai estar tomando de conta desses lotes. Então, a lei nacional permite que uma pessoa lá de qualquer estado brasileiro venha aqui, concorrer a esses lotes. (Membro 1 do STTR).

E uma questão que eu sempre coloco é que nós, agricultores familiares, a gente não tem o nosso saber documentado em papéis, pra passar numa análise curricular; o nosso saber é popular, adquirido na prática cotidiana. E, aí, o rapaz que, de repente, não sabe o que é valor da terra de verdade - acha que o valor da terra é só de mercado, produzir e deixar ela cansada - ele passa pela gente porque ele tem vários papeis, vários documentos que diz que ele tem uma experiência, que essa experiência, muitas vezes, não chegam nem aos pés da experiência desses agricultores e agricultoras que estão lá na Chapada. Por quê que o DNOCS não garante que essas famílias vão entrar diretamente? (Agricultor 2).

“Tem outra coisa, por exemplo, se eu ficar num lote, eu não sei onde é que eu vou ficar. Morando em Palmares, mas não sei onde é que meu lote vai ficar, se eu for selecionada pra ficar com um lote.” (Agricultora 8).

Para os agricultores familiares, a terra de morar e a terra de trabalhar são as mesmas, porém, com o modelo proposto no perímetro, caso um agricultor da Chapada seja selecionado para ficar em um dos lotes destinados ao pequeno produtor, corre o risco de viver em uma comunidade e trabalhar em outro local, e não mais no seu quintal produtivo ou aviário coletivo. Ressalvamos que os irrigantes, ao ocuparem os lotes, deverão se enquadrar em um dos cinco modelos de produção preestabelecidos pelo projeto do DNOCS 2008 (colocamos os hectares de terra destinados às culturas do Modelo I somente para que o leitor tenha noção da distribuição das terras por cultura. Os demais modelos apresentam metragens semelhantes às do Modelo I).

Modelo I – goiaba (2 ha); uva (2 ha); neem<sup>30</sup> (0,77 ha); forragens (1 ha); sorgo, feijão, melão e leguminosas (2 ha);

Modelo II - cacau, banana, neem, forrageiras, sorgo, feijão, melão e leguminosas;

Modelo III – uva, banana, goiaba, neem, forrageiras, sorgo, feijão, melão e leguminosas;

Modelo IV – uva, mamão, neem, forrageiras, sorgo, feijão e leguminosas;

Modelo V – cacau, banana, mamão, neem, forrageiras, sorgo, feijão e leguminosas.

Além da exclusão do chapadense na distribuição das terras, ainda percebemos que os modelos negam as produções que já sustentam os agricultores familiares, pois restringe o cultivo aos apresentados acima, determina a quantidade da área a ser utilizada em cada produção e não permite a abertura para atividades da agricultura (algodão, milho), extrativistas (sementes de oiticica, lenha, cera de carnaúba) e pecuaristas (abelha, bovinos, equinos, suínos, caprinos, galos/frangos/pintos/galinhas), típicas das zonas rurais (ver Tabela 1 no item 3.2 do Capítulo 2, Capítulos 4 e 5 da pesquisa).

[...] aí, tem que plantar isso, somente isso; nada de criar galinha, nada de criar abelha, nada de caprino, de nada; é isso aqui que está sendo colocado! Só aqui, a gente já vê, por exemplo, quem aqui já viu pé de uva na Chapada do Apodi? Mas vai ter que plantar uva. Já deu, mas a questão aqui, por exemplo, a gente tem um pé de uva no nosso quintal, não era 2 hectares de uva; a gente nem chegou a vender uva, a gente não sabe nem quanto é que custa um quilo de uma uva para produzir e, de repente, vem isso. Goiaba, a gente tem um pé de goiaba no quintal, mas não tem 2 hectares de goiaba, que é muito chão, muita goiabeira. (Agricultor 2).

---

<sup>30</sup> Este nas áreas de reserva legal.

De acordo com o RIMA, o projeto do perímetro irrigado conjectura que haverá três tipos de irrigação para sustentar tais cultivos: miniaspersão, gotejamento e microaspersão. Para tanto serão demandados recursos hídricos oriundos do Rio Apodi, mais especificamente, da jusante do Açude Público Santa Cruz do Apodi. Suas águas são comprometidas, atualmente, com o abastecimento de 108.000 habitantes em 27 municípios e 2 distritos do Oeste e Alto Oeste Potiguar, a saber: Apodi, Felipe Guerra, Caraúbas e Governador Dix-Sept Rosado, Água Nova, Alexandria, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, Itaú, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Olho D'água, Paraná, Pilões, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal e Viçosa; e mais dois distritos: Caiçara e Mata de São Braz. Quanto à fonte hídrica, foi colocado pelo Membro 1 do STTR que houve uma mudança no discurso, provavelmente, na tentativa de amenizar a resistência após as reivindicações e questionamentos por parte dos movimentos.

“[...] Então, eles mudaram da Barragem Santa Cruz *pra* o Rio Apodi, tentando desviar também da incapacidade da Barragem Santa Cruz, porque a gente falava que a Barragem Santa Cruz não tem capacidade.” (Membro 1 do STTR).

O recurso hídrico a ser utilizado pelo perímetro e o concomitante abastecimento dos municípios são fatores geradores de preocupação, já que o Santa Cruz do Apodi demandará anualmente um volume de 80.889.840 metros cúbicos (m<sup>3</sup>) d'água. Além do mais, segundo o Membro 1 do STTR, que estava expondo sobre o projeto do DNOCS, o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Abner, afirmou, em momentos de articulação com os movimentos, que 2,5 m<sup>3</sup>/s de água não dão conta de irrigar toda a extensão do perímetro irrigado.

[...] O volume disponível pra irrigação do perímetro: 80.000.000 de metros cúbicos de água. E a outorga do perímetro, no máximo, ói, a outorga máxima é de 6,4m<sup>3</sup>/s; então, se só tem 2,6m<sup>3</sup>/s disponível para o perímetro, como é que se libera um projeto que precisa, tá aí, de 6,4m<sup>3</sup>/s? Tem um déficit de 4m<sup>3</sup>/s de água. Então, tá mostrando que é totalmente inviável esse projeto, que é falido desde a sua origem principal, que é o recurso hídrico! Ele mesmo diz aqui, olhe: ‘disponível para o perímetro só tem 2,5m<sup>3</sup>/s’, e o que precisa, a outorga máxima, quando tiver a todo vapor, é de 6,4m<sup>3</sup>/s; inicialmente se precisa de 2,5m<sup>3</sup>/s, que é o que tá sobrando lá. (Membro 1 do STTR).

Não é destoante a preocupação com o uso de muitos milhões de metros cúbicos de água do Rio Apodi, já que sabemos que países que acompanham a Revolução Verde, como é o caso do Brasil, e têm intensiva produção agrícola para exportação costumam utilizar grandes porcentagens dos recursos hídricos potáveis na agricultura empresarial. Por exemplo,

os Estados Unidos destinam para a agricultura irrigada 41% de toda a água, enquanto, na China, são utilizadas 70% e, na Índia, bem perto disso (AUGUSTO et al, 2012).

Figura 29 – Barragem Santa Cruz, Apodi/RN



Fonte: <http://joseniasfreitas.blogspot.com/2009/07/implantacao-do-projeto-santa-cruz-do.html>.

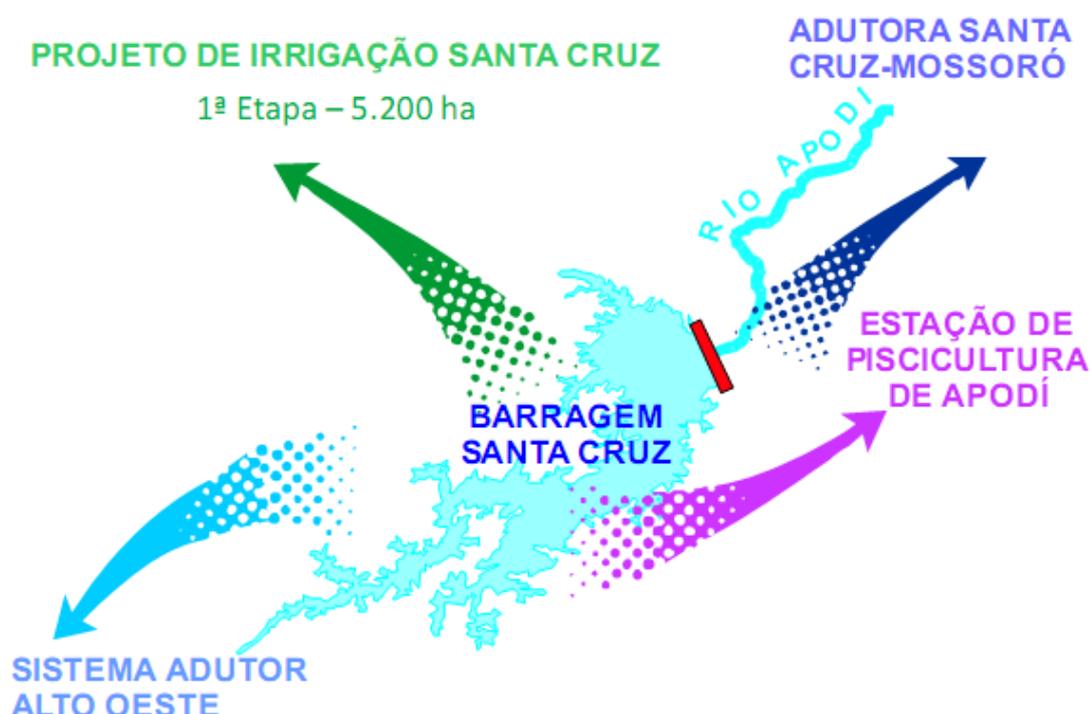
Outro ponto a se considerar é que as visitas às comunidades do Baixo-Jaguaribe atingidas pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi possibilitaram a compreensão (de acordo com as falas do Agricultor 9, no Capítulo 3) da exclusão dos moradores locais em relação à água e do uso de água inadequada para o consumo humano, por receberem os agrotóxicos das pulverizações aéreas quando ainda nas piscinas e nos canais.

Cada vez mais, eu vejo o agricultor sendo penalizado. De que adianta passar um rio d'água na sua porta, e você não poder utilizar, usar ela? Mais uma vez, estamos sendo penalizado. Sempre que eu vejo esse projeto e sinto mais trazendo prejuízo pro homem do campo. É só o que eu vejo é isso aí. (Agricultor 10).

A exclusão acontecerá pela escassez da água para sustentar o projeto e as pessoas ao mesmo tempo, pois, segundo Guimarães Júnior e Matos Filho (2011), recomenda-se adotar, como referência de disponibilidade hídrica, envolvendo os consumos urbanos e agrícolas da barragem Santa Cruz, uma vazão máxima garantida em 95% dos anos que corresponde a 3,95 m<sup>3</sup>/s. Porém essa vazão atende uma demanda global de irrigação de, no máximo, uma área de 3.000 hectares, isso considerando o uso de modernas tecnologias economizadoras de água e descontando os usos prioritários de abastecimento humano, animal e a vazão mínima ecológica. Ou seja, um valor bem inferior ao proposto para irrigação – de

13.000 hectares – ainda na primeira etapa do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. Assim, os autores colocam a inviabilidade de projeto irrigado dessa magnitude com a água disponível da barragem que já está em uso para alguns projetos, como: Sistema Adutor Alto Oeste; Adutora Santa Cruz – Mossoró; Projeto de Irrigação Santa Cruz; Estação de Piscicultura de Apodi; Área de Lazer a jusante da Barragem; Projeto de Aproveitamento das Aluviões dos rios Apodi e Umari.

Figura 30 - Projetos de utilização das águas da barragem Santa Cruz



Fonte: GUIMARÃES JÚNIOR; MATOS FILHO (2011).

Concordamos com Augusto et al (2012) quando atrelam a água à saúde, bem como sua inadequabilidade ou não acesso a patologias humanas e mortalidades, em especial, a infantil; quando colocam que os locais de maiores desigualdades sociais são também os de acesso restrito à água de qualidade; e quando afirmam que o acesso à água de qualidade é um direito humano fundamental. Infelizmente, “Mesmo atualmente, um bilhão de pessoas se deita com fome por causa da falta de água para cultivar seus alimentos” (AUGUSTO et al, 2012, p. 1512).

Assim, não só a concessão de terras discutida em páginas anteriores, mas, também, o usufruto da água da Chapada potiguar por parte dos agricultores familiares está comprometido, e isso implicará efeitos sociais e à saúde das pessoas daquele território.

Questões de ordem ética estão no cotidiano de grande parte das comunidades quando em um mesmo território, vemos uns terem água em qualidade e quantidades suficientes e para muitos ser esta inacessível. Inclui-se entre essas iniquidades, o privilégio da oferta de água para empreendimentos de duvidoso interesse social. No agronegócio alguns exemplos são: *os que usam a irrigação intensiva em regiões semiáridas*; a monocultura de eucalipto; o avanço da soja no cerrado e na floresta amazônica, desmatando e eliminando nascentes; e *a utilização de agrotóxicos nas áreas próximas de mananciais*. [...] Em geral, trata-se de empreendimentos subsidiados com recursos públicos e que não integralizam os custos sociais e ambientais deles decorrentes. (AUGUSTO et. al, 2012, p. 1512, grifos nossos).

No que se refere aos agrotóxicos, o relatório afirma prever práticas que evitam “a contaminação do solo e da água pela utilização inadequada de fertilizantes e produtos para o controle de pragas, bem como o manuseio do solo para evitar processos erosivos” (DNOCS, 2009, p. 13-14). Queremos atentar para a expressão “utilização inadequada”. Portanto preconiza-se que haverá o uso de agroquímicos nas áreas de cultivo do perímetro irrigado em cena, ressaltando-se que será com as “devidas cautelas”. Isso porque o Estado capitalista se ancora no paradigma do “uso seguro” desses e de outros agentes nocivos, como o amianto, elevando a necessidade e aceitação do uso dos biocidas, estabelecendo regras que afirmam proteger as vidas expostas aos químicos (ROSA; PESSOA; RIGOTTO, 2011, p. 242).

As mesmas autoras, porém, questionam a possibilidade desse uso seguro, debatendo em cima de alguns aspectos relevantes, como:

- 1) A magnitude do uso dos venenos no Brasil, já que, desde 2008, é o país que mais utiliza os agrotóxicos no mundo, em uma correspondência de 5,2 litros para cada habitante;
- 2) A garantia de tal uso seguro a um contingente enorme de pessoas expostas: são 5,2 milhões de estabelecimentos ocupando mais de 16 milhões de pessoas (produtores, seus familiares e empregados temporários ou permanentes), ou seja, quase 20% da população ocupada no país;
- 3) As condições do Estado em reger e fazer valer as normas para o uso seguro - ainda mais em um país com a magnitude do uso e dos expostos, anteriormente, citados – principalmente, no que se refere à vigilância e fiscalização;
- 4) A dificuldade em implantar em cada território ações que minimizem os riscos e protejam a saúde e o ambiente, ressaltando a baixa escolaridade dos produtores (o que as autoras alertam não ser necessariamente sinônimo de pouco conhecimento, já que os produtores, em especial, os tradicionais, apresentam vasto saber sobre os cultivos e uso da terra em sincronia com a natureza; porém as aproximações do saber deles com os agrotóxicos são escassas, por esses insumos serem tecnologia recente se comparada à gênese da agricultura tradicional);

- 5) O trabalho infantil na agropecuária (mais de um milhão de crianças abaixo de 14 anos de idade);
- 6) A limitada orientação técnica recebida pelos produtores, praticada em apenas 22% dos estabelecimentos, de acordo com Censo Agropecuário de 2006 (ROSA; PESSOA; RIGOTTO, 2011).

Assim, mesmo o RIMA garantindo a prevenção de práticas que evitam a contaminação do solo e da água com medidas que eliminem o uso inadequado dos venenos, acreditamos que, só em haver o uso, não há como garantir tal prevenção. Mesmo que todas as normas, bulas, regras e legislações sejam piamente cumpridas, mesmo que as pessoas sejam capacitadas e alfabetizadas para o uso – o que seria complexo, pois caberiam programas e estratégias de transformação estrutural social - estamos falando de veneno, e, em se tratando disso, não há risco zero ou mínimo.

Vale colocar que o RIMA ou qualquer apresentação ou reunião do DNOCS, segundo os sujeitos da pesquisa, não esclarecem que práticas precaucionárias são essas. Não só essas, mas outras informações importantes não são repassadas às comunidades, o que gera incertezas e discordâncias entre os habitantes do território em cena.

Eles [DNOCS] disseram que iam indenizar a área que vai ser passado o canal e ia ficar um ponto d'água dentro do Assentamento Ipoeira. Só que eles [moradores do assentamento] perguntaram: 'a que preço essa água e energia'? Aí, eles [DNOCS] disseram: 'não, aí, a gente não sabe não; aí, não é com a gente'. O que vai ter direito e a que preço eles não diz. (Agricultor 6).

Um dia, o prefeito daqui convocou a gente pra uma reunião, dizendo que era uma prestação de contas com o sindicato. E a gente chegou lá, era pra apresentar a equipe do DNOCS e o projeto. Aí, uma pessoa - não sei quem foi a pessoa - que perguntou se o projeto daqui era o mesmo, implantado da mesma maneira que o de Ipanguaçu e Ceará. 'Paga quanto?' Aí, já não soube dizer quanto era [que] pagava por hectare. Já ficou se mexendo por ali. 'Quer dizer que vai ser implantado da mesma maneira que foi lá? Porque, lá em Lagoa dos Cavalos, vocês tiveram que pagar uma indenização, pra levar o perímetro pra lá' [...] Aquela região que foi implantado o projeto, aqui, vai ser pior que lá. (Agricultor 10).

Apesar disso, o DNOCS colocou, durante a apresentação na FETARN, que havia realizado ações educativas, denominadas Projeto de Educação Socioambiental, contestadas no grupo de pesquisa, que afirma não ter participado ou, ao menos, ouvido falar em momentos educativos, informativos ou de pactuações, acordos, como coloca a apresentação de 2013 do DNOCS.

Alguém já viu? Não houve capacitação, não houve debates, oficina em comunidades pra educar socialmente o pessoal. Pelo jeito, já tem gente, também, que ganhou a licitação. Porque, olhe, esse programa de educação ambiental tem que acontecer com aquele pessoal que vai se apropriar dos terrenos também. Pode ser que seja as empresas, que, em um pacto, estão dizendo que estão recebendo essa educação

ambiental. Aonde é que eles tão fazendo isso? Como consequência de acordo assinado com as comunidades – acordo assinado com as comunidades [leu trecho dos slides de apresentação do DNOCS; risos], olhe! (Agricultor 2).

“Não! Numa das reuniões, eles trouxeram a ata já prontinha só pra nós assinar embaixo, e nós não assinemo. Os papéis que foi assinado lá na Agrovila eu quem tô com ele, é o livro de ponto de presença na reunião.” (Agricultora 8)

“Nenhum!” (Agricultor 6)

“Não foi assinado acordo!” (Agricultor 5)

Do modo como os representantes colocaram na apresentação referida, há um conjunto de ações, treinamentos voltados para questões socioambientais inseridos em um programa pouco esclarecido e não reconhecido pelo grupo de pesquisa, mas com os encontros evidenciados por fotografias que expomos abaixo. Outro ponto é que foi colocado que o programa tem o desígnio de sensibilizar os formadores de opinião e a população, “com o intuito de conseguir uma adesão consciente do projeto de agricultura irrigada” (DNOCS, 2013, não paginado). Ou seja, não se propõem discussões, articulações ou abertura para qualquer alteração no projeto, mas, sim, uma espécie de persuasão para consecução da adesão necessária à implantação do perímetro sem mais “gargalos”.

Diante do que foi visto até então, é um projeto que - em seu texto, relatórios e apresentações - deixa dúvidas, esclarece pouco as informações que, realmente, interessam ao agricultor da Chapada, invisibiliza as comunidades e coloca os assentamentos só para cumprirem as formalidades legais, porém a proposta é englobá-las nos 5 modelos produtivos citados, com uso das mesmas tecnologias do agronegócio e subordinação da produção e comercialização das culturas ao interesse dos exportadores.

Com tudo isso, podemos inferir que o agricultor familiar da Chapada do Apodi encontra-se em um contexto de desigualdade, no tocante aos benefícios advindos de políticas públicas voltadas para o campo (muito mais para o agronegócio), o que o leva a caminhos infortúnios de ser desapropriado ou resistir a “duras penas” para permanecer em seu território. Aquele que resiste, a exemplo do que ocorre nos perímetros aqui contemplados, corre o risco de não ter acesso à terra de trabalhar, à água para cultivar os gêneros que sustenta sua família, o que consistirá em implicações ao seu modo de trabalhar e viver. O chapadense potiguar terá que enfrentar as dificuldades na consecução de um lote em virtude dos editais ou de financiamentos estatais para sua produção se estiver em assentamentos, terá que enfrentar as barreiras de se cultivar próximo às empresas do agronegócio devido aos agrotóxicos. Falando neles, os riscos do uso dos biocidas vão desde alterações fisiológicas humanas, com consequente advento de patologias, até redução ou extinção de espécies da flora e fauna

nativas em determinados locais (a depender da intensidade do uso e forma de exposição), bem como contaminação da água, ar, solo e de alimentos produzidos com eles.

O modelo preconizado ameaça a soberania alimentar desse chapadense, já que o projeto nega o direito dos povos desse território de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos com base na pequena e média produção, principalmente, no respeito à cultura e à diversidade dos povos do campo. Ter soberania alimentar não é só alimentar o mundo com o uso de altas tecnologias, como “os agros” veiculam na mídia, sem esclarecer que é a custo de desapropriações, negação e invisibilização da cultura de pessoas e comunidades, exploração de trabalhadores, uso de agrotóxicos, contaminação e extinção de elementos do meio ambiente, ameaça à saúde humana, etc. Entendemos que a soberania alimentar, sim,

favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente, orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...]. (DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001 apud CAMPOS, C.; CAMPOS, R., 2007).

### *7.3 Por trás do DNOCS, o projeto é do capital*

Para a presente discussão, partiremos, portanto, de um trecho (citado no tópico anterior) da professora Lia Giraldo da Silva Augusto et al (2012, p. 1512), sobre o agronegócio, que diz: [...] “Em geral, trata-se de empreendimentos subsidiados com recursos públicos e que não integralizam os custos sociais e ambientais deles decorrentes”.

Está bem evidente, para nós, que a força motriz de todos os impactos já visualizados e futuros do perímetro irrigado previsto para a Chapada potiguar é o sistema do capital (MÉSZÁROS, 2003), com suas atuais características expansionistas atreladas à globalização não só monetária ou dos produtos, mas da produção e, conseqüentemente, das mazelas sociais decorrentes delas. Mazelas essas que, segundo a professora Lia e demais autores, não são tidas como custos desse modelo econômico.

No entanto, após os encontros da pesquisa, analisando as falas dos sujeitos e partindo da compreensão de que, por trás de um Estado que programa os megaprojetos, estão empresas capitalistas globalizadas que querem expandir seus negócios, percebemos que os agricultores familiares atrelam a implantação do perímetro irrigado à vontade deliberada do DNOCS, que teria recebido “carta branca” do Governo Federal atual para desapropriar,

ocupar o território da Chapada e cultivar com agrotóxicos. Vejamos algumas falas que corroboram tal assertiva:

“Eles [governo] entrega a carta branca a eles [DNOCS], e eles [DNOCS] faz lá do jeito que quer. Não tem uma fiscalização de nada do Governo. É só o DNOCS, que é a empresa do Governo Federal e acabou-se.” (Agricultor 9).

Porque isso é desde a criação do mundo que a gente tem que lutar contra o mal, porque esse DNOCS é um mal. Eu disse lá na audiência também [com representantes do Governo Federal]. Eu disse: ‘como é que o DNOCS é pra acabar com a seca e vem com tudo isso?’ [...] Então, é isso que a gente tem que dizer pra população e dizer pra todo mundo não ter medo. (Agricultora 3).

Percebemos que a ideiação de que o DNOCS é um “mal a ser combatido” se faz bem forte na discussão e na realidade dos agricultores e que o Governo é tido como um possível (e almejado) aliado nesse combate. Sendo assim, os movimentos de resistência direcionam suas insatisfações, contestações, reivindicações e ações contra o DNOCS - em poucos momentos, atrelando-o ao Estado (como na fala acima, do Agricultor 9), mas, em muitos, desvinculando-o deste.

Chegou a hora também dos agricultores chamar um representante do Governo Federal pra fazer uma visita no local aonde vai ser mais atingido. Se eles não tomar nenhuma atitude em benefício da gente, dá o troco pra eles, porque a hora de dar o troco pra eles é agora, em 2014. Nós temos comunidade lá de 6 anos e, até hoje, tá no escuro! Não é uma vergonha? Já cobrei na câmara, já cobrei aos vereadores que tiveram lá, visitando a gente... (Agricultor 9).

E não é fácil pra gente que tá no movimento. Porque muita gente diz: ‘você já viu uma pessoa pequena ganhar causa de gente grande?’ Eu sei que o movimento é importante, mas só vocês contra os políticos do mundo todinho. Eu fico calada, mas nunca deixo de participar. Lutar com gente é difícil, mas é muito gratificante. Porque a gente tem experiência que Ipoeira é um assentamento que já produz com irrigação de um pequeno poço e a gente vê as dificuldades dos companheiros pra pagar aquela energia que é controlada, tem os horários deles irrigar, que é a Tarifa Verde. Imagine com o DNOCS! Eles querem se beneficiar em cima dos pequenos. (Agricultora 3).

As falas nos remetem à compreensão de que os sujeitos da pesquisa acreditam que o DNOCS implanta o projeto como quer, em benefício próprio, por isso precisa ser combatido, e que o Governo Federal precisa vir fiscalizar o “projeto do DNOCS” que está trazendo prejuízos ao homem do campo. Contudo é importante que seja amadurecido com as comunidades o projeto desenvolvimentista que, realmente, está respaldando o projeto do Santa Cruz do Apodi e que o DNOCS é um departamento que representa o Estado para a implantação do perímetro discutido. E, para fomentar tal modelo progressista, temos cada vez mais, no Brasil e na maioria dos países do mundo, uma Nação-Estado corporativa, com os líderes da indústria ocupando espaços políticos de relevo.

Sendo assim, é tarefa do DNOCS a implementação do perímetro e, após implantar sua estrutura, dividir os lotes, selecionar os irrigantes e conceder o uso da terra; é previsto pelo DNOCS o que eles denominam (em sua apresentação de 2013) proposta ideal, ou seja, nos cinco primeiros anos, deve haver uma empresa gestora responsável por:

- Assessorar na alienação dos lotes;
- Organizar os usuários;
- Prover assistência técnica e gerencial;
- Promover a integração dos pequenos e médios produtores com empresas;
- Criar o distrito de irrigação (organização para operação), operação e manutenção deste;
- Treinar o usuário (destacamos que o treinamento é da mão de obra que trabalhará no perímetro, ou seja, espelhada no modelo fabril rural da Revolução Verde);
- Instalar área de adaptação de espécies e variedades, demonstrativa e para capacitação prática, em convênio com EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e IFRN, antes do início de operação;
- Realizar convênios com escola agrícola (IFRN) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para capacitação dos irrigantes e mão de obra regional;
- Integrar a produção do perímetro com a região;
- Analisar os impactos do perímetro sobre a região;
- Transferir a gestão.

Assim, o projeto preconiza que, do sexto ano em diante, o distrito de irrigação fique sob a gestão dos usuários e, pelas experiências anteriores, acaba nas mãos do empresariado do agronegócio.

[...] aqueles 8 hectares para as 207 pessoas [referindo-se aos pequenos produtores], essas 207 pessoas não vão poder escolher, é isso aqui que tá dizendo o documento, que não vão poder escolher o que querem produzir, o que querem plantar nas suas terras. Tem que seguir esse modelo de irrigação que está proposto pelo DNOCS. São justamente 5 modelos que serão geridos pelas empresas. Então, essas 207 pessoas ficarão nas mãos dessas 29 empresas, porque é a empresa que vai dizer o que é que tem que plantar, que tem que usar o veneno, qual o preço que vai ser comercializada essa produção dele, é a empresa que vai fazer o papel de atravessador pra exportar [...]. Então, os 207 não vão ser donos do lote, eles vão apenas pegar os lotes pra cuidar. Vão ter muita dor de cabeça, porque prejuízo é pra quem tá gerenciando os lotes e o saldo, como é ela [empresa do agronegócio] quem comercializa, o saldo fica na mão dela. No ato de assinatura do contrato, quando você for ganhar a licitação, você vai assinar dizendo que você concorda com tudo isso que tá sendo colocado pelo DNOCS. (Membro 1 do STTR).

Fica esclarecido que, após certo período, o perímetro será gerido pelo agronegócio, e os pequenos produtores, que podem ser ou não os chapadenses, ficarão subordinados à necessidade do mercado exportador de *commodities*. O Estado entra inicialmente, no processo, “arrumando a casa” para a chegada das empresas e, por esse motivo, torna-se alvo das manifestações contrárias e da resistência existente. Porém, ao final, são elas que decidirão o que produzir, como produzir e quando é inviável produzir (momento de esgotamento dos recursos e saída das empresas).

Na atual conjuntura analisada, podemos nos reportar a uma obra publicada pela primeira vez em 1762, mas que traz concepções perpetuadas até então e que podem servir de subsídio para entender as três faces do Estado brasileiro e seu posicionamento diante do conflito no território da Chapada: *Do Contrato Social*. Nela, Rousseau cita um corpo político ou república chamada por seus membros de Estado, quando passivo, soberano, quando ativo e potência, quando comparado às demais nações. Diante da situação da Chapada, o Brasil é Estado, pois se torna omissivo e permissivo de práticas que degradam e desagradam os territórios (em prol do agronegócio, no caso), porém, como a omissão é consciente, com ações de imposição do ideal da Revolução Verde, é nesse momento que se torna soberano; tudo isso com o intuito e o discurso de se equiparar às grandes potências mundiais. Vejamos, a partir das falas, as posturas passivas e interventoras do Estado brasileiro, seja ele na figura do Governo, seja representado pelos funcionários do DNOCS.

Eu acho uma desconsideração do Governo ele não parar pra escutar o nordestino, principalmente, o agricultor. Porque, se o Governo parar, fiscalizar como é que vem a situação do homem do campo, atravessando essas secas e tudo mais, eu acredito que eles barravam um negócio desses, porque não tem condições. [...] De lá pra cá, só vem destruição. Eu não vejo nada de futuro. E nós temos condições de produzir também, assim o Governo dê condições, pra que nós produz. (Agricultor 9).

Esses canal passando aqui... Tinha uma casa que, você pode crer, que a casa era aqui, e o canal passava aqui [indicou proximidade entre a casa e o canal]. Tinha uma ponta da calçada que era, praticamente, já no canal. A igreja da comunidade foi derrubada, sabe? Você escutando os depoimentos das pessoas, você fica assim, meu Deus, como é que um projeto desse é desse jeito, e o Governo ainda bota esse mesmo modelo de projeto para outros lugares? (Agricultora 1).

“Então, é muito triste; a gente chega numa comunidade, eles [DNOCS] chegam, dá o depoimento deles, dizendo que chega e acabou-se! É como se fosse...é a época da ditadura, meu amigo. É deles! Vão ficar e acabou-se! DNOCS vai tomar de conta e acabou-se!” (Agricultor 5).

“Nós não temos mais direito a dar opinião. É a opinião do DNOCS. O DNOCS disse que lá era deles, não era mais nosso.” (Agricultora 8).

Na reunião que eu tava, eles chegaram já com os papéis tudo pronto pra assinar. Aí, Agricultora 8 ligou pra mim, eu tava trabalhando, aí, fui. Não, porque já era a proposta, passando metade, e o resto era da gente. Inclusive, a pergunta: ‘se a gente não aceitar?’ [DNOCS]: ‘não, de um jeito ou de outro, a gente fica com a terra, toma’. Aí, de repente, eles rasgaram o papel. Mas eles são doído por um ponto fraco; procuram uma brecha. (Agricultor 6).

[...] o que eu achei mais difícil também foi porque eles, às vezes, faziam as reuniões à noite. Enquanto a gente não sabe de tudo do projeto, mas a gente sabe o que é as dificuldades, que não vai ser melhoria pra ninguém, eles faziam com aquele pessoal que tinha menos informação, que não eram pessoas que não tavam aqui [no STTR] no dia a dia, porque, às vezes, não vinha. E, também, assim, pegavam eles [os menos informados sobre os impactos do perímetro] pra dizer que era bom. E, quando a gente chegava lá [nas comunidades], que ia discutir na assembleia, né, aí, ficava todo mundo assim: ‘não, fulano veio aqui e disse que foi mil maravilha’. E não é! A gente tem que ir pro lado que é bom pro trabalhador. (Agricultora 3).

Considerando a nação como potência, apesar de ser denominado a 6ª “potência” mundial, o Brasil possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e desigualdades entre suas regiões que levaram o economista Edmar Bacha a chamá-lo de “Belíndia”, já que apresentava uma pequena parcela da população vivendo como a dos pequenos países ricos com IDH alto - Bélgica (0,757 em 1980 e 0,886 em 2011) – e um elevado contingente de pessoas vivendo na extrema pobreza, como em países grandes e populosos - Índia (0,344 em 1980 e 0,547 em 2011) (CARNEIRO et al, 2012). Fazendo uma comparação dos IDH das cidades que apresentam ou não perímetros irrigados, com nações mundiais, inspirando-nos no economista citado em artigo de Carneiro et al (2012), temos a tabela a seguir.

Tabela 8 – Índices de Desenvolvimento Humano de municípios cearenses e potiguares comparados a outros países, 2010

MUNICÍPIO / SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO NO PAÍS DE 1º a 5565º	IDH 2010	PAÍS COM MESMO IDH OU MAIS APROXIMADO E LOCALIZAÇÃO
<b>Limoeiro do Norte (CE) Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi</b>	2386º	<b>0,682</b>	Gabão (0,683) África
<b>Alto do Rodrigues (RN) Perímetro Irrigado Baixo-Açu</b>	2621º	<b>0,672</b>	Territórios palestinos ocupados (0,670) Oriente Médio Asiático
<b>Apodi (RN) Destaque para o agronegócio do japonês; previsto para receber o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi</b>	3312º	<b>0,639</b>	Guiana (0,636) América do Sul
<b>Felipe Guerra (RN) Previsto para receber o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi</b>	3378º	<b>0,636</b>	Guiana (0,636) América do Sul

<b>Quixeré (CE)</b> <b>Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi</b>	3653°	<b>0,622</b>	Quirguistão (0,622) Ásia Central
<b>Ipanguaçu (RN)</b> <b>Perímetro Irrigado Baixo-Açu</b>	4081°	<b>0,603</b>	Nicarágua (0,599) América Central
<b>Afonso Bezerra (RN)</b> <b>Perímetro Irrigado Baixo-Açu</b>	4515°	<b>0,585</b>	Cabo Verde (0,586) África Insular
<b>Baraúna (RN)</b> <b>Agronegócio da fruticultura irrigada como base econômica</b>	4764°	<b>0,574</b>	Timor Leste (0,576) Sudeste da Ásia

Legenda: Laranja indicando IDH médio – entre 0,600 e 0,699 - e marrom indicando IDH baixo – entre 0,500 e 0,599.

Fonte: PNUD, 2013.

Também foi um elemento que nos despertou para trazer os IDH a seguinte fala de um dos sujeitos da pesquisa:

Semana passada, a gente foi lá no IF[RN], com o grupo de agroecologia que tavam discutindo o perímetro irrigado de lá [Baixo-Açu], e os alunos fizeram uma pesquisa tão interessante! Eles fizeram uma pesquisa dos dados de produção, das riquezas que existem naquela localidade, comparando o IDH. Então, o IDH da cidade de Ipanguaçu, ele é mais baixo que da cidade de Felipe Guerra, que não tem perímetro irrigado, de várias cidades que não têm perímetro irrigado, é muito baixo o IDH. O IDH de Apodi, eu não tô lembrado agora, mas fica entre os dez primeiros; lá é vigésimo sétimo, se eu não me engano. Então, não é riqueza. Riqueza pra quê? Pra quem? De quem é essa riqueza? Na economia local, na questão local, o projeto não interfere positivamente. É tudo pra exportação. (Agricultor 2).

Para trazer uma informação mais fidedigna e colaborar com o posicionamento do Agricultor 2, consultamos o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, que, pelos IDH apresentados, informou estar Apodi em 33°, Felipe Guerra em 36° e Ipanguaçu em 94° lugares (do 1° ao 167°) no Rio Grande do Norte, o que demonstra que, no panorama potiguar, o município de Apodi encontra-se em lugar consideravelmente privilegiado se comparado a Ipanguaçu, que, de acordo com o discurso desenvolvimentista do Estado, deveria estar melhor posicionado por ter perímetro irrigado na região.

Como se trata de um modelo ancorado em injustiças, o projeto do crescimento (no caso do Brasil, acelerado) gerou em regiões como o Baixo-Açu uma regressão da vida, da configuração ambiental e das formas de trabalho daquelas pessoas, em um processo no qual os que não são vítimas da exclusão (ou não o são ainda) – Estado, latifundiários, agroempresários – contribuem para excluir parcelas cada vez maiores da população. Ou seja, uma “banalização do mal” no exercício dos atos civis comuns agravadores das adversidades e produtores de territórios não prósperos, diferente do que promete o discurso estatal (DEJOURS, 2007, p. 21).

O mesmo modelo desenvolvimentista pretende chegar à Chapada potiguar, trazido com o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, o que, provavelmente, comprometerá o modo de vida das comunidades que serão afetadas, já que, a exemplo do que aconteceu no Baixo-Açu/RN, Baixo Jaguaribe/CE ou em Lucas do Rio Verde/MT<sup>31</sup>, como contemplados nos pontos a seguir, a partir de autores e das falas e ilustrações dos sujeitos da pesquisa. As figuras apresentadas a partir de agora são fotos de cartazes produzidos no Encontro 3 do grupo de pesquisa.

Figura 31 – Percepção do grupo de pesquisa sobre o território da Chapada caso haja a implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi



Fonte: Acervo da pesquisa.

1. As desapropriações já podem ser sentidas pela população da Chapada do Apodi/RN, pois há representantes do governo executando a saída das famílias de suas comunidades. O fato pode provocar uma espécie de êxodo rural forçado, bem como trará uma nova configuração (problemática) ao centro urbano de Apodi/RN ou comunidades vizinhas às áreas desapropriadas, que receberão os agricultores desapropriados. A ilustração acima, dos agricultores do grupo de pesquisa, demonstra a projeção deles sobre um território “pós-perímetro”, com poucas casas restantes, uma paisagem sem fauna nativa e diferente do que, atualmente, tem-se. Quando não são desapropriados inicialmente, os agricultores que ficam nas comunidades sofrem com a escassez de água e de recursos financeiros para suas produções e são levados a venderem suas terras por preços desvalorizados para o

<sup>31</sup> Sugerimos a leitura das pesquisas de: Pessoa (2011), Marinho (2010), sobre os impactos do agronegócio no Baixo-Jaguaribe/CE, e Palma (2011), sobre a contaminação do leite humano em Lucas do Rio Verde/MT.

agronegócio, que, geralmente, chega aos locais e começa um processo de aquisição de seus arredores (como ocorrido em comunidades jaguaribanas).

Não vai ser diferente se Apodi vier a acontecer, acredito que Apodi vai aumentar aquelas casas de taipa, porque Apodi não tem ponte pras pessoas morar debaixo, não tem viaduto pras pessoas morar. Então, eles têm mais é que fazer barracos. As pessoas, numa comunidade, mesmo com as dificuldades, já conseguiu construir sua casinha de alvenaria, às vezes, tá aumentando sua casa devido esses programas do governo. E tinha comunidade que tinha muita casa de taipa e, hoje, tem mínimo casa de taipa lá. Então, a gente sabe que lá melhorou muito a vida deles, aí e hoje, eles tão aperreado com o Projeto [Irrigado Santa Cruz do Apodi]. (Agricultora 3).

[...] as unidades produtivas podem ser consignadas como centros geradores de transformações ambientais e culturais, no processo de desterritorialização e reterritorialização que promovem, e difusores de fatores de risco que podem comprometer a saúde de seus trabalhadores, dos habitantes de seu entorno, e da população em geral [...]. (RIGOTTO, 2003, p.394).

O agronegócio [...] em percentual, a terra que ele usa é menor do que o contexto todo, mas quem está usando mais de forma desordenada, [...] que vai estragar mais o meio ambiente é o agronegócio. Do plantio aqui da cidade (Lagoinha), você vê que a empresa X chegou aqui comprou 200 hectares de terras, aí comprou do vizinho mais duzentos e tem em média quase uns 600 hectares. [fala do grupo de pesquisa] (PESSOA, 2011, p. 231).

O avanço do agronegócio da fruticultura no baixo Jaguaribe, especialmente nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré tem induzido um profundo processo de des-re-territorialização, onde se observa a distribuição desigual dos benefícios e dos danos desse suposto desenvolvimento. É preciso considerar que as comunidades já existiam no lugar, os produtores tiveram suas terras desapropriadas, foram reassentados e devido às dificuldades de produzir no novo modelo e ao endividamento junto à cooperativa entregaram seus lotes para as empresas, por meio de venda da posse de terra ou arrendamento. (MARINHO, 2010, p. 133).

2. Enquanto a maioria das famílias chapadenses pode se deparar com a saída do campo, o inverso pode acontecer: um grande fluxo de pessoas vindo para as comunidades da Chapada do Apodi/RN em busca dos empregos ofertados pela agricultura patronal. Com isso, muitas mazelas sociais típicas de periferias das grandes cidades (prostituição, alcoolismo, drogas, violência doméstica) adentrarão nos territórios. No desenho da Figura 31, foi retratada uma figura feminina (ampliada na Figura 32) representando a iminência da prostituição advinda com o “desenvolvimento” na região prevista para o perímetro.

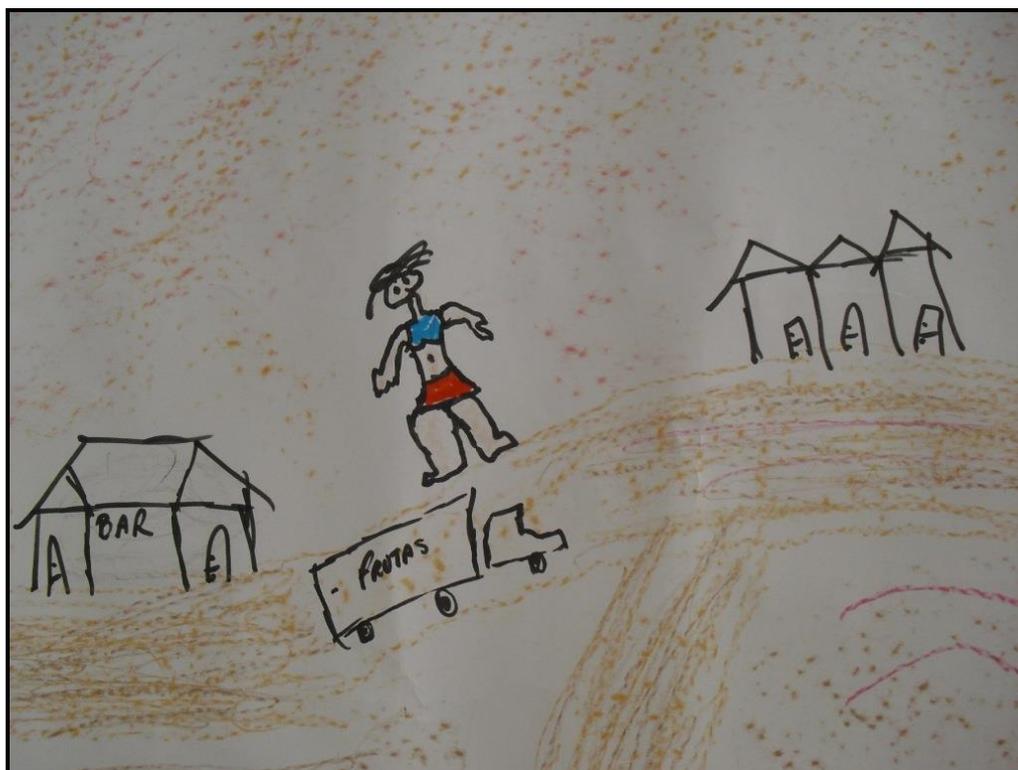
O desenvolvimento de Lucas do Rio Verde se deu de forma dinâmica, o aumento do contingente populacional e o constante crescimento econômico fizeram com que, em 1985, o pequeno vilarejo se tornasse distrito de Diamantino, sendo que em apenas três anos se tornou município. (PALMA, 2011, p. 59).

Importa salientar que dos 15.683 habitantes do município de Quixeré, 6.043 moram em Lagoinha, segundo o Censo do ano 2000, representando quase 50% da população total da sede. O aumento populacional está relacionado à expansão das empresas do agronegócio, cuja maioria se instalou nesse distrito e atua como forte motivo de atração de mão de obra para a produção. Isso se comprova, com base nos

dados populacionais, a maior parte é composta por homens, além de apresentar uma importante oscilação na população também associada ao trabalho sazonal nas empresas. (MARINHO, 2010, p. 152).

Com o DNOCS, a gente imagina a destruição das casas, a prostituição invadindo as comunidades, das plantações, dos pequenos animais, o uso do agrotóxico de forma desordenada, monoculturas com interesse apenas no capital. E não queremos isso. Queremos o contrário disso aí. Totalmente, ao contrário. Aqui, a gente vê a diversidade de animais; aqui, a gente já não vê mais. Com o uso do agrotóxico, vai acabar com o solo, com as vidas, e isso a gente não quer. (Agricultor 6).

Figura 32 – Recorte da Figura 31 demonstrando a percepção dos sujeitos quanto à configuração do território com o perímetro irrigado



Fonte: Acervo da pesquisa.

3. Há a certeza de pulverizações por aspersão nos plantios das monoculturas das vinte e nove empresas previstas para serem implantadas no perímetro e, como se prevê, a depender da *commodity* cultivada, a possibilidade de pulverizações aéreas no local. Com a presença dos agrotóxicos, a saúde do trabalhador e das pessoas das comunidades, em geral, estará comprometida, pois é sabido que tais químicos provocam: abortamentos, cânceres, dermatites, hepatopatias, problemas respiratórios, neuroses, contaminação do leite materno, entre outros agravos de saúde (PALMA, 2011). O uso dos agrotóxicos no perímetro foi representado pelo desenho do avião despejando o veneno nas lavouras e da caveira que designa “perigo” em rótulos, embalagens e caixas e pacotes dos produtos

industrializados; já a monocultura foi colocada na ilustração pelo grupo com os desenhos de árvores semelhantes a coqueiros ou palmeiras (Figura 33).

As pessoas mais expostas aos perigos da contaminação pelos agrotóxicos são aquelas que têm contato com eles no campo. Há os aplicadores, preparadores de caldas e responsáveis por depósitos, que têm contato direto com os produtos, e há também os trabalhadores que têm contato indireto com os venenos ao realizar capinas, roçadas e colheitas etc. Este segundo grupo é, na verdade, o de maior risco, uma vez que o intervalo de reentrada nas lavouras não costuma ser respeitado e estes trabalhadores não usam proteção. (LONDRES, 2011, p. 26).

Figura 33 – Recorte da Figura 31 demonstrando a percepção dos sujeitos quanto à presença dos venenos e da monocultura no perímetro irrigado



Fonte: Acervo da pesquisa.

Ainda ilustrando as consequências da presença do DNOCS na Chapada, o grupo trouxe figuras de revista representando na sequência: o empresário, as parcerias entre o empresariado, a poluição do ar pelas chaminés, o desmatamento da fauna nativa, o maquinário que ocupa o lugar do homem nos ambientes de trabalho, o avião (representando as pulverizações aéreas), a pobreza, os problemas de saúde com consequente necessidade de remédios, próteses e hospitais. A figura será mais bem visualizada nos recortes posteriores.

Figura 34 – Apresentação em recorte de revista do que o DNOCS representa para os agricultores sujeitos da pesquisa



Fonte: Acervo da pesquisa.

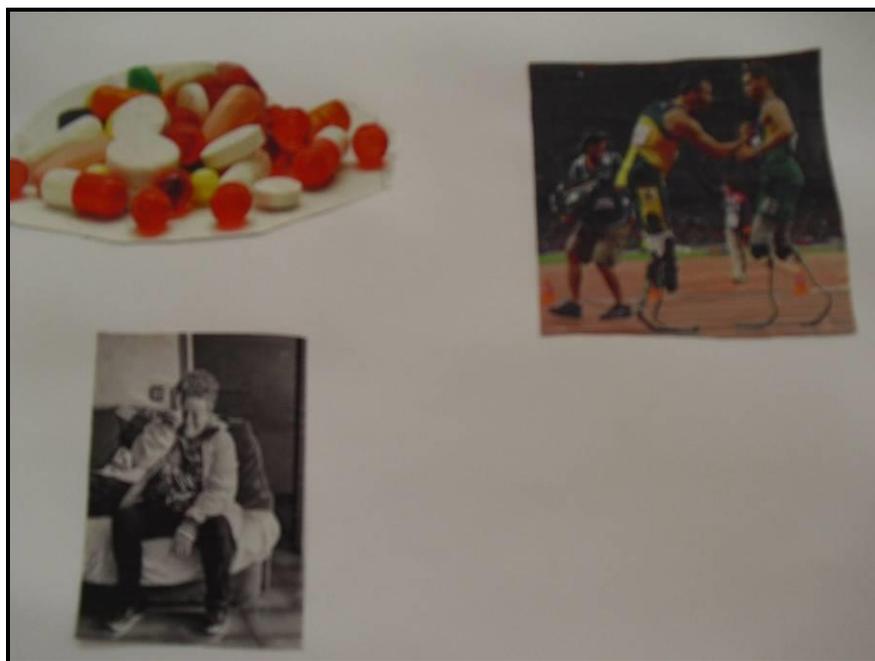
4. As famílias que resistirem se depararão com a presença de agrotóxicos e fertilizantes utilizados pelo agronegócio, tanto na água como no solo e no ar que respiram, o que pode provocar danos à saúde dos camponeses e do ambiente. Essas mesmas famílias, ao tentarem colocar em prática suas atividades rurais corriqueiras, como a apicultura, por exemplo, verão suas abelhas não resistirem ao ar contaminado pelos agrotóxicos, assim como a morte de outros animais pela água contaminada e as lavouras sendo atacadas por pragas (que não resistirão aos pesticidas) das áreas das empresas e migrando para as comunidades resistentes.

No Estado de Mato Grosso as aplicações de agrotóxicos nas monoculturas são realizadas através de pulverizações por tratores e aviões agrícolas, e as névoas de agrotóxicos produzidas, além de atingirem os alvos (inseto, fungo ou erva daninha), também atingem os trabalhadores o ar/solo/água, os moradores, os animais e

*outras plantas que estão no entorno das lavouras.* Como na maioria dos municípios matogrossenses predomina o processo produtivo denominado de ‘agricultura moderna’, o cotidiano da população é a convivência com tratores, pulverizadores e seus ruídos e com os odores dos fertilizantes e agrotóxicos. (PIGNATI et al apud PALMA, 2011, p. 17, grifo nosso).

Os danos à saúde das pessoas, colocados nesse quarto ponto das consequências do perímetro irrigado no território chapadense, foram ilustrados na figura abaixo a partir dos recortes dos medicamentos, da mulher com aspecto depressivo e das pessoas portadoras de deficiências (ver Figura 35). Inclusive, na apresentação, o grupo trouxe que a gravura foi colocada no painel em virtude das informações incorporadas a partir do filme “O veneno está na mesa”.

Figura 35 – Recorte da Figura 34 com os possíveis impactos à saúde com as práticas do agronegócio



Fonte: Acervo da pesquisa.

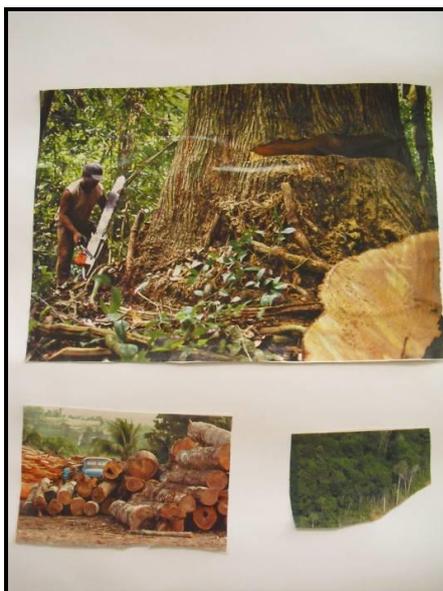
5. No futuro, quando os recursos naturais não mais atenderem a produtividade desenfreada do agronegócio, as empresas tendem a abandonar os locais utilizados e deixar para trás estruturas físicas sucateadas, profissionais desempregados e dependentes do modelo de “trabalho” implementado, recursos naturais com desgastes, muitas vezes, irreversíveis (como focado pela imagem a seguir, que retrata o desmatamento que pode acontecer na Chapada) e escassez hídrica, agravos de saúde além de uma ruptura com os costumes mais antigos dessas comunidades.

O modelo de agricultura centrado na monocultura para exportação pressupõe desmatamento intenso, uso exaustivo da terra, agroquímicos, uso exagerado d'água para irrigação, levando à extinção de espécies animais e vegetais associadas à geração da improdutividade do solo. Essas questões sedimentam repercussões diversas à saúde humana, dentre elas: mudanças de hábitos alimentares, laborais e culturais, favorecendo o aumento da obesidade, hipertensão, problemas psicológicos, má nutrição, alergias e persistência de doenças como Chagas, verminoses, disenterias, dengue, entre outras. (PESSOA, 2011, p. 237, grifo nosso).

[...] vai chegar um momento que a terra não serve mais para plantio, e aí a empresa vai embora e acaba emprego e acaba tudo. Mas, hoje o que a comunidade está vendo é a questão de geração de emprego! Porque muita gente não pensa no ambiente em que vive! Pensa no trabalho e no dinheiro que está ganhando! Não pensa na degradação do ambiente, no que vai causar no meio e para saúde deles também, o ar, a poluição. [fala do grupo de pesquisa] (PESSOA, 2011, p. 238, grifo nosso).

[...] o processo de ocupação do seu cerrado é bastante impactado pelas agressões do desenvolvimento local e regional. [...] Sua cobertura vegetal natural, praticamente já foi totalmente substituída pela agricultura moderna de grãos. Com a profunda modificação dos ecossistemas, houve perda dos principais potenciais bióticos, alterações da qualidade da água, erosão laminar dos solos, agregado ao uso intensivo de produtos químicos. (PALMA, 2011, p. 59).

Figura 36 – Recorte da Figura 34 que representa, na ótica dos sujeitos, a degradação do território implicado com os perímetros do DNOCS



Fonte: Acervo da pesquisa.

Enfim, muitos podem ser os impactos no trabalho, na saúde, no ambiente e na cultura das comunidades chapadenses do município de Apodi/RN. Impactos que podem alterar, em pouco tempo, um contexto de vida que demorou anos para ser moldado a partir de aspectos históricos marcantes na vida das comunidades. Assim, refletindo sobre a pergunta do Agricultor 2 (“riqueza *pra* quê e *pra* quem?”), amadurecemos, ao longo da jornada, que o perímetros irrigados são políticas “públicas” menos voltadas para a população e muito mais

para fortalecimento do capital e um dos seus modos de produção, o agronegócio, nos quais o Estado aparece na figura do DNOCS para implementação deles, desapropriando, omitindo informações, com discurso progressista e estratégias de pressão emocional até, como bem percebido nas falas dos sujeitos da pesquisa. O perímetro em questão preconiza trazer para a Chapada uma “riqueza”, que, em muito, distancia-se do que os sujeitos da pesquisa, realmente, almejam, e isso será elencado no capítulo a seguir.

## 8 Capítulo 7 - “Aqui é o futuro que queremos”: os anseios dos agricultores da Chapada

Há um conflito na Chapada potiguar e um projeto que carrega em seu bojo uma série de impactos já percebidos e de riscos futuros, caso o perímetro irrigado seja colocado, realmente, na realidade desse território. Isso acontece no presente, com preocupantes consequências para o futuro. Consequências essas que não são abordadas nos documentos estatais e são referidas superficialmente, quando trazem “medidas precaucionárias” inespecíficas. A hegemonia estatal e capitalista é respaldada por uma ciência hegemônica que insiste em afirmar que há saídas “protetoras” das vidas que as próprias tecnologias depauperam. O mito de que a ciência pode lidar com as consequências dos seus processos degradantes é muito comum na sociedade atual e existe na tentativa de angariar a adesão dos que resistem ou dos que não opinam/se posicionam. As formas de tentar amenizar os impactos vão desde os citados pontos d'água nos assentamentos e passam pelos empregos aos milhares, fixos geográficos e infraestruturas reformadas, investimentos, promessa de melhoria da educação, saúde, segurança, acessibilidade e políticas de assistencialismo para o homem do campo.

As promessas são de um território cheio de “remendos” daquilo que pretende ser desocupado. Um futuro que não interessa aos agricultores que compreendem o contexto de risco no qual estão inseridos com a preeminência do “projeto da morte”. Assim, colocamos, nas palavras que se seguem, os anseios dos agricultores familiares para seu território. De antemão, devemos compreender que, apesar de a luta ser contra a instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, os sujeitos trabalham com a possibilidade de ser ou não implementado o perímetro, de terem ou não êxito em sua luta.

Partindo da ideia da remoção das famílias e da construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, os sujeitos colocam que, caso isso ocorra, eles desejam a sobrevivência para os que resistirem ao processo de desterritorialização e a reconquista do que foi perdido em outra região da zona rural de Apodi, porém sem desejo de deixar seu modo de vida atrelado às atividades agrícolas de aproveitamento da natureza. Ou seja, mesmo se forem desapropriados, o grupo fala em reconstruir seu modo de vida em outras terras, distantes do perímetro, onde lhes seja permitido resgatar a agricultura familiar. Não é intenção dos agricultores ir para a cidade e aderir a esse modo de vida. Isso se dá pela noção de território em sua apropriação da natureza como fonte de recursos naturais, isto é, numa posição materialista que não pode ser negada. “Dependendo das bases tecnológicas do grupo social,

sua ‘territorialidade’ ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo” (HAESBAERT, 2009, p. 47).

Figura 37 – Representação em recortes de revistas sobre os anseios dos agricultores para os resistentes às implicações do perímetro irrigado em caso de sua implantação



Fonte: Acervo da pesquisa.

Aqui, simboliza o futuro das gerações de resistência que sobreviverão e se unirão novamente, produzindo nos quintais de forma ecológica. Vão ter uma alimentação bem diversificada. Aqui, nós temos as galinhas, o senhor com os animais no quintal. Aqui, temos as mulheres dentro de casa, trabalhando manualmente. Temos a cultura. E isso é bem interessante, e podemos ver que tem muitas coisas. Mesmo depois daquilo tudo ali, vamos ter coragem de trabalhar de novo e conquistar tudo que perdemos. (Agricultora 3).

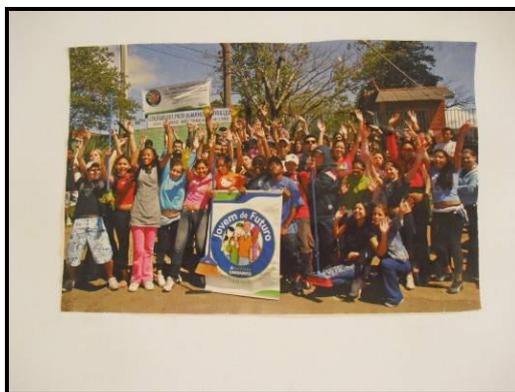
Outro quesito a ser destacado é o desejo dos sujeitos de continuar com o trabalho artesanal, manual, comumente, executado pelas mulheres na Chapada. Tanto a agricultura familiar como as práticas artesanais das pessoas fazem parte de um rol de valores e práticas, historicamente, construídas e, culturalmente, consolidadas, ou seja, além do usufruto da natureza, o visível, o território é composto por “*poderes invisíveis* que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto as deles próprias quanto as dos recursos dos quais eles dependem” (HAESBAERT, 2009, p. 49, grifo do autor).

Os poderes invisíveis trazem identidade com o território e apropriação deste por parte das pessoas. Uma sensação de pertencimento ao local, sentido inexistente quando o agricultor se torna, porventura, empregado do agronegócio, mesmo que tenha vivido na Chapada e fundado sua comunidade desapropriada. Dessarte, a “perspectiva de pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que fronteiras [...]” (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2009, p. 49-50).

Enquanto espaço construtor de identidade cultural, o território não pode ser possuído, mas, sim, guardado e habitado de forma a ser constituído a partir de uma relação afetuosa com os espaços (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2009). Não só as desapropriações destroem os territórios; também o faz a impessoalidade do modelo do agronegócio com seu maquinário e indivíduos privados de uma atividade laboral criativa e interpessoal.

O futuro desejado pelos agricultores está atrelado não à destruição, mas às construções e reconstruções culturais e históricas, com ou sem a implantação do perímetro. Todo esse caminho percorrido até então, pelos agricultores, pretende ser deixado para as gerações futuras, principalmente, no que concerne aos valores das lutas e resistência que ocorrem na Chapada, afinal tanto as comunidades como os assentamentos são conquistas a partir de uma longa luta; são “pontos de chegada”, mas, também, de partida; são experiências de organização social ancoradas no associativismo, cooperativismo com efeitos multiplicadores loco-regionais e de oportunidades aos demais agricultores (LEITE, [d.aprox.] apud LEROY, 2010, p. 66).

Figura 38 – Ilustração da representação das gerações futuras da Chapada



Fonte: Acervo da pesquisa.

Os sujeitos ainda desejam resgatar a união entre eles (abalada pelo dissenso provocado pelas estratégias e pressões do Estado), cimentando suas relações para o fortalecimento das comunidades e de seus territórios para a preservação da sua cultura. Relações de trocas de experiências, como o legado de resistência que querem deixar para os jovens, como de troca de gêneros produzidos em seus quintais de forma solidária. Acreditam que o trabalho pautado na agricultura familiar garante o fortalecimento das relações; a criatividade, a dignidade e a segurança no seu modo de cultivo e soberania alimentar não só para o campo, mas para os habitantes das cidades.

Aqui, nós temos os animais. E vimos que, no plantio dos legumes e verduras, temos uma diversidade. Aqui, é feijão, gente, essas coisas alimentam mais de 70% da nação brasileira. Por isso o movimento tem uma palavra de ordem: ‘Se o campo não planta, a cidade não janta’. Então, isso é fruto da luta dos trabalhadores, por isso estamos firmes e fortes. Melancia, nós não produzimos sem veneno? Se for pro nosso consumo, produzimos sem veneno; agora, se for pra exportar, nós não temos condições. O agricultor familiar que pensa na sobrevivência e não em exportar, em vender, porque a gente sabe que tem muitos companheiros que têm hortaliças, têm tomates. Eles fazem aquela troca dentro da comunidade, por solidariedade. É a economia solidaria dentro das famílias que fazem parte da agricultura familiar. (Agricultora 3).

Ou seja, os sujeitos da pesquisa foram enfáticos ao trazerem que o futuro que eles querem é o presente sem o DNOCS. Ao retratarem o presente, como abordado nos capítulos de caracterização do território, falam sobre a vida atrelada à agricultura familiar, de modo a não compreendermos a separação entre ambas.

Isso aqui [que colocaram no cartaz sobre o futuro que eles querem], na verdade, é o que temos hoje! A gente chega nos quintais da gente e temos hortaliças, frutas, nós temos galinha, nós temos gado, né, animais; então, se o DNOCS vir, vamos ficar naquele jeito [como na Figura 31]. Só que o futuro que queremos é isso aqui. *O futuro que queremos é o que nós temos hoje*. Porque, assim, se eles conseguirem isso, vamos ter que lutar de novo. Por isso iniciamos o trabalho com luta, muitas pessoas juntas lutando. (Agricultora 1, grifo nosso).

Figura 39 – Desenho do que os sujeitos desejam para o futuro das comunidades



Fonte: Acervo da pesquisa.

Apesar das muitas lutas no contexto atual e para sobreviverem da agricultura familiar, os sujeitos se consideram um grupo que trabalha arduamente, mas com tranquilidade, dignidade, coletividade (em destaque, na figura anterior, na qual é retratado um quintal coletivo às casas ali desenhadas) e segurança na policultura, que, quando são somadas as produções de todos, formam um quantitativo de produção considerável; um segmento que respeita as formas de produção mais naturais, coletivas, tradicionais e ecológicas; um grupo que nasce agricultor e aprende a prática com a vida, respeitando os ensinamentos das gerações anteriores; de igual modo, respeitam o ambiente e plantam tentando prever as intempéries climáticas.

O que a gente queria era continuar trabalhando dignamente, com segurança, com tranquilidade, como a gente vive, e, com a chegada do projeto, tudo isso está abalado. E tende a desaparecer. Hoje, eu acho que a gente não passa fome por causa dessa diversidade. Um dia, uma coisa complementa a outra, e a gente está assim, sobrevivendo dignamente. (Agricultora 6).

O agricultor familiar é de tiquim. Ele planta um tiquim de tudo; de tudo, um pouco. E, no fim, com o tiquim de um, tiquim de outro, se torna um ticão [gargalhadas no grupo]. E se torna uma coisa grande. Antes, aqui, na feira de Apodi, era assim. Você chegava na feira do feijão. Um trazia dois sacos de feijão, outro, um; quando era no fim, quando dava meio dia, muita gente que trazia feijão, essas coisas, chapéu de palha, vassoura, tudo no mundo vinha pra feira. Todo mundo tava satisfeito. (Agricultor 11).

Essa discussão da agricultura familiar, ela é profunda. Ser agricultor familiar, a gente já nasce sendo e aprende com a prática da vida. Com ela, aprendemos as coisas da vida, aprendemos a respeitar o meio ambiente, a produzir de forma ecologicamente correto e alimentando 70% da nossa nação, do nosso país. Aí é que traz dignidade pra nós. Além da gente ser honesto, com nossos princípios que a gente aprendeu, respeitando o meio ambiente, respeitando a natureza. (Agricultor 2).

Tudo isso tratado nesse ou em outros capítulos do estudo (a fartura, a contribuição para a garantia da alimentação das pessoas, a diversidade cultural e ambiental, a proximidade entre as pessoas, proporcionada pela agricultura e pela configuração social territorial, a participação e mobilização, a saúde considerada mais preservada do que em outros locais mais “desenvolvidos”, o acesso à água, a autonomia no trabalho) é motivo de orgulho e valorização deles para com eles próprios e os remetem a crer que deveriam ser mais valorizados socialmente e por parte do Estado. São fatores, inclusive, que os remetem à percepção de dignidade presente em suas vidas. Na tentativa de enfraquecer os argumentos dos agricultores e rebater seu modo de trabalho e vida, nos mais diversos espaços, é difundida uma imagem que os ofende e não considera a flexibilidade de sua prática e a articulação com a sazonalidade da natureza, mesmo que isso não signifique o abandono ou monetarização da luta dos resistentes (fala do Agricultor 6, a seguir). Apesar de, no passado, ter recebido incentivos estatais que queriam trazer respostas às reivindicações pela Reforma Agrária, o

próprio Estado, ao apoiar projetos como o questionado nesse trabalho, invisibiliza, ou marginaliza uma categoria que ajudou a afixar em seus territórios.

“Em minha opinião, o agricultor familiar é um tipo de pessoa que era pra ser bem mais considerado. A agricultura familiar deveria ser bem mais olhada com bons olhos. [...] Vão [a sociedade] alegar que queremos indenização e, não, a gente não quer isso.” (Agricultor 6).

E, hoje, esse tiquim está se acabando. Não estão dando valor ao agricultor familiar! Hoje, o pessoal ou vai ser um trabalhador de monocultura, que vai ser só uma planta só, ou não vai produzir nada. No fim, os agricultor familiar só vão levar o nome de vagabundos. (Agricultor 11).

A gente alimenta, embora seja com esses tiquinhos que se juntam aí, a gente alimenta. E mostra que temos um potencial muito maior, pois conseguimos alimentar até 70% da população. Infelizmente, não tem reconhecimento! Porque esses projetos, eles existem para privatizar nossa água, nosso ar e nossas terras. Porque o ar, você não pode respirar porque tem veneno, a água manda pra esses projetos e ,aí, vai exportar em forma de melão, de uvas, tudo isso é pra exportação, porque ninguém quer se alimentar disso aí. Quem é doido de se alimentar de um negócio desse aí, pra, futuramente, tar com problemas de saúde. O agricultor familiar, na produção agroecológica, a gente sabe fazer desde do tempo dos nossos bisavós; é uma tradição, uma cultura, aí, a gente nasce sendo. E é orgulho pra nós! O que dói é porque somos chamados de vagabundos, de desocupados, porque vai contra esse desenvolvimento, entre aspas, né? (Agricultor 2).

Assim, a valorização do modo de vida na Chapada potiguar é um desejo dos agricultores, e uma das formas de materializar isso seria através de políticas públicas por parte do Estado, no que concerne a investimento em suas produções policultoras e nas tecnologias que garantam o acesso à água do território. Como já colocado na descrição das comunidades, o acesso à água é algo que eles consideram satisfatório com as tecnologias que já têm, mas os sujeitos não negam as dificuldades de atravessar os períodos de seca: têm que captar empréstimos bancários para não perderem sua produção/criação, o que os leva à aquisição forçada de dívidas preocupantes (as dívidas foram colocadas nas falas dos que relataram que alguns chapadenses estão com dificuldades em receber as indenizações quando resolvem sair das terras). Nesses momentos, os investimentos seriam válidos.

Agora sim, que nós temos potencialidades, nossa Chapada, nossas comunidades lá que pode contribuir pra acabar com a fome e a miséria, mas não com esse projeto que tá indo pra lá! Sim, com esse dinheiro que tá indo, por que que não vai pra nós, que já estamos lá, produzindo de forma agroecológica...? (Agricultora 3).

O que revolta a gente é porque sempre alegam que a água é uma riqueza. Agora, na hora que essa riqueza chegar, não teremos o direito de participar? Estamos sendo expulsos! A que preço vai chegar a água, eles não sabem também. [...] Eles dizem que a terra seca e infértil não tem valor. Mas como assim não tem valor? Sobrevivemos dela há anos, com a criação de caprino e outros animais. Que dizer que a terra só tem valor se for irrigada? Claro que, irrigada, também vale, mas isso

vai ficar nas mãos de quem? Se elas ficassem em nossas mãos, eu era a favor [...] Isso, pra mim, é uma ação criminosa. (Agricultor 6).

Como percebido na fala do Agricultor 6, o acesso à água é desejado, mas, não necessariamente, através dos projetos irrigados como os do DNOCS, principalmente, quando essa irrigação vem acompanhada da entrega dos bens naturais a outrem. Além de condições que permitam o “estar na terra”, com investimentos e condições de cultivo, as decisões governamentais que permitam o “ficar na terra” diante da situação de desapropriações, é o que os agricultores colocam enquanto desejo para o futuro deles.

A gente não vive muito bem, mas estávamos vivendo às nossas custas, com tranquilidade. Bem, eu sobrevivo lá [na Chapada] há 13 anos, sou do Vale, uma região totalmente diferente, mas aprendi a gostar de lá e nunca pretendi sair de lá. Mas, em estar morando em uma casa, rodeado por pessoas que não conheço eu não pretendo. Sou mais um beijo de uma BR e mostrar pro mundo o que o Governo tá fazendo. Eles alegam sempre isso: que as terras não servem de nada porque está cheia de matas. Mas a gente sobrevive de mata. A gente tira renda daí. O valor é baixo, dizem eles. Mas sobrevivemos dela assim mesmo. Retiramos nossa renda daqui [...], realizamos o gradeamento do solo pra preparar ele, deixar ele mais fértil pros animais. Aprendemos isso nos cursos, aí, vamos abrir mão de tudo isso agora? (Agricultor 6).

Para muito aquém do que se preconiza enquanto desenvolvimento para a Chapada, o futuro desejado pelos sujeitos já existiria, se não fosse a presença do DNOCS durante as ações para “adesão consciente” ao projeto e desapropriações. Os agricultores já trabalham, vivem e interagem com o ambiente e, da mesma forma que estão hoje, querem estar no futuro. Consideram que sua vida traz mais elementos para o que acreditam ser saúde do que com a implantação do perímetro irrigado. A diversidade, nos quintais produtivos, e o trabalho são elementos que fortalecem a saúde, assim como o não uso de venenos nos cultivos; a simbiose com a natureza; o alimento “limpo” (livre dos biocidas) consumido e comercializado nas feiras livres; a história e a cultura compartilhada nas rodas de conversa; a espiritualidade atrelada à fé e à solidariedade; a luta pelo direito de ter o futuro que desejam e a esperança em alcançá-lo.

O agricultor familiar, ele visa à questão da diversidade, e nós sabemos que quem trabalha com o agronegócio, ele não trabalha com diversidade. Ele vê a produção, o capital, que é quem vai gerar lucro pra ele. Então, essas pessoas são aquelas que querem ter, por exemplo, se forem plantar uma melancia, eles querem a melancia grande. Porque, para o lucro, a melancia grande é boa. E, pra isso, a gente sabe que precisa usar o agrotóxico. Eles só trabalham com isso, com essas coisas. Então, o que acontece? São trabalhadores que não têm saúde. Porque você trabalhar com veneno, você não tem saúde, e a agricultura familiar é diferente. Você trabalha a diversidade, você visa a natureza a diversidade como um todo. São pessoas que têm mais saúde por causa disso, porque eles sabe trabalhar com a natureza e o meio ambiente. (Agricultora 1).

Saúde é tudo isso: envolve educação, alimentação, boa moradia, sabemos que, mesmo você tendo saúde, mas você se preocupa com uma casa que não tem boa qualidade; hoje, nós temos uma casa de alvenaria, mas nascemos e se criamos em casa de taipa e, hoje, quando vemos nossos companheiros nessas casas de taipa, nos sentimos muito ruim. Então, isso é uma luta que envolve saúde, lazer, envolve um bando de coisa, né? Aquelas rodas de conversa na boca da noite, histórias de Trancoso, que nossos avós contavam, isso não é coisa de velho; é coisa rica! Reunir aquele bocado de jovens e contar a história. Tudo isso é cultura, é saúde, faz parte. Isso é muito bom, é o futuro que nos queremos. Só que, pra isso, temos que lutar e resistir muito, temos que transformar a nova geração e deixar a mesma disponibilidade, porque será que nós, que estamos aqui, hoje, nesse momento de resistência, no futuro, quem vai estar? Será que não é nossos filhos? Nossos netos? Então, temos que pedir a Deus e conversar, dialogar e ver se eles terão essa mesma resistência no futuro. Eu ainda acredito muito que nós vamos vencer essa batalha. Eu tenho muita esperança. Não é uma pessoa que vai me desestimular, não é duas, eu tenho muita fé em Deus. Então, temos que lutar. (Agricultora 3).

“O que eu entendo por ter boa saúde, primeiramente, é você ter uma boa alimentação, você viver bem, você ser do bem, fazer o bem. Acho que ter saúde é isso aí.” (Agricultora 1).

Além do estado psicofísico e imunológico equilibrados, os sujeitos da pesquisa colocaram as relações sociais salutaras como pautas quando se referem ao ter saúde e à saúde do agricultor familiar da Chapada. Tais relações são exemplificadas quando remetem às lutas dos movimentos e às rodas de conversa, mas, também, ao terem um relacionamento pacífico com os demais da comunidade, incluindo as trocas entre as famílias de gêneros cultivados. Outro ponto relevante é o trabalho gerador de suas rendas (simbólicas e sem moedas, em muitos momentos) e livre dos sofrimentos ou “perigos modernos” (RIGOTTO, 2003), criativo, próximo de casa, com flexibilidade de horários comandados pelo agricultor, que propicia contato e aglutinação familiar, sem padrão ou dívidas geradas pela lógica consumista comum no modelo capitalista industrial-empresarial-globalizado.

Além do estado físico legal e mental estar beleza, as nossas defesas estarem beleza, eu acho que as relações cotidianas nossas, também, é saúde, um bom relacionamento. Porque eu vejo assim: um trabalhador que é preciso sair de casa às 4h da madrugada e voltar às 6h da noite, ele não vai ter um tempo de dialogar com a família, de curtir sua família, de ter esse momento de prazer, que traz liberdade, que traz qualidade de vida e saúde. Isso é bom, nos deixa feliz, mais animados. E até as relações de ir para calçada, de conversar com os vizinhos. Quem é do agronegócio mal tem tempo disso, porque, quando chega em casa, já chega cansado e mal tem tempo de descansar, porque, quando é de madrugada, já tem que se levantar pra ir pro emprego. Além da solidariedade, das relações que a gente tem com o negócio da comercialização, a gente até troca as coisas com os vizinhos. Já foi mais forte isso. Tipo, você vinha pra feira com uma coisa e voltava com outra, porque é uma economia solidária. E essa harmonia, essa solidariedade do agricultor, isso é saúde pra mim, também. Eu acho que não se encontra no perímetro irrigado harmonia, porque, se a gente for ver, é preciso o trabalhador migrar, ir da sua casa para o trabalho todos os dias, e a gente, que é agricultor familiar, só faz abrir a porta, vai pro quintal, ou anda uns 500m e já está na nossa propriedadezinha, trabalha no que é da gente. Não precisa se preocupar com ordem do padrão. Isso é saúde também, logicamente, fica mais tranquilo. É uma consciência tranquila, dorme sossegado. O que mais me encabula é esse negocio de gerar renda. Mas, se a gente for ver esses

trabalhadores assalariados, eles sofrem mais por dívidas do que o agricultor familiar, que tem todos os seus produtos, que trabalha na sua própria propriedade. Então, há um significado, também, que a agricultura familiar gera renda, embora a gente não veja ela em moeda, mas a gente tem uma riqueza danada em nossos quintais, e isso traz tranquilidade, perpetuação de geração. Isso é saúde também. Eu entendo que é saúde! (Agricultor 2).

Mas, quando você está consumindo o ovo do seu quintal, o cheiro verde, o leite ou a carne de bode, ou a carne de galinha, qualquer hortaliça ou verdura que você retira de dentro do seu quintal, você, geralmente, não contabiliza. E isso aí é gerar renda, isso aí é saúde, é riqueza. Eu acho que é a maior riqueza, porque você sabe o que tá consumindo. Então, isso é o que mais fortalece e o que dá mais saúde ao agricultor familiar. E outra coisa: essa questão de ter hora. A gente sabe que o agricultor familiar, ele tem hora, ele tem hora pra dormir, pra se levantar, mas a hora que ele determina! Não é a hora que o patrão está determinando; é a hora que ele determina. E quem trabalha pro agronegócio, esses horários são determinados pelo patrão. A hora que você chega, que você sai, está entendendo? Você não é dono do seu tempo; [o tempo] é do patrão. [...] Como é que uma pessoa dessa vai ter saúde? Quando você trabalha com agricultura familiar, não, você vai, trabalha, almoça, dorme um pouco, depois, vai pra lá, de novo. (Agricultora 1).

Concluindo essa discussão, o anseio é por um futuro ancorado no legado deixado pelo passado constituído, de resgate das relações, de preservação do ambiente, do trabalho e da cultura dos chapadenses, com a saúde pautada nos elementos já citados, mas reconhecidamente com a necessidade de mais melhorias na moradia, educação e assistência. Ao pensar um projeto para a Chapada, deveria ser papel do Estado zelar pelas vidas das pessoas e dialogar com os sujeitos para saber o que desejam para si.

Se o Governo, dentro duma Chapada dessa, dissesse: ‘eu vou construir poço pro pessoal’, num precisava de um projeto desse aí não, e nem precisava trazer ninguém de fora pra tomar de conta daqui não. Por aí, você tire; esse japonês que tá instalado aí é através de poço. Quer dizer, dá pra eles e num dá pra nós. (Agricultor 9).

Assim, implícito ou não nas falas, os agricultores preconizam para seu futuro o que já possuem, porém com incentivos governamentais, para a manutenção do seu modo de vida. Políticas públicas de investimento, de manutenção e reforço (o que eles trataram, nas falas, sobre como potencializar ou potencialidades) do que já existe no território seriam estratégias bem-vindas à Chapada potiguar, em detrimento da política pública de irrigação do semiárido baseada em perímetros; políticas de acesso aos recursos financeiros, à água durante a seca severa, de melhoria dos serviços de saúde, de fortalecimento da cidadania e do direito ao diálogo com o Estado e às mobilizações e, conseqüentemente, de fortalecimento da saúde são perspectivadas pelos agricultores, já que solicitam diálogo com o Governo e auxílio deste para os agricultores e para o modelo de desenvolvimento que eles querem para si.

O movimento de levar em conta tudo isso deveria ancorar os projetos para os territórios, de modo a levar em consideração os projetos de vida já existentes, que são

defensores de três aspectos inter-relacionados, relevantes para a preservação dessa vida: o trabalho, a saúde e o ambiente. Invisibilizar o homem do campo, ou deixá-lo à margem de um território que ele mesmo construiu durante anos e através de lutas desiguais não pode ser a postura de um Estado cuja missão primordial deveria ser as populações. Zelar pelo que desejam (nesse caso, o presente que já se tem), isso, sim, deve ser tarefa das políticas públicas.

## 9 Pontos de chegada ou pontos de partida? Comentários finais

A busca pelo conhecimento pode acontecer de diversas maneiras. Há quem prefira os números e sua exatidão, há quem penda para as falas e suas reticências. Independente da metodologia dessa busca, consideramos como reflexão primordial as indagações sobre estarmos buscando respostas a que demandas e fortalecendo que posturas. Apesar da hegemonia do rigor positivista, presente na maioria dos estudos científicos atuais, preferimos o diálogo com as comunidades, estimulando a expressão dos sujeitos implicados pelo projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.

Se pesquisa é a atividade científica pela qual nos aproximamos da realidade, e esta é complexa e inesgotável, qualquer que seja a abordagem metodológica escolhida por um pesquisador ao debruçar-se sobre seu objeto, deve haver a ciência de que as possibilidades encontradas estão em um processo histórico dialético e mutável e que podem não mais responder às demandas sociais e de saúde existentes em um futuro próximo. A perspectiva adotada (ecologia dos saberes) consistiu em ferramenta útil na aproximação entre quem ora fala com o território, com os sujeitos e seus problemas. Vale ressaltar que as pesquisas que enveredam para tal (re)apropriação são essenciais para a promoção da saúde dos indivíduos, e essa articulação (empoderamento-saúde) foi clarificada na Carta de Ottawa, em 1986.

Preferimos a ecologia de saberes por acreditarmos que falar dos territórios e de seus acontecimentos sem a participação dos que neles vivem deixaria o trabalho sem consistência para uma melhor aproximação com a realidade. Ainda, colocamos que a pesquisa teve a intenção de abrir espaço para as falas dos implicados, de modo a documentá-las, já que o Estado possui amplos espaços e ferramentas nas quais pode se colocar e divulgar suas concepções. Aqui, fazemos o exercício de “ouvir o outro lado” (que é mais o lado de cá, da terra, do que mesmo de lá, do outro que está distante) e questionar não só os documentos e os discursos estatais, mas divulgar as ações um tanto contestáveis dos representantes do DNOCS. Então, descrevermos o processo de tentativa de implantação do perímetro através das falas dos agricultores convidados a participar foi proposital, uma vez que são os mais prejudicados pelo processo de marginalização e invisibilização provocado pela proposta do DNOCS.

Desde a construção do grupo, tentamos deixá-los livres para apontarem os possíveis participantes, já que confiamos na maturidade dos primeiros contatados em escolher os que se comprometeriam com o estudo e que seriam multiplicadores dos resultados da pesquisa. Desse modo, foi acontecendo uma corrente de comunicação, na qual uns iam

convidando os outros após conhecerem a proposta de pesquisa. Sendo assim, o grupo foi composto por pessoas atuantes e participativas, tanto durante os encontros como no cotidiano e demandas das suas comunidades. Não necessariamente, membros da diretoria do atuante STTR, mas fundadores ou netos de fundadores das comunidades; cordelista com nome de passarinho; vozes ativas nas associações comunitárias. Agricultores familiares preocupados com os seus pares que não estavam no grupo da pesquisa, ou, até mesmo, nem sabiam dela, mas que estavam sendo implicados com o conflito na Chapada/RN. Os que estavam trouxeram as visões e demandas dos que não poderiam vir (até pelo número limitado que deve compor um grupo de pesquisa). Não podemos deixar de citar os entrevistados que deram contribuições importantes na compreensão sobre as discrepâncias do projeto do DNOCS, bem como do movimento de resistência.

As visões e opiniões, as lutas e resistências, as invasões e desapropriações, as propostas que subjagam e degradam foram elencadas a partir de diversos elementos: desde os mais burocraticamente aceitos (documentos do DNOCS, RIMA, apresentações, matérias de jornal, artigos científicos) até aqueles mais negligenciados pela ciência moderna, como as falas dos vulnerabilizados com as situações conflituosas pela expansão do sistema do capital. Poderíamos ter feito uma abordagem partindo do DNOCS, dos empresários, dos gestores. Porém, certamente, deparar-nos-íamos com o difundido discurso das benesses, pouco interessantes e que não traria os territórios compostos por pessoas que trabalham, produzem, descansam, conversam, aglutinam-se enquanto famílias, atravessam as secas de modo bem sucedido (utilizando aqui um termo para que os favoráveis ao projeto entendam), já que sobrevivem a elas, preservam as raízes culturais e o ambiente.

Consultar a opinião dos que são a favor do perímetro (membros da gestão, latifundiários, representantes estatais) aconteceu a partir dos documentos já anteriormente contemplados e das denúncias e relatos do grupo de pesquisa. Nesse momento, percebemos que o sistema político respalda o sistema do capital, subordinando-se aos seus ditames e garantindo que os “gargalos” da expansão capitalista sejam resolvidos. Portanto compreender os interesses do empresariado, também, aconteceu quando colocamos, antes e agora, de modo conclusivo, que o projeto do DNOCS é, de fato, um projeto do capital. Este é a força motriz propulsora de pressões para a produção agrícola mecanizada/intensiva/irrigada, que alteram a configuração do meio ambiente onde essa produção acontece e expõem os territórios a riscos cujos efeitos são nocivos e degradantes, por muitas vezes, irreversíveis/fatais à saúde do trabalhador e ambiental.

Refletimos que os territórios e a agricultura familiar não precisam desse modelo de modernização agrícola preconizado na Revolução Verde. Aliás, quando a modernização chega, o modo de vida que se tem na Chapada é destruído. A Revolução, que tem mais de 80 anos, veio propondo modernização para o campo, mas o moderno, que nega o passado e as construções mais tradicionais dos territórios é, na verdade, modismo. Há 80 anos, o sistema do capital propõe uso de máquinas e venenos para alimentar o mundo, mas, bem antes disso, há, aproximadamente, 10 mil anos, a agricultura executada por famílias garante a soberania alimentar dos povos sem o uso dos biocidas. São 5,2 litros de químicos nos alimentos que consumimos por ano no Brasil, que lidera o *ranking* dos consumidores de agrotóxico. Isso para chegar a ser uma das potências mundiais desenvolvidas, quando, na verdade, é apenas um Estado passivo e pobre com ilhas de prosperidade. O modelo requer um Estado que arque com a estrutura na Chapada, para que as empresas possam ocupar, instalar-se, produzir, lucrar e partir quando acharem que é inviável continuar em Apodi. Nesse momento, o Brasil é nação soberana, pois exercita essa soberania, expropriando as pessoas de suas terras e reprimindo as resistências. A essas ações, o Estado denomina de “políticas públicas” e a essas estruturas, de “perímetros públicos irrigados”.

Mas para qual público? Questionamos, pois:

- ✓ Quem deveria ser o público-alvo das políticas é marginalizado, já que os assentamentos (Aurora da Serra, Soledade, incluindo o Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade, Vila Nova, Milagre, Moacir Lucena, Laje do Meio, São Manoel, Frei Damião), ficam à margem da área que receberá a água, ou seja, o poligonal irrigado;
- ✓ Há a promessa de esses mesmos assentamentos receberem pontos d'água e terem hectares irrigados, informação que não aparece nos documentos e relatórios do DNOCS, o que gera incertezas em uns e em outros, a convicção de que se trata de um discurso para dar respostas às pressões das pessoas, mas que, na verdade, esses “benefícios” não existirão;
- ✓ O não acesso à água de projetos dessa natureza gera dificuldades de produção nos assentamentos, levando os indivíduos a optarem pela “alternativa infernal” do emprego fixo no agronegócio, até porque o projeto promete 5.000 empregos diretos e 10.000 indiretos, mas não explica em que condições;
- ✓ Mesmo que não sejam desapropriados, não há produção agroecológica que sobreviva à monocultura à base de agrotóxicos em sua vizinhança;
- ✓ Outro público que deveria ser alvo das políticas públicas – as pessoas das comunidades – na verdade, é alvo do processo de desterritorialização que acontece, inicialmente, a partir das desapropriações, na Chapada/RN;

- ✓ O projeto do DNOCS foi construído e suas primeiras ações são implantadas sem diálogo ou debates com os agricultores. O que acontece são somente repasses do que pretende implantar com discursos sobre o que o Estado põe como vantagens do perímetro, o que o projeto denomina de adesão consciente;
- ✓ Os mais de 200 milhões investidos no projeto serão para subjugar os produtores do perímetro e das regiões vizinhas ao modelo de produção e administração das 29 empresas que se instalarão na Chapada;
- ✓ Com esse dinheiro, também, serão pagas indenizações que não permitem que os desapropriados que as receberem recomecem suas vidas em outros locais. O DNOCS, com a desculpa de que, na “Chapada só tem pedra”, coloca os preços das terras em valores mínimos, desvalorizando-as;
- ✓ As pressões (emocionais/psicológicas; a partir da falácia das benesses, políticas, sociais) exercidas pelo DNOCS nas pessoas da Chapada refletem ações iniciais opressoras e geradoras de dissenso entre os chapadenses e desestímulo/enfraquecimento dos resistentes;
- ✓ Com as estratégias do Estado (o dinheiro, os espaços de divulgação, o poder coercitivo, a influência política), o DNOCS avança no território, em uma luta desigual, reconhecida pelos agricultores familiares.

Por tais pontos, entendemos que os agricultores consideram o projeto do DNOCS como um “projeto da morte”, o perímetro como “pior que duas secas” e preferem um “beijo de BR” a ter que viver em um espaço com essas configurações. Assim, muitos tentam resistir através de posturas de não aceitação das indenizações e de articulação para mobilizações e denúncias ao projeto do DNOCS. As mobilizações surtem efeitos importantes, já que, até então, atrasaram o perímetro, que deveria estar com sua estrutura física instalada. De acordo com os prazos estipulados pelo projeto de 2008, a região do Santa Cruz do Apodi deveria estar desabitada desde 2010. Destacamos as Duas Mil Cartas das Mulheres de Apodi para a presidenta Dilma e as mobilizações de rua, que reuniram de 2 a 3 mil pessoas.

De fato, os agricultores resistentes se deparam com muitas dificuldades nos territórios, principalmente, quando recebem a notícia de alguma desapropriação exitosa por parte do DNOCS. Em contrapartida, em diversos momentos (em especial, o de avaliação da pesquisa), foi colocado que aproximações de grupos de pesquisadores acadêmicos com a causa dos chapadenses é fator de estímulo para a continuidade da luta deles. O ato de abordar a situação de conflito a partir do olhar dos agricultores resistentes foi concebido como valorização de sua luta e de seu modo de vida. Eles, em sua postura de nobre humildade, consideram os que são vinculados à universidade como pessoas importantes interessadas em

seu modo de vida, o que os deixa orgulhosos ainda mais da forma como convivem nas comunidades.

Ao contrário, quando conseguimos que os impactados se interessem em falar, a satisfação é de quem pesquisa, pois o saber mais rico é o dos sujeitos com seu modo de vida, historicamente, constituído. Algumas comunidades tiveram sua gênese a partir do seio familiar, como Quixabeirinha, outras foram constituídas na tentativa de serem enquadradas como um modelo semelhante ao da Reforma Agrária do Estado brasileiro, como Agrovila Palmares. Destacamos Palmares: para o DNOCS, o gargalo; para os agricultores, símbolo de resistência local, que, mesmo tendo perspectivas de ter configuração pensada verticalmente (pela força Sindical), optou por ser livre, como trazido nas palavras de um dos seus moradores que participou da pesquisa. Independente da forma que se instituíram, acreditamos que o território apresenta características que se contrapõem às do DNOCS, e são estas que fazem do território interessante, rico, digno, enfim, saudável.

- ✓ Ligações profundas de afeto com a terra de viver e de onde se sobrevive a partir dos poderes invisíveis que os prendem ao lugar, em detrimento do poder monetário que “prende” o agronegócio a essa mesma terra;
- ✓ Atividade laboral criativa, em detrimento da impessoalidade do trabalho no agronegócio;
- ✓ Policultura dos quintais produtivos para abastecimento local, com troca de gêneros de forma solidária, uns com os outros *versus* monocultura para exportação, sem permitir o acesso dos trabalhadores ao produzido por eles;
- ✓ Acesso livre à água disponível, apesar das secas;
- ✓ Participação e mobilizações;
- ✓ Dignidade atrelada ao fato de terem um trabalho autônomo, por contribuírem para alimentar o campo e a cidade, por produzirem um alimento limpo e saudável;
- ✓ Construção histórica e preservação ambiental.

Apreciam seu tempo de trabalho com direito a descanso, horários flexíveis e, culturalmente, incorporados ao invés de, mercadologicamente, forçados. Preferem executar atividades nas quais toda a família esteja trabalhando a terem apenas um empregado assalariado por família.<sup>32</sup> Questionam como será a vida, o ambiente, a saúde e a produção – principalmente, de mel – quando as pulverizações começarem; perguntam-se por que as pessoas acreditam nesse projeto desenvolvimentista que promete emprego, renda e progresso

---

<sup>32</sup> As empresas do agronegócio costumam, para “compensar” o fato de ocuparem áreas de trabalho da agricultura familiar, oferecer emprego para as famílias. Porém, geralmente, somente uma pessoa da família é contemplada com o “benefício”.

para a região; reconhecem-se enquanto militantes solitários e desgastados, mas com desejo de continuar na luta pelo que acreditam.

Mesmo se expulsos da Chapada, os agricultores familiares querem reunir forças para recomeçar o mesmo modo de vida em outro lugar, ou seja, eles resistem ao perímetro e resistem ao modo de vida que, comumente, o desenvolvimento traz aos territórios. A perpetuação do modo de vida demonstrou que eles desejam o futuro como o presente, porém com a presença do Estado não através do DNOCS e dos perímetros “públicos” irrigados, mas com investimentos e estratégias de combate à seca, de maior acesso à água e de incentivo à sua produção. Como isso não acontece, os agricultores, insatisfeitos, resistem.

Então, em havendo resistência a algo que atinge um grupo de pessoas vulnerabilizadas em seu território; em sendo esse “algo” um dos projetos expansionistas do capital que degrada o ambiente, o trabalho, a dignidade e, conseqüentemente, a saúde, consideramos o contexto descrito como em conflito, em decorrência de injustiças socioambientais. Dessarte, sugerimos que receba atenção por parte de pesquisadores, órgãos e campanhas em defesa da vida, organizações e entidades e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Essa rede consiste em um espaço de debate e divulgação dos acontecimentos de conflito socioambiental no Brasil, inclusive divulgando os acontecimentos a partir de seu Mapa de Injustiça Ambiental. Indicamos que o contexto descrito seja colocado no mapa e levado pela rede às muitas instâncias de discussões das quais participa.

Reconhecemos, também, que o atual escrito pode ser um instrumento de contribuição para as reformulações do Projeto Padre Pedro Neefs, para esclarecer autoridades e demais segmentos sociais, transcrevendo, de modo acadêmico, a linguagem das lutas. Ainda, um ponto de partida para um estudo mais aprofundado do conflito na Chapada potiguar. Ou seja, uma análise aprofundada dos impactos, utilizando a ecologia de saberes para a execução da Avaliação de Equidade Ambiental (AEA) desse território.

Apesar de considerarmos atingidos os objetivos propostos, aludimos a nossa limitação enquanto pesquisadoras repletas de interrogações e que acreditam que as aproximações sempre geram novas reticências e desejos por novos saberes. Como estamos em contato constante com a Chapada do Apodi, novas demandas virão e, quiçá, oportunizarão outras pesquisas para tentar contribuir com os agricultores familiares, principalmente, na necessidade de serem ouvidos.

## Referências Bibliográficas

A ILUSÃO dos perímetros irrigados. **Tribuna do Norte**, Natal, 10 out. 2010. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/a-ilusao-dos-perimetros-irrigados/162101>>. Acesso em: 12 out. 2011.

ACSELRAD, Henry; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE (ASSECOM-RN). **Governadora faz entrega da licença para início das obras do perímetro irrigado da barragem de Santa Cruz**. Notícias, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/imprensa/noticias/governadora-faz-entrega-da-licenca-para-inicio-das-obras-do-perimetro-irrigado-da-barragem-de-santa-cruz/8918/>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

AUGUSTO, Lia Giraldo da et al. O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 6, jun. 2012, p. 1511-1522.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco Javier (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa e Serviços de Saúde**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 606 p.

BRASIL. Agência Nacional das Águas (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos do Brasil: Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental**. Disponível em: <[http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/rh\\_anoriental.htm](http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/rh_anoriental.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento 2**. 2011-2014. 1º Balanço. Eixo Água e Luz para Todos. 201-?. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/49d8db11c7ce9549ca01e831e502d23e.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 11º Balanço - 4 anos (2007 a 2010). Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>>. Acesso em: 24. mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196**, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_ENCEP2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Política Nacional de Irrigação. **Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CAMPOS, C.; CAMPOS, R. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 21, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 6, jun. 2012, p. 1419-1425.

CARTA DE OTTAWA. In: PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, Ottawa, nov. 1986. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CASCUDO, Câmara. **Coisas que o povo diz**. Rio de Janeiro: Bloch, 1968. 206 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Perímetros Irrigados**. 2010. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 216 p.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 160p.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 118 p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS). **História do DNOCS**. Disponível em: <[www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br)>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi**. [S.l.]: Ministério da Integração Nacional, 2013. 15 slides, color. Acompanha texto.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi**. [S.l.]: Ministério da Integração Nacional, 2008. 10 slides, color. Acompanha texto.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte**. Fortaleza, CE: DNOCS, 2009. 189 p.

FERNANDES, Bernardo M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1640>>. Acesso em: 12 out. 2011.

FERREIRA, Marcelo J. M. **Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla Salamoni. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 2, p. 199-217, dez. 2008.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995. 319 p.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda. Do Conceito de Risco ao da Precaução: entre determinismos e incertezas. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2008. cap. 3, não paginado.

GUIMARÃES JÚNIOR, João Abner; MATOS FILHO, João. **Projeto Padre Pedro Neefs**. nov. 2011. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/user/Meus%20documentos/Downloads/Projeto\_Padre\_Pedro.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 173 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE cidades. **Informações estatísticas**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=240100&r=2>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

IRRIGAÇÃO para fruticultura. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 out. 2011. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1054880>>. Acesso em: 12 out. 2011.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro**: educação, meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 395 p.

LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FREITAS, B. M. C. (Orgs.) As faces dos espaços seletivos no campo. In: \_\_\_\_\_. **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011. p. 97-162.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.

MARINHO, Alice M. C. P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-Ce**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. 2010. 244 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 144 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **A história das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MÉSZÁROS, Istiván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 566 p.

\_\_\_\_\_. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 1104 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a. 108 p.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008b. 408 p.

MORAGAS, Washington Mendonça; SCHNEIDER, Marilena de Oliveira. Biocidas: suas propriedades e seu histórico no Brasil. **Revista On Line Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 10, 2003, p. 26-40.

NUNES, Everardo D. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 871 p.

OLIVEIRA, Rogaciano. **A maldição dos agrotóxicos ou o que faz o agronegócio**. [S.l.]: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 16 p.

PALMA, Danielle C. A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PESSOA, Vanira M. **Abordagem do Território na Constituição da Integralidade em Saúde Ambiental e do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde em Quixeré-Ceará**. 2011. 295 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PONTES, A. G. V. Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará, 2012.

\_\_\_\_\_ et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o “desenvolvimento” do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, 2013, p. 3213-3222.

PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, 2012, p. 1493-1501.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 11 mai. 2013.

RIGOTTO, Raquel M. **O “progresso” chegou. E agora?** As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 566 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. 566 p.

\_\_\_\_\_. Saúde Ambiental e Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 388-404, 2003.

\_\_\_\_\_. Ciência Engajada. **Revista Universidade Pública**, Fortaleza, ano 11, n. 62, jul. 2011. Entrevista concedida a Gustavo Colares.

\_\_\_\_\_ et al. **Dossiê Abrasco – Parte 3: Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes.** Porto Alegre, nov. 2012. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/user/Meus%20documentos/Downloads/Dossie\_Abrasco\_03.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2013.

ROSA, Islene Ferreira; PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Introdução: agrotóxicos, saúde humana e caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo-Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011. cap. 6, p. 217-257.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 92 p.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

\_\_\_\_\_. **Fórum Social Mundial: Manual de uso.** São Paulo: Cortez, 2005. 154 p.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da et al. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo-Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011. cap. 14, p. 431-444.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI. **Ações dos Movimentos Sociais contra os Agrotóxicos e Pela Vida na Chapada do Apodi.** Apodi, RN: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, 2013. 9 slides, color. Acompanha texto.

“SOU AGRO”. Cuidado! **Articulação Popular São Francisco Vivo!** [S. l.], 12 set. 2011. Disponível em: <<http://www.sãofranciscovivo.com.br/node/863>>. Acesso em: 11 out. 2011.

SOUSA, E. M. O. **Política para qual público? O “Novo Modelo de Irrigação” e os colonos de Morada Nova.** 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

VIRGINIO, Alexandre Silva. Conhecimento e sociedade: diálogos impertinentes. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 88-135, jan./jun. 2006.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte I. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. 210 p.

### Apêndice A - Lista de pesquisas do Núcleo Tramas na Chapada do Apodi

- 2009 – Flávia Vasconcelos de Araújo. **Intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores rurais: uma revisão bibliográfica**. Especialização em Enfermagem do Trabalho/UECE;
- 2009 – Severino Ferreira Alexandre. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte-CE**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC;
- 2010 – Alice Pequeno Marinho. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-Ce: o espelho do (165ês)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. Tese de Doutorado em Saúde Pública/USP.
- 2010 – Lara Queiroz Viana Braga. **Agroecologia e agronegócio: no semi-árido cearense: conflito ambiental e repercussões ao modo de vida na comunidade de Lagoa dos Cavalos, Russas, Ceará**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC;
- 2010 – Maiana Maia Teixeira. **“A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali”:** agronegócio, vida e trabalho no Baixo-Jaguaribe, CE. Monografia de Graduação em Direito/UFC;
- 2010 – Maria da Paz Feitosa. **Reencontrar, produzir, viver: trajetórias, trabalho e saúde de famílias do Assentamento de Reforma Agrária Bernardo Marin II, Russas-CE**. Monografia de Especialização em Medicina de Família e Comunidade/Fortaleza;
- 2011 – Fabíola Silva Castro. **O progresso a preço de banana: análise das inter-relações saúde-trabalho-produção-ambiente no contexto do agronegócio da cultura da banana na Chapada do Apodi/CE**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC;
- 2011 – Raquel Rigotto. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo-Jaguaribe/CE**. Livro/Edições UFC;
- 2011 – Vanira Matos Pessoa. **Abordagem do Território na Constituição da Integralidade em Saúde Ambiental e do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde em Quixeré-Ceará**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC;
- 2012 – Andrezza Graziella Veríssimo Pontes. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC;
- 2012 – Marcelo José Monteiro Ferreira. **Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC.

**Apêndice B - Algumas pesquisas e projetos que contemplam as comunidades camponesas do Município de Apodi/RN**

<b>Instituições vinculadas</b>	<b>Pesquisas</b>	<b>Anos de realização/ conclusão</b>	<b>Autor/a (es/as)</b>
<b>UFC</b>	Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural (dissertação de mestrado em Saúde Pública)	2012	Andrezza Graziella Verríssimo Pontes
<b>UFRN</b>	Zoneamento agroecológico no município de Apodi/RN (dissertação de mestrado do PRODEMA)	2010	Henrique Eufrásio de Santana Júnior
<b>UFERSA</b>	Acompanhamento técnico em assentamento de reforma agrária no P.A. Sítio do Góis, Apodi, RN (Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Agronomia)	2010	Mariama Carmem Davi Guimarães
<b>UFERSA</b>	Manejo Sustentável da Agricultura Familiar em cinco comunidades e três Assentamento do Município de Apodi-RN. (Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Agronomia)	2007	Hilana Ranielli Marinho Duarte de Moraes
<b>UFERSA</b>	Evolução da condutividade elétrica e do nível dinâmico em poços da Chapada do Apodi utilizados para irrigação (trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola)	2006	Renato Dantas Alencar Jose Francismar de Medeiros Vania Christina N. Porto
<b>Instituições vinculadas</b>	<b>Projetos de Extensão</b>	<b>Anos de realização</b>	<b>Coordenador/a (es/as)</b>
<b>UFERSA</b>	Projeto de Sistemas Agroflorestais desenvolvido no Projeto de Assentamento Laje do Meio - Apodi (RN)	2007 - 2008	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Projeto de Produção Hortas Agroecológicas na Comunidade Água Fria	2004 - 2008	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Projeto de Produção Hortas Agroecológicas desenvolvido no P.A. Palmares	2005 - 2006	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Projeto de Produção Hortas Agroecológicas desenvolvido no P.A.Nova Descoberta	2005 - 2006	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Projeto de Produção de Plantas Medicinais no PA Nova Descoberta	2003 - 2004	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Produção de Plantas Medicinais no PA Nova Descoberta	2003 - 2004	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Produção de Hortas Agroecológicas (comunidade Trapiá, )	2003 – 2005	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Formação pela Experimentação em Manejo da Caatinga	2009 – 2010	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>UFERSA</b>	Plantas para o Sertão	2003 – 2005	Vania Christina N. Porto (coordenadora)
<b>Instituição vinculadas</b>	<b>Projetos de Pesquisa</b>	<b>Ano de realização</b>	<b>Autor/a (es/as)</b>
<b>UFC</b>	“E a agricultura familiar vai acabar?” Implicações da implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN para a agricultura familiar, saúde ambiental e saúde dos trabalhadores camponeses	2011 – atual	Magda Fabiana do Amaral Pereira

Fonte: Plataforma Lattes (S. d.), adaptado pela autora.

## **Apêndice C – Roteiros norteadores dos encontros da pesquisa**

### **ROTEIRO NORTEADOR DO ENCONTRO 1**

1. Conhecem a realidade de outros territórios com perímetro irrigado? Como se deu o contato com essa realidade?
2. Como era a vida nesses territórios antes e como é atualmente, após a implantação dos perímetros?
3. E sobre o agronegócio já existente na Chapada do Apodi potiguar, algum de vocês conhece a forma de trabalho lá? Conhecem a realidade dos trabalhadores de lá?
4. Como foi a chegada dos representantes do DNOCS às comunidades, antes da implantação dos perímetros?
5. Como vocês perceberam, ou o que ouviram das pessoas das comunidades/territórios sobre o acesso à água por parte das pessoas?
6. E quanto à desterritorialização?

### **ROTEIRO NORTEADOR DO ENCONTRO 2**

1. Quem já conhecia, na íntegra, o Relatório de Impacto Ambiental e a proposta do DNOCS para o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi?
2. O que acham da proposta do DNOCS?
3. Quem já conhecia a contraproposta dos agricultores Pedro Padre Neefs?
4. O que pensam sobre a contraproposta?

### **ROTEIRO NORTEADOR DO ENCONTRO 3**

1. Apresente o que trouxe (nas fotos, no vídeo, no cordel, na carta) e descreva como é a vida na sua comunidade.
2. Como vocês descrevem o ambiente nas comunidades?
3. O que é, para vocês, ser agricultor familiar?
4. Como é o trabalho do agricultor familiar nas comunidades?
5. O que é ter saúde, para vocês?
6. Como está a saúde nas comunidades?
7. Como eram as comunidades antes da iminência do projeto do DNOCS?
8. Como é a vida hoje? Quais as implicações que as comunidades já sofrem com a chegada do projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi?
9. O que o DNOCS projeta para o futuro das comunidades da Chapada?
10. E qual o futuro que as comunidades projetam para si?
11. O que vocês acham que deve ser feito ou acontecer, para que as comunidades não sofram com os impactos do projeto do DNOCS?
12. O que poderia e deveria ser feito para preservação das comunidades e da agricultura familiar?

## **Apêndice D – Roteiros semiestruturados para entrevistas da pesquisa**

**ENTREVISTA 1:** sobre a conformação e início da comunidade de Palmares, Chapada do Apodi, Apodi/RN

1. Como foi o processo de formação da comunidade de Palmares?
2. A terra foi comprada, doada? De quem era a terra antes de se tornar a comunidade?
3. Com relação à documentação que respalda legalmente vocês na terra, que documento é esse? É em nome de quem?
4. São quantos hectares e para quantas famílias?
5. Sabemos que a comunidade será uma das atingidas com a implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. Sendo assim, qual a proposta do DNOCS para as famílias da comunidade?

**ENTREVISTA 2:** sobre o movimento de resistência ao projeto do DNOCS em Apodi/RN

1. Como começou o movimento de resistência contra o perímetro irrigado previsto para a Chapada do Apodi potiguar?
2. Quem compõe o grupo que resiste ao projeto do DNOCS?
3. O que levou o grupo a contestar o projeto do DNOCS?
4. Quais entidades apoiam o movimento de resistência?
5. Quais as ações mais marcantes do grupo para resistir ao projeto?
6. Como se dá a mobilização do grupo no tocante à organização das ações, escolha dos representantes, divulgação das propostas do movimento e multiplicação das informações?
7. Como o grupo de resistência trabalha junto às comunidades para fortalecer a resistência à proposta do DNOCS?
8. As ações do movimento abordam as implicações do perímetro atuais e as possíveis? De que forma?
9. Quais as maiores dificuldades que o movimento de resistência enfrenta com relação à atuação junto ao Estado? E às pessoas da comunidade?

**Apêndice E – Rascunho do modelo das 2.000 cartas das mulheres de Apodi  
endereçadas à presidenta Dilma Rouseff**

Apodi/RN, 28 de Setembro de 2011

Saudações de uma terra de povo firme e mulheres  
lutadoras!

Presidenta Dilma é com enorme prazer e com  
sa que eu,

trabalhadora rural sócia do STTR de Apodi e da par-  
ticipação das mulheres, moradora da associação  
comunitária fazo fazinho do Rosário do Sítio Algodão  
escrevo-lhe para pedir encarecidamente que você  
RETIRE de nossa terra - que com feijão, arroz,  
pão e esperança alimenta o nosso povo - o de-  
creto Nº 0-001, de 10 de Junho de 2011.

A região do Apodi é a mesma que LULA veio  
em 2005 e nos encheu de esperança, assinou o  
primeiro contrato PRONAF MULHER do país. De-  
la há muitas experiências de organizações de  
mulheres. É também uma região com muitas  
experiências de convivência com o semiárido,  
pois aqui criamos abelhas, solúlias, caprinos e  
plantamos de forma agroecológica. Apodi é um dos  
pequenos municípios que a população rural é maior  
que a urbana.

Na minha América fazo fazinho do Rosário  
da comunidade do Sítio Algodão poucos esome-  
lhos, totalizando 66 famílias que há 25 anos  
cuidamos dessa terra e da água com o maior  
respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batatas,  
macaxeira, frutas, verduras e criamos fe-  
quenos animais para a nossa alimentação  
diária. A chegada desse decreto nos expulsou

das nossas terras, nos distanciará dos nossos  
 laços de amizade e, inclusive das nossas famí-  
 lias. Com esse decreto nos deixaremos de produzir  
 para o próprio sustento e seremos obrigados a  
 vender nosso trabalho para polir nossas máquinas  
 e nosso chão e colocar em nossas mesas  
 comidas envenenada ao invés do arroz e  
 feijão agroecológicos que ~~nos~~ mesmos produ-  
 zimos. Esse decreto ameaça nossa soberania  
 alimentar, nossa saúde e até mesmo as  
 nossas vidas.

ESSE DECRETO Nº 0-001 DE 10 DE JUNHO DE 2011 AME-  
 AÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ  
 AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA, SUBSTITUINDO  
 A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA. ISSO NÃO  
 NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS FAMÍLIAS E  
 NEM PRA NOSSO FUTURO.

Chegada a hora de terminar esta carta, envio  
 -lhe meu abraço com o desejo que esta a en-  
 contrar bem e que você continue firme e forte.  
 Espero também que sua luta para acabar  
 com a fome e a miséria tenha reflexo aqui  
 em nossa terra e assim nos permita continuar  
 nos alimentando do nosso próprio trabalho, da  
 comida virada do nosso próprio chão sem  
 depender de veneno nem pobreza.

Aguardo sua resposta, na esperança que  
 você vai atender nosso pedido.

**Apêndice F – Orçamento da pesquisa**

<b>EQUIPAMENTOS – MATERIAL PERMANENTE – MATERIAL BIBLIOGRÁFICO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Total</b>
Material Bibliográfico	---	500,00	500,00
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Total</b>
Caneta, lápis, borracha, prancheta, pastas, resma de papel ofício, cadernos, fotocópias.	---	---	400,00
Cartucho de tinta	07	50,00	350,00
<b>PASSAGENS – DIÁRIAS – INSUMOS PARA DESLOCAMENTOS</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$) unidade</b>	<b>Valor (R\$) Total</b>
Combustível	---	variável	1.000,00
Alimentação	---	variável	400,00
Xérox	1500	0,10	150,00
<b>TOTAL</b>			
			2.800,00



## **Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**TÍTULO DO PROJETO:** “E A AGRICULTURA FAMILIAR VAI ACABAR?”

IMPLICAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI/RN PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DOS TRABALHADORES CAMPONESES

**COORDENADORA DO PROJETO:** Magda Fabiana do Amaral Pereira

**INSTITUIÇÃO EXECUTORA:** Universidade Federal do Ceará - UFC

Você está sendo convidado/a a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Esta pesquisa será desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) com apoio do Núcleo TRAMAS (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (ME).

Estou convidando-o/a a participar como **participante** do grupo de uma pesquisa intitulada temporariamente de “E A AGRICULTURA FAMILIAR VAI ACABAR?” IMPLICAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI/RN PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DOS TRABALHADORES CAMPONESES.

Esse estudo objetiva desenvolver com comunidades camponesas da Chapada do Apodi-RN estratégias de construção coletiva de conhecimento sobre os impactos da implantação de perímetro irrigado para a agricultura familiar, a saúde ambiental e do trabalhador desse território.

Para tal, realizaremos um **mínimo de três encontros e um máximo de seis** no município de Apodi/RN, sendo que esses encontros acontecerão nos turnos manhã e tarde, em locais apropriados e a serem sugeridos e pactuados pelos próprios participantes do estudo. Os encontros acontecerão **a cada 7 dias** em local apropriado a ser definido pelo grupo, no município sede da pesquisa. Serão no mínimo 3 reuniões e, a depender da demanda da

pesquisa e dos participantes, poderá ser agendados mais 2 momentos (no máximo) para algum encaminhamento ou discussão necessária durante o processo. Os encontros terão **duração de 8 horas** e as datas serão definidas em consenso pelos participantes do grupo de pesquisa. Estes encontros do grupo serão **gravados** (gravador MP3) e, se necessário, em alguns momentos filmados. Será, também, construído um diário de campo a partir de anotações que a coordenadora achar pertinentes registrar durante a observação dirigida.

Esta pesquisa poderá acarretar os seguintes **riscos**: perda de tempo caso o participante perceba, durante o processo de coleta de dados, uma falta de afinidade com a temática, com os objetivos e/ou com a metodologia da pesquisa; possíveis discordâncias de órgãos governamentais, não-governamentais, empresariais, acadêmicos que se oponham aos objetivos e à metodologia da pesquisa (apesar do comprometimento inicial da pesquisa com a garantia de sigilo dos nomes dos participantes e de suas falas) ou discordem da participação de algum dos componentes no estudo proposto.

Esta pesquisa trará para os participantes os seguintes **benefícios**: contribuição para a modalidade de construção coletiva do conhecimento sobre temática que interfere diretamente no modo de vida do participante; inserção das cosmovisões, percepções e insatisfações dos camponeses nos espaços de discussão considerados cientificamente formais, visões essas muitas vezes invisibilizadas dos campos de discussão ou não consultados na construção dos relatórios oficiais de projetos como perímetros irrigados (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA); participação na construção de instrumentos de relevância social (cartilha ou livreto) e acadêmica (dissertação de mestrado); divulgação das falas, do modo de vida e da luta dos agricultores familiares da Chapada do Apodi/RN à medida em que os resultados do estudo serão divulgados em eventos acadêmicos e espaços de discussão/mobilização sociais; contribuição para o fortalecimento da luta pelos direitos e demandas dos agricultores familiares chapadenses.

Informamos que os resultados da pesquisa comporão uma dissertação de mestrado, um artigo científico e podem ser publicados em revistas científicas na área de saúde, ambiente e educação. Esclareço que **você poderá retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa**, que esse estudo não acarretará nenhum dano a sua saúde e que será resguardado o sigilo das informações referente aos nomes dos participantes do grupo. Você não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo.

**Orientadora:** Raquel Maria Rigotto, endereço eletrônico: raquelrigotto@gmail.com

Fone: (85) 8821-6299; (85) 3366-8045.

**Pesquisadora:** Magda Fabiana do Amaral Pereira, endereço eletrônico:

magdafabi@hotmail.com Fone: (84) 9817-1814; (84) 3321-2660.

**ATENÇÃO:** Para informar qualquer questionamento durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - Rua Coronel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo - Telefone: (85) 3366-8338.

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, RG nº \_\_\_\_\_ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Nome do voluntário	Data	Assinatura

Nome do pesquisador	Data	Assinatura

Nome da Testemunha (somente se algum integrante do grupo/voluntário não souber ler)	Data	Assinatura

Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2013.